

TVR
N.º 212, DE 2022
(Do Poder Executivo)
MSC 674/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 173, de 12 de abril de 2017, que outorga permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 674

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Portarias que outorgam permissão às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos:

1 - Portaria nº 78, de 21 de fevereiro 2014 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, no município de Santarém - PA;

2 - Portaria nº 474, de 20 de junho 2014 - Universidade Federal de Uberlândia, no município de Ituiutaba - MG;

3 - Portaria nº 2.059, de 14 de maio 2015 - Universidade Federal do Ceará - UFC, no município de Juazeiro do Norte - CE;

4 - Portaria nº 6.126, de 10 de novembro 2015 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, no município de Paranavaí - PR;

5 - Portaria nº 173, de 12 de abril 2017 - Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, no município de Paraguaçu Paulista - SP; e

6 - Portaria nº 4.859, de 28 de fevereiro 2022 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, no município de Passos - MG.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE
JAIR MESSIAS BOLSONARO
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://www.gov.br/assinador-digital>



SERPRO

Brasília, 9 de Setembro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 53000.041399/2012-97, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, por intermédio do Despacho de Homologação nº 398/2015, de 6 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012 e com a Portaria nº 173, de 12 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2017.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

PORTARIA Nº 173/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041399/2012-97, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 12/04/2017, às 16:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1607232** e o código CRC **87768CD6**.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 1607232



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.111, DE 2 DE JUNHO DE 2017

Habilitação à fruição dos benefícios fiscais de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC nº 01250.006787/2016-18, de 09 de dezembro 2016, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa Tanca Informática Eireli, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 08.723.218/0001-86, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Impressora Térmica.

§ 1º Ficarão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Serão cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 911, de 09 de dezembro de 2008, publicada em 11 de dezembro de 2008.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTIC nº 01250.006787/2016-18, de 09 de dezembro 2016.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA

Ministro de Estado da Indústria, Comércio
Exterior e Serviços

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 3.113, DE 2 DE JUNHO DE 2017

Alteração de razão social em Portaria Interministerial que habilita à fruição de incentivo de que trata o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES E DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o contido no Processo MCTI nº 01250.006707/2017-05, de 2 de fevereiro de 2017, e

Considerando que a empresa Tanca Informática Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 08.723.218/0001-86, é titular dos direitos e obrigações decorrentes de seguinte Portaria Interministerial:

Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF	Data	Publicação no D.O.U.
911	09/12/2008	11/12/2008
308	26/03/2014	27/03/2014
1.361	15/12/2014	16/12/2014
814	18/09/2015	21/09/2015

Considerando que a empresa Tanca Informática Ltda. alterou sua denominação social para Tanca Informática Eireli, mantido o CNPJ nº 08.723.218/0001-86, sem que tal alteração tenha acarretado solução de continuidade da sociedade, ou qualquer alteração nos seus direitos e obrigações sociais, conforme consta de documentação juntada ao processo acima referido, já devidamente registrada nos órgãos próprios, resolvem:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/leis.html>, pelo código 00012017060500009

Art. 1º Fica alterada a denominação social de Tanca Informática Ltda. para Tanca Informática Eireli, CNPJ nº 08.723.218/0001-86, a partir da data em que se efetivou a alteração da denominação social da empresa, em seguinte Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF:

Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF	Data	Publicação no D.O.U.
911	09/12/2008	11/12/2008
308	26/03/2014	27/03/2014
1.361	15/12/2014	16/12/2014
814	18/09/2015	21/09/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

MARCOS PEREIRA

Ministro de Estado da Indústria, Comércio
Exterior e Serviços

PORTARIA Nº 172/SEI, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041399/2012-97, resolve:

Art. 1º Consolidar os dados da outorga da permissão do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educacionais, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, que terá as seguintes características:

Art. 2º A execução do serviço será realizada pela FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, conforme Despacho nº 398/2015/SEI-MC, que adjudicou a referida outorga, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015.

Art. 3º O local de instalação da estação da emissora e a utilização de seus equipamentos foram aprovados, por meio do Despacho de 27 de abril de 2016.

Art. 4º As principais obrigações a serem cumpridas pela concessionária são objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º A eficácia da presente Portaria está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 173/SEI, DE 12 DE ABRIL DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041399/2012-97, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educacionais, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Esta outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.279/SEI-MCTIC, DE 12 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e considerando o que consta do Processo nº 01250.015346/2017-80, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de BELO HORIZONTE, estado de MINAS GERAIS, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de ITAGUARA, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 13 (treze), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Determinar que, no prazo de até nove meses antes da data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, a entidade apresente ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o projeto técnico de instalação da estação.

Art. 4º A execução do Serviço deverá ser iniciada na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interfira em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.940, DE 25 DE MAIO DE 2017

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, e art. 7º do Decreto nº 5.906, de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do Processo MCTIC nº 01200.703860/2016-81, de 9 de setembro de 2016, que produto, e respectivo modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Tecram Telemática S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 02.820.966/0001-09, atende à condição de bem de informática e automação, desenvolvido no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto: Modem.

Modelos: DM984 -400; DM984 -402; DM984 -410; DM984 -412; DM984 -420; DM984 -422.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.944/SEI, DE 26 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar EMMANUEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de FRANCA, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 34 (trinta e quatro), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE ARARAS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 17 (dezessete), no Município de ARARAS, Estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso de radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.019792/2017-63 e da Nota Técnica nº 9223/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 2.945/SEI, DE 26 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar EMMANUEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de São José do Rio Preto, estado de São Paulo, por meio do canal 46 (quarenta e seis), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE ARARAS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 17 (dezessete), no município de Araras, estado de São Paulo, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso de radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.019795/2017-05 e da Nota Técnica nº 9250/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 19302/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.041399/2012-97.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/09/2021, às 14:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8096447** e o código CRC **A834703C**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53000.041399/2012-97
Interessado:	FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL
Setor:	CGEC
CNPJ:	09.241.619/0001-62
Serviço:	FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS
FISTEL:	50415027063
UF:	PARAGUAÇU PAULISTA
Localidade:	SÃO PAULO
Tipo:	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
Número do Tipo:	429
Documentos Restritos:	NÃO SE APLICA.

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa

430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Manoela Vitória Benigna da Silva, Chefe de Serviço de Consignações da União e Canal da Cidadania**, em 16/07/2019, às 13:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4408269** e o código CRC **943D61A8**.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 4408269



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO


Protocolo nº: **53000.041399/2012-97**

Interessado: **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**

Assunto: **OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 116 (CENTO E DEZESEIS) folhas, contanto com o presente Termo de Abertura.

Em 04/09/2012



JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA
Chefe de Serviço
SDPUB/GTDI/SCE-MC

101
206 FME

Ministério das Comunicações
Fis 02
Rubrica

**ILMO. SR. SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

SDPUB
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 041399/2012-97

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD

30/08/2012-14:06

Ref.: Proposta para obtenção de outorga para a execução do serviço de radiodifusão educativa em observância à Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, que estabelece regras e critérios para os processos seletivos relativos ao referido serviço em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos

**FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO
BRASIL**, com sede na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Antonio Comparato, 148 – Campo Belo – CEP 04606-030, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.241.619/0001-62, por seu representante legal abaixo assinado, vem apresentar a essa Secretaria proposta para a obtenção de outorga para a execução do serviço de radiodifusão acima descrito, juntando, em anexo, a documentação necessária para a instrução do respectivo processo.

Localidade - Paraguaçu Paulista – SP

Canal - 268E – Classe “C” – 101,5 MHz

Aviso de Habilitação - nº 4, de 12/07/2012

Data de Publicação do Aviso de Habilitação - 13 de julho de 2012

Quantitativo de alunos matriculados na instituição de ensino à qual a fundação de direito privado é vinculada, a saber:

50 (cincoenta) alunos da **FACULDADE MUNDIAL** e

1.360 (mil, trezentos e sessenta) alunos da **USP – Ribeirão Preto**.

Tempo proposto para funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço: 24 (vinte e quatro) horas

Sede na localidade de execução de outorga: **NÃO**

Nestes termos,
P. Deferimento

São Paulo, 15 de Agosto de 2012.

P/ FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL
EDSON VALTER PAGANO
DIRETOR PRESIDENTE
CPF/MF Nº 402.130.058-91



13 NOV 2007 000339458



2º TRASLADO DO LIVRO Nº 2.231 - PÁGINAS 189/204

**ESCRITURA PÚBLICA DE INSTITUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA
"FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL"**

SAIBAM quantos a presente escritura virem que, aos vinte e quatro (24) dias do mês de outubro do ano dois mil e sete (2007), nesta cidade de São Paulo, Capital e Estado do mesmo nome, República Federativa do Brasil, no Fórum João Mendes Júnior, 15º andar, onde a chamado vim e perante mim, escrevente do 2º Tabelião de Notas, compareceram partes entre si justas e contratadas a saber: como "outorgantes instituidores": **EDSON VALTER PAGANO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Miranda Guerra nº 876, casa 08, portador da cédula de identidade RG nº 3.733.977 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 402.130.058-91; **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Miranda Guerra nº 876, casa 08, portadora da cédula de identidade RG nº 6.817.246 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 852.407.108-72; **FERNANDA DE ANDRADE PAGANO**, brasileira, solteira, maior, professora, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Miranda Guerra nº 876, casa 08, portadora da cédula de identidade RG nº 30.984.649-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 299.393.438-41; **ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua São Benedito nº 931, apartamento 21, portador da carteira nacional de habilitação registro nº 02894629400, emitida em 10/06/2003, válida até 06/06/2008, onde se vê que é possuidor da cédula de identidade RG nº 5.933.561-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.661.388-06; **TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua São Benedito nº 931, apartamento 21, portadora da cédula de identidade RG nº 18.177.733-2 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 082.398.148-75; **ANTONIO BRUNO MONTORO**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua São Benedito nº 931, apartamento 11, portador da cédula de identidade RG nº 1.719.689-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.002.928-87; **MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE**, brasileira, viúva, aposentada, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Amauri de Oliveira Lima nº 45, portadora da cédula de identidade RG nº 7.204.596 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 032.294.638-70; **MARIA CECÍLIA MONTORO**, brasileira, divorciada, professora, residente e domiciliada nesta Capital, na Avenida Santo Amaro nº 6.238, apartamento 176, portadora da cédula de identidade RG nº 5.225.179 SSP/SP,

1036AR668706



União Internacional
de Notariado Latino
(Fundada em 1948)



10512602413837.000022400-9

P. 00803 R. 007400

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



2º TABELÃO DE NOTAS
JUIZ DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
SÃO PAULO - SP
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELÃO: MANOEL OLEGARIO DA COSTA

000339458

Fundado em 1951

Seção São Paulo
Filial à UNIL

REGISTRADO

todas as áreas de conhecimento e da cultura; XI. Prestar serviços a terceiros, sempre tendo em vista os objetivos e finalidades da Fundação; XII. Implantar e/ou editar livraria(s), jornal (is), revista(s), cinema(s) e/ou outras atividades complementares à operação da(s) emissora(s) ou de retransmissora(s), sempre tendendo aos princípios patrióticos e cristãos e de preservação do nacionalismo pátrio; XIII. Atuar, instituir e contribuir, desde que haja disponibilidade orçamentária, com a melhoria do ensino, em todos os níveis, mantendo serviços subsidiários de natureza, cultural e social, sem prejuízo de sua finalidade precípua; XIV. Promover e divulgar as potencialidades artísticas, eventos e/ou programas de interesse da região; XV. Articular-se com instituições congêneres e especializadas, públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, visando o intercâmbio de programas que se adaptem aos objetivos de sua linha programática, bem como para prestar e receber assistência técnica e subsídios para produção, e, de acordo com o artigo 5º do Estatuto, para a consecução de suas finalidades, a "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL" poderá: I. Associar-se, estabelecer parceria, intercâmbio, firmar contratos e convênios com outras Fundações Públicas ou Privadas, bem como entidades governamentais ou particulares, tanto no Brasil como no Exterior; II. A Fundação poderá utilizar denominação fantasia para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora em frequência modulada, desde que aprovada pelo Ministério das Comunicações; III. Realizar programas educacionais comunitários; IV. Conceder bolsas de estudo e ajuda de custo para o aperfeiçoamento de especialistas devotados radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora; V. Conceder prêmios de estímulo a pessoas que tenham contribuído, de maneira notória, para o desenvolvimento da radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora; **SEGUNDO:** que para o fim de instituir tal Fundação, e de acordo com o que estabelece a legislação pertinente, artigos 62 a 69 do Código Civil Brasileiro, aprovado pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com vigência a partir de 10 de janeiro de 2003 - Capítulo III - DAS FUNDAÇÕES, fazem os "outorgantes instituidores" **dotação inicial** no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais) **TERCEIRO:** que o Patrimônio da Fundação será constituído, ainda, por bens e valor que venham a ser adquiridos com doação, compra, cessão, legados ou qualquer outro modo a este patrimônio feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, com o fim específico de incorporação ao patrimônio; **QUARTO:** que os órgãos que constituem a Fundação não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraindidas pela Entidade, em decorrência de ato regular de gestão quando exercidas com observância do estatuto adiante transcrito e da legislação aplicável à espécie; **QUINTO:** que o prazo de duração da fundação é "indeterminado"; **SEXTO:** que a "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL" reger-se-á pelo Estatuto a

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)



10512602413837.000022401-7

P: 00803 R: 007401

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



2º TABELÃO DE NOTAS
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA/SP
SÃO PAULO - SP - JACO S&P
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO: MANOEL OLEGARIO DA COSTA
13 NOV 2000 339458



REGISTRADO

atividades complementares à operação da(s) emissora(s) ou de retransmissora(s), sempre tendendo aos princípios patrióticos e cristãos e de preservação do nacionalismo pátrio; XIII. Atuar, instituir e contribuir, desde que haja disponibilidade orçamentária, com a melhoria do ensino, em todos os níveis, mantendo serviços subsidiários de natureza, cultural e social, sem prejuízo de sua finalidade precípua; XIV. Promover e divulgar as potencialidades artísticas, eventos e/ou programas de interesse da região; XV. Articular-se com instituições congêneres e especializadas, públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, visando o intercâmbio de programas que se adaptem aos objetivos de sua linha programática, bem como para prestar e receber assistência técnica e subsídios para produção.

Parágrafo 1º - A Fundação se dedicará exclusivamente às atividades descritas no presente estatuto, por intermédio da execução direta de seus projetos, programas e planos de ação, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou à prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. **Parágrafo 2º** - Os serviços de educação a que a entidade se dedique, serão prestados de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente. **Parágrafo 3º** - No desenvolvimento de suas atividades, a Fundação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. **Parágrafo 4º** - A Fundação adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios. **Artigo 4º** - A Fundação não tem caráter político-partidário, devendo ater-se às suas finalidades estatutárias.

CAPÍTULO III - DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO - Artigo 5º - Para a consecução de suas finalidades, a Fundação poderá: **Parágrafo 1º** - Associar-se, estabelecer parceria, intercâmbio, firmar contratos e convênios com outras Fundações Públicas ou Privadas, bem como entidades governamentais ou particulares, tanto no Brasil como no Exterior. **Parágrafo 2º** - A Fundação poderá utilizar denominação fantasia para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora em frequência modulada, desde que aprovada pelo Ministério das Comunicações. **Parágrafo 3º** - Realizar programas educacionais comunitários. **Parágrafo 4º** - Conceder bolsas de estudo e ajuda de custo para o aperfeiçoamento de especialistas devotados radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora. **Parágrafo 5º** - Conceder prêmios de estímulo a pessoas que tenham contribuído, de maneira notória, para o desenvolvimento da radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora. **CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO - Artigo 6º** - O patrimônio da Fundação é constituído pela dotação inicial descrita na



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)



10512602413837.000022402-5

P: 00803 R: 007402

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



2º TABELÃO DE NOTAS

SABO REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELÃO: MANOEL OLEGARIO DA COSTA

13 NOV 2012 000339458



REGISTRADO

planos que tenham em vista: I. A garantia dos investimentos; II. A manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados. **CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 10º - São órgãos da administração da Fundação: I. Conselho Curador; II. Conselho Fiscal; III. Conselho de Programação; IV. Diretoria Executiva. **Parágrafo 1º**

- Os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, não participar de direção de outras concessionárias e ou permissionárias de serviços de radiodifusão com serviço idêntico ao executado pela Fundação, na mesma localidade de outorga, bem como não deverão gozar de imunidade parlamentar ou foro especial. **Parágrafo 2º** - A

substituição nos cargos do Conselho Curador e da Diretoria Executiva, somente poderá ocorrer depois da aprovação dos nomes dos substitutos pelo Ministério das Comunicações caso a Fundação, à época da substituição, seja detentora de outorga de Radiodifusão. **Artigo 11º** - O exercício das funções de integrante do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva não serão remunerados, direta ou indiretamente, a qualquer título. Também não haverá distribuição de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, os quais serão aplicados integralmente na consecução do objetivo social da Fundação. **Parágrafo 1º** - Eventuais serviços específicos, que não se confundem com as

atribuições do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, poderão ser remunerados, por deliberação expressa do Conselho Curador, por valores praticados pelo mercado na região onde a Fundação exerce as suas atividades. **Parágrafo 2º** - Os integrantes do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva não respondem subsidiariamente pelas obrigações da

Fundação, quando exercidas com observância do presente estatuto e da legislação aplicável à espécie. **Artigo 12º** - Respeitado o disposto neste Estatuto, a Fundação poderá ter estrutura organizacional e o funcionamento fixados em Regimento Interno, que estabelecerá as atividades e atribuições administrativas e técnicas, de modo a atender plenamente às finalidades da instituição. **CAPÍTULO VII - DO**

CONSELHO CURADOR - **Artigo 13º** - O Conselho Curador é o órgão consultivo e deliberativo, em tudo o que se refere à política de ação e de estrutura da Fundação, na forma deste Estatuto e será constituído por 3 (três) membros e terá mandato de 4

(quatro) anos, permitidas reeleições. **Parágrafo 1º** - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Curador serão eleitos por seus pares, na reunião que der posse aos

Conselheiros. **Parágrafo 2º** - Em caso de vacância no Conselho Curador, o Órgão deliberará para sua recomposição plena e, na inércia, o Ministério Público indicará os integrantes, dentre pessoas constantes de lista à sua disposição. **Artigo 14º** -

Compete ao Conselho Curador: I. Exercer a fiscalização superior do patrimônio e dos recursos da Fundação; II. Aprovar o orçamento, as contas, os balanços, o relatório

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



10512602413837.000022403-3

P: 00903 R: 007403

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



Ministério das Comunicações
08



REGISTRADO

de ato de indignidade contra os interesses da Fundação e de seus Instituidores; V. Ausência injustificada a três reuniões consecutivas; VI. Prática de falta grave, assim reputada pelo Conselho Curador. **Parágrafo 1º** - A destituição do Conselheiro deverá ser aprovada por 2/3 dos membros do Conselho Curador, salvo na hipótese da letra "e", quando o desligamento será automático. **Parágrafo 2º** - Ao Conselheiro acusado de conduta grave será assegurada a oportunidade para o oferecimento de defesa escrita ou oral. **CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO FISCAL - Artigo 16º** - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos da administração e das demonstrações financeiras da Fundação e será composto de 3 (três) membros eleitos pelo Conselho Curador, com mandato de 4 (quatro) anos, permitidas reeleições. **Parágrafo 1º** - Os integrantes do Conselho Fiscal serão eleitos pelo Conselho Curador, em reunião convocada para esse fim. **Parágrafo 2º** - Serão eleitas as pessoas que obtiverem a maioria absoluta dos votos dos Conselheiros presentes. **Parágrafo 3º** - Os integrantes efetivos do Conselho Fiscal elegerão, entre si, o seu Presidente. **Artigo 17º** - Compete ao Conselho Fiscal: I. Fiscalizar a gestão econômico-financeira da Fundação, examinar suas contas, balanços e documentos, e emitir parecer sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, encaminhando ao Conselho Curador; II. Emitir parecer prévio e justificado para alienação, oneração ou aquisição de bens e direitos, para deliberação do Conselho Curador; III. Recomendar ao Conselho Curador a realização de auditoria externa na Fundação, quando julgar necessária. Após a provada a diligência, será instada a Curadoria de Fundações para oficializar o procedimento, inclusive para a designação da entidade que realizará o trabalho contábil. **Parágrafo 1º** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, preferencialmente no mês Agosto, mediante convocação por escrito de seu Presidente e, extraordinariamente, quando convocado pela mesma autoridade, por 2/3 dos Conselheiros ou pelo Ministério Público. **Parágrafo 2º** - O Conselho Fiscal, ressalvados os casos expressos em lei ou no presente Estatuto, deliberará pela maioria simples dos Conselheiros presentes. As deliberações serão registradas em atas, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. As atas serão submetidas à aprovação do Ministério Público para posterior registro. **CAPÍTULO IX - DA DIRETORIA EXECUTIVA - Artigo 18º** - A Fundação será administrada por uma Diretoria Executiva, órgão executivo e administrativo da Fundação, constituída de um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor Administrativo-Financeiro, eleitos pelo Conselho Curador, com mandato de 4 (quatro) anos, permitidas reeleições. **Parágrafo 1º** - O Diretor Presidente da Diretoria Executiva é também o Presidente da Fundação. **Parágrafo 2º** - Os integrantes dos Conselhos Curador e Fiscal, caso eleitos para a Diretoria-Executiva, serão afastados e substituídos nos respectivos órgãos colegiados. **Parágrafo 3º** - Serão consideradas



União Internacional de Notários Latino (Fundada em 1948)



10512602413837.000022404-1

P: 00803 R: 007404

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



2º TABELÃO DE NOTAS
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO: MANOEL OLEGARIO DA COSTA
13 NOV 2012 000339458

Ministério das Comunicações
SCE



REGISTRADO

Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos, contados da posse desses integrantes, em reunião extraordinária convocada especialmente para esse fim, a qual terá a participação do Ministério Público com atribuição para exercer o velamento da Fundação. **Artigo 42º** - O Ministério Público poderá determinar a realização de auditoria externa independente nas atividades e documentos da Fundação, em autos instaurados para tal finalidade, mediante decisão fundamentada, designando empresa ou técnicos para a realização dos trabalhos, em valores de mercado, cujos custos serão suportados pela Fundação. **Artigo 43º** - Ao Ministério Público é assegurado assistir às reuniões dos órgãos dirigentes da Fundação, cabendo-lhe a palavra para pronunciar-se sobre os temas em discussão, para o exercício de suas atribuições de órgão velador da entidade. **Parágrafo 1º** - A Fundação dará ciência ao Ministério Público do dia, hora e local designados para suas sessões ordinárias e extraordinárias, num prazo nunca inferior a 72 (setenta e duas) horas antes da reunião, na hipótese de alteração estatutária ou deliberação de extinção. **Parágrafo 2º** - O exercício das funções de integrante do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva não poderão ser exercidos por procuração, uma vez que serão atos personalíssimos. **Artigo 44º** - A Fundação se compromete: I. Montar e colocar em operação as novas concessões outorgadas pelo Ministério das Comunicações no prazo máximo de 01 (um) ano da data da outorga, sob pena de caracterizar hipótese para extinção da Fundação; II. Manter a disposição do Ministério da Educação a programação produzida, para fins de veiculação em emissoras educativas de outros municípios, estados, territórios e da união; III. Que a qualquer tempo, será permitido, a estabelecimentos de ensino superior do município e de municípios limitados pelo alcance da emissora, participar na programação, mediante convênio e/ou acordo a ser firmado entre as partes. **Artigo 45º** - Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Curador não responderão nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da Fundação, limitando-se sua responsabilidade aos atos que praticarem no exercício de suas funções. **Artigo 46º** - A metade dos integrantes do primeiro Conselho Curador terá o mandato de 06 anos e a outra metade de 04 anos, permitidas reeleições, desta forma se efetivará uma renovação parcial e não radical. **Artigo 46º** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Fundação em conjunto com o Presidente do Conselho Curador, *ad referendum* do Conselho Curador. **Artigo 47º** - O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca. Pelos "outorgantes instituidores" me foi dito que em cumprimento da presente se obrigam, dentro de **90 (noventa) dias** a contar desta data, a transferir a quantia total de **R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)** para a conta corrente bancária a ser aberta pela **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**. Pelo "interveniente anuente" me foi dito que autoriza a lavratura da presente escritura, com a qual se

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1936AR668743



União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)

10512602413837.000022407-6
P: 00503 R: 007407

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

ILMO SR. OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDSON VALTER PAGANO
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

nacionalidade BRASILEIRA, estado civil CASADO, profissão EMPREENHEIRO
portador do RG. 3.733.977-5, inscrito no CPF.MF. 402.130.058-91

representante legal da pessoa jurídica denominada: FUNDAÇÃO ONDA
VENDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL

com sede À RUA ANTONIO COMPARATO, 148 - SÃO PAULO - SP

vem requerer, nos termos do art. 121 da Lei 6.015/73 e da Lei 10.406/02, o

registro/averbação do instrumento em anexo, juntando 02 vias de igual teor e forma, SENDO
A ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE 20/09/2011.

nestes termos

pede deferimento

São Paulo, 09/11/2011



assinatura do representante legal

- OBS.: (Para preenchimento do requerimento)
- 1 Não é necessário reconhecer firma no requerimento, se a assinatura estiver compatível;
 - 2 Deve ser assinado pelo representante legal, conforme contrato ou estatuto.

13.º TABELIÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO - SP - Bel. AVELINO LUIS MARQUES
RUA PRINCESA GABRIEL, 362 - JARDIM PAULISTA - CEP 04601-001 - TEL/FAX: (11) 5041-1700

Reconheço Por Semelhança a(s) assinatura(s) de
EDSON VALTER PAGANO

São Paulo, 17 de Novembro de 2011. Fe. Test.

HELIO SOARES PIOLI - ESCRIVENTE

HELIO SOARES PIOLI - ESCRIVENTE

Valido somente com o Selo de Autenticidade - Valor: R\$3,50

Nº 0115/17113

38.1543

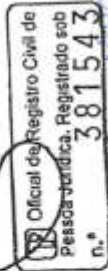


P/67.941 - CNPJ 09.241.619/0001-62

"FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL"

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2011

Aos vinte dias do mês de setembro de 2011, às 20:00 horas, em sua sede social, sita na Rua Antonio Comparato, 148 – Campo Belo, na cidade de São Paulo, Capital, reuniram-se, em primeira convocação, os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva da **"FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL"**, composta pelos Senhores **ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Rua São Benedito, 931 – apto. 21, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.933.561-0-SSP/SP e do CPF/MF 042.661.388-06; **FERNANDA DE ANDRADE PAGANO**, brasileira, solteira, maior, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Miranda Guerra, 876 – casa 08, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.984.649-3-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 299.393.438-41; **ANTONIO BRUNO MONTORO**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Rua São Benedito, 931 – apto. 11, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.719.689-9-SSP/SP e CPF/MF nº 035.002.928-87; **EDSON VALTER PAGANO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital na Rua Miranda Guerra, 876 – casa 08, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.733.977-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 402.130.058-91; **TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua São Benedito, 931 – apto. 21, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.177.733-2-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 082.398.148-75 e **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Miranda Guerra, 876 – casa 08, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.817.246-SSP/SP e CPF/MF sob nº 852.407.108-72, especialmente convocados por carta registrada, datada a 09 de setembro de 2011 e vazada no seguinte teor: "Fica V.Sa., convocado a comparecer à Assembléia Geral Ordinária da **"FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL"**, a se realizar no dia 20 de setembro de 2011, às 20:00 horas, em primeira convocação, em sua sede social, sita na Rua Antonio Comparato, 148 – Campo Belo, neste município de São Paulo, Capital, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria Executiva; b) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 09 de setembro de 2011. ass) Edson Valter Pagano – Diretor Presidente".



Handwritten signature

GOV. DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUSTIÇA CIVIL - FUNDAC
posto nos artigos 127 e 129,
e os membros do Cole
604.005 da Cor

1º RCPJ/SP
PRENOTADO

PRENOTADO
RCPJ-BARUERI



Oficial de Registro Civil de
Pessoas Jurídicas - Registrado sob
nº 381543



Ministério das Comunicações
14

52095





das Comunicações
15

Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Bruno Montoro Junior, que convidou a mim, Vera Helena Pereira de Andrade Pagano, para secretária. Dando início aos trabalhos o Sr. Presidente colocou em pauta o tema central da assembléia, vale dizer, eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria Executiva para um mandato de 4 (quatro) anos. Após as considerações, e com fulcro no parágrafo 1º do artigo 13º e incisos XV e XVII do artigo 14º dos Estatutos Sociais, ficam reeleitos para comporem o Conselho Curador, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL" para o período de mandato de 4 (quatro) anos, ou seja de 24 de outubro de 2011 a 23 de outubro de 2015, os seguinte membros: **CONSELHO CURADOR: ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR – PRESIDENTE; FERNANDA DE ANDRADE PAGANO e ANTONIO BRUNO MONTORO – MEMBROS. DIRETORIA EXECUTIVA: EDSON VALTER PAGANO – DIRETOR PRESIDENTE; TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO – VICE-PRESIDENTE e VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO – DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO. CONSELHO FISCAL: MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE e MARIA CECÍLIA MONTORO**, permanecendo um cargo vago. Os membros dos **CONSELHO CURADOR e FISCAL** e da **DIRETORIA EXECUTIVA** tomam, de imediato, posse dos cargos. Finalizando, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de assuntos de interesse social, e como não houvesse manifestação, deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que após lida, achada conforme e por todos os presentes assinada, será registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo – 2º Tabelião de Notas. São Paulo, 20 de setembro de 2011. ass) Antonio Bruno Montoro Júnior; Fernanda de Andrade Pagano, Antonio Bruno Montoro; Edson Valter Pagano; Tânia Lúcia Assad Montoro e Vera Helena Pereira de Andrade Pagano.

Oficial de Registro Civil de
Pessoas Jurídicas, registrado sob
n.º 181543

1º RCPJSP
PRENOTADO

5º Tabelionato de
Notas FRANCA

ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR
PRESIDENTE

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CIVIL - FUNDADAÇÃO S
Autenticado e registrado com fundamento nos artigos 127 e 129, II, da
Constituição Federal e nos artigos 66 e seguintes do Código Civil
e n.º artigo 28 do cap. XIX das Normas Gerais da Corregedoria
Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

São Paulo, 24 OUT 2011

5º Tabelionato de
Notas FRANCA

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO
SECRETÁRIA

AIKTON GRAZZIOLI
Promotor de Justiça Civil e Fundações
CURADOR DE FUNDAÇÕES

**PRENOTADO
RCPJ-BARUERI**

2

36AR691948

17 AGO. 2012

Verificação por meio de sistema eletrônico de autenticação de documentos.

Valido somente com o selo de autenticidade.

So. Tabelião de Notas - José Roberto Pichaco Franca - Tabelião de
Rua Americo Brasiliense, 1.863 - Chacara Santo Antonio - Fone: 3187-9344
Rec. Por Semelhança *****2 Firma(s) ***** de:
ANTONIO BRUNO MONTORO JUNIOR e VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE
PAGANO *****
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE (ver selo valor em
Carimbo: 1829120 : SÃO PAULO, 24 de outubro de 2011.
Valor: R\$ 7,00 : Em test. da Verdade
Conf.: Lucas
EMERSON DE OLIVEIRA SILVA - ESCRIVENTE
AB853641

2009

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoas Jurídicas da Capital - CNPJ: 45.564.895/0001-25
Rua XV de Novembro, 244 - 1º andar - Centro - CEP. 01013-000 - São Paulo/SP

Emol.	R\$ 51,25	Protocolado e prenotado sob o n. 428.962 em
Estado	R\$ 14,58	09/11/2011 e registrado, hoje, em microfilme
Ipsop	R\$ 10,79	sob o n. 381.543, em pessoa jurídica
R. Civil	R\$ 2,71	Averbado à margem do registro n. 239.458
T. Justiça	R\$ 2,71	São Paulo, 18 de novembro de 2011
Total	R\$ 82,04	

Seios e taxas
Recebidos
p/verba

Paulo Roberto de Carvalho Rago - Oficial
Antonio Jose da Silva Almeida - Oficial Substituto

1º Oficial de Registro de Tít. e Docs.
Registrado por:
Ana Paula Belaz Servilha

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
JURÍDICAS DA COMARCA DE BARUERI / SP
Data 07 NOV 2011 105801
Título prenotado sob nº
e devolvido sem registro para cumprimento da
exigência constante da nota de devolução anexa



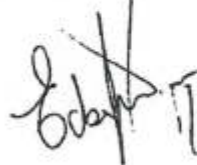
APT - 0448/11

Ao
Sr. Antonio Bruno Montoro
Rua São Benedito, 931 - apto. 11
SÃO PAULO/ CAPITAL

Ref.: Convocação - A.G.O. da FUNDAÇÃO
ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO
BRASIL

Fica V.Sa., convocado a comparecer à Assembleia
Geral Ordinária da "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE
RADIODIFUSÃO BRASIL" a se realizar no dia 20 de setembro de 2011,
às 20:00 horas, em primeira convocação, em sua sede social, sita na Rua
Antonio Comparato, 148 - Campo Belo, neste município de São Paulo,
Capital, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a)
Eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria
Executiva; b) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 09 de Setembro de 2011.



EDSON VALTER PAGANO
DIRETOR PRESIDENTE



PRENOTADO
RCPJ-BARUERI

6

Ministério das Comunicações
SCE
17
Rubrica
n.º 381543

Oficial de Registro Civil de
Pessoa Jurídica Registrado sob
n.º 381543

1º RCPJ/SP
PRENOTADO


APT - 0448/11

A
Sra. Tânia Lucia Assad Montoro
Rua São Benedito, 931 - apto. 21
SÃO PAULO/ CAPITAL

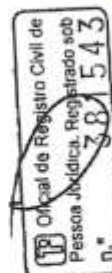
Ref.: Convocação - A.G.O. da FUNDAÇÃO
ONDA VERDE DE RÁDIO DIFUSÃO
BRASIL

Fica V.Sa., convocado a comparecer à Assembleia
Geral Ordinária da "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE
RÁDIO DIFUSÃO BRASIL" a se realizar no dia 20 de setembro de 2011,
às 20:00 horas, em primeira convocação, em sua sede social, sita na Rua
Antonio Comparato, 148 - Campo Belo, neste município de São Paulo,
Capital, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a)
Eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria
Executiva; b) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 09 de Setembro de 2011.


EDSON VALTER PAGANO
DIRETOR PRESIDENTE

PRENOTADO
RCPJ-BARUERI



1º RCPJSP
PRENOTADO

APT - 0448/11

A
Srta. Fernanda de Andrade Pagano
Rua Miranda Guerra, 876, casa 08
SÃO PAULO/ CAPITAL

Ref.: Convocação - A.G.O. da FUNDAÇÃO
ONDA VERDE DE RÁDIO DIFUSÃO
BRASIL

Fica V.Sa., convido a comparecer à Assembleia
Geral Ordinária da "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE
RÁDIO DIFUSÃO BRASIL" a se realizar no dia 20 de setembro de 2011,
às 20:00 horas, em primeira convocação, em sua sede social, sita na Rua
Antonio Comparato, 148 - Campo Belo, neste município de São Paulo,
Capital, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a)
Eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria
Executiva; b) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 09 de Setembro de 2011.



EDSON VALTER PAGANO
DIRETOR PRESIDENTE

PRENOTADO
RCPJ-BARUÉRI



APT - 0448/11

A

Srta. Vera Helena Pereira de Andrade Pagano
Rua Miranda Guerra, 876, casa 08
SÃO PAULO/ CAPITAL

Ref.: Convocação - A.G.O. da FUNDAÇÃO
ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO
BRASIL

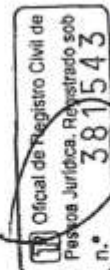
Fica V.Sa., convocado a comparecer à Assembléia
Geral Ordinária da "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE
RADIODIFUSÃO BRASIL" a se realizar no dia 20 de setembro de 2011,
às 20:00 horas, em primeira convocação, em sua sede social, sita na Rua
Antonio Comparato, 148 - Campo Belo, neste município de São Paulo,
Capital, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a)
Eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria
Executiva; b) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 09 de Setembro de 2011.




EDSON VALTER PAGANO
DIRETOR PRESIDENTE

PRENOTADO
RCPJ-BARUERI



1º RCPJ/SP
PRENOTADO


 Oficial de Registro Civil de
 Pessoa Jurídica Registrado sob
 n.º 381543

1º RCPJ/SP
PRENOTADO

Schulz

PRENOTADO
RCPJ-BARUERI



FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL

Oficial de Registro Civil da
Pessoa Jurídica - Registrado sob
n.º 381543

1º RCPJ/SP
PRENOTADO

Vera Helena Pereira de Andrade Pagano

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - FUNDAÇÕES
Autorizo o registro, com fundamento nos artigos 127 e 129, IX, da
Constituição Federal, nos artigos 66 e seguintes do Código Civil
e no art. 1.040, I, do CC das Normas Gerais da Corregedoria
do Ministério do Estado de São Paulo.

São Paulo, 24 OUT 2017

ARTON CRAZZIOLI
Promotor de Justiça Cível e Fundações
CRADOR DE FUNDACÖES

PRENOTADO
RCPJ-BARUERI





REGISTRADO

presidir o Conselho de Programação; VI. Designar o Diretor que o substituirá, em suas ausências e impedimentos eventuais; VII. Assinar convênios, consórcios, contratos, ajustes ou quaisquer modalidades de acordo com entidades públicas e privadas ou com pessoas físicas, com o intuito de assegurar a plena realização dos objetivos da Fundação, observada a orientação estabelecida pelo Conselho Curador; VIII. Manter contatos e desenvolver ações junto a entidades públicas e privadas para obtenção de recursos, doações, empréstimos e estabelecimento de acordos e convênios que beneficiem a Fundação; IX. Admitir, promover, transferir e dispensar empregados da Fundação, bem como designar os dirigentes de seus órgãos, de acordo com o Regimento Interno; X. Representar a Fundação em juízo ou fora dele, podendo delegar esta atribuição, em casos específicos, e constituir mandatários e procuradores; XI. Submeter, mensalmente, os balancetes ao Conselho Fiscal e, anualmente, a prestação de contas e os relatórios correspondentes ao exercício anterior; XII. Decidir, ouvido o Conselho Curador, sobre a divulgação dos resultados e estudos realizados pela Fundação, bem como sobre alienação ou transferência de conhecimentos e tecnologias para terceiros. **Artigo 23º** - Ao Diretor Vice-Presidente compete: I. Substituir o Diretor-Presidente em todas as funções, quando convocado, em virtude de impedimento do mesmo; II. Colaborar com o Diretor Presidente em funções que lhe forem designadas. **Artigo 24º** - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro: I. Orientar, fiscalizar e coordenar a aplicação dos recursos na execução dos projetos e programas da Fundação; II. Elaborar planos e estudos visando ao desenvolvimento das atividades da Fundação; III. Assistir aos supervisores ou gerentes de projeto na elaboração de propostas, contratos ou convênios referentes à fiscalização de pesquisas, treinamentos e prestações de serviços; IV. Supervisionar a elaboração do relatório anual de atividades e do plano de trabalho a serem apreciados pela Diretoria e encaminhados ao Conselho Curador; V. Assinar, juntamente com o Diretor Presidente, documentos relativos à sua área de atuação; VI. Supervisionar e controlar as receitas, despesas e aplicações financeiras da Fundação; VII. Movimentar contas bancárias, assinando cheques e recibos, juntamente com o Diretor Presidente; VIII. Gerir as atividades administrativas da Fundação, assim como as relativas a recursos humanos; IX. Zelar pelo patrimônio mobiliário e imobiliário da Fundação; X. Dirigir e fiscalizar a contabilidade da Fundação; XI. Supervisionar a elaboração da prestação anual de contas e do balanço geral da Fundação; XII. Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária para cada exercício, referente ao custeio da estrutura e administração da Fundação.

CAPÍTULO X - DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO - Artigo 25º - O Conselho de Programação é o órgão encarregado de estabelecer as diretrizes gerais da programação a ser veiculada por emissora da Fundação e será constituído pelos seguintes membros: Presidente da Fundação; Presidente do Conselho Curador;



10512602413837.000022405-0

P: 00803 R: 007405

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
 SÃO PAULO SP CEP 01220-010
 FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

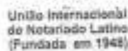
REGISTRADO

discutir, emendar e aprovar a proposta orçamentária, não podendo majorar despesas, salvo se consignar os respectivos recursos. **Parágrafo 3º** - Aprovada a proposta orçamentária ou transcorrido o prazo previsto no parágrafo anterior sem que se tenha verificado a sua aprovação, fica a Diretoria Executiva autorizada a realizar as despesas previstas. **Parágrafo 4º** - Depois de apreciada pelo Conselho Curador, a proposta orçamentária e o respectivo escopo de atividades a serem desenvolvidas serão encaminhados, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Ministério Público. **Artigo 33º** - A prestação anual de contas será submetida ao Conselho Curador até o dia 28 de fevereiro de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior. **Parágrafo 1º** - A prestação anual de contas da Fundação conterà, entre outros, os seguintes elementos: I. Relatório circunstanciado de atividades; II. Balanço patrimonial; III. Demonstração de resultados do exercício; IV. Demonstração das origens e aplicações de recursos; V. Relatório e parecer de auditoria externa, caso tenha sido realizada; VI. Quadro comparativo entre a despesa fixada e a realizada; VII. Parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - A prestação de Contas observará as seguintes normas: I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade; II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Fundação, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame a qualquer cidadão; III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento; IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. **Parágrafo 3º** - A prestação de contas deverá ser apreciada pelo Conselho Curador no prazo de 30 (trinta) dias e, nos 10 (dez) dias subseqüentes, encaminhada ao Ministério Público.

CAPÍTULO XII - DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO - Artigo 34º - O estatuto da Fundação poderá ser alterado ou reformado por proposta do Presidente do Conselho Curador, do Diretor Presidente, ou de pelo menos três integrantes de seus Conselhos Curador e Diretoria Executiva, desde que: I. A alteração ou reforma seja discutida em reunião conjunta dos integrantes do Conselho Curador e a Diretoria Executiva, presidida pelo presidente do primeiro, e aprovada por 2/3 dos votos presentes; II. A alteração ou reforma não contrarie ou desvirtue as finalidades da Fundação; III. Seja a reforma aprovada pelo órgão competente do Ministério Público. **CAPÍTULO XIII - A**

EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO - Artigo 35º - A Fundação extinguir-se-á por deliberação fundamentada de seu Conselho Curador e Diretoria Executiva, com a presença do Ministério Público (este sem direito a voto), aprovada por 2/3 de seus integrantes em reunião conjunta, presidida pelo presidente do primeiro, quando se



P: 00803 R: 007406

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



FACULDADE MUNDIAL

Credenciada pela Portaria MEC nº 64 de 13/01/2009 – DOU 14/01/2009



TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA

Celebram este **Termo de Convênio de Cooperação Mútua**, por um lado, a **Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil**, entidade civil, com personalidade de direito privado, sem fins lucrativos, com possibilidade de atuação em todo o território nacional, com CNPJ nº 09.241.619/0001-62, que tem como um de seus objetivos principais o estabelecimento de acordos com entidades de ensino e órgãos governamentais com o propósito de produzir programas culturais, informativos e educativos voltados à proteção ambiental e reciclagem, doravante denominada simplesmente **CONVENENTE**; e por outro lado, a **FACULDADE MUNDIAL**, credenciada pela Portaria MEC/SESu nº 64 de 13/01/2009 – DOU 14/01/2009 doravante denominada simplesmente **CONVENIADA**, tem entre si acertado o presente **Convênio**, com amparo na legislação pertinente e em especial, das normas estabelecidas a seguir:

➤ DO OBJETO DO CONVÊNIO

O presente **Convênio** visa a cooperação mútua, de forma gratuita, para a geração de conteúdo a partir das competências existentes na **CONVENIADA**, através de seus dirigentes, docentes, discentes e demais colaboradores, conforme a **GRADE DE PROGRAMAÇÃO** anexada a este **Convênio**, que será veiculado na programação radiofônica em emissora da **CONVENENTE** que está requerendo outorga para execução de serviços de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, no estado de São Paulo.

➤ DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENENTES

A **CONVENENTE** se compromete a:

Av. Paulista, 2200 - 12º andar - Cerqueira César - São Paulo - SP - Cep 01310-300
Tel. (11) 3266-5944 / 3016-5998
<http://www.faculadademundial.com.br> e-mail: atendimento@faculadademundial.com.br





FACULDADE MUNDIAL

Credenciada pela Portaria MEC nº 64 de 13/01/2009 – DOU 14/01/2009



- a) Sempre que necessário, rever sua **GRADE DE PROGRAMAÇÃO** através de seu **Conselho de Programação da CONVENIADA**.

Este representante será sempre indicado pelo principal representante da **CONVENIADA**.

- b) Abrir espaço em sua programação para a **CONVENIADA** que, através de seus dirigentes, docentes, discentes e demais colaboradores, poderão usá-lo para comunicação de assuntos relacionados com suas atividades educacionais. Este espaço será cedido sem qualquer ônus para a **CONVENIADA**.

A **CONVENIADA** se compromete a:

- a) Dar o apoio necessário para a geração de conteúdo, fornecendo as informações indispensáveis para a elaboração de programação conforme o disposto na **GRADE DE PROGRAMAÇÃO**.
- b) Disponibilizar seus diversos departamentos para o fornecimento de informações de assuntos específicos ou de pesquisas relacionadas a conteúdo educacional.
- c) Todo trabalho desenvolvido em conjunto com a **CONVENIENTE** será efetuado de forma voluntária, como oportunidade de experiência e realização profissional dos integrantes da **CONVENIADA**, sem representar nenhum ônus para a **CONVENIENTE**.

A **CONVENIENTE** e a **CONVENIADA** declaram que a colaboração definida neste **Convênio** não implica em nenhum vínculo entre os **CONVENIENTES**, não representando ônus para nenhuma das partes, sendo encarado como colaboração voluntária com objetivos de crescimento e realização profissional gratuita.

➤ DO PRAZO

O presente **Convênio** vigorará a partir da data de sua assinatura por 05(cinco) anos, podendo ser prorrogado, havendo interesse dos **CONVENIENTES**. O presente **Convênio** poderá ser encerrado

Av. Paulista, 2200 - 12º andar - Cerqueira César - São Paulo - SP - Cep 01310-300

Tel. (11) 3266-5944 / 3016-5998

<http://www.faculdaademundial.com.br> e-mail: atendimento@faculdaademundial.com.br

ATUALIZAÇÃO DE NOTAS
José Roberto de Franca - Tabelião
AUTENTICAÇÃO: Autêntica e preserva a fé pública, a qual confere com o original, no que dou fé.

28 AGO. 2012

Cláudio F. Franca Faccini - Tabelião
Roberto F. Franca Faccini - Tabelião





FACULDADE MUNDIAL

Credenciada pela Portaria MEC nº 64 de 13/01/2009 - DOU 14/01/2009

por interesse de qualquer das partes, sem qualquer onus ou penalidade, mediante comunicação escrita com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência

DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de **São Paulo**, estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas na execução ou cumprimento do presente **Convênio**, que não puderem ser resolvidas administrativamente entre as partes.

São Paulo, 21 de Agosto de 2012.

Faculdade Mundial

José Abrão
Diretor Geral

Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil
Edson Pagano
Presidente

50. Tabelião de Notas - José Roberto Pacheco França - Tabelião
Rua Americo Brasiliense, 1.863 - Chacara Santo Antonio - Fone: 5100-5500
Rec. Por Semelhança / Firlma(s) / de:
EDSON VALTER PAGANO
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE - Doc sem valor econo.
Carimb: 2019431 ; SAO PAULO, 28 De agosto De 2012
Valor: R\$ 4,00 ; En test. da Verdade
Conf.: Valdomiro

ELISANGELA GODOY DOS SANTOS - ESCRIVENTE AG052994



CARTORIO DO 169 TABELIAO DE NOTAS
SAO PAULO - SP
Rua Augusta, 1638/1642 Cep: 01304-001
Fabio Tadeu Bisognin - Tabeliao

RECONHECIDO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S)
JOSE ABRÃO (246166)
SAO PAULO - 23 de agosto de 2012.
En test. DA VERDADE.

COD. SEG. 503004565048475049332505053
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
FIRMA/R\$ 4,00 TOTAL R\$ 4,00
DIGITADOR: aiffalon 15:42:25

Av. Paulista, 2200 - 12º andar - Cerqueira César - São Paulo - SP - Cep 01310-300
Tel. (11) 3266-5944 / 3016-5998

<http://www.faculadademundial.com.br> e-mail: atendimento@faculadademundial.com.br

50. TABELIAO DE NOTAS
TABELIAO FRANÇA

JOSE ROBERTO P. FRANÇA - Tabeliao
AUTENTICACAO - Autentico a presente copia
reprografica, extrairia nestas notas, a qual
confere com o original, do que dou fe.

SAO PAULO-SP
Rua Augusta
Bisognin
F. 5100-5500
28 AGO. 2012

Valor pago
p/ autent.
R\$ 2,35



DECLARAÇÃO

Ministério das Comunicações
SCE
26

A **FACULDADE MUNDIAL**, com sede na Avenida Paulista, 2.200, 12º andar, São Paulo, SP, credenciada pela Portaria MEC/SESu nº 64 de 13/01/2009 – DOU 14/01/2009, através de seu representante legal, declara que mantém vínculo com a **Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil**, inscrita no CNPJ / MF nº 09.241.619 / 0001-62, com sede na Rua Antonio Comparato, 148, São Paulo – SP, por meio de convênio firmado e informa que possui 50 alunos matriculados.

São Paulo, 21 de Agosto de 2012.

Faculdade Mundial
José Abrão
Diretor Geral



CARTÓRIO DO 16º TABELIÃO DE NOTAS SAO PAULO - SP Rua Augusta, 1638/1642 Cep: 01304-001 Fábio Tadeu Bisognin - Tabelião	
RECONHECO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) JOSE ABRÃO (248166) São Paulo, 22 de agosto de 2012. EM TESTE DA VERDADE.	
COD. SEB. 5050485650484950/95352495351 1 VALIDO SOLENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE FIRMA R\$ 4,00 ** TOTAL R\$ 4,00 DIGITADOR: zaffalon 15:41:53	

Quantidade de Alunos

Faculdade Mundial

TABELIÃO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA
José Roberto R. França - Tabelião
ART. 1º, inciso II, da Lei nº 13.127/2006, e suas alterações.
Emissão de 28 AGO. 2012
R\$ 2,35

Página - 1



PCARP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Prefeitura do *Campus* Administrativo de Ribeirão Preto
Gabinete do Prefeito



OF / GP / 171 / PCARP

10 de julho de 2008.

Ao Senhor Presidente
Edson Pagano
Fundação Onda Verde

Prezado Presidente,

Na qualidade de Prefeito do *Campus* Administrativo de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo apóia a Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil em suas iniciativas e conforme deliberação definida durante Reunião em 7 de julho de 2008, aceitou e aprovou o Acordo de Colaboração proposto bem como indicou o Sr. José Pedrosa Ferraz Junior como nosso representante junto ao Conselho de Programação da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil.

Atenciosamente,

Prof. Dr. José Aparecido Da Silva
Prefeito do *Campus*

c/c **José Pedrosa Ferraz Junior**
Serviço de Comunicação Social

BRASIL 2ª OF. DE REG. CIVIL DAS PES. NAT. - OFICIAL: LEONARDO MUNARI DE LIMA
RUA DR. LOYOLA, 445 - VL. TIBÉRIO - RIBEIRÃO PRETO - SP - CEP 14050-070
FONE: (16) 625-9358 - E-mail: vilaferio@netsite.com.br

Reconheço por semelhança a firma de: JOSE APARECIDO DA SILVA, fê.

Ribeirão Preto, 13 de agosto de 2008.
Em Teste (1) da verdade. Cód. [105608001720081338]
Giovana da Costa Antonio - Escrevente Autorizada
Válido somente com o selo de autenticidade. Utd: 105608001720081338

Giovana da Costa Antonio
RG: 2.432.245
Escrevente Autorizada

FIRMA 1
968690V/6580



Av. Bandeirantes, 3900 – CEP: 14040-900 Ribeirão Preto – SP
Tel.: (0**16) 3602 3500 Fax (0**16) 3633 7964
E mail pcarp@edu.usp.br

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA



Celebram este Termo de Convênio de Cooperação Mútua, por um lado, a **Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil**, entidade civil, com personalidade de direito privado, sem fins lucrativos, com possibilidade de atuação em todo o território nacional, que tem como um de seus objetivos principais o estabelecimento de acordos com universidades e órgãos governamentais com o propósito de produzir programas culturais, informativos e educativos voltados à proteção ambiental e reciclagem, doravante denominada simplesmente **CONVENENTE**; e por outro lado, a **USP - Universidade de São Paulo**, através da **Prefeitura do Campus Administrativo de Ribeirão Preto**, doravante denominada simplesmente **CONVENIADA**, tem entre si acertado o presente **Convênio**, com amparo na legislação pertinente e em especial, das normas estabelecidas a seguir:

➤ DO OBJETO DO CONVÊNIO

O presente **Convênio** visa a cooperação mútua, de forma gratuita, para a geração de conteúdo a partir das competências existentes na **CONVENIADA**, através de seus dirigentes, docentes, discentes e demais colaboradores, conforme a **GRADE DE PROGRAMAÇÃO** anexada a este **Convênio**, que será veiculado na programação radiofônica em emissora da **CONVENENTE** que está requerendo outorga para execução de serviços de radiodifusão em **Ribeirão Preto**, com fins exclusivamente educativos, no canal **236E**, previsto no Plano Básico de distribuição de canais, para a cidade de **Ribeirão Preto**, estado de São Paulo.

➤ DAS OBRIGAÇÕES DOS CONVENENTES

A **CONVENENTE** se obriga e se compromete a:

a) Sempre que necessário, rever sua **GRADE DE PROGRAMAÇÃO** através de seu **Conselho de Programação** que, conforme definido nos estatutos da **CONVENETE**, conta com um representante do principal estabelecimento de ensino da região, neste caso a **USP – Universidade de São Paulo**, a **CONVENIADA**. Este representante será sempre indicado pelo principal representante da **CONVENIADA**, neste caso o **Prefeito do Campus Administrativo de Ribeirão Preto**.

b) Abrir espaço em sua programação para a **CONVENIADA** que, através de seus dirigentes, docentes, discentes e demais colaboradores, poderão usá-lo para comunicação de assuntos relacionados com suas atividades educacionais. Este espaço será cedido sem qualquer ônus para a **CONVENIADA**.

A **CONVENIADA** se obriga e se compromete a:

a) Dar o apoio necessário para a geração de conteúdo, fornecendo as informações indispensáveis para a elaboração de programação conforme o disposto na **GRADE DE PROGRAMAÇÃO**.

b) Avaliar a possibilidade de disponibilizar o uso de suas dependências para instalação, quando necessário, de equipamentos de radiodifusão. Esta disponibilização será definida e detalhada em documento específico quando da necessidade da referida instalação e só ocorrerá após a autorização formal e específica da **CONVENIADA**.

c) Disponibilizar seus diversos departamentos para o fornecimento de informações de assuntos específicos ou de pesquisas relacionadas a conteúdo educacional.

d) Todo trabalho desenvolvido em conjunto com a **CONVENENTE** será efetuado de forma voluntária, como oportunidade de experiência e realização profissional dos integrantes da **CONVENIADA**, sem representar nenhum ônus para a **CONVENENTE**.

A **CONVENENTE** e a **CONVENIADA** declaram que a colaboração definida neste **Convênio** não implica em nenhum vínculo entre os **CONVENENTES**, não representando ônus para nenhuma das partes, sendo encarado como colaboração voluntária com objetivos de crescimento e realização profissional gratuita.

➤ DO PRAZO

O presente **Convênio** vigorará a partir da data de sua assinatura por 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado, havendo interesse dos **CONVENENTES**.

➤ DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de **Ribeirão Preto**, estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas na execução ou cumprimento do presente **Convênio**, que não puderem ser resolvidas administrativamente entre as partes.

Ribeirão Preto, 08 de Outubro de 2008.



Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil
Presidente: Edson Pagano

São Paulo, 21 de Agosto de 2012.

O Campus da USP-Ribeirão Preto oferece 25 cursos com 28 opções de formação, nas áreas de exatas biológicas e humanas. No total são 1360 alunos.

Esta informação é pública e está publicada no site da USP de Ribeirão Preto, www.ribeirao.usp.br/graduacao.asp, conforme página anexada a esta declaração.



Edson Valter Pagano.



USP Ribeirão Preto - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto

USP Ribeirão Preto | Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto | Faculdade de Engenharia de Ribeirão Preto | Faculdade de Ciências Exatas de Ribeirão Preto | Faculdade de Ciências Sociais de Ribeirão Preto

Ver mais em: [usp.ribeirao.br](#)

Graduação

O Campus da USP - Ribeirão Preto oferece 25 cursos com 25 opções de formação, nas áreas de exatas, biológicas e humanas. O ingresso é feito exclusivamente através do vestibular da FUVEST. No total são 1262 vagas.

Outra forma de ingressar na USP é por meio de **transferência externa**. Nesse caso, o aluno interessado deve estar matriculado em outra instituição de ensino superior e passar por uma seleção. A transferência está condicionada à disponibilidade de vagas no curso pretendido.

O prazo de inscrição varia de acordo com cada unidade.

CURSO	UNIDADE	VAGAS	DURAÇÃO (semestres)	PERÍODO
Administração	FEARP	45	10	Noturno
Administração	FEARP	50	8	Diurno
Biologia	FFCLRP	42	3	Integral
Ciência da Informação e Documentação	FFCLRP	40	3	Noturno
Certificação	FEARP	45	10	Noturno
Chem	PDSP	100	10	Integral
Economia	FEARP	45	10	Noturno
Economia Empresarial e Contabilidade	FEARP	70	8	Diurno
Educação Física e Esportes	EEFERP	60	3	Integral
Enfermagem	EEFERP	60	3	Integral
Enfermagem Licenciatura	EERP	30	10	Vespertino/Noturno
Farmácia	FCFRP	30	10	Integral
Farmácia	FCFRP	20	12	Noturno

Física Médica	FFCLRP	40	12	Noturno
Fisioterapia	FIARF	40	10	Vespertino/Noturno
Farmacologia	FMRP	30	3	Diurno
Informática Biomédica	Interun *	40	3	Diurno
Informática Aplicada e Registros	FFCLRP	40	3	Diurno
Medicina	FMRP	500	12	Integral
Música	EDA	30	8	Integral
Nutrição	FMRP	30	10	Diurno
Osteologia	FCFRP	30	3	Integral
Pedagogia	FFCLRP	30	3	Noturno
Psicologia	FFCLRP	40	10	Integral
Química Bacharelado	FFCLRP	30	3	Integral
Química Forense	FFCLRP	20	3	Integral
Química Licenciatura	FFCLRP	40	10	Noturno
Química Teor. Sólido e Aplicações	FFCLRP	20	3	Integral
Terapia Ocupacional	FMRP	20	10	Vespertino/Noturno

* Interun: o curso de Informática Biomédica é administrado pelas unidades de ensino FMRP (Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto) e FFCLRP (Faculdade de Física, Ciências e Letras de Ribeirão Preto).

Meios Principais

USP - Ribeirão Preto
Direção
Reitoria
Superintendente
Pró-Reitor de Ensino
Pró-Reitor de Graduação
Pró-Reitor de Pesquisa

Comunicação

USP - Ribeirão Preto
TV USP
Newsletter - Cadastro de e-mail
Jornal - Edição impressa
Sede de Comunicação

Suporte

USP - Centro de Informática
USP - Serviço de Manutenção de Equipamentos
USP - Serviço de Informática
USP - Serviço de Informática
USP - Serviço de Informática

Cursos Externos

USP - Ribeirão Preto
USP - Ribeirão Preto
USP - Ribeirão Preto
USP - Ribeirão Preto
USP - Ribeirão Preto
USP - Ribeirão Preto

Reserva de vagas USP em 2012

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

Graduação e Pós-graduação

DECLARAÇÃO

FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO

BRASIL, com sede na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Antonio Comparato, 148 – Campo Belo – CEP 04606-030, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.241.619/0001-62, por seu representante legal, infra-assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- compromete-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, parágrafo 2º da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999.



São Paulo, 15 de Agosto de 2012.

P/ FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL
EDSON VALTER PAGANO
DIRETOR PRESIDENTE

DECLARAÇÃO

**FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE
RADIODIFUSÃO BRASIL**, com sede na cidade de São Paulo, Capital, na
Rua Antonio Comparato, 148 – Campo Belo – CEP 04606-030, inscrita no
CNPJ/MF sob nº 09.241.619/0001-62, por seu representante legal, infra-
assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

I – não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço de
radiodifusão sonora na localidade de Paraguaçu Paulista – SP;

II – não excederá os limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236, de
28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.



São Paulo, 15 de Agosto de 2012.

**P/ FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL
EDSON VALTER PAGANO
DIRETOR PRESIDENTE**

D E C L A R A Ç Ã O

**FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE
RADIODIFUSÃO BRASIL**, com sede na cidade de São Paulo, Capital, na
Rua Antonio Comparato, 148 – Campo Belo – CEP 04606-030, inscrita no
CNPJ/MF sob nº 09.241.619/0001-62, por seu representante legal, infra-
assinado, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- possui recursos financeiros para o empreendimento.



São Paulo, 15 de Agosto de 2012.

**P/ FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL
EDSON VALTER PAGANO
DIRETOR PRESIDENTE**

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.241.619/0001-62 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/11/2007
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - FUNDACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R ANTONIO COMPARATO	NÚMERO 148	COMPLEMENTO ANDAR TERREO	
CEP 04.606-030	BAIRRO/DISTRITO CAMPO BELO	MUNICÍPIO SÃO PAULO	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/11/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **08/08/2012** às **12:30:47** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 006142012-21200619

Nome: FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL

CNPJ: 09.241.619/0001-62

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 07/08/2012.

Válida até 03/02/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Ministério das Comunicações
38
Page 1 of 1
SCE

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RÁDIO-DIFUSÃO BRASIL
CNPJ: 09.241.619/0001-62

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 17:02:57 do dia 14/05/2012 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/11/2012.



Código de controle da certidão: **B0D8.DE1C.F79D.D181**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
DELEGACIA REGIONAL TRIBUTÁRIA DA CAPITAL DRTC-III
UNIDADE FISCAL DE COBRANÇA
Rua Butantã, 260 / 1º andar - 05424-000 São Paulo - SP
Tel.: (11) 3093-3700

<p align="center">Certidão UFC Nº 1139/2012 GDOC 51220-970118/2012</p>	
<p>Contribuinte: FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO-BRASIL Endereço: R ANTONIO COMPARATO, 148 - ANDAR TERREO Bairro: CAMPO BELO Município: São Paulo/SP Insc. Estadual: XXX.XXX.XXX.XXX CNPJ/CPF: 09.241.619/0001-62 RG:</p>	
<p>CERTIFICO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA, NÃO CONSTA INSCRIÇÃO ESTADUAL NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DE ICMS DO ESTADO DE SÃO PAULO EM NOME DA EMPRESA FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL, RELATIVAMENTE AO CNPJ 09.241.619/0001-62.</p>	
<p>Finalidade: REGULARIDADE FISCAL</p>	
<p>1- A presente certidão só é válida em relação ao interessado e demais indicados. 2- Fica ressalvado o direito à Fazenda do Estado de exigir, a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados. 3- A taxa de fiscalização e serviços devida foi recolhida, nos termos da legislação vigente. 4- Prazo de Validade da certidão: 06 (seis) meses conforme Portaria CAT 20/2008 (DOE de 02/04/98);</p>	
<p>Local de Emissão: São Paulo Emitido por: UFC/DRTC-III</p> <p align="center"> Carlos Augusto Frazão Pereira RG 43.861.723</p>	<p>Data da Emissão: 17/08/2012 Responsável:</p> <p align="center"> P/ Ricardo Miranda Adas Agente Fiscal de Rendas Chefe da Unidade Fiscal de Cobrança</p>

Carlos Augusto Frazão Pereira
RG 13.861.723
Agente Fiscal de Rendas

P/ Ricardo Miranda Adas
Agente Fiscal de Rendas
Chefe da Unidade Fiscal de Cobrança

Fiscal de Cobrança
Carlos Augusto Frade Pereira
RG 13.861.723
Agente Fiscal de Rendas





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Coordenadoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 09.241.619

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 2311371

Data e hora da emissão 07/08/2012 13:29:08

Folha 1 de 1

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 03 de 13 de agosto de 2010, publicada no D.O.E. de 17/08/2010 - Seção I, p. 21.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



PREFEITURA DE SÃO PAULO

FINANÇAS

Certidão de Tributos Mobiliários

Certidão número : 1214578 - 2012
C.C.M. : 3.710.548-5
CNPJ / CPF : 09.241.619/0001-62
Contribuinte : FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL
Endereço : R ANTONIO COMPARATO 148
Tipo Serviço :
Início Atividades : 13/11/2007
Emitida em : 07/08/2012
Válida até : 07/11/2012

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de São Paulo cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão, a Secretaria Municipal de Finanças **CERTIFICA** que a situação fiscal do contribuinte supramencionado, referente à quitação do Imposto Sobre Serviços, Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento, Taxa de Fiscalização de Estabelecimento, Taxa de Fiscalização de Anúncio e Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (incidências a partir de janeiro/2011), até a presente data é:
REGULAR

Certidão expedida via Internet com base na Portaria SF nº 066/2002, de 28 de Setembro de 2002 e Decreto 50691, de 29 de junho de 2009.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>).



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nº da Certidão 2012.0001409690

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, ou vinculado ao **CNPJ de número 09.241.619/0001-62**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: Y7ELGRAaB63H hLKWXS FKQ8JPDZ68TTS4Y
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não está sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 10 de agosto de 2012 às 14h28min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.241.619/0001-62
Certidão n°: 6798671/2012
Expedição: 10/08/2012, às 14:25:19
Validade: 05/02/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 09.241.619/0001-62, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09241619/0001-62
Razão Social: FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL
Nome Fantasia: FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL
Endereço: R ANTONIO COMPARATO 148 ANDAR TERREO / CAMPO BELO /
SAO PAULO / SP / 4606-030

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/08/2012 a 25/09/2012

Certificação Número: 2012082714471953367580

Informação obtida em 27/08/2012, às 14:47:19.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

*
*
*
*
*
*



* **CÓPIA DO BALANÇO PATRIMONIAL DEZEMBRO / 2011** *

FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL

ENDEREÇO : RUA ANTONIO COMPARATO, 148 - ANDAR TERREO
CEP/BAI./CID. : 04606-030 / CAMPO BELO / SAO PAULO - SP
TELEFONE : (11)5542-3130
I.MUN.CCM : 3.710.548-5
INSCR. EST : ISENTO
CNPJ/CPF : 09.241.619/0001-62
ATIVIDADE : RADIO E TELEVISAO
C.N.A.E : 6021-7/00
CARTÓRIO : 1ºRCPJ-SÃO PAULO
de : 13/11/2007

reg : 339458

Livro :

Folha :

SCRITA ASSESSORIA CONTABIL S/C LTDA.
JUVENCIO RIBEIRO NETO
R ALCIDES LOURENCO DA ROCHA 167 CJ 51
SAO PAULO (11)5105-4200
scrita@scritacontabil.com.br

*
*
*
*
*
*
*

*
*
*
*
*
*
*

Código da Empresa:0310

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Dezembro/2011 Folha: 0001

SCRITA ASSESSORIA CONTABIL S/C LTDA.

F.Social: FUND. ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL

NIRE:

I.E: ISENTO

CNPJ: 09.241.619/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO



BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2011 Folha:0002

SCRITA ASSESSORIA CONTABIL S/C LTDA.

F.Social: FUND. ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL

NIRE:

I.E: ISENTO

CNPJ: 09.241.619/0001-62

ATIVO

100.002-0 ATIVO CIRCULANTE

100.003-9 DISPONÍVEL

100.004-7 CAIXA GERAL

100.005-5 CAIXA.....

10.000,00

soma do grupo.....

10.000,00

TOTAL DO DISPONÍVEL.....

10.000,00

TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE.....

10.000,00

TOTAL GERAL DO ATIVO.....

10.000,00



BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2011 Folha:0003

SCRITA ASSESSORIA CONTABIL S/C LTDA.

F.Social: FUND. ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL

NIRE:

IE: ISENTO

CNPJ: 09.241.619/0001-62

PASSIVO

280.002-0 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

280.003-9 CAPITAL SOCIAL

280.004-7 CAPITAL SOCIAL DE DOMICILIADOS NO PAÍS

280.013-6 DOTAÇÃO INICIAL... 10.000,00

soma do grupo..... 10.000,00

TOTAL DE CAPITAL.....

TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

TOTAL GERAL DO PASSIVO.....

10.000,00

10.000,00

10.000,00



BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2011 Folha:0004

SCRITA ASSESSORIA CONTABIL S/C LTDA

F.Social: FUND. ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL

NIRE:

IE: ISENTO

CNPJ: 09.241.619/0001-62

** DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS **

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial da empresa, encerrado nesta data, com suas Demonstrações de Resultados do Exercício, bem como do Ativo e Passivo, com respectivos totais de R\$.*****10.000,00
(Dez Mil Reais).

Ressalvando-se que a responsabilidade do profissional contabilista fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico, tendo em vista que, reconhecidamente operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa, que se responsabiliza por sua exatidão e veracidade, bem como pelos estoques considerados, levantados pela referida empresa, e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

SAO PAULO , 31 de Dezembro de 2011

Nome: EDSON VALTER PAGANO
Qualificação: Conselheiro Administrativo
CPF: 402.130.058-91 RG: 3.733.977 - SSP/SP

JUVENCIO RIBEIRO NETO
Técnico em Contabilidade - CRC: 1SP143812/O-0

QUOCIENTES PARA ANÁLISE DO BALANÇO

Dezembro/2011 Folha:0005

SCRITA ASSESSORIA CONTABIL S/C LTDA.	F.Social: FUND. ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL	NIRE:	LE: ISENTA	CNPJ: 09.241.619/0001-62
--------------------------------------	---	-------	------------	--------------------------

-As fórmulas, os quocientes apurados, e as avaliações constantes deste relatório, representam informações preliminares.

-Resultados mais positivos e conclusivos dependem dos métodos adotados por cada profissional, e das características e peculiaridades de cada empresa, em função de sua atividade, etc...

ATENÇÃO: (INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, DE USO RESERVADO AO ESCRITÓRIO / EMPRESA)

01. LIQUIDEZ IMEDIATA: (Demonstra a medida da capacidade financeira imediata para liquidação das obrigações com vencimento a curto prazo)

Disponível	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Passivo Circulante													

02. LIQUIDEZ CORRENTE: (Demonstra quanto a empresa tem de Ativo Circulante para pagar cada "R\$ 1,00" das obrigações a curto prazo)

Ativo Circulante	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Passivo Circulante													

03. LIQUIDEZ SECA: (Demonstra quanto a empresa tem de Disponível e de direitos a receber para pagar cada R\$ 1,00 de obrigações a curto prazo)

Ativo Circulante - Estoques	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Passivo Circulante													

04. LIQUIDEZ GERAL: (Demonstra quanto a empresa tem de bens/direitos a curto e longo prazo para pagar as obrigações a curto e longo prazo)

Ativo Circulante + Realizável a longo prazo	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Passivo Circulante + Exigível a longo prazo													

05. SOLVÊNCIA GERAL: (Demonstra se a empresa tem bens e direitos suficientes ou insuficientes para pagar as obrigações a curto e longo prazo)

Ativo Total - Compensação	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Passivo Circulante + Exigível a longo prazo													

06. PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS: (Demonstra quanto a empresa possui de capital de terceiros em relação ao todo o seu Passivo)

Passivo Circulante + Exigível a longo prazo	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Passivo Circ. + Exig.L.prazo + Patr.Líquido													

07. ENDIVIDAMENTO COMPOSIÇÃO: (Demonstra grau de dependência, quanto vencerá a curto prazo, em relação ao Capital de terceiros)

Passivo Circulante	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Passivo Circulante + Exigível a longo prazo													

08. GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS: (Demonstra o grau de garantia, de segurança para os credores que emprestam capital a empresa)

Patrimônio Líquido + Res.Exercício Futuro	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Passivo Circulante + Exigível a longo prazo													

QUOCIENTES PARA ANÁLISE DO BALANÇO

Dezembro/2011 Folha:0006

SCRITA ASSESSORIA CONTABIL S/C LTDA.	F.Social: FUND. ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL	NIRE:	I.E: ISENTO	CNPJ: 09.241.816/0001-62
--------------------------------------	---	-------	-------------	--------------------------

09. GARANTIA.....: (Demonstra a situação econômica, quanto maior o quociente, maior segurança para quem empresta para empresa)

Ativo Circulante + Realizável + Permanente	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Passivo Circulante + Exigível a longo prazo													

10. ENDIVIDAMENTO TOTAL: (Quanto maior o grau de endividamento, menor capacidade e estabilidade financeira terá a empresa a longo prazo)

Passivo Circulante + Exigível a longo prazo	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Ativo Total - Compensação													

11. ENDIVIDAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (Demonstra o percentual de endividamento da empresa em relação ao Capital Próprio da Empresa)

Exigibilidades	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Patrimônio Líquido													

12. IMOBILIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (Demonstra o grau de imobilidade da empresa, em relação ao patrimônio líquido)

Ativo Permanente	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Patrimônio Líquido													

13. IMOBILIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO CAPITAL PRÓPRIO: (Quanto maior o grau de imobilização, menor a capacidade financeira da empresa a longo prazo)

Ativo Permanente - Exigível a longo prazo	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Patrimônio Líquido													

14. CAPITAL DE GIRO PRÓPRIO EM RELAÇÃO AO ATIVO CIRCULANTE: (Demonstra percentual do Capital de Giro Próprio em rel. ao Ativo Circulante)

Ativo Circulante - Passivo Circulante	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Ativo Circulante	1,00												1,00

15. RENTABILIDADE DO ATIVO: (Demonstra que no ano, para cada R\$ 1,00 investido, houve um retorno, lucro líquido de R\$ centavos/milésimos)

Lucro Líquido Exercício	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Ativo Total - Compensação													0,000

16. RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (Demonstra que no ano, para cada R\$ 1,00 investido, houve um retorno de R\$ centavos/milésimos)

Lucro Líquido Exercício	dez/2010	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Patrimônio Líquido													0,000

17. RELAÇÃO ENTRE IMPOSTOS/DESPESAS/LUCRO LÍQUIDO, EM RELAÇÃO A RECEITA BRUTA: (veja Demonstração de Resultados do Exercício)



GRADE DE PROGRAMAÇÃO

A **Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil**, entidade civil, com personalidade de direito privado, sem fins lucrativos, tem como principais objetivos a proteção ambiental e a reciclagem.

Em São Paulo, apenas 1% do lixo é reciclado pela Prefeitura. Das 300 mil toneladas coletadas mensalmente 3 mil são recolhidas pelo programa de coleta seletiva da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana. Os 35 mil "carroceiros/catadores" que trabalham na cidade coletam pelo menos 15 vezes mais que o programa da Prefeitura.

Quanto mais rica a região, maior a quantidade de lixo que será reaproveitado. O mercado da reciclagem atualmente é movimentado por questões sociais e não ambientais, pois um "carroceiro/catador" de lixo gera sua subsistência através de valores conseguidos com a coleta de material a ser reciclado.

Com base nas informações divulgadas pelo governo geradas em balanço feito em 247 municípios que concentram metade da população do país, a **Fundação Onda Verde** foi criada tendo como objetivos principais a defesa ambiental e a reciclagem de lixo através da educação a ser realizada pelas emissoras de rádio e TVs educativas que está pleiteando junto ao Ministério das Comunicações.

As ações planejadas para a **Fundação Onda Verde**, relacionadas aos assuntos acima mencionados, são as seguintes:

- a) Estabelecimento de acordos com a iniciativa pública e privada para obtenção de recursos que serão utilizados na coleta e tratamento do lixo a ser reciclado;
- b) Orientação e suporte na criação de cooperativas para os "carroceiros/catadores", objetivando a re-inclusão destas pessoas na vida social dando melhores condições de vida e de dignidade como cidadãos.

Estas cooperativas terão também como objetivo o fornecimento de serviços médicos, dentários e instalações para higiene pessoal bem como o fornecimento de uniformes e refeições para seus respectivos cooperados.

- c) Programa educacional, através das rádios e TVs educativas, que funcionarão com base na seguinte grade de programação:



)) NOTÍCIAS DA REGIÃO - segunda a sexta, de 7h as 8h

Assuntos variados de interesses da comunidade, com enfoque principal na prestação de serviços. O conteúdo deste programa será elaborado em parceria com a **equipe de Jornalismo da USP de Ribeirão Preto**.

)) PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECICLAGEM - segunda a sexta, de 8h as 9h

Programação baseada em conteúdo educacional sobre reciclagem e proteção ambiental, desenvolvido em parceria com o departamento **USP-Recicla da USP de Ribeirão Preto**.

Este será o foco principal do conteúdo educacional das emissoras da **Fundação Onda Verde** visando provocar mudança de hábitos na comunidade através de esclarecimentos e educação sobre reciclagem e proteção ambiental..

Os aspectos sociais ligados à re-integração dos "carroceiros/catadores" na sociedade como cidadãos também farão parte desta programação com a apresentação de casos de sucesso a partir de depoimentos e entrevistas.

)) MEDICINA E SAÚDE - segunda a sexta, de 9h as 10h

A partir dos vários departamentos de medicina e farmácia da USP, esta programação divulgará assuntos relacionados a:

- Educação sobre causas, efeitos e tratamentos para doenças modernas ligadas ao tabagismo, drogas, álcool, stress e depressão;
- Cuidados básicos, tais como: pressão alta, diabetes, câncer de mama, câncer de próstata e câncer de pele.
- Descrição de medicamentos pertencentes à farmácia popular, forma de utilização e cuidados;
- Prevenção e cuidados domésticos para evitar doenças causadas por desatenção no lar;
- Orientações sobre nutrição objetivando balanceamento na alimentação com baixo custo para a comunidade.

)) PROGRAMAÇÃO MUSICAL - segunda a sexta, de 10h as 12h

Programação musical, popular e eclética, com programetes intercalados entre si.

)) PROGRAMAÇÃO ESPORTIVA - segunda a sexta, de 12h as 13h

Programação sobre os esportes no Brasil, com enfoque especial para os eventos regionais.

)) **PROGRAMAÇÃO MUSICAL BRASILEIRA - segunda a sexta, de 13h as 14h**

Divulgação da origem e trajetória dos compositores e interpretes da **Música Brasileira** de todos os tempos com base nos conhecimentos e conteúdo gerados em parceria com a ECA da USP.

)) **PROGRAMAÇÃO MUSICAL - segunda a sexta, de 14h as 17h**

Programação musical, popular e eclética, com programetes intercalados entre si.

)) **DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CIDADÃO - segunda a sexta, de 17h as 18h**

Programa de utilidade pública focado em Informações diversas sobre: habitação, transporte coletivo, segurança, direitos do consumidor, contando com participação ao vivo de cidadãos e autoridades locais.

)) **PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECICLAGEM - segunda a sexta, de 18h as 19h**

Programação baseada em conteúdo educacional sobre reciclagem e proteção ambiental, desenvolvido em parceria com o departamento **USP-Recicla da USP de Ribeirão Preto**.

Neste horário repetiremos o programa que foi veiculado na parte da manhã.

)) **HORA DO BRASIL - segunda a sexta, de 19h as 20h**

Transmissão de programa gerado pelo governo federal.

)) **PROGRAMAÇÃO MUSICAL - segunda a sexta, de 20h as 7h**

Programação musical, popular e eclética, com programetes intercalados entre si.

As programações das emissoras educativas da **Fundação Onda Verde** mesclam educação, música, cultura, e jornalismo com os seguintes enfoques:

Música: divulgação diversificada da música popular brasileira buscando difundir outros estilos, valorizando também o trabalho dos músicos da Região.

Cultura: valorização da cultura nacional em todos os seus aspectos com uma linha musical destacando a história de compositores, intérpretes e suas obras.

Educação: apresentação de temas relacionados ao cotidiano; tendo as emissoras como parceiras da escola no processo educacional, com o objetivo de ser mais um complemento no processo de aquisição de conhecimento.

Jornalismo: atuação destinada à informação de interesse social, e prestação de serviços, com um jornalismo independente, fazendo prevalecer de fato o interesse público com o compromisso de respeitar cada ouvinte como um cidadão.

Atenciosamente.



Edson Pagano.
Presidente.



ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GOMILETON DAUT

8620-7



POLEGAR DIREITO



1036AR733855

28060

REGISTRO GERAL
3.733.977-1
DATA DE EMISSÃO 26/FEV/2010
EDSON VALTER PAGANO

DATA DE NASCIMENTO
05/ABR/1951

FILIAÇÃO OSWALDO JOAQUIM PAGANO
E SANTINA OGHIERI PAGANO
NATURALIDADE S. PAULO -SP

DOC. ORIGEM SÃO PAULO SP
INDIANÓPOLIS
CC: LV.B06 / FLS. 53 / N.001249
CPF 40213005891

LEGENDA
 CLAUDIA P. FRANCO
 Roberto Ferreira
 André F. T. Silva
 Alexandre D. Silva
 Cláudia G. Silva
 Cláudia R. Silva
 Cláudia R. Silva

ASSINATURA DO TITULAR


LEGENDA
 CLAUDIA P. FRANCO
 Roberto Ferreira
 André F. T. Silva
 Alexandre D. Silva
 Cláudia G. Silva
 Cláudia R. Silva
 Cláudia R. Silva

ASSINATURA DO TITULAR


LEGENDA
 CLAUDIA P. FRANCO
 Roberto Ferreira
 André F. T. Silva
 Alexandre D. Silva
 Cláudia G. Silva
 Cláudia R. Silva
 Cláudia R. Silva

ASSINATURA DO TITULAR


SECEX
57
set
2012

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

ESTADO DE SÃO PAULO 9990

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBELTON DAUNT

1036AR666900

1 + AGO. 2012

COLEÇÃO NOTAS DO BRASIL

1036AR666900

1 + AGO. 2012

COLEÇÃO NOTAS DO BRASIL

TANIA LUCIA ASSAD

CONTRIBUINTE

20.12.64

INSCRIÇÃO NO CPF 082 398 148 75

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

1036AR666900

1 + AGO. 2012

COLEÇÃO NOTAS DO BRASIL

1036AR666900

1 + AGO. 2012

COLEÇÃO NOTAS DO BRASIL

TABELAÇÃO DE NOTAS

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 18.177.739-2

DATA DE EXPEDIÇÃO 15/SET/97

NOME TANIA LUCIA ASSAD MONTEIRO

FILIAÇÃO ADIB ASSAD

E MARLENE ANDREOTTI ASSAD

NATURALIDADE PRESIDENTE VENCESLAU - 20/DEZ/1964

CPF 082 398 148 75

DOC. ORDEM 082 398 148 75

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1036AR666900

1 + AGO. 2012

COLEÇÃO NOTAS DO BRASIL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

DOCUMENTO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

JOSE ROBERTO P. FRANÇA - Tabelião

AUTENTICAÇÃO - Autêntico a presente cópia

reproduzida, elavada sobre notas, a qual

representa um e original, do qual dou fé.

28 AGO. 2012

1036AR733843

Colégio Notarial do Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

AUTENTICAÇÃO

28 AGO. 2012

1036AR733843

Valor pago: R\$ 2,35

NASCIMENTO

18.09.54

INSCRIÇÃO NO CPF

852 407 108 72

CONTRIBUINTE

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

6.817.246-1

DATA DE EMISSÃO

01/MAR/2010

NOME

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE

FILIAÇÃO

PAGANO CARLOS HENRIQUE CAMARGO

E MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA

NATURALIDADE

ANDRADE

S. PAULO - SP

DATA DE NASCIMENTO

18/SET/1954

DOC. ORDEM

SÃO PAULO - SP

INDIANÓPOLIS

CC: IV.B6 / FLS. 53 / N. 001249

CPF

85240710872

DELEGADO

120 Delegado

Divisão de

de Polícia

IRRGD.SSP/SP

LEI Nº 7.116 DE 29/09/63

Colégio Notarial do Brasil

ESTADO DE SÃO PAULO

AUTENTICAÇÃO

28 AGO. 2012

1036AR733844

Valor pago: R\$ 2,35

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUT

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

BS41-065302



08/08/2012

0968783

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL

CERTIDÃO Nº: 5730356

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, DE FAMÍLIA E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, EXCETO EXECUTIVOS FISCAIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 03/08/2012, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

EDSON VALTER PAGANO, RG: 3733977, CPF: 402.130.058-91, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria Técnica de Serviço de Informações Cíveis.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

As custas no valor de R\$ 14,00 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 8 de agosto de 2012.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

0968783





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Amparo

001 00000805 CV



Referente ao pedido 00000805 de 17/08/2012

* Para maior segurança, conferir a seqüência alfabética de cada letra do nome *
* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de processos em andamento cíveis, família, executivos fiscais (Municipais, Estaduais e Federais) e juizados especiais cíveis, no período de 10 anos anteriores a data de 17/08/2012, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:**

EDSON VALTER PAGANO* * * * *
FETPO WBMUFS QBHBOP* * * * *
GFUQP XCNVGT RCICPQ* * * * *

RG:3733977-1 e CPF:402130058-91 (constam no pedido de certidão)

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Amparo, 17 de Agosto de 2012.

JULIANA M. C. C. GALLO
Auxiliar Judiciário VI
Matr. nº 803.754-8

EM BRANCO

MARA SILVIA VIDO GOMES
Escrevente-Chefe



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Cível, Pedido= 00000805, Identificação= 37496 e Data= 17/08/2012.





08/08/2012

0968784

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL****CERTIDÃO Nº: 5730358****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, DE FAMÍLIA E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, EXCETO EXECUTIVOS FISCAIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 03/08/2012, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

TÂNIA LUCIA ASSAD MONTORO, RG: 18177733-2, CPF: 082.398.148-75, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria Técnica de Serviço de Informações Cíveis.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

As custas no valor de R\$ 14,00 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 8 de agosto de 2012.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:

0968784





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Amparo

001 00000806 CV

Referente ao pedido 00000806 de 17/08/2012

Página 1

* Para maior segurança, conferir a seqüência alfabética de cada letra do nome *
* certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de processos em andamento cíveis, família, executivos fiscais (Municipais, Estaduais e Federais) e juizados especiais cíveis, no período de 10 anos anteriores a data de 17/08/2012, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:**

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO* * * * *
UBOJB MVDJB BTTBE NPOUPSP* * * * *
VCPKC NWEKC CUUCF OQPVQTQ* * * * *

RG:18177733-2 e CPF:082398148-75 (constam no pedido de certidão)

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:

- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Amparo, 17 de Agosto de 2012.

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO
Cartório Distribuidor Cível
Fórum de Amparo, SP

EM BRANCO

MARA SILVIA VIDO GOMES
Escrevente-Chefe



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Cível, Pedido= 00000806, Identificação= 37692 e Data= 17/08/2012.

TABELIONATO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA
José Roberto P. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autêntico a presente cópia
reprográfica, extraída destas notas, a qual
conferir com o original, do que dou fé.
SP/PAULO-SP
Rua Américo
Braziliense
nº 100
24 AGO. 2012
Página 1/1
☒ Cláudia F. França Fechine - Subst. do Tabelião
☒ Roberto F. França França - Subst. do Tabelião
☒ André F. França de G. França - Subst. do Tabelião
☒ Cláudia F. França França - Subst. do Tabelião
☒ Emerson de Oliveira Silva - Subst. do Tabelião
☒ Emergento Góes dos Santos - Subst. do Tabelião
☒ Emergento Aguiar dos Santos - Subst. do Tabelião
☒ Renato Mendes de A. Cruz - Subst. do Tabelião





08/08/2012

0968785

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL****CERTIDÃO Nº: 5730334****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, DE FAMÍLIA E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, EXCETO EXECUTIVOS FISCAIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 03/08/2012, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, RG: 6817246, CPF: 852.407.108-72, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria Técnica de Serviço de Informações Cíveis.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

As custas no valor de R\$ 14,00 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 8 de agosto de 2012.

Odilon Luis de Oliveira
Supervisor de Serviço - SPI 3.21

PEDIDO Nº:**0968785**



14/08/2012

0635632

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL

CERTIDÃO Nº: 5781740

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 13/08/2012, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

EDSON VALTER PAGANO, RG: 3733977, CPF: 402.130.058-91, nascido em 05/04/1951, natural de São Paulo - SP, filho de OSVALDO JOAQUIM PAGANO e SANTINA OGHIERI PAGANO, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e os feitos dos Juizados Especiais Criminais distribuídos na Comarca de São Paulo; só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria de Serviço de Informações Criminais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 21 de agosto de 2012.

Izaltino Raymundi
Diretor Técnico de Serviço - Dipo 2.3

PEDIDO Nº:

0635632





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Amparo

Referente ao Pedido 00002283 de 16 de Agosto de 2012

001 00002283 CR



- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
- * certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos Criminais, anteriores a data de **16/08/2012**, verificou nada constar contra:

EDSON VALTER PAGANO* * * * *
FETPO WBMUFS QBHBOP* * * * *
GQUQP XCNVGT RCICPQ* * * * *

RG:3733977-1, OUTRA ID:CPF 402130058-9, filho(a) de OSWALDO JOAQUIM PAGANO e SANTINA OGHIERI PAGANO, conforme indicação feita no pedido de certidão.

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Amparo, 16 de Agosto de 2012.

JULIANA M. C. C. GALLO
Auxiliar Judiciário VI
Mat. n° 808.754-8

EM BRANCO

MARA SILVIA VIDO GOMES
Escrevente-Chefe



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00002283, Identificação= 80550 e Data= 16/08/2012.





15/08/2012

0635633

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL

CERTIDÃO Nº: 5781741

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 14/08/2012, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO, RG: 18177733 2, CPF: 082.398.148-75, nascido em 20/12/1974, natural de Presidente Venceslau - SP, filho de **ABID ASSAD** e **MARLENE ANDREOTTI ASSAD**, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os feitos criminais e os feitos dos Juizados Especiais Criminais distribuídos na Comarca de São Paulo; só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria de Serviço de Informações Criminais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 21 de agosto de 2012.

Izaltino Raymundi
Diretor Técnico de Serviço - Dipo 2.3

PEDIDO Nº:

0635633



24 AGO. 2012

10364R722



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Amparo

001 00002282 CR



Referente ao Pedido 00002282 de 17 de Agosto de 2012

Página 1

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome *
- * certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome. *

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos **Criminais**, anteriores a data de **17/08/2012**, verificou nada constar contra:

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO* * * * *
UBOJB MVDJB BTTBE NPOUPSP* * * * *
VCPKC NWEKC CUUCF OQPVQTQ* * * * *

RG:18177733-2, CPF:082398148-75, filho(a) de ADIB ASSAD e MARLENE ANDREOTTI ASSAD, conforme indicação feita no pedido de certidão.

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que esta certidão é isenta de custas conforme determinação judicial.

Amparo, 17 de Agosto de 2012.


JULIANA M. C. C. GALLO
Auxiliar Judiciário VI
Mat. n° 808.754-8

EM BRANCO

MARA SILVIA VIDO GOMES
Escrevente-Chefe



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site (<http://www.tj.sp.gov.br>), informando o Fórum, Tipo= Criminal, Pedido= 00002282, Identificação= 76616 e Data= 17/08/2012.





14/08/2012

0635634

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL

CERTIDÃO Nº: 5781742

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 13/08/2012, verificou **NADA CONSTAR** contra: *****

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, RG: 6817246, CPF: 852.407.108-72, nascido em 18/09/1954, natural de São Paulo - SP, filho de **CARLOS HENRIQUE CAMARGO ANDRADE** e **MARIA IGNES DE SOUZA PEREIRA ANDRADE**, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão abrange os feitos criminais e os feitos dos Juizados Especiais Criminais distribuídos na Comarca de São Paulo; só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria de Serviço de Informações Criminais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 21 de agosto de 2012.

Izaltino Raymundi
Diretor Técnico de Serviço - Dipo 2.3

PEDIDO Nº:

0635634





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS

Nºda Certidão 2012.0001409766

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: EDSON VALTER PAGANO**, ou vinculado ao **CPF de número 402.130.058-91,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: GBh4INCZDEZO B5LG7B hJCUTUN2aD9QFZW
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não esta sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 10 de agosto de 2012 às 14h35min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS

Nº da Certidão 2012.0001409774

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: TANIA LUCIA ASSAD MONTORO**, ou vinculado ao **CPF de número 082.398.148-75,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: C4IC6CSB57ZG B5PGFQ B4ICEAVB61ZhUFV
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não está sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 10 de agosto de 2012 às 14h36min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS

Nº da Certidão 2012.0001409810

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**, ou vinculado ao **CPF de número 852.407.108-72**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: PJCQTXM88E4W4KAG3U FBhCNLGQD9TaT4E
- d) Em 15/06/2011, foi implantado o Processo Eletrônico no fórum Previdenciário da Capital e a base de dados desse sistema não está sendo consultada para emissão desta certidão;
- e) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 10 de agosto de 2012 às 14h39min.

Núcleo de Apoio Judiciário
Alameda Rio Claro, 241 - 10º andar - São Paulo - SP

Primeiro Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

Nº. PEDIDO: 239-A/08

José Carlos Alves
TABELIÃOMário Rezende Florence
SUBSTITUTO DO TABELIÃO

Tel: 11 3113.6916 Fax: 11 3113.6933 - cep: 01317-000 / Av. Brigadeiro Luis Antônio, 371, sobreloja - Bela Vista - São Paulo - SP

CERTIDÃO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CERTIFICA E DÁ FÉ,

a pedido de: ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no
período de 5 ANOS anterior a 06 de agosto de 2012, deles verificou :

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de

EDSON*VALTER*PAGANO*****

FETPO WBMUFS QBHBOP

GFUQP XCNVGT RCICPO 48

CPF*402.130.058-91*****RG*3733977**

Eu, MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS, conferi.
São Paulo, 08 de agosto de 2012



VALORES COBRADOS	
AO TABELIÃO:	***** 5,53
AO ESTADO:	***** 1,57
AO IPESP:	***** 1,16
AO REGISTRO CIVIL:	***** 0,29
AO TRIBUNAL JUSTIÇA:	***** 0,29
A SANTA CASA:	***** 0,06
TOTAL:	***** 8,90

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET : www.protesto.com.br

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

VERIFIQUE A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO POR MEIO DO SITE www.primeiroprotestosp.com.br DIGITANDO 13410266572400015944
QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.



2º Tabelião de Protesto São Paulo



ANTÔNIO AUGUSTO SMITH JUNQUEIRA
TABELIÃO

CERTIDÃO

ADRIANA PORTO JUNQUEIRA
SUBSTITUTA DO TABELIÃO

SEQ. 1.078.391

Nº. PEDIDO: 239-A/08

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP, no uso das suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices de protesto no período de 5 ANOS anteriores a 06 de agosto de 2012, a pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO CPF 15098121809 RG 23003333 7, deles verificou

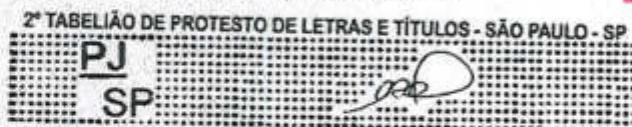
NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

EDSON*VALTER*PAGANO*****
FETPO WBMUFS QBHBOP
GFUQP XCNVGT RCICPQ 48
F*40213005891***RG*3733977****

Pesquisado por **ADELMO FERRO DA SILVA**

O referido é verdade e dou fé.
São Paulo, 08 de agosto de 2012



ODENIR REIS GENESIO - ESCRIVENTE AUTORIZADO - RG 8.029.159-4
CÓDIGO VERIFICADOR: 13410107839100015944

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG. CIVIL	TRIB. JUSTICA	SANTA CASA	TOTAL
***** 5,53	***** 1,57	***** 1,16	***** 0,29	***** 0,29	***** 0,06	***** 8,90

Rua Boa Vista, 314 - 1º Andar - Conj. 1 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - Tel.: (11) 3293-7210



VALIDO SOMENTE NO ORIGINAL



3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

LARGO DE SÃO FRANCISCO, 34 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP: 01005-010 - TELS.: 3107-5033 / 3107-5034 / 3107-5035 / 3107-5036 PABX - SÃO PAULO - SP

74
SCE

CERTIDÃO

Nº. 00239-A/08
Folha(s) 00001

O TERCEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

C E R T I F I C A E D A F É

A PEDIDO DE ANGELICA PIM AUGUSTO***CPF -15098121809*****
R.G- 23003333 7*****

QUE REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, DELES VERIFICOU
N ã o C O N S T A R P R O T E S T O

EM NOME DE EDSON VALTER PAGANO *****
***** FETPO WBMUFS QBHOB *****

CPF- 40213005891***** R.G- 3733977*****

No período de 05 ano(s) anterior(es) a 06 de agosto de 2012.*****
Nada mais.

***** Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se *****
***** refere ao endereço de site na internet, INVALIDARÁ esta CERTIDÃO *****

Pesquisado por CEZAR AUGUSTO DE LIRA, Auxiliar.*****
Certidão conferida por DALVA BALDAN, Escrevente.*****

São Paulo, 08 de agosto de 2012.

Certidão Assinada Digitalmente por :

DALVA BALDAN

Escrevente

784568C566F66E32A55DB68AEA73545C

Emolumentos..	*****5,53
Estado.....	*****1,57
Ipesp.....	*****1,16
Reg. Civil...	*****0,29
Tribunal.....	*****0,29
Santa Casa...	*****0,06
Total.....	*****8,90

Os valores acima foram cobrados pela certidão.

- 1- VÁLIDO SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2- As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3- Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 4- A presente certidão refere-se a existência de protesto somente no período acima, excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite Certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet no site www.3protesto-sp.com.br

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVERSAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.



TABELIONATO DE NOTAS
José Roberto F. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia
gratuita, extraída de livros, e qual
conferir com o original de que trata.
E PAULO SP
Tabelião
Nº 110
R. - 5185 2004
José Roberto F. França Facchini - Subst. do Tabelião
Francisco F. França - Subst. do Tabelião
Francisco F. França de G. Pereira - Subst. do Tabelião
Cezar Augusto de Oliveira Silva - Escrev.
Cezar Augusto de Oliveira Silva - Escrev.
Cezar Augusto de Oliveira Silva - Escrev.
Cezar Augusto de Oliveira Silva - Escrev.
Cezar Augusto de Oliveira Silva - Escrev.

Para conferir o original, acesse o site www.3protesto-sp.com.br e informe o código: 201208082392204

SEQ. 2696574

4

5,53	1,57	1,16	0,29	IRB: JUS11A	SANTA CASA	TOTAL
				0,29	0,06	8,90

AS CUSTAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA. ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PROXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO RESPECTIVO PEDIDO.

5º Tabelião de Protesto

RUA DA GLÓRIA, 162 - SÃO PAULO - CAPITAL

Bel. RUBEM GARCIA
TABELIÃO

*R*06*

000239 - A / 08



CERTIDÃO NEGATIVA

O QUINTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

CERTIFICA E DÁ FÉ

QUE, REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS LAVRADOS NO PERÍODO DE
CINCO ANOS ANTERIORES À 06 DE AGOSTO DE 2012,
PROTESTO DE RESPONSABILIDADE DE:
DELES VERIFICOU **NÃO CONSTAR**

***** EDSON VALTER PAGANO*****

***** FETPO WBMUFS QBHBOP*****

***** CPF -40213005891 ***** RG. -3733977 *****

PARA MAIOR SEGURANÇA, CONFIRA DE CIMA PARA BAIXO CADA LETRA DO NOME CERTIFICADO, COM A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DA LINHA INFERIOR.
ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU
HÁ SULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

*** NÃO CONSTA(M) PROTESTO(S) ***

Solicitante: ANGELICA PIM AUGUSTO
RG. 23003333 7

Eu, ROBERTO DE SOUZA Auxiliar, pesquisei.

Eu, RUBEM GARCIA Tabelião conferi e assino.



SÃO PAULO, 08 de AGOSTO de 2012



Emolumentos	Ao Estado	IPESP	Reg. Civil	Trib. Justiça	Santa Casa	TOTAL RECEBIDO
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

Solicite certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protesto.com.br

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse www.5protesto.com.br, em Consultas, utilizando a data de emissão e o código 1840248



Nº .PEDIDO: 239A/08

**6º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS**

SEQ. 2741883

RUA FRANCISCA MIQUELINA, 325 - SP

JOSÉ MÁRIO BIMBATO
TABELIÃO**CERTIDÃO**O SEXTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE
SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DA FÉ,

a pedido de: ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7,

que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo deles verificou:

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de:

EDSON*VALTER*PAGANO*****

FETPO WBMUFS QBHBOP

GFUQP XCNVGT RCICPQ 49

CPF*40213005891*****RG*3733977**

no período de 5 ANOS anterior a 07 de agosto de 2012.

**TABELIONATO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA**José Roberto Fr. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autenticou a presente cópia
reprográfica, extraída nestas notas, a qual
conferir com o original, do que dou fé.S. PAULO-SP
Rua Américo
Braziliense
Nº 1003

24 AGO. 2012

Uso exclusivo
em o selo de
autenticidade

Pesquisado por: TANIA VICENTE RODRIGUES COUTINHO

São Paulo, 08 de agosto de 2012

6º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS-S.PAULO-SP



VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET : www.protesto.com.br

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REG. CIVIL	TRIB. JUSTICA	STA. CASA	TOTAL
***** 5,53	***** 1,57	***** 1,16	***** 0,29	***** 0,29	***** 0,06	***** 8,90

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.

"Qualquer rasura apagamento
ou carimbo, especialmente no
que se refere ao endereço de
site na internet, INVALIDARÁ
esta certidão".

ESTA CERTIDÃO SO SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE "PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO"

Certidão Negativa de Protesto

O SÉTIMO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA

DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, por este público instrumento, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 ANOS** anterior a 07 de agosto de 2012, em nome de:

EDSON VALTER PAGANO
CPF 40213005891 RG 3733977

Pedido formulado por: ANGELICA PIM AUGUSTO - RG 23003333 7

Pesquisado por: OSVALDO A DOS SANTOS

São Paulo, 08 de agosto de 2012.



Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Certidão expedida no ato do pedido, sem ônus adicional para o requerente.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Solicite certidão de protesto pela Internet no site : www.protesto.com.br

Verifique o código de veracidade: **13410276792700015944** no site: www.7protsp.com.br

Emolumentos	Ao Estado	Cart. Prev.	Sinoreg	Trib. Just.	Sta.Casa	Total
***** 5,53	***** 1,57	***** 1,16	***** 0,29	***** 0,29	***** 0,06	***** 8,90

Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na Internet, INVALIDARÁ esta certidão.

TABELIONATO DE NOTAS TABELIÃO FRANÇA

José Roberto R. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia
reprográfica, extraição, notas, e qual
confero com o original, do que dou fé.

SÃO PAULO
Rua América
Bairro: Liberdade
nº 1023
F: 011-3111-7070

24 AGO. 2012



Oitavo Tabelião de Protesto de Letras e Títulos

Rua XV de novembro, 331 - Centro - Tel.: (11) 3292-8030 - CEP: 01013-001 - São Paulo - SP

Nº do Pedido: 2012/08.08/A00239

Verifique a autenticidade desta certidão no site: www.8tsp.com.br

CERTIDÃO



20120808A00239

O 8º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 230033337, que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 06/08/2012, em nome de:

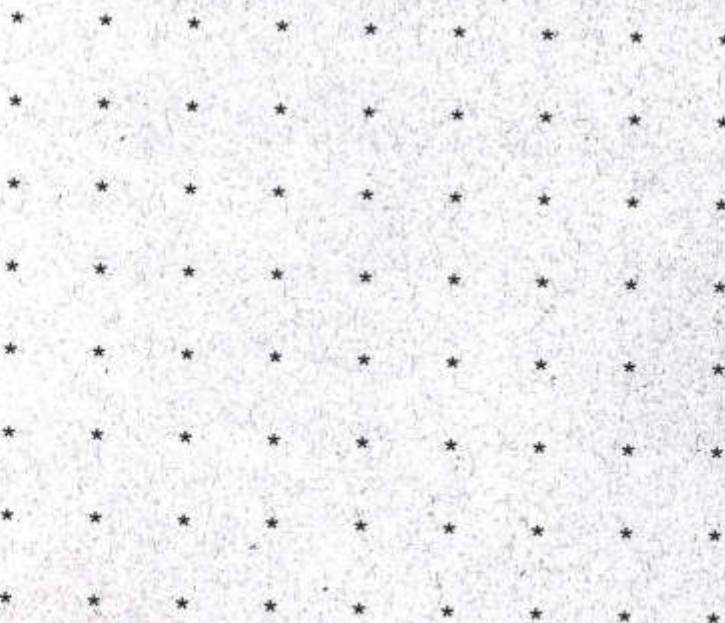
EDSON VALTER PAGANO

CPF 40213005891 - RG 3733977



NÃO CONSTA PROTESTO

75



**TABELIONATO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA**

Autenticação - Autentica a presente cópia
reprodutível, extraída de qualquer meio, e que
contém com o original, de que trata o art. 1º.

2/ AGO. 2012



1036AR723173

Eu, SEVIRINA ARAUJO VERAS - Auxiliar AUTORIZADO(A), conferi.
Eu, CARLOS ROBERTO DE BARROS GOUVEA - Tabelião Substituto a Subscribo e Assino.
SAO PAULO, 8 de Agosto de 2012

8º TABELIÃO DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP

PJ
SP

CARLOS ROBERTO DE BARROS GOUVEA - TABELIÃO SUBSTITUTO

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	AO SINOREG	AO TRIBUNAL	STA.CASA	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pelo site: www.protesto.com.br

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

PRAÇA JOÃO MENDES, 52 - SOBRELOJA - FONE: 011 - 3293 3400 - SÃO PAULO - SP

BENEDICTO SILVEIRA FILHO

Tabelião

EDUARDA SILVEIRA

Tabeliã Substituta

00239 - A / 08

08/08/2012

Código de Autenticidade: 120244087728608

CERTIDÃO

O 9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, DA COMARCA DE SÃO PAULO, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

CERTIFICA E DA FÉ.

A pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 06/08/2012, em nome de:

EDSON VALTER PAGANO

CPF 402.130.058-91 RG 3733977

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

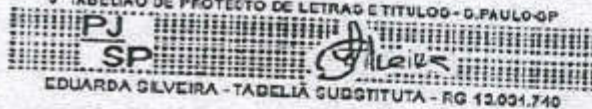
* * * * *

Eu, Eduarda Silveira - Tabeliã Substituta, Subcrevo e Assino.

Eu, Lassi Custódio da Silva Santos - Escrevente Autorizada, conferi.

SÃO PAULO, 08 DE AGOSTO DE 2012

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - S. PAULO-SP



EDUARDA SILVEIRA - TABELIÃ SUBSTITUTA - RG 12.031.740

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

08/08/2012 16:59:32

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código da barras acima.
4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet no site www.protesto.com.br

Obs.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Siscart Informática Ltda.

CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.





10º TABELIÃO DE PROTESTOS DE SÃO PAULO

PRAÇA DOUTOR JOÃO MENDES, 39 - CENTRO - CEP: 01501-001
www.10tpsp.com.br

Para verificar a autenticidade desta certidão, consulte o site www.10tpsp.com.br e informe o seguinte código: **120808558715**

Nº do Pedido : 2012.08.08/A00239

CERTIDÃO

O 10º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7, CPF 15098121809 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 06/08/2012, em nome de:

EDSON VALTER PAGANO
CPF 402.130.058-91 RG 3733977

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

Eu, Leonice Aparecida de Campos - Escrevente Autorizado, conferi.
Eu, Gilseu Batista dos Santos - Substituto(a) do Tabelião, Subscrevo e Assino.
SÃO PAULO, 08 DE AGOSTO DE 2012

10º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de S. Paulo - SP

PJ
SP

Gilseu Batista dos Santos - Substituto do Tabelião - RG 9.277.348

TABELIONATO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA
José Roberto R. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autenticado a presente cópia
reprográfica, retida a mesma nota, a qual
contém com o original, do que dou fé.

SÃO PAULO SP
Rua Américo
Bastiani
nº 1001
24 AGO. 2012

Gratidão Nota
do Brasil
AUTENTICAÇÃO
1036AR72348

Valor pago
p/ Autent.
R\$ 2,35

08/08/2012 15:58:54

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
 - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
 - 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código da barras acima.
 - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
 - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
 - 6) Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

FOLHA : 1 OBS.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.
Siscart Informática Ltda.

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE
LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE AMPARO - SP

CNPJ: 50.093.772/0001-93

JOSÉ DARCY DE LIMA - TABELIÃO

Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro - Fones: (19) 3807-4279 / 3808-6731

FOLHA Nº 001

C E R T I D ã O

José Darcy de Lima, Tabelião de Protesto de Letras e
Títulos da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo,

CERTIFICA E DÁ FÉ, atendendo a requerimento
de EDSON VALTER PAGANO, CPF 402.130.058-91, que revendo os LIVROS
DE REGISTRO DE PROTESTOS, do período de CINCO ANOS anteriores a 12 de
agosto de 2012, deles verificou*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de EDSON VALTER PAGANO, CPF 402.130.058-91 e RG 3.733.977-1
SSP/SP.*****

Eu, Antonio de Padua Neves, Subst. do Tabelião,
pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 13 DE AGOSTO DE 2012.

Antonio de Padua Neves
Subst. do Tabelião

NOTAS: A presente certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda
que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Sta.Casa	Total
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTOS
DE LETRAS E TÍTULOS DE AMPARO-SP
José Darcy de Lima
Tabelião
Antonio de Padua Neves
Substituto
Escrevente: Carmen Regina B. Lopes
Claudia A. F. Brumby Ventuada
Cláudio Ramos R. Oliveira
Lilian Jorge de Lima
Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro
Amparo/SP - CEP: 13900-010
Tel: (19) 3807-4279 Fax: (19) 3807-4765

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTOS
TABELIÃO FRANÇA
José Roberto P. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autenticado a presente cópia
reprográfica, extraída nos(as) nome(s) e qual
contém com o original, do que dou fé.
AMPA-SP
Rua Andréa
Bairro Centro
nº 103
24 AGO. 2012
1. PAULO
2. CLAUDIO F. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
3. ROBERTO F. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
4. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
5. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
6. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
7. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
8. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
9. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
10. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
11. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
12. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
13. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
14. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
15. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
16. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
17. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
18. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
19. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
20. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
21. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
22. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
23. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
24. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
25. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
26. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
27. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
28. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
29. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
30. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
31. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
32. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
33. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
34. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
35. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
36. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
37. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
38. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
39. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
40. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
41. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
42. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
43. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
44. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
45. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
46. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
47. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
48. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
49. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
50. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
51. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
52. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
53. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
54. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
55. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
56. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
57. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
58. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
59. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
60. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
61. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
62. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
63. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
64. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
65. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
66. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
67. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
68. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
69. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
70. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
71. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
72. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
73. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
74. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
75. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
76. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
77. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
78. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
79. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
80. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
81. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
82. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
83. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
84. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
85. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
86. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
87. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
88. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
89. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
90. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
91. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
92. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
93. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
94. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
95. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
96. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
97. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
98. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
99. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião
100. JOSE R. FRANÇA FRANÇA - Subst. do Tabelião



JOSÉ OSVALDO DE MELO-TABELIÃO JOSÉ CARLOS DE MELO-SUBSTITUTO
Rua Osvaldo Cruz, 345 - Centro - Fone: (19) 3807-4266

FOLHA N° 001

C E R T I D Ã O

José Osvaldo de Melo, Tabelião de Protesto de Letras e
Títulos da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo,

CERTIFICA E DÁ FÉ, atendendo a requerimento de EDSON VALTER PAGANO, CPF 402.130.058-91, que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, do período de CINCO ANOS anteriores a 12 de agosto de 2012, deles verificou*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de **EDSON VALTER PAGANO**, CPF 402.130.058-91 e RG 3.733.977-1.*****

Eu, José Eduardo Zampoli, José Eduardo Zampoli, Escrevente Autorizado, pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 13 DE AGOSTO DE 2012.

José Eduardo Zampoli
Escrivente Autorizado

NOTAS: A presente Certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Sta.Casa	Total
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
AMPARO (SP)
José Osvaldo de Melo
Oficial
José Carlos de Melo
Sub. do Oficial

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

AMPARO - SP

COMARCA DE AMPARO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃ MARIA CECILIA DE ROSSI

FOLHA Nº 001

C E R T I D ã O

A Tabelião de Protesto de Letras e Títulos, órgão do foro extrajudicial da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo.

CERTIFICA E DÁ FÉ, atendendo a requerimento de **EDSON VALTER PAGANO**, CPF 402.130.058-91, que revendo os **LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS**, do período de **CINCO ANOS** anteriores a 12 de agosto de 2012, deles verificou*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de **EDSON VALTER PAGANO**, CPF 402.130.058-91 e RG 3.733.977-1 SSP-SP.*

Eu, **Paulo Roberto Pinola**, Subst. da Tabelião, pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 13 DE AGOSTO DE 2012

Paulo Roberto Pinola
Subst. da Tabelião

NOTAS: A presente certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Sta.Casa	Total
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

1º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Amparo
Maria Cecília de Rossi
Tabelião
José Fernando de Freitas
Subst. da Tabelião
Paulo Roberto Pinola
Subst. da Tabelião

TABELIONATO DE NOTAS E TÍTULOS
TABELIÃO FRANÇA
José Roberto P. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autenticado a presente cópia
reprografiada, extraída destas notas, e que
conferir com o original, do que dou fé.
BRASIL-SP
Res. Just. nº 103
24 AGO. 2012
P. 04490
R. 014791
1036601
AUTENTICAÇÃO
1036601
1036601

PRACA DA BANDEIRA 239 - CENTRO
AMPARO SP CEP: 13900-039
FONE: 19-38072699 FAX: 19-38073602



00302602193512.000020791-9

P:04490 R:014791

SEQ. 2.665.725

Nº. PEDIDO: 240-A/08

Primeiro 1 Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

José Carlos Alves
TABELIÃO

Mário Regende Florence
SUBSTITUTO DO TABELIÃO

Tel: 11 3113.6916 Fax: 11 3113.6933 - cep: 01317-000 / Av. Brigadeiro Luis Antônio, 371, sobreloja - Bela Vista - São Paulo - SP

CERTIDÃO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CERTIFICA DÁ FÉ,

a pedido de: ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no
período de 5 ANOS anterior a 06 de agosto de 2012, deles verificou :

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de

TANIA*LUCIA*ASSAD*MONTORO*****

UBOJB MVDJB BTTBE NPOUPSP

VCPKC NWEKC CUUCF OQPVQTO 58

CPF*082.398.148-75*****RG*18177733 2**

Eu, MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS, conferi.
São Paulo, 08 de agosto de 2012

1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP

PJ SP
MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS - SUBSTITUTO DO TABELIÃO - RG 7.241.481

VALORES COBRADOS

AO TABELIÃO:	***** 5,53
AO ESTADO:	***** 1,57
AO IPESP:	***** 1,16
AO REGISTRO CIVIL:	***** 0,29
AO TRIBUNAL JUSTIÇA:	***** 0,29
A SANTA CASA:	***** 0,06
TOTAL:	***** 8,90

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET : www.protesto.com.br
VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

VERIFIQUE A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO POR MEIO DO SITE www.primeiroprotestosp.com.br DIGITANDO 17490266572500015342
QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

TABELIONATO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA
José Roberto P. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autêntico a presente cópia
reprográfica, extraída nestas notas, a qual
confero com o original, do que dou fé.
S. PAULO-SP
Rua Andréa
Braziliense
nº 1903
24 AGO. 2012
Visto e autenticado
em 24 de agosto de 2012
Cláudio F. França - Tabelião
Roberto Fonseca França - Subst. do Tabelião
José Roberto P. França - Subst. do Tabelião
João Carlos de Oliveira - Escrivão
Emerson de Oliveira Silva - Escrivão
Luiz Carlos Gomes dos Santos - Escrivão
Margarida Aparecida dos Santos - Escrivão
Cristiane Mendes da Cruz - Escrivão



2º Tabelião de Protesto São Paulo



ANTÔNIO AUGUSTO SMITH JUNQUEIRA
TABELIÃO

CERTIDÃO

ADRIANA PORTO JUNQUEIRA
SUBSTITUTA DO TABELIÃO

SEQ. 1.078.392

Nº. PEDIDO:240-A/08

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP, no uso das suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices de protesto no período de 5 ANOS anteriores a 06 de agosto de 2012, a pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO CPF 15098121809 RG 23003333 7, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

TANIA*LUCIA*ASSAD*MONTORO*****
UBOJB MVDJB BTTBE NPOUPSP
VCPKC NWEKC CUUCF OQPVQTQ 58
?F*08239814875*****RG*18177733 2**

* * * * *

Pesquisado por **ADELMO FERRO DA SILVA**

O referido é verdade e dou fé.
São Paulo, 08 de agosto de 2012

2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP



ODENIR REIS GENESIO - ESCRIVENTE AUTORIZADO - RG 8.029.159-4
CÓDIGO VERIFICADOR: 17490107839200015342

EMOLUMENTOS
***** 5,53

AO ESTADO
***** 1,57

AO IPESP
***** 1,16

REG CIVIL
***** 0,29

TRIB. JUSTICA
***** 0,29

SANTA CASA
***** 0,06

TOTAL
***** 8,90



3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

LARGO DE SÃO FRANCISCO, 34 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP: 01005-010 - TELS.: 3107-5033 / 3107-5034 / 3107-5035 / 3107-5036 PABX - SÃO PAULO - SP

CERTIDÃO

Nº . 00240-A/08

Folha(s) 00001

O TERCEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO

C E R T I F I C A E D A F É

A PEDIDO DE ANGELICA PIM AUGUSTO***CPF -15098121809*****
R.G- 23003333 7*****

QUE REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, DELES VERIFICOU
N Ã O C O N S T A R P R O T E S T O

EM NOME DE TANIA LUCIA ASSAD MONTORO *****
***** UBOJB MVDJB BTTBE NPOUPSP *****

CPF- 08239814875***** R.G- 18177733 2***** *****

No período de 05 ano(s) anterior(es) a 06 de agosto de 2012.*****
Nada mais.

***** Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se *****
***** refere ao endereço de site na internet, INVALIDARÁ esta CERTIDÃO *****

*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****
*****	***** ^o	*****	*****	*****	*****	*****
*****	*****	*****	*****	*****	*****	*****

Pesquisado por CEZAR AUGUSTO DE LIRA, Auxiliar.*****
Certidão conferida por DALVA BALDAN, Escrevente.*****

São Paulo, 08 de agosto de 2012.

Certidão Assinada Digitalmente por :

DALVA BALDAN

Escrevente

6EECFFFB78A42D0DCBBF6FFF92539178

Emolumentos..	*****5,53
Estado.....	*****1,57
Ipesp.....	*****1,16
Reg. Civil...	*****0,29
Tribunal.....	*****0,29
Santa Casa...	*****0,06
Total.....	*****8,90

Os valores acima foram cobrados pela certidão.

- 1- VÁLIDO SOMENTE NO ORIGINAL.
2- As custas devidas foram recolhidas por guia.
3- Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
4- A presente certidão refere-se a existência de protesto somente no período acima certos, não abrangendo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite Certidões dos dez Tabeliães de Protesto pela internet, no site: www.protesto.com.br

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECORRIDAS EM 2017.



AUTENTICAÇÃO

1036AR723125

Valor pago
p/ autenti-
cação
R\$ 2,31

97 /

4

TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
AVENIDA BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, 319 - SAO PAULO - SP - Tel.: (011) - 3186-7254

Fl. 88
Arquivo das Comunicações
305

SEQ. 2696575

CERTIDÃO

O 4º TABELIAO DE PROTESTO DE LETRAS E TITULOS DA COMARCA DE SAO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**,
a pedido de: ANGELICA PIM AUGUSTO, CPF 15098121809 RG 23003333 7,
que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de :

TANIA*LUCIA*ASSAD*MONTORO*****

UBOJB MVDJB BTTBE NPOUPSP

CPKC NWEKC CUUCF OQPVQTQ 58

CPF*08239814875*****RG*18177733 2**

no período de 5 ANOS anterior a 6 de agosto de 2012

Pesquisado por FRANCISCA JOSICLEIDE ALVES CARVALHO

* * * * *



SAO PAULO, 08 de agosto de 2012

4º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP

PJ
SP

Valquiria Norberto

VALQUIRIA NORBERTO - ESCRIVENTE - RG 17.580.909

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET: www.protesto.com.br
Para consultar a autenticidade desta, através do código 17490269657500015342, acesse www.quartoprotetosp.com.br

EMOLUMENTOS *****5,53	AO ESTADO *****1,57	AO IPESP *****1,16	REG CIVIL *****0,29	TRIB. JUSTIÇA *****0,29	SANTA CASA *****0,06	TOTAL *****8,90
--------------------------	------------------------	-----------------------	------------------------	----------------------------	-------------------------	--------------------

AS CUSTAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA. ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE
PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO RESPECTIVO PEDIDO.

5º Tabelião de Protesto

RUA DA GLÓRIA, 152 - SÃO PAULO - CAPITAL

Bel. RUBEM GARCIA
TABELIÃO

*R*06*

000240 - A / 08

CERTIDÃO NEGATIVA

O QUINTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

C E R T I F I C A E D Á F É

QUE, REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS LAVRADOS NO PERÍODO DE
CINCO ANOS ANTERIORES À 06 DE AGOSTO DE 2012, DELES VERIFICOU **NÃO CONSTAR**
PROTESTO DE RESPONSABILIDADE DE:

***** TANIA LUCIA ASSAD MONTORO*****

***** UBOJB MVDJB BTTBE NPOUPSP*****

***** CPF -08239814875 ***** RG. -18177733 2 *****

PARA MAIOR SEGURANÇA, CONFIRA DE CIMA PARA BAIXO CADA LETRA DO NOME CERTIFICADO, COM A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DA LINHA INFERIOR.
ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU
HISTÓRICOS DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

*** NÃO CONSTA(M) PROTESTO(S) ***

Solicitante: ANGELICA PIM AUGUSTO
RG. 23003333 7

Eu, ROBERTO DE SOUZA Auxiliar, pesquisei.

Eu, RUBEM GARCIA Tabelião conferi e assino.

SÃO PAULO, 08 de AGOSTO de 2012

5º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - S. PAULO - SP
PJ
SP
RUBEM GARCIA - TABELIÃO - RG 1.920.344

Emolumentos	Ao Estado	IPESP	Reg. Civil	Trib. Justiça	Santa Casa	TOTAL RECEBIDO
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29		8,90

Solicite certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protesto.com.br

VALIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.



TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
TABELIÃO FRANÇA
José Roberto P. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia
reprográfica, extraída nestas notas, a qual
corresponde ao original, e a qual
é verdadeira e fiel.
S. PAULO - SP
Rua Américo
Bastiani
nº 1003
24 AGO. 2012
Valor pago
p/ aut. aut.
R\$ 2,36

Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse www.5protesto.com.br, em Consultas, utilizando a data de emissão e o código 3560369



Nº . PEDIDO: 240A/08

**6º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS**

SEQ. 2741884

RUA FRANCISCA MIQUELINA, 325 - SP

JOSÉ MÁRIO BIMBATO
TABELIÃO**CERTIDÃO**

O SEXTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DA FÉ**, a pedido de: **ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7**, que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo deles verificou:

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de:

TANIA*LUCIA*ASSAD*MONTORO*******UBOJB MVDJB BTBTE NPOUPSP****VCPKC NWEKC CUUCF OQPVQTQ 59****CPF*08239814875*****RG*18177733 2****no período de **5 ANOS** anterior a 07 de agosto de 2012.**TABELIONATO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA**José Roberto P. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autêntico a presente cópia
reprográfica, extraída destas notas, a qual
contém com o original, do que dou fé.

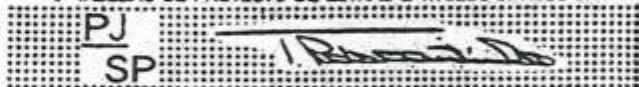
S. PAULO-SP

24 AGO. 2012

Tania V. Rodrigues Coutinho - Subst. do Tabelião
José Roberto P. França - Subst. do Tabelião
Antonio P. França de G. Pereira - Subst. do Tabelião
Cidreiro Gomes Junior - Escrivão
Eduardo G. Kelly dos Santos - Escrivão
Elisângela Aparecida Sara Diniz - Escrivão
Ronaldo Mendes da Cruz - EscrivãoValor pago
p/ autent.
R\$ 2,35Pesquisado por: **TANIA VICENTE RODRIGUES COUTINHO**

São Paulo, 08 de agosto de 2012

6º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS S. PAULO-SP



Tania V. Rodrigues Coutinho - Escrevente - RG 9486231

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET : www.protesto.com.br

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REG. CIVIL	TRIB. JUSTICA	STA. CASA	TOTAL
***** 5,53	***** 1,57	***** 1,16	***** 0,29	***** 0,29	***** 0,06	***** 8,90

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.

"Qualquer rasura apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na internet, INVALIDARÁ esta certidão".

Certidão Negativa de Protesto

O SÉTIMO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA

DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, por este público instrumento,

CERTIFICA E DÁ FÉ, que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS

a seu cargo, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 ANOS** anterior

a 07 de agosto de 2012, em nome de:

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO

CPF 08239814875 RG 18177733 2

Pedido formulado por: ANGELICA PIM AUGUSTO - RG 23003333 7

Pesquisado por: OSVALDO A DOS SANTOS



São Paulo, 08 de agosto de 2012.



Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Certidão expedida no ato do pedido, sem ônus adicional para o requerente.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Solicite certidão de protesto pela Internet no site : www.protesto.com.br

Verifique o código de veracidade: **17490276792800015342** no site: www.7protsp.com.br

Emolumentos ***** 5,53	Ao Estado ***** 1,57	Cart. Prev. ***** 1,16	Sinoreg ***** 0,29	Trib. Just. ***** 0,29	Sta.Casa ***** 0,06	Total ***** 8,90
---------------------------	-------------------------	---------------------------	-----------------------	---------------------------	------------------------	---------------------

Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na internet, INVALIDARÁ esta certidão.

Oitavo Tabelião de Protesto de Letras e Títulos

Rua XV de novembro, 331 - Centro - Tel.: (11) 3292-8030 - CEP: 01013-001 - São Paulo - SP

Nº do Pedido: 2012/08/08/A00240

Verifique a autenticidade desta certidão no site: www.8tpsp.com.br

CERTIDÃO



20120808A00240

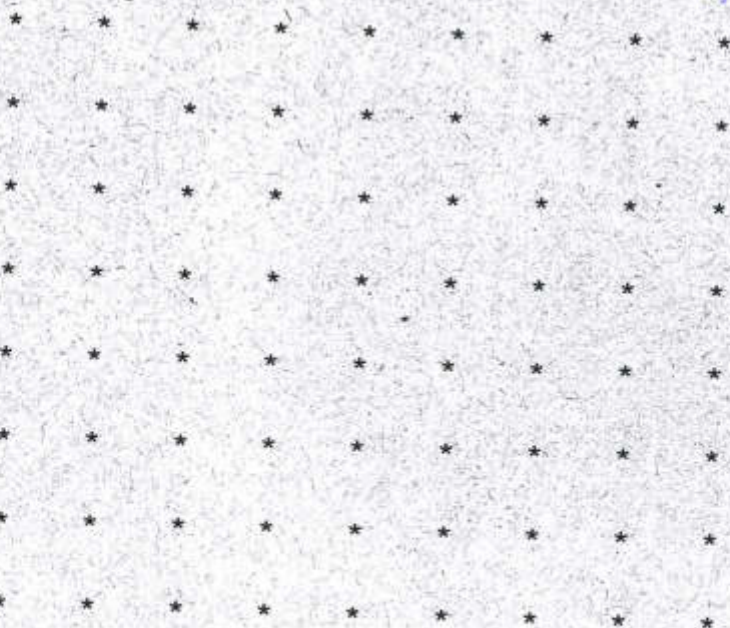
O 8º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA E DA FÉ**, a pedido de **ANGELICA PIM AUGUSTO**, RG 23003333 7, que pesquisados os índices de protesto, no período de **CINCO ANOS**, anterior a **06/08/2012**, em nome de:

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO
CPF 08239814875 - RG 18177733 2



NÃO CONSTA PROTESTO

93



TABELIONATO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA

José Roberto B. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia
reprográfica, extraída nestas notas, a qual
confero com o original, do que dou fé.



24 AGO. 2012

1036AR723149

24 AGO. 2012
José Roberto B. França - Tabelião
Autentico a presente cópia
reprográfica, extraída nestas notas, a qual
confero com o original, do que dou fé.
Valor 2200
R\$ 2,25

Eu, SEVIRINA ARAUJO VERAS - Auxiliar AUTORIZADO(A), conferi.
Eu, CARLOS ROBERTO DE BARROS GOUVEA - Tabelião Substituto a Subscrevo e Assino.
SAO PAULO, 8 de Agosto de 2012

8º TABELIÃO DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP

PJ
SP

CARLOS ROBERTO DE BARROS GOUVEA - TABELIÃO SUBSTITUTO

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	AO SINOREG	AO TRIBUNAL	STA.CASA	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

Solicite certidões dos dez Tabeliães de Protesto pelo site: www.protesto.com.br

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

PRAÇA JOÃO MENDES, 52 - SOBRELOJA - FONE: 011 - 3293 3400 - SÃO PAULO - SP
BENEDICTO SILVEIRA FILHO
Tabelião

EDUARDA SILVEIRA
Tabeliã Substituta

00240 - A / 08

08/08/2012

Código de Autenticidade: 120244087729708

CERTIDÃO

O 9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, DA COMARCA DE SÃO PAULO, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

CERTIFICA E DA FÉ.

A pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 06/08/2012, em nome de:

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO

CPF 082.398.148-75 RG 181777332

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

TABELIONATO DE NOTAS TABELIÃO FRANÇA

José Roberto F. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia
reprográfica, extrairá nestas notas, a qual
contém com o original, do que dou fé.

S. PAULO, SP
Rua André de
Assis nº 1053
24 AGO. 2012

Valor pago
p/ autentic.
R\$ 2,35



Eu, Eduarda Silveira - Tabeliã Substituta, Subcrevo e Assino.

Eu, Lassi Custódio da Silva Santos - Escrevente Autorizada, conferi.

SÃO PAULO, 08 DE AGOSTO DE 2012

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - S. PAULO-SP
PJ SP
EDUARDA SILVEIRA - TABELIÃ SUBSTITUTA - RG 13.031.740

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

08/08/2012 16:59:33

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
 - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
 - 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código da barras acima.
 - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
 - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

FOLHA: 1 Solcite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE: www.protesto.com.br

OBS.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Siscart Informática Ltda.

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL



10º TABELIÃO DE PROTESTOS DE SÃO PAULO

PRAÇA DOUTOR JOÃO MENDES, 39 - CENTRO - CEP: 01501-001
www.10tpsp.com.br

Para verificar a autenticidade desta certidão, consulte o site www.10tpsp.com.br e informe o seguinte código: **120808558655**

Nº do Pedido : 2012.08.08/A00240

CERTIDÃO

O 10º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7, CPF 15098121809 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 06/08/2012, em nome de:

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO
CPF 082.398.148-75 RG 18177733 2

NÃO CONSTA PROTESTO



Eu, Leonice Aparecida de Campos - Escrevente Autorizado, conferi.

Eu, Gilseu Batista dos Santos - Substituto(a) do Tabelião, Subscrevo e Assino.

SÃO PAULO, 08 DE AGOSTO DE 2012

10º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de S. Paulo - SP



Gilseu Batista dos Santos - Substituto do Tabelião - RG 9.277.348

TABELIONATO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA
José Roberto P. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Atestamos a presente cópia reprográfica, extrada nestas notas, a qual confere com o original, do que dou fé.

SÃO PAULO
Rua Américo
Bastiansen
24 AGO. 2012



EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código da barras acima.
4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s); não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
6) Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

08/08/2012 15:58:55

FOLHA : 1 OBS.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.
Siscart Informática Ltda.

Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro - Fones: (19) 3807-4279 / 3808-6731

Ministério das
Comunicações
SCE
95
2

SEI 53000.041399/2012-97 / pg. 97



REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS
E TÍTULOS DA COMARCA DE AMPARO - SP
CNPJ: 50.093.780/0001-30

JOSÉ OSVALDO DE MELO-TABELIÃO JOSÉ CARLOS DE MELO-SUBSTITUTO
Rua Osvaldo Cruz, 345 - Centro - Fone: (19) 3807-4266

SCE 96
Ministério das
Comunicações

FOLHA Nº 001

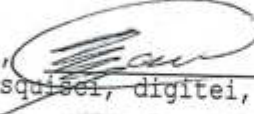
C E R T I D ã O

José Osvaldo de Melo, Tabelião de Protesto de Letras e
Títulos da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo,


CERTIFICA E DÁ FÉ, atendendo a requerimento
de TANIA LUCIA ASSAD MONTORO, CPF 082.398.148-75, que revendo os
LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, do período de CINCO ANOS anteriores
a 12 de agosto de 2012, deles verificou*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de TANIA LUCIA ASSAD MONTORO, CPF 082.398.148-75 e RG 18.177.733-2.*

Eu, , José Eduardo Zampoli, Escrevente Autorizado,
pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 13 DE AGOSTO DE 2012.


José Eduardo Zampoli
Escrevente Autorizado

NOTAS: A presente Certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda
que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Sta.Casa	Total
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS
AMPARO (SP)
José Osvaldo de Melo
Oficial
José Carlos de Melo
Sub. do Oficial

TABELIONATO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA

José Roberto P. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia
reprográvia, extraída nestas notas, e qual
conferir com o original, do que dou fé.

SERIAL-SP
Rua Américo
Braziliense
nº 1803

24 AGO. 2012

☐ Cláudio F. França - Tabelião
☐ Roberto P. França - Tabelião
☐ Jairo P. França - Tabelião
☐ Cláudio P. França - Tabelião
☐ Roberto P. França - Tabelião
☐ Jairo P. França - Tabelião
☐ Cláudio P. França - Tabelião
☐ Roberto P. França - Tabelião
☐ Jairo P. França - Tabelião
☐ Cláudio P. França - Tabelião





Primeiro 1º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

José Carlos Alves
TABELIÃO

Mário Regende Florence
SUBSTITUTO DO TABELIÃO

Tel: 11 3113.6916 Fax: 11 3113.6933 - cep: 01317-000 / Av. Brigadeiro Luís Antônio, 371, sobreloja - Bela Vista - São Paulo - SP

CERTIDÃO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CERTIFICA DÁ FÉ,

a pedido de: ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no período de 5 ANOS anterior a 06 de agosto de 2012, deles verificou:

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de

VERA*HELENA*PEREIRA*DE*ANDRADE*PAGANO*****

WFSB IFMFOB QFSFJSB EF BOESBEF QBHBOP
XGTC JGNGPC RGTGKTC FG CPFTCFG RCICPO 78
CPF*852.407.108-72*****RG*6817246**

EM BRANCO

Eu, MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS, conferi.
São Paulo, 08 de agosto de 2012



VALORES COBRADOS	
AO TABELIÃO:	***** 5,53
AO ESTADO:	***** 1,57
AO IPESP:	***** 1,16
AO REGISTRO CIVIL:	***** 0,29
AO TRIBUNAL JUSTIÇA:	***** 0,29
A SANTA CASA:	***** 0,06
TOTAL:	***** 8,90

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET www.protesto.com.br

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

VERIFIQUE A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO POR MEIO DO SITE www.primeiroprotesto.com.br DIGITANDO 24810266572600015024

QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

24 AGO. 2012



2º Tabelião de Protesto São Paulo

Ministério das Comunicações
RUBENS
99
SCE

ANTONIO AUGUSTO SMITH JUNQUEIRA
TABELIÃO

CERTIDÃO

ADRIANA PORTO JUNQUEIRA
SUBSTITUTA DO TABELIÃO

SEQ. 1.078.393

Nº. PEDIDO: 241-A/08

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP, no uso das suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices de protesto no período de 5 ANOS anteriores a 06 de agosto de 2012, a pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO CPF 15098121809 RG 23003333 7, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

VERA*HELENA*PEREIRA*DE*ANDRADE*PAGANO*****
WFSB IFMFOB QFSFJSB EF BOESBEF QBHBOP
XGTC JGNGPC RGTGKTC FG CPFTCFG RCICPQ 78
CPF*85240710872*****RG*6817246**

Pesquisado por ADELMO FERRO DA SILVA

O referido é verdade e dou fé.
São Paulo, 08 de agosto de 2012

2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP

PJ
SP

ODENIR REIS GENESIO - ESCRIVENTE AUTORIZADO - RG 8.025.156-4

CÓDIGO VERIFICADOR: 24810107839300015024

EMOLUMENTOS
***** 5,53

AO ESTADO
***** 1,57

AO IPESP
***** 1,16

REG CIVIL
***** 0,29

TRIB. JUNTICA
***** 0,75

SANTA CASA
***** 0,06

TOTAL
***** 8,90

Rua Boa Vista, 314 - 1º Andar - Conj. 1 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 3293-7210

NOTAS
O Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de São Paulo - SP, no uso das suas atribuições legais, CERTIFICA que pesquisados os índices de protesto no período de 5 ANOS anteriores a 06 de agosto de 2012, a pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO CPF 15098121809 RG 23003333 7, deles verificou NÃO CONSTAR PROTESTO.
O Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de São Paulo - SP, no uso das suas atribuições legais, CERTIFICA que pesquisados os índices de protesto no período de 5 ANOS anteriores a 06 de agosto de 2012, a pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO CPF 15098121809 RG 23003333 7, deles verificou NÃO CONSTAR PROTESTO.
O Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de São Paulo - SP, no uso das suas atribuições legais, CERTIFICA que pesquisados os índices de protesto no período de 5 ANOS anteriores a 06 de agosto de 2012, a pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO CPF 15098121809 RG 23003333 7, deles verificou NÃO CONSTAR PROTESTO.



ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA G. LIDOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMO.

VALDO SCHENITE NO ORIGINAL



TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
AVENIDA BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, 319 - SAO PAULO - SP - Tel.: (011) - 3186-7254

SEQ. 2696576

CERTIDÃO

O 4º TABELIAO DE PROTESTO DE LETRAS E TITULOS DA COMARCA DE SAO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**,
a pedido de: ANGELICA PIM AUGUSTO, CPF 15098121809 RG 23003333 7,
que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de :

VERA*HELENA*PEREIRA*DE*ANDRADE*PAGANO*****
WFSB IFMFOB QFSFJSE EF BOESBEF QBHBOP
XGTC JGNGPC RGTGKTC FG CPFTCFG RCICPQ 78
CPF*85240710872*****RG*6817246**

no periodo de 5 ANOS anterior a 6 de agosto de 2012

Pesquisado por FRANCISCA JOSICLEIDE ALVES CARVALHO

SAO PAULO, 08 de agosto de 2012

4º TABELIAO DE PROTESTO DE LETRAS E TITULOS - SAO PAULO - SP



VALQUIRIA NORBERTO - ESCRIVENTE - RG 17.580.509

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET: www.protesto.com.br

Para consultar a autenticidade desta, através do código 24810269657600015024, acesse www.quartoprotestossp.com.br

TABELIONATO DE NOTAS
TABELIAO FRANÇA

José Roberto P. França - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autêntico e presente cópia
reproduzida, emblema válido, qual
confere com o original, do qual dou fé.

3.742,25

EMOLUMENTOS *****5,53	AO ESTADO *****1,57	AO IPESP *****1,16	REG CIVIL *****0,29	TRIB. JUSTICA *****0,29	SANTA CASA *****0,06	TOTAL *****8,90
--------------------------	------------------------	-----------------------	------------------------	----------------------------	-------------------------	--------------------

AS CUSTAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA. ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NUMEROS COMO NELA APARECIDOS. NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE
PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO RESPECTIVO PEDIDO.



5º Tabelião de Protesto

RUA DA GLÓRIA, 162 - SÃO PAULO - CAPITAL

Bel. RUBEM GARCIA
TABELIÃO



*R*06*

000241 - A/08

CERTIDÃO NEGATIVA

O QUINTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**

QUE, REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS LAVRADOS NO PERÍODO DE
CINCO ANOS ANTERIORES À 06 DE AGOSTO DE 2012, DELES VERIFICOU **NÃO CONSTAR**
PROTESTO DE RESPONSABILIDADE DE:

***** VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO*****

***** WFSB IFMFOB QFSFJSB EF BOESBEF QBHBOP*****

***** CPF -85240710872 ***** RG. -6817246*****

PARA MAIOR SEGURANÇA, CONFIRA DE CIMA PARA BAIXO CADA LETRA DO NOME CERTIFICADO, COM A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DA LINHA INFERIOR.
ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU
RE-SIMILANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

*** NÃO CONSTA(M) PROTESTO(S) ***

Solicitante: ANGELICA PIM AUGUSTO
RG. 23003333 7

Eu, ROBERTO DE SOUZA Auxiliar, pesquisei.

Eu, RUBEM GARCIA Tabelião conferi e assino.

SÃO PAULO, 08 de AGOSTO de 2012



Emolumentos	Ao Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib. Justiça	TOTAL RECEBIDO
5,53	1,57	1,16	0,29	0,25	8,90

Solicite certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protesto.com.br

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

TABELIONATO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA
José Roberto França
reprografia, extrair e presente cópia
com o original, do qual se

029
0,05
24 AGO 2012

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.
1036872226
AUTENTICAÇÃO
COLEÇÃO NOTAS
DO BRASIL

Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse www.5protesto.com.br, em Consultas, utilizando a data de emissão e o código 4912259



Nº .PEDIDO: 241A/08

103
Escritório das Comunicações
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

6º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

SEQ. 2741885

RUA FRANCISCA MIQUELINA, 325 - SP

JOSÉ MÁRIO BIMBATO

TABELIÃO

CERTIDÃO

O SEXTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DA FÉ**, a pedido de: ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7,

que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, deles verificou:

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de:

VERA*HELENA*PEREIRA*DE*ANDRADE*PAGANO*****

WFSB IFMFOB QFSFJSB EF BOESBEF QBHBOP

XGTC JGNGPC RGTGKTC FG CPFTCFG RCICPQ 79

CPF*85240710872*****RG*6817246**

no período de 5 ANOS anterior a 07 de agosto de 2012.

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

Pesquisado por: TANIA VICENTE RODRIGUES COUTINHO

São Paulo, 08 de agosto de 2012

6º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS-S.PAULO-SP



Tania V. Rodrigues Coutinho - Escrivão(a) - RG 9480234

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET : www.protesto.com.br

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REG. CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	STA. CASA	TOTAL
***** 5,53	***** 1,57	***** 1,16	***** 0,29	***** 0,25	***** 0,06	***** 8,90

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.



Certidão Negativa de Protesto

O SÉTIMO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, por este público instrumento, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 ANOS** anterior a 07 de agosto de 2012, em nome de:

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO
CPF 85240710872 RG 6817246

Pedido formulado por: ANGELICA PIM AUGUSTO - RG 23003333 7

Pesquisado por: OSVALDO A DOS SANTOS

São Paulo, 08 de agosto de 2012.



Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Certidão expedida no ato do pedido, sem ônus adicional para o requerente.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Solicite certidão de protesto no site www.protesto.com.br ou no site www.2protsp.com.br

Verifique o código de veracidade: **24810276792900015024** no site www.2protsp.com.br

Emolumentos	Ao Estado	Cart. Prev.	Sinoreg	Trib. Just.	Sta. Casa	Total
***** 5,53	***** 1,57	***** 1,16	***** 0,29	***** 0,29	***** 1,06	***** 8,90

Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na internet, **INVALIDA** esta certidão.



Oitavo Tabelião de Protesto de Letras e Títulos

Rua XV de novembro, 331 - Centro - Tel.: (11) 3292-8030 - CEP: 01013-001 - São Paulo - SP

Nº do Pedido: 2012.08.08/A00241

Verifique a autenticidade desta certidão no site: www.8tsp.com.br

CERTIDÃO



O 8º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA E DA FÉ**, a pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 230033337 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 06/08/2012, em nome de:

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO
CPF 85240710872 - RG 6817246



NÃO CONSTA PROTESTO

129

8º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO
TABELIÃO PRANCA

João Roberto P. Ferreira - Tabelião
AUTENTICAÇÃO - Autenticado o presente cópia
reprográfica, extraída de meus notas, a qual
contém com o original, do que dou fé.

SINALESP
Rua América
Gratuita

24 AGO. 2012

Nº 1821

13.010.000

☐ Cláudia F. França Pacheco - Subst. do Tabelião

☐ Roberto Francisco Pereira - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ Cláudia F. França Pacheco - Subst. do Tabelião

☐ Roberto Francisco Pereira - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ Cláudia F. França Pacheco - Subst. do Tabelião

☐ Roberto Francisco Pereira - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ Cláudia F. França Pacheco - Subst. do Tabelião

☐ Roberto Francisco Pereira - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ Cláudia F. França Pacheco - Subst. do Tabelião

☐ Roberto Francisco Pereira - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ Cláudia F. França Pacheco - Subst. do Tabelião

☐ Roberto Francisco Pereira - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ Cláudia F. França Pacheco - Subst. do Tabelião

☐ Roberto Francisco Pereira - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ Cláudia F. França Pacheco - Subst. do Tabelião

☐ Roberto Francisco Pereira - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

☐ André F. Pereira da Silva - Subst. do Tabelião

Eu, SEVIRINA ARAUJO VERAS - Auxiliar AUTORIZADO(A), conferi.
Eu, CARLOS ROBERTO DE BARROS GOUVEA - Tabelião Substituto a Subscrevo e Assino.
SAO PAULO, 8 de Agosto de 2012

8º TABELIÃO DE PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP

PJ

SP

CARLOS ROBERTO DE BARROS GOUVEA - TABELIÃO SUBSTITUTO

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	AO SINOREG	AO TRIBUNAL	STA.CASA	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pelo site: www.protesto.com.br

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

PRAÇA JOÃO MENDES, 52 - SOBRELOJA - FONE: 011 - 3293 3400 - SÃO PAULO - SP
BENEDICTO SILVEIRA FILHO
Tabelião

EDUARDA SILVEIRA
Tabeliã Substituta

00241 - A / 08

08/08/2012

Código de Autenticidade: 120244087729508

CERTIDÃO

O 9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, DA COMARCA DE SÃO PAULO, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

CERTIFICA E DA FÉ.

A pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 06/08/2012, em nome de:

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO

CPF 852.407.108-72 RG 6817246

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

Eu, Eduarda Silveira - Tabeliã Substituta, Subcrevo e Assino.

Eu, Lassi Custódio da Silva Santos - Escrevente Autorizada, conferi.

SÃO PAULO, 08 DE AGOSTO DE 2012

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - S. PAULO-SP
PJ SP
EDUARDA SILVEIRA - TABELIÃ SUBSTITUTA - RG 12.031.740

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

08/08/2012 16:59:33

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação de notas.
4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE: www.protesto.com.br

FOLHA: 1 OBS: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Siscart Informática Ltda.

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL



10º TABELIÃO DE PROTESTOS DE SÃO PAULO

PRAÇA DOUTOR JOÃO MENDES, 39 - CENTRO - CEP: 01501-001

www.10tpsp.com.br

Para verificar a autenticidade desta certidão, consulte o site www.10tpsp.com.br e informe o seguinte código: **120808558695**

Nº do Pedido : 2012.08.08/A00241

CERTIDÃO

O 10º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de ANGELICA PIM AUGUSTO, RG 23003333 7, CPF 15098121809 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 06/08/2012, em nome de:

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO
CPF 852.407.108-72 RG 6817246

NÃO CONSTA PROTESTO



Eu, Leonice Aparecida de Campos - Escrevente Autorizado, conferi.

Eu, Gilseu Batista dos Santos - Substituto(a) do Tabelião, Subcrevo e Assino.

SÃO PAULO, 08 DE AGOSTO DE 2012

10º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de S. Paulo - SP



Gilseu Batista dos Santos - Substituto do Tabelião - RG 9.277.348

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	TOTAL
5,53	1,57	1,16	0,29	0,29	0,06	8,90

08/08/2012 15:58:56

- Informações:
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL
 - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
 - 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código da barras acima.
 - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
 - 5) A presente certidão refere-se a existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
 - 6) Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE - www.protesto.com.br

TABELIÃO DE NOTAS
JOSE ROBERTO DE SOUZA
AUTENTICAÇÃO - Assinatura e presente cópia
CONFIRMAÇÃO - certidão notória, a qual
contém com o original, do que dou fé.

24 AGO. 2012

FOLHA: 1 OBS - QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Siscart Informática Ltda.

103647284E01
AUTENTICAÇÃO
TABELIÃO DE NOTAS



DECLARAÇÃO

EDSON VALTER PAGANO, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital na Rua Miranda Guerra, 876 – casa 08, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.733.977-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 402.130.058-91, na condição de Diretor Presidente da **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Paraguaçu Paulista – SP, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

São Paulo, 15 de Agosto de 2012.

EDSON VALTER PAGANO

DECLARAÇÃO

TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua São Benedito, 931 – apto. 21, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.177.733-2-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 082.398.148-75, na condição de Vice Presidente da **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Paraguaçu Paulista – SP, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

São Paulo, 15 de Agosto de 2012.


TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO

DECLARAÇÃO

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Miranda Guerra, 876 – casa 08, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.817.246-SSP/SP e CPF/MF sob nº 852.407.108-72, na condição de Diretora Administrativa-Financeira da **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Paraguaçu Paulista – SP, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-Lei nº 236/67.

São Paulo, 15 de Agosto de 2011.

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **EDSON VALTER PAGANO**

Inscrição: **078416320191** Zona: 246 Seção: 199

Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP

Data de Nascimento: 05/04/1951 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: SANTINA OGHIERI PAGANO
OSWALDO JOAQUIM PAGANO

Certidão emitida às 16:24 de 13/08/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **GR63.P/9M.MAFC.GBKE**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **TANIA LUCIA ASSAD MONTORO**

Inscrição: **077963820124** Zona: 246 Seção: 268

Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP

Data de Nascimento: 20/12/1964 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: MARLENE ANDREOTTI ASSAD
ADIB ASSAD

Certidão emitida às 15:00 de 13/08/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta certidão de quitação eleitoral é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **1RGQ.VKIN.KI50.EP+7**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITA** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**

Inscrição: **078447810108** Zona: 246 Seção: 205

Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP

Data de Nascimento: 18/09/1954 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE
CARLOS HENRIQUE CAMARGO ANDRADE

Certidão emitida às 16:15 de 13/08/2012

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **F7X3.VFFH.1RPZ.AFSY**

DECLARAÇÃO

EDSON VALTER PAGANO, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital na Rua Miranda Guerra, 876 – casa 08, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.733.977-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 402.130.058-91, na condição de Diretor Presidente da **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorram foro especial.

São Paulo, 15 de Agosto de 2012.

EDSON VALTER PAGANO

DECLARAÇÃO

TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua São Benedito, 931 – apto. 21, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.177.733-2-SSP/SP e do CPF/MF sob nº 082.398.148-75, na condição de Vice Presidente da **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorram foro especial.

São Paulo, 15 de Agosto de 2012.


TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO

DECLARAÇÃO

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Miranda Guerra, 876 – casa 08, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.817.246-SSP/SP e CPF/MF sob nº 852.407.108-72, na condição de Diretora Administrativa-Financeira da **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorram foro especial.

São Paulo, 15 de Agosto de 2012.



VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003
REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

Ministério das Comunicações
Fis 127
Rubrica 3
SCE
SDPUB

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: ☒ Outorga, () Pós-Outorga ou () Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

- () Vista do Processo;
☒ Cópias dos autos do Processo - folhas ____ à folhas ____;
() Certidão do Processo;

picote:

Processo nº 53000.041399/2012 cópia

cópia

Relativo ao Serviço de: () Rádio Comunitária / ☒ Rádio/TV Educativa / () Rádio/TV Comercial / () RTV / () SARC

Nome do interessado: Adalziria Franca Sousa de Lucca

Endereço completo: SHIS QI09 conj 17 casa 14

CEP: 71625-170 UF/Município: Brasília/DF

Telefones: (61) 3365 2079

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade de interessado: Acompanhamento
procuratorial

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

- ☒ I - Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação*;
() II - Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que, mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas*;
() III - As Organizações ou as Associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos**;
() IV - As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos**;

* Representantes Legais / Procuradores - Anexar cópia da Identidade e Cópia de Procuração válida ou Cópia da OAB;

** Organizações/Associações representativas - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Adalziria F. S. de Lucca


Brasília, 01 de outubro, de 2013:

OAB/DF - 1540
Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação de interessado, anexando a devida comprovação junto a este requerimento, providenciei, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

Assinatura e Matrícula/Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido

Ministerio das Comunicações
Folha 128
Rubrica 8
SCE

**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: 1540

SOPR
ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA

FILIAÇÃO
ACIOLY FRANÇA SOARES
TEREZINHA DE CASTRO SOARES

NATURALIDADE
BARRETOS-SP

RG
184921 - SSP/DF


COADOR DE OBRAS E TECNICOS
NÃO

DATA DE NASCIMENTO
03/02/1951

CPE
098.726.531-49

VIN
01

EXPELIDO EM
07/09/2011


FRANCISCO LUIZ DE CAPUTO NETO
PRESIDENTE

TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL 03090601

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.606/94)



ASSINATURA DO PORTADOR




OBSERVAÇÕES





Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003
REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

SDPUB

Ministério das Comunicações
Fls. 127
Rubrica 3
SCE

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: ☒ Outorga, () Pós-Outorga ou () Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

() Vista do Processo;

☒ Cópias dos autos do Processo - folhas ____ à folhas ____;

() Certidão do Processo;

Processo nº 53000.041399/2012

cópia

piloto:

53000 041399/2012

cópia

Relativo ao Serviço de: () Rádio Comunitária / ☒ Rádio/TV Educativa / () Rádio/TV Comercial / () RTV / () SARC

Nome do interessado: Adalgiza Franca Soares de Lucca

Endereço completo: SHIS QI09 conj 17 casa 14

CEP: 71625-170

UF/Município: Brasília/DF

Telefones: (61) 3365 2079

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade de interessado: Acompanhamento
processual

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

- ☒ I - Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação*;
() II - Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que, mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas*;
() III - As Organizações ou as Associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos**;
() IV - As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos**;

* Representantes Legais / Procuradores - Anexar cópia da Identidade e Cópia de Procuração válida ou Cópia da OAB;

** Organizações/Associações representativas - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Adalgiza F. S. de Lucca

Brasília, 01 de outubro, de 2013

OAB/DF - 1546
Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação de interessado, anexando a devida comprovação junto a este requerimento, providenciei, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

Assinatura e Matrícula/Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA

FILIAÇÃO
ACIOLEY FRANÇA SOARES
TEREZINHA DE CASTRO SOARES

NATURALIDADE
BARRETOS-SP

RG
184921 - SSP/DF

DATA DE NASCIMENTO
03/02/1951

CPF
098.726.531-49

COADOR DE OBRAS E TERCOS
NÃO

VIN
01

EXPECIDO EM
07/09/2011

FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO
PRESIDENTE

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 03090601



ASSINATURA DO PORTADOR





RESERVAÇÕES



Ministério das Comunicações.



Comprovante de Pagamento Referente à cópia do processo.

Solicitante:

Adalgiza Franco

Processo nº:

53000-046 357/2012

Quantidade de folha: _____

Valor Total : 8,0

Situação: (☒) Pago

(☐) Falta pagar

Entregue: (☐) em mão

(☐) Via correio

Telefone para Contato: (____) _____

Endereço para Correspondência : _____

Cole aqui o comprovante : SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
09/10/2013 - AUTO-ATENDIMENTO - 15.43.05
4811971121

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: GRAZIELLE CUSTODIO DAVID
AGENCIA: 2727-8 CONTA: 95.303-2
=====

Convenio	GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras	89990020000-7 08000001010-1
	95523161882-9 20491813938-0
Data do pagamento	09/10/2013
Nº de Referencia	41003300001188220
Competencia MM/AAAA	10/2013
Data de Vencimento	03/10/2013
CPF	95.726.631-48
Valor Principal	8,00
Valor em Dinheiro	8,00
Valor em Cheque	0,00
Valor Total	8,00

=====

Data: 14/10/2013

DOCUMENTO: 100902
AUTENTICACAO SISBB:
B.A26.D6A.C6E.B5C.77E

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informações.

Ministério das Comunicações.



Comprovante de Pagamento Referente à cópia do processo.

Solicitante:

Adalziria Franca

Processo n°:

53000.041399/2012

Quantidade de folha: _____

Valor Total : 25,40

Situação: (X) Pago

() Falta pagar

Entregue: () em mão

() Via correio

Telefone para Contato: () _____

Endereço para Correspondência : _____

Cole aqui o comprovante : _____

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
09/10/2013 - AUTO-ATENDIMENTO - 15,45,51
4811971121

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: BRAZIELLE CUSTODIO DAVID
AGENCIA: 2727-8 CONTA: 95.303-2
=====

Convenio	000-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras	89900000000-0 25400001010-5
	95523161882-9 20491810022-0
Data do pagamento	09/10/2013
Nº de Referência	41000300001188220
Competencia	MM/AAAA 10/2013
Data de Vencimento	09/10/2013
CFF	98.726.631-49
Valor Principal	25,40
Valor em Dinheiro	25,40
Valor em Cheque	0,00
Valor Total	25,40

=====

Data: 14/10/2013

DOCUMENTO: 100903
AUTENTICACAO SISBB:
1.FEC.054.57A.D25.3F4

Leia no verso como conservar este documento,
e acesse outras informações.



SENHORA SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 062243/2013-21
SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD
29/10/2013-17:07 - SDPUB

Processo nº: 53000.041399/2012

Assunto: Manifestação em resposta ao **Edital nº 99**, de 25 de setembro de 2013, publicado no D.O.U. de 30 de setembro de 2013.

Referência: Aviso de Habilitação nº 04 de 2012. Outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em caráter exclusivamente educativo (FME) para a localidade de Paraguaçu Paulista, SP.

Processo piloto nº: 53000.046357/2012

A **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, no qual participa do aviso de habilitação em referência vem, respeitosamente, por intermédio de seu advogado, a tempo e modo, em atenção à convocação desta Pasta e ao que consta da **NOTA TÉCNICA N° 2069/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC** (fls. 121 a 122, v.) requerer a juntada da **GRADE DE PROGRAMAÇÃO** e cópia do **ESTATUTO SOCIAL** em anexo, que se encontram em conformidade com os requisitos do edital e da legislação aplicável à matéria, para que sejam considerados para fins de habilitação da entidade.

Termos em que,

Pede deferimento.

Brasília, 29 de outubro de 2013.


ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO
OAB/DF 34.272

PROCURAÇÃO



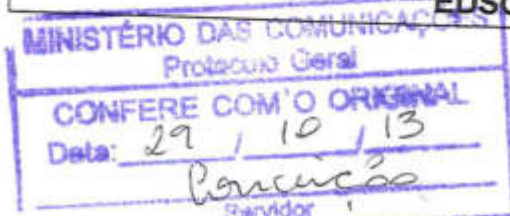
Pelo presente instrumento de mandato, **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o número 09.241.619/0001-62, com sede na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Antonio Comparato, 148, Campo Belo, CEP 04606-030, neste ato representada por seu presidente **EDSON VALTER PAGANO**, nomeia e constitui seus bastantes procuradores o Sr. **ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 105.487 e OAB/DF sob o nº 34 272, a Sra. **ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 1.540 e na OAB/MG sob o nº 133.901, a Sra. **FERNANDA SENE DOMINGUES**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 37.191 e a Sra. **CAROLINE VAZ DE MELO MATTOS ABREU**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 29.407, todos com escritório em Brasília, DF, no SHIS, QI 09, Conjunto 17, Casa 14, CEP 71625-170, telefone (61) 3365-2079, outorgando-lhes os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra*, para o foro em geral, podendo inclusive, acordar, desistir, transigir, embargar, recorrer, agravar e apelar em qualquer instância, foro ou tribunal, administrativo ou judicial, especialmente para representar a Outorgante junto ao Ministério das Comunicações, nas questões relativas aos **EDITAIS** números: **96; 97; 98; 99; e 101**, todos de **25 de Setembro de 2013**.

Clotilde Angélica Pereira Baroni Pontado
Escritor

São Paulo, 02 de Outubro de 2013.



FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL
EDSON VALTER PAGANO



**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.241.619/0001-62 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/11/2007
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - FUNDACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R ANTONIO COMPARATO	NÚMERO 148	COMPLEMENTO ANDAR TERREO	
CEP 04.606-030	BAIRRO/DISTRITO CAMPO BELO	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/11/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **03/10/2013** às **13:00:06** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Prefeitura do Município de São Paulo

Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Arrecadação e Cobrança



FDC - Ficha de dados cadastrais

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

C.C.M. : 3.710.548-5
Contribuinte : FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL
Pessoa Jurídica : Não Consta
Endereço : R. ANTONIO COMPARATO 148
Bairro : IBIRAPUERA
Cep : 04805-030
Telefone : 5093-0535
CNPJ / CPF : 09.241.619/0001-62
Início de Funcionamento : 13/11/2007
Data de Inscrição : 11/01/2008
CCM Centralizador : Não Consta
Nro. Ordem Endereço : 001 / Endereço Comercial
Nro. Contrib. Imposto Predial (SQL) : 086.426.0033-0
Código do Estabelecimento : 39985
Data início Estab. : 13/11/2007
Taxa : TFE
Última Atualização Cadastral : Não Consta

Código(s) de serviço(s) / Anúncio(s)						
Código	Data de Início	Imposto	Alíquota do Imposto	Livros	Documentos	Qtd. Anúncios(s)
Nada consta						

As informações prestadas pelo sujeito passivo para fins de inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM são de sua exclusiva responsabilidade, podendo se retificadas de ofício pelo Departamento de Arrecadação e Cobrança da Secretaria Municipal de Finanças.

Expedida em 23/10/2013 via Internet com base na Portaria SF nº 018/2004, de 25 de março de 2004.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE
TERCEIROS

Nº 009212013-21200619

Nome: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL

CNPJ: 09.241.619/0001-62

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 30/09/2013.

Válida até 29/03/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GRADE DE PROGRAMAÇÃO

Fundação Onda verde de Radiodifusão Brasil



A **Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil**, entidade civil, com personalidade de direito privado, sem fins lucrativos, tem como principais objetivos a proteção ambiental e a reciclagem.

Em São Paulo, apenas 1% do lixo é reciclado pela Prefeitura. Das 300 mil toneladas coletadas mensalmente 3 mil são recolhidas pelo programa de coleta seletiva da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana. Os 35 mil "carroceiros/catadores" que trabalham na cidade coletam pelo menos 15 vezes mais que o programa da Prefeitura.

Quanto mais rica a região, maior a quantidade de lixo que será reaproveitado. O mercado da reciclagem atualmente é movimentado por questões sociais e não ambientais, pois um "carroceiro/catador" de lixo gera sua subsistência através de valores conseguidos com a coleta de material a ser reciclado.

Com base nas informações divulgadas pelo governo geradas em balanço feito em 247 municípios que concentram metade da população do país, a **Fundação Onda Verde** foi criada tendo como objetivos principais a defesa ambiental e a reciclagem de lixo através da educação a ser realizada pelas emissoras de rádio e TVs educativas que está pleiteando junto ao Ministério das Comunicações.

As ações planejadas para a **Fundação Onda Verde**, relacionadas aos assuntos acima mencionados, são as seguintes:

- a) Estabelecimento de acordos com a iniciativa pública e privada para obtenção de recursos que serão utilizados na coleta e tratamento do lixo a ser reciclado;
- b) Orientação e suporte na criação de cooperativas para os "carroceiros/catadores", objetivando a re-inclusão destas pessoas na vida social dando melhores condições de vida e de dignidade como cidadãos.

Estas cooperativas terão também como objetivo o fornecimento de serviços médicos, dentários e instalações para higiene pessoal bem como o fornecimento de uniformes e refeições para seus respectivos cooperados.

- c) Programa educacional, através das rádios e TVs educativas, que funcionarão com base na seguinte grade de programação:

)) NOTÍCIAS DA REGIÃO - segunda a segunda, de 7h as 8h

Estão incluídos os sábados e os domingos.



4

Assuntos variados de interesses da comunidade, com enfoque principal na prestação de serviços. O conteúdo deste programa será elaborado com base em pesquisa e levantamentos locais, também contando com a contribuição de entidades e instituições que forneçam conteúdo específico para esta finalidade.

PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECICLAGEM - segunda a segunda, de 8h as 9h

**Estão incluídos os sábados e os domingos.
Repetição de programas da semana nos sábados e domingos.**

Programação baseada em conteúdo educacional sobre reciclagem e proteção ambiental, desenvolvido em parceria com entidades e instituições que tenham foco na proteção ambiental. Como exemplo, citamos a **USP-Recicla da USP de Ribeirão Preto** que poderá contribuir com conteúdo específico para este programa.

Este será o foco principal do conteúdo educacional das emissoras da **Fundação Onda Verde** visando provocar mudança de hábitos na comunidade através de esclarecimentos e educação sobre reciclagem e proteção ambiental..

Os aspectos sociais ligados à re-integração dos "carroceiros/catadores" na sociedade como cidadãos também farão parte desta programação com a apresentação de casos de sucesso a partir de depoimentos e entrevistas.

MEDICINA E SAÚDE - segunda a segunda, de 9h as 10h

**Estão incluídos os sábados e os domingos.
Repetição de programas da semana nos sábados e domingos.**

A partir da participação de profissionais de medicina e do fornecimento de conteúdo por departamentos de medicina e farmácia da USP, esta programação divulgará assuntos relacionados a:

- Educação sobre causas, efeitos e tratamentos para doenças modernas ligadas ao tabagismo, drogas, álcool, stress e depressão;
- Cuidados básicos, tais como: pressão alta, diabetes, câncer de mama, câncer de próstata e câncer de pele.
- Descrição de medicamentos pertencentes à farmácia popular, forma de utilização e cuidados;
- Prevenção e cuidados domésticos para evitar doenças causadas por desatenção no lar;
- Orientações sobre nutrição objetivando balanceamento na alimentação com baixo custo para a comunidade.

PROGRAMAÇÃO MUSICAL - segunda a sexta, de 10h as 12h

Sábados e Domingos, de 10h as 14h

Programação musical, popular e eclética, com programetes intercalados entre si.

PROGRAMAÇÃO ESPORTIVA - segunda a sexta, de 12h as 13h

Programação sobre os esportes no Brasil, com enfoque especial para os eventos regionais.

PROGRAMAÇÃO MUSICAL BRASILEIRA - segunda a sexta, de 13h as 14h

Sábados e Domingos, de 14h as 18h

Divulgação da origem e trajetória dos compositores e interpretes da **Música Brasileira** de todos os tempos com base nos conhecimentos e conteúdo gerados em parceria com instituições culturais e de ensino. Como exemplo, citamos a **ECA da USP**.

PROGRAMAÇÃO MUSICAL - segunda a sexta, de 14h as 17h

Programação musical, popular e eclética, com programetes intercalados entre si.

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CIDADÃO - segunda a sexta, de 17h as 18h

Programa de utilidade pública focado em Informações diversas sobre: habitação, transporte coletivo, segurança, direitos do consumidor, contando com participação ao vivo de cidadãos e autoridades locais.

PROTEÇÃO AMBIENTAL E RECICLAGEM - segunda a segunda, de 18h as 19h

**Estão incluídos os sábados e os domingos.
Repetição de programas da semana nos sábados e domingos.**

HORA DO BRASIL - segunda a sexta, de 19h as 20h

Transmissão de programa gerado pelo governo federal.

PROGRAMAÇÃO MUSICAL - segunda a sexta, de 20h as 7h

**Estão incluídos os sábados e os domingos.
Repetição de programas da semana nos sábados e domingos.**

Programação musical, popular e eclética, com programetes intercalados entre si.

As programações das emissoras educativas da **Fundação Onda Verde** mesclam educação, música, cultura, e jornalismo com os seguintes enfoques:

Música: divulgação diversificada da música popular brasileira buscando difundir outros estilos, valorizando também o trabalho dos músicos da Região.

Cultura: valorização da cultura nacional em todos os seus aspectos com uma linha musical destacando a história de compositores, intérpretes e suas obras.

Educação: apresentação de temas relacionados ao cotidiano; tendo as emissoras como parceiras da escola no processo educacional, com o objetivo de ser mais um complemento no processo de aquisição de conhecimento.

Jornalismo: atuação destinada à informação de interesse social, e prestação de serviços, com um jornalismo independente, fazendo prevalecer de fato o interesse público com o compromisso de respeitar cada ouvinte como um cidadão.

Atenciosamente.



Edson Pagano.
Presidente.



DECLARAÇÃO

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Miranda Guerra, 876 – casa 08, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.817.246-SSP/SP e CPF/MF sob nº 852.407.108-72, na condição de Diretora Administrativa-Financeira da **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, declara, para que produza todos seus efeitos legais, que:

- não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorram foro especial.

São Paulo, 15 de Agosto de 2012.



VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações

WERONICA DE JESUS LEITE

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » » Consultas » » Geral | internet | tela | menu | ajuda

Tela Inicial



Resultado da Consulta

Consulta Geral

CrITÉrios da Pesquisa

Ordenado por: NumCnpjCpf**CNPJ:** 09241619000162

Resultado

NENHUM REGISTRO ENCONTRADO!



ANATEL

Agência Nacional
de Telecomunicações

WERONICA DE JESUS LEITE
Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

BOLETO » **Nada Consta**

internet tela

menu ajuda



ANATEL

Agência Nacional de Telecomunicações

CNPJ: 09.241.619/0001-62

Entidade não cadastrada nesta agência.

Emitida às 11:57:12 do dia 28/08/2013 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta.](#)

CE-M. das
119
BOM DIA
W
seg



ANATEL

Agência Nacional
de Telecomunicações

WERONICA DE JESUS LEITE
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consulta Sócios e Diretores

internet tela menu ajuda



Dados da consulta



Consulta

Consulta Sócios e Diretores

Critérios selecionados

Nome da Entidade : Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!



Voltar



Imprimir



Exportar Excel

COPIA DE 03



ANATEL

Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta | **Resultado**

Perfil das Empresas

Tipo de
comparação: ☐ Exata ☐ Iniciando com ☒ Contendo¹

Nome da
Entidade:

CNPJ/CPF da
Entidade:

Resultado da Pesquisa

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

Para maiores informações clique no botão ajuda.

[Voltar](#) | [Confirmar](#) | [Ajuda](#)

Nota Técnica nº 2069/2013/GTPU/DEOC/SCE - MC

Assunto: **Proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.041399/2012, apenso ao Processo nº 53000.046357/2012**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata os autos de proposta relativa à outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, conforme segue:

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº:	04/2012	Data de publicação:	13/07/2012
Interessado:	Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil		
Município/UF:	Paraguaçu Paulista/SP	Serviço:	FME
		Canal:	268E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas:	13/09/2012		
Data de protocolo/postagem desta proposta:	30/08/2012		
Requerimento tempestivo?	X sim	<input type="checkbox"/> não	

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares-GTPU, a proposta constante do processo em referência, ofertada por pessoa jurídica de direito privado, com vistas à conferência e análise da documentação apresentada, em consonância com o disposto no artigo 8º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente.

3. Procedida à análise da habilitação da proponente, verificou-se que:

Lista de documentos necessários à instrução processual _Fundações de Direito Privado	FLS.	OK	OBS
--	------	----	-----

DA ENTIDADE INTERESSADA

1.	Estatuto social e suas alterações aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A", nos quais se constate que foi instituída há mais de um ano, contado da data de publicação do respectivo aviso de habilitação;	4/12	Ñ	
2.	Ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;	13/22	Ok	
3.	Instrumento jurídico firmado com instituição de ensino médio ou de educação superior, ou com o município em que será prestado o serviço, que garanta o fornecimento de suporte pedagógico e técnico à edição de programas voltados exclusivamente para a educação;	23/26 27/32	Ok	

3.	Limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 (Pesquisa Geral SRD/ANATEL, com base no CNPJ da entidade, imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	117	Ok
----	---	-----	----

Ministério das Comunicações
Fls. 122
Rubrica

4. Concluída a análise dos autos, verificou-se que, apesar de tempestiva, a instrução da proposta está incorreta, quanto ao(s) seguinte(s) item(ns):

- O Estatuto apresentado não possui a comprovação do registro no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A";
- Na grade detalhada apresentada, contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do serviço objeto da outorga, há dias com menos de 16 horas (sábado e domingo).

CONCLUSÃO


5. Dessa forma, opinamos:

- a) pela possibilidade de complementação da proposta, caso não haja proponente habilitada no correspondente processo de seleção, nos termos do art. 8º, § 4º, da Portaria MC nº 355/2012;
- b) havendo proponente habilitada no correspondente processo de seleção, seja a presente proposta inabilitada;
- c) pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao processo de seleção pública correspondente.


À consideração superior.

Brasília, 23 de agosto de 2013.


CYNTHIA ARAÚJO SILVA
Conferente de Documentos


WERÔNICA JESUS LEITE
Chefe de Serviço

De acordo. À consideração do Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares.


ANA PATRÍCIA S. A. CAMPOS
Coordenadora do Subgrupo Legal de Radiodifusão Pública e Ancilares

Brasília, 23 de agosto de 2013.

Nota Técnica nº 2067/2013/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Processo de seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.046357/2012 e apensos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada com fins exclusivamente educativos, de acordo com o estabelecido pela Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente, de acordo com os dados a seguir descritos:

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº: 04/2012		Data de publicação: 13/07/2012	
Município/UF: Paraguaçu Paulista/SP	Serviço: FME	Canal: 268E	
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas:			13/09/2012

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares-GTPU, o processo em referência, acompanhado de 3 (três) processos a ele apensados, relativos à propostas apresentadas por entidades interessadas na execução do Serviço de Radiodifusão, objeto da outorga em questão.

3. Concluída a análise das propostas supracitadas, conforme demonstram as correspondentes Notas Técnicas de fls. , constatou-se que nenhuma das participantes logrou êxito na correta e completa instrução de suas propostas.

4. Assim, deverá ser oportunizado às referidas proponentes, o prazo improrrogável de trinta dias, para a apresentação dos documentos relacionados no quadro abaixo, tendo por base o disposto na Portaria nº 355/2012, com vistas à correta e completa instrução do feito.

PROPONENTE	PROCESSO	TIPO	DOCUMENTOS
Fundação Evangélica Trindade	53000.042953/2012	II	*ANEXO II, ITENS. 10, 11, 13- APRESENTAÇÃO IRREGULAR. *ANEXO II, ITENS 07, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18- NÃO APRESENTADOS. Quadro diretivo distinto do que consta do SIACCO/ANATEL.
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	53000.041399/2012	II	*ANEXO II, ITENS 09, 10 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR.
Fundação Ranchariense	53000.042878/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 13 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR. *ANEXO II, ITENS: 07, 11, 13, 14, 16, 18- NÃO APRESENTADOS.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.
*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.

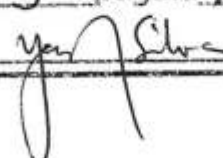
EDITAL Nº 99, DE 25 DE setembro DE 2013.

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046357/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.


PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Publicado no D.O.U.
de 30 / 09 / 2013
Seção 3 página 134


ANEXO

Município de Paraguaçu Paulista/SP			
PROponente	Processo	Tipo	Documentos
Fundação Evangélica Trindade	53000.042953/2012	II	*ANEXO II, ITENS. 10, 11, 13- APRESENTAÇÃO IRREGULAR. *ANEXO II, ITENS 07, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18- NÃO APRESENTADOS. Quadro diretivo distinto do que consta do SIACCO/ANATEL.
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	53000.041399/2012	II	*ANEXO II, ITENS 09, 10 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR.
Fundação Ranchariense	53000.042878/2012	II	*ANEXO II, ITENS: 13 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR. *ANEXO II, ITENS: 07, 11, 13, 14, 16, 18- NÃO APRESENTADOS.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.
 *Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.



EDITAL Nº 99, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013
PROCESSO DE SELEÇÃO

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA-SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, considerando o que consta do Processo nº 53000.046337/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder às participantes do processo de seleção em referência que não obtiveram êxito na instrução das propostas apresentadas, em conformidade com o disposto no artigo 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, o prazo improrrogável de trinta dias, contado a partir da publicação deste Edital, para a apresentação dos documentos complementares a este Ministério, na forma do Anexo, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRICIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

PROponente	Processo	Tipo	Documentos
Fundação Evangélica Trindade	53000.042953/2012	II	*ANEXO II: ITENS 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 - NÃO APRESENTADOS. *ANEXO II: ITENS 07, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 - NÃO APRESENTADOS. *ANEXO II: ITENS 09, 10 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR.
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	53000.041399/2012	II	*ANEXO II: ITENS 13 - APRESENTAÇÃO IRREGULAR.
Fundação Rancianense	53000.042878/2012	II	*ANEXO II: ITENS 07, 11, 13, 14, 15, 16, 18 - NÃO APRESENTADOS.

I-Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II-Pessoa Jurídica de Direito Privado e III- Instituição de Ensino criada e mantida pela iniciativa privada.
*Portaria nº 355, publicada em 13 de julho de 2012.

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 13/2013 - UASG 144001

Nº Processo: 09100000209201342. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais permanentes, com o fim de atender às necessidades da Fundação Alexandre de Gusmão, Total de Itens Licitados: 09005. Edital: 30/09/2013 de 10h00 às 13h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Esplanada Dos Ministérios, Bl. H, Anexo II, Térreo, Zona Cív. Adm. BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 30/09/2013 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/10/2013 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CAMILA PEREIRA ARAUJO
Pregoeira

(SIDEI - 27/09/2013) 244001-24290-2013NE800001

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5 AO CONTRATO Nº 9.113/09-ANP-091344

Processo: 48610.001364/2009-06. Contratante: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Contratada: Nutrifit Associação e Consultoria em Saúde Ltda. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato original até por até 12(dois) meses e reajustar em, aproximadamente, 3,18%(três inteiros e dezottos centésimos por cento) o valor do Contrato, com fundamento nos artigos 57, inciso II e 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93. Data de assinatura: 26/09/2013. Assinado por: Magda Maria de Regina Chambrind, Diretora-Geral da ANP, Jorge Luis Ribeiro da Silva, Sócio da Nutrifit.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2013 - UASG 323031

Número do Contrato: 9146/2010.
Nº Processo: 48610008750201058.
PREGÃO SISPP Nº 62/2010. Contratante: AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS-NATURAL E BIOCMBUSTIL. CNPJ Contratado: 09458123000145. Contratado: PROMONLOGICALIS TECNOLOGIA E PARTICIPACOES LTDA. Objeto: Serviços de suporte e manutenção on-site em equipamentos do tipo Switch da marca Cisco. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 04/10/2013 a 03/10/2014. Valor Total: R\$17.320,29. Data de Assinatura: 27/09/2013.

(SICON - 27/09/2013) 323031-32205-2013NE800117

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2013 - UASG 323031

Número do Contrato: 9147/2010.
Nº Processo: 48610008750201058.
PREGÃO SISPP Nº 62/2010. Contratante: AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO, GAS-NATURAL E BIOCMBUSTIL. CNPJ Contratado: 56795362000170. Contratado: DAMOVO DO BRASIL S.A. - Objeto: Serviços de Suporte on-site em equipamentos do tipo Switch da marca Cisco. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 04/10/2013 a 03/10/2014. Valor Total: R\$22.380,84. Data de Assinatura: 27/09/2013.

(SICON - 27/09/2013) 323031-32205-2013NE800117

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 55/2013

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, comunica a todos os interessados que o objeto do Pregão Eletrônico nº 55/2013-ANP, para aquisição de licenças de software, foi Adjudicado e Homologado à empresa SOFTWAREONE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, pelo valor total de R\$ 1.472.831,65 (um milhão quatrocentos e setenta e dois mil oitocentos e vinte e um reais e sessenta e cinco centavos).

THIAGO MARIANO DE SOUZA
Pregoeiro

(SIDEI - 27/09/2013) 323031-32205-2013NE800117

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinatura.html>, pelo código 00032013093000134

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

COMUNICADO Nº 146, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em razão da devolução do Ofício nº 1146/2013/SAB, de 04/07/2013 pelos Correios com a informação "mudou-se", referente ao Processo Administrativo nº 48610.004731/2012-14, instaurado para apuração de indícios de irregularidades na atividade de distribuição de combustíveis líquidos, nos termos da Portaria ANP nº 202/1999, torna público, sob a forma de extrato, que o abaixo identificado deverá:

1 - Apresentar ALEGAÇÕES FINAIS COMPLEMENTARES, no prazo máximo de 10 (DEZ) dias, contados a partir desta publicação, nos termos da Lei nº 9.784/99:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	CPIC/CPJ	NOME E/OU RAZÃO SOCIAL
48610.004731/2012-14, de 18/04/2012 Ofício nº 1146/2013/SAB, de 04/07/2013	86.030.243/0001-39	DSMAX DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

As alegações finais complementares deverão ser apresentadas, formalmente e dentro do prazo estabelecido, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, Superintendência de Abastecimento, na Av. Rio Branco, nº 65/16º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20090-004, tendo como referência o número do referido Processo, devendo o documento estar obrigatoriamente assinado e acompanhado da devida comprovação de capacidade do signatário para assinatura ou outorga de poderes para a sua representação, sob pena do seu não reconhecimento pela autoridade julgadora.

Conforme previsto no Art. 26, V, da Lei nº 9.784/99, o referido processo terá continuidade independentemente da apresentação das alegações finais complementares ou do comparecimento do interessado ou de seu representante legal.

AURÉLIO CÉSAR NOGUEIRA DO AMARAL
Superintendente

COMUNICADO Nº 147, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em razão da devolução dos Ofícios nº 592/2013/SAB e nº 746/2013/SAB, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com as informações de "endereço insuficiente" e "mudou-se", respectivamente, referente ao Processo Administrativo nº 48610.014900/2012-24, instaurado para apuração de indícios de irregularidades, nos termos da Portaria ANP nº 202/99, torna público, sob a forma de extrato, que o abaixo identificado deverá:

1 - Apresentar DEFESA ADMINISTRATIVA, no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, contados a partir desta publicação, nos termos da Lei nº 9.784/99:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	CPIC/CPJ	NOME E/OU RAZÃO SOCIAL
48610.014900/2012-24, de 21/12/12 Ofício nº 592/2013/SAB, de 02/04/2013, e nº 746/2013/SAB, de 02/04/2013	00.313.084/0001-09	SANTA HELENA DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA

A defesa administrativa deverá ser apresentada, formalmente e dentro do prazo estabelecido, à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, Superintendência de Abastecimento, na Av. Rio Branco, nº 65/16º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20090-004, tendo como referência o número do referido Processo, devendo o documento estar obrigatoriamente assinado e acompanhado da devida comprovação de capacidade do signatário para assinatura ou outorga de poderes para a sua representação, sob pena do seu não reconhecimento pela autoridade julgadora.

Conforme previsto no Art. 26, V, da Lei nº 9.784/99, o referido processo terá continuidade independentemente da apresentação da defesa administrativa ou do comparecimento do interessado ou de seu representante legal.

AURÉLIO CÉSAR NOGUEIRA DO AMARAL
Superintendente

COMUNICADO Nº 148, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em razão da devolução do Ofício nº 1037/2013/SAB, de 17/06/2013 pelos Correios com a informação "destinatário não apresentou-se para receber", referente ao Processo Administrativo nº 48610.013188/2012-46, instaurado para apuração de indícios de irregularidades na atividade de distribuição de combustíveis líquidos, nos termos da Portaria ANP nº 202/1999, torna público, sob a forma de extrato, que o abaixo identificado deverá:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ESTATUTO SOCIAL REGISTRADO NO LIVRO "A"

CERTIDÃO

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo
Rua Dr. Miguel Couto, 44 - São Paulo - SP
Oficial - Paulo Roberto de Carvalho Rêgo

Certifico e dou fé, a requerimento verbal do solicitante, que a presente cópia reprográfica composta de *39* (*trinta e nove*) páginas, numeradas e perfuradas com a chancela de uso exclusivo desta Serventia, é fiel reprodução do(s) original (ais) registrado(s) e arquivado(s) nesta Serventia, no Livro "A" de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob o(s) número(s) e data(s) seguinte(s):

*****339.458 em data de 13/11/2007*****
*****381.543 em data de 18/11/2011*****

CERTIFICA MAIS, que a presente é certidão de inteiro teor dos atos arquivados nesta serventia, referente à pessoa jurídica objeto desta certidão. CERTIFICA FINALMENTE, que até a presente data, não constam averbações posteriores, da pessoa jurídica a que se refere a presente. Pesquisa, elaboração e conferência da presente certidão a cargo da Auxiliar (Adriana Araujo Paulo Rego).

Todo Referido é Verdade.

São Paulo, 22 de Outubro de 2013.

Paulo Roberto de Carvalho Rêgo
Oficial

Liovaldo Cagnotto
Oséias Ferreira Nobre Filho / Danilo de Moraes Oliveira
Substitutos

AS CERTIDÕES PASSADAS PELOS OFICIAIS PUBLICOS FAZEM A MESMA
PROVA DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS.

(Código Civil - Arts. 217 e 218)

Recibo Nº 14.432.311

39 página(s)

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica São Paulo - SP	
Emolumentos	112,20
Estado	32,00
Ipesp	23,89
Registro Civil	6,07
Tribunal de Justiça	6,07
Total	180,23
RESPONSÁVEL	



Ministerio das Comunicações
F. 144
01

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
MICRO USUÁRIO

ILMO SR. OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL

13 NOV 2000339158

REGISTRADO

Eu, Edson Valter Pagano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG. 3.73.977 – SSP - SP, inscrito no CPF.MF. 402.130.058/91, representante legal da pessoa jurídica denominada: Fundação Onda Verde Radiodifusão Brasil, com sede em São Paulo – SP, na rua Antonio Comparato, 148, Campo Belo – CEP 04605-030, vem requerer, nos termos do art. 121 da Lei 6.015/73 e da Lei 10.406/02, registro do instrumento em anexo, juntando 02 vias de igual teor e forma.

nestes termos
pede deferimento

São Paulo, 01 de Novembro d 2007.



Edson Valter Pagano

13033

67.941





FÓRUM DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

13 NOV 2013 008339458

REGISTRADO

inscrita no CPF/MF sob o nº 649.844.948-91, e, **FLÁVIO VITOR PAGANO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Osasco, deste Estado, no Largo Mário Bissolatti nº 06, apartamento 11, portador da cédula de identidade RG nº 7.428.849-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 939.920.338-72; e, como "interviente anuente", o digno Promotor de Justiça Civil da Curadoria de Fundações do Estado de São Paulo, Dr. **AIRTON GRAZZIOLI**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 18.300.116-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.817.738-11, residente e domiciliado nesta Capital, com endereço no Fórum João Mendes Júnior, 15º andar; os presentes foram reconhecidos como os próprios de que trato, pelo exame dos documentos apresentados e acima referidos, do que dou fé. Então, pelos "outorgantes instituidores" me foi dito o seguinte: **PRIMEIRO**: que, com o propósito de criar uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que terá sua sede e foro neste Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antonio Comparato nº 148 - Campo Belo (CEP 04605-030), resolvem instituir uma Fundação, denominada **"FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL"**, cujas finalidades, conforme o artigo 3º de seu Estatuto, são os seguintes: I. Realizar e divulgar programas sociais de interesse das comunidades carentes da região, especificamente idosos, crianças, grupos de mães, deficientes físicos, população de baixa renda, etc.; II. Criar, manter e administrar atividades e programas de serviço, cultura e educação, através de canais próprios de radiodifusão educativa, sem fins comerciais, tendo sempre como objetivo prioritário os interesses comunitários; III. Executar serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, atendendo, precipuamente, os serviços e programas de interesse das comunidades; IV. Promover iniciativas e campanhas de cunho social-beneficentes com a colaboração de entidades de programação e assistência social; V. Fundar, manter e/ou administrar entidades, obras de serviço, centros de cultura, museus, bibliotecas e centros de lazer, incentivando a expansão da cultura, artes e educação; VI. Incentivar a associação de creches, bem como cursos e escolas de todos os graus e, ainda, instituir e conceder bolsas de estudos e estágios; VII. Instituir cursos de formação profissional nas diversas áreas da radiodifusão, utilizando-se das instalações da Fundação, de outras Fundações Públicas ou Privadas, bem como em entidades governamentais ou particulares, tanto no Brasil como no Exterior; VIII. Patrocinar e divulgar eventos culturais, como exposições, festivais de artes, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de circo e atividades congêneres, visando sempre a manutenção dos valores culturais da região; IX. Estabelecer contratos com emissoras de radiodifusão com o propósito de produzir programas culturais informativos e educativos; X. Estimular e apoiar pesquisas, planos e projetos em



1° OFICIN DE REGISTRO CIVIL DE PUEBLO ANTIQUO

13 NOV 000338456

REGISTRADO



07

Ministério das Comunicações
SCE
Rubrica 147

FORÇA DE MOTIVACAO DE NOTAS
13 NOV 2000 939456

REGISTRADO

escritura pública de constituição e por bens e valor que venham a ser adquiridos com doação, compra, cessão, legados ou qualquer outro modo a este patrimônio feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, com o fim específico de incorporação ao patrimônio. **Parágrafo 1º** - Cabe ao Conselho Curador da Fundação autorizar a aceitação de doações com encargos, com posterior aprovação do Ministério Público. **Parágrafo 2º** - A Fundação destinará o valor mínimo de 3% dos recursos por ela administrados para a constituição de fundo financeiro, cuja renda contribuirá para a garantia de sua manutenção e expansão de suas atividades. **Parágrafo 3º** - O fundo financeiro referido no parágrafo anterior poderá ser destinado à aquisição de bens imóveis, direitos ou ações, após regular autorização do Conselho Curador e aprovação do Ministério Público. **Artigo 7º** - Os bens e direitos da Fundação somente poderão ser utilizados para a realização dos objetivos estatutários, sendo permitida, porém, a alienação, a cessão ou a substituição de qualquer bem ou direito para a consecução dos mesmos objetivos. **Parágrafo único** - Caberá ao Conselho Curador aprovar a alienação de bens imóveis incorporados ao patrimônio e aquisição de novos bens e direitos e, ainda, aprovar permuta vantajosa à Fundação, que se efetivará após autorização do Ministério Público. **CAPÍTULO V - DA RECEITA - Artigo 8º** - A receita da Fundação será constituída: I. Pelas rendas resultantes de suas atividades em radiodifusão (Departamento de Radiodifusão), de edições, direitos autorais e eventuais serviços de impressão (Departamento Editorial) e pela prestação de serviços ou fornecimento de bens (Departamento de Serviços Gerais) e outras rendas eventuais; II. Pelos saldos de exercícios anteriores transferidos para a conta patrimonial; III. Pelas rendas e juros resultantes de depósitos bancários; IV. Pelas contribuições que vierem a ser feitas pelos participantes e colaboradores; V. Pelos usufrutos que lhe forem constituídos; VI. Pelas rendas provenientes dos títulos, ações ou ativos financeiros de sua propriedade ou operações de crédito; VII. Pelas rendas auferidas de seus bens patrimoniais, as receitas de qualquer natureza ou do resultado das atividades de outros serviços que prestar; VIII. Pelas doações ou quaisquer outras formas de benefícios que lhe forem destinadas; IX. Pelas subvenções, dotações, contribuições e outros auxílios estipulados em favor da Fundação pela União, pelos Estados e pelos Municípios, bem como por pessoas físicas, instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; X. Pelas rendas próprias de imóveis que vier a possuir e pelos rendimentos auferidos de explorações dos bens que terceiros confiarem à sua administração; XI. Por outras rendas eventuais. **Artigo 9º** - Os recursos financeiros da Fundação, excetuados os que tenham especial destinação, serão empregados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento das atividades que lhe são próprias e, quando possível, no acréscimo de seu patrimônio. **Parágrafo único** - A aplicação de recursos financeiros no patrimônio da instituição deve obedecer a

2000

TELEJORNAL DE NOTAS
TABELADO FRANÇA
José Antônio A. Franco - Tabelado
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia
reproduzida, em conformidade com o original, a qual
contém o conteúdo original, de data de 28 OUT. 2013
1036A T43423
28 OUT. 2013
Valor pago
p/ aut. R\$ 2,50

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
PAGINA 97
CERTIDÃO

13 NOV 1960 339450

REGISTRADO

eleitas as pessoas que obtiverem a maioria dos votos dos presentes. **Parágrafo 4º** - A designação da nova diretoria far-se-á, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término dos respectivos mandatos, ou dentro de 08 (oito) dias, em caso de vacância que se opere por outro motivo. **Parágrafo 5º** - Os membros da Diretoria Executiva poderão ser destituídos de seus cargos, no curso de seus respectivos mandatos, mediante deliberação fundamentada do Conselho Curador. **Artigo 19º** - Caberá à Diretoria, através do Diretor Presidente e do Diretor Administrativo-Financeiro, ou de um de seus substitutos, nos termos que dispõe este Estatuto e o Regime Interno, assinar, sempre em conjunto, documentos referentes ao giro de negócios, tais como cheques, endossos, ordens de pagamento, títulos de crédito e outros atos onerosos. **Artigo 20º** - As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos integrantes presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade e o direito de veto. **Parágrafo único** - Quando ocorrer o veto do Diretor Presidente, este recorrerá, de ofício, ao Conselho Curador, com efeito suspensivo da decisão. **Artigo 21º** - São atribuições da Diretoria Executiva: I. Expedir normas operacionais e administrativas necessárias às atividades da Fundação; II. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as normas e deliberações do Conselho Curador; III. Submeter ao Conselho Curador a criação de órgãos administrativos de qualquer nível, locais ou situados nas filiais e sucursais; IV. Realizar convênios, acordos, ajustes e contratos, inclusive os que constituem ônus, obrigações ou compromissos para a Fundação, ouvidos o Conselho Curador; V. Preparar balancetes e prestação anual de contas, acompanhados de relatórios patrimoniais e financeiros, submetendo-os, com parecer do Conselho Fiscal, ao Conselho Curador, por intermédio do presidente do Conselho Fiscal; VI. Propor ao Conselho Curador a participação no capital de outras empresas, cooperativas, condomínio ou outras formas de associativismo, bem como organizar empresas cujas atividades interessem aos objetivos da Fundação; VII. Proporcionar aos Conselhos Curador e Fiscal, por intermédio do Diretor Presidente, as informações e os meios necessários ao efetivo desempenho de suas atribuições; VIII. Submeter ao Conselho Curador as diretrizes, planejamento e políticas de pessoal da Fundação; IX. Submeter à apreciação do Conselho Curador a criação e extinção de órgãos auxiliares da Diretoria. **Artigo 22º** - Compete ao Diretor Presidente: I. Orientar, dirigir e supervisionar as atividades da Fundação; II. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as normas em vigor na Fundação e as orientações oriundas do Conselho Curador, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Ministério Público; III. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, com elaboração de atas, que serão na sequência remetidas ao Ministério Público para aprovação e autorização de registro. IV. Nomear ou designar os dirigentes de departamento, serviços ou entidades mantidas pela Fundação, inclusive os integrantes do Conselho de Programação; V. Convocar e



1º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
LEONILSON DE ASSIS

13 NOV 2000 00339458

REGISTRADO

Representante da Secretaria Municipal da Educação; Representante do principal Estabelecimento do Ensino da Região; Representante da comunidade, indicada por Clube de Serviço; Representante de Classe, indicada por Sindicato ou Associação de categoria. **Artigo 26º** - Compete ao Conselho de Programação examinar, avaliar e aprovar os projetos de programação elaborada pelo setor encarregado da produção, assim como analisar e aprovar programas oriundos de outros centros de produção para veiculação, reunindo-se ordinariamente a cada noventa dias e extraordinariamente a convite do Presidente da Diretoria Executiva. **Parágrafo 1º** - O Conselho de Programação instalar-se-á 90 (noventa) dias após a investidura da Fundação na condição de concessionária e ou permissionária dos serviços de radiodifusão de caráter educativo, mediante ato emanado do Presidente da Fundação. **Parágrafo 2º** - A programação das emissoras procurará preservar a cultura e atender aos interesses das comunidades atingidas pelos seus sinais. **Parágrafo 3º** - A programação das emissoras não poderá ser constituída de programas religiosos, independente de religião. **Artigo 27º** - Compete a cada um dos Diretores: I. Participar das reuniões, deliberações e decisões da Diretoria Executiva; II. Supervisionar as atividades da área e das unidades da estrutura organizacional da Fundação que lhe forem atribuídas; III. Promover a organização do plano geral de trabalho, a elaboração da proposta orçamentária anual e a composição do quadro de pessoal das áreas sob sua supervisão, submetendo-os à decisão da Diretoria Executiva, para aprovação do Conselho Curador e posterior remessa ao Ministério Público; IV. Executar outros encargos que lhes forem atribuídos pelo Diretor Presidente. **Artigo 28º** - Os Diretores, no âmbito de suas Diretorias, indicarão ao Diretor Presidente seus substitutos para atuarem em suas ausências ou impedimentos, para que este os designe. **Artigo 29º** - É terminantemente defeso a todos e a cada um dos integrantes da Diretoria e ineficaz em relação à Fundação o uso da denominação desta em negócios estranhos aos objetivos fundacionais, inclusive em fianças, avais ou quaisquer outras garantias de favor. **Artigo 30º** - Nos atos que acarretem responsabilidade para a Fundação, esta deverá ser representada pelo Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro ou, ainda, por bastantes procuradores, observadas as disposições deste Estatuto e a legislação vigente. **CAPÍTULO XI - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO** - **Artigo 31º** - O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil. **Artigo 32º** - Até o dia 30 (trinta) de outubro de cada ano, o Diretor Presidente da Fundação apresentará ao Conselho Curador a proposta orçamentária para o ano seguinte, com o escopo de atividades a serem desenvolvidas. **Parágrafo 1º** - A proposta orçamentária será anual e compreenderá: I. Estimativa de receita, discriminada por fontes de recurso; II. Fixação da despesa com discriminação analítica. **Parágrafo 2º** - O Conselho Curador terá o prazo de 30 (trinta) dias para



1 344 60000458

RENTAL TRADE



Ministerio das Comunicações
Fls 152
Rubrica 3
SCE

SECRETARIA DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
13 NOV 2007 000339458

declara de pleno acordo, autorizando, desde logo, o registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. De como assim disseram, dou fé. A pedido das partes lavrei a presente escritura, a qual feita e lida sendo lida em voz alta e clara, por estar conforme e outorgaram, aceitaram como está redigida e assinam. Eu, **MARCEL DE CARVALHO**, escrevente, a escrevi. Eu, **GERSON FRANCISCO OLEGÁRIO DA COSTA**, Substituto, a subscrevi. (a.a.) **EDSON VALTER PAGANO** /// **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO** /// **FERNANDA DE ANDRADE PAGANO** /// **ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR** /// **TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO** /// **ANTONIO BRUNO MONTORO** /// **MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE** /// **MARIA CECÍLIA MONTORO** /// **FLÁVIO VITOR PAGANO** /// **AIRTON GRAZZIOLI** ///.- TRASLADADA em 30/10/2007. Eu, _____ (Marcel de Carvalho), escrevente, a digitei. Eu, **GERSON FRANCISCO OLEGÁRIO DA COSTA**, Substituto, a conferi e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE DE NOTAS

GERSON FRANCISCO OLEGÁRIO DA COSTA

Substituto



Emolumentos Devidos:

Ao Tabelião R\$ 354,65
A Sec. Faz. R\$ 100,80
Ao Ipeap R\$ 74,66
Ao R.Civil R\$ 18,67
Ao Trib.Juiz R\$ 18,67
A Sta. Casa R\$ 3,55

Total R\$ 571,00
constituição de fundação



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica

Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Tel/ 3104-8770 - São Paulo

EMOL	186,15	Prestitado sob nº	364860	em	01/11/2007
ESTADO	25,85	Registrado e microfilmado MOJE, sob nº	339458		
IPESP	41,21	do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.			
R. CIVIL	10,27				
T.J.	10,27				
TOTAL	213,55				

São Paulo, 13 de novembro de 2007.

Selos e taxas
Recebidos p/ verso
Bet. Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial
Denise de Moraes Oliveira / Oséias Ferreira Nobre Filho
Antonio José da Silva Almeida
Oficiais Substitutos

2º TABELIÃO DE NOTAS
TABELIÃO PEREIRA

ANTENÇÃO - Autenticar e passar em cópia
reprográficas, autenticar cópias, a qual
consta, com o original, do que dou fé, visto e
conferido.

28 OUT. 2013



Valor pago
p/ autenticar
R\$ 2,50





2º Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo / SP
Gentil Domingues dos Santos
Oficial

PEDIDO 13000339458

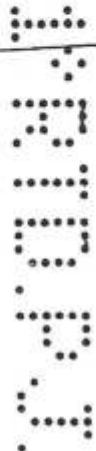
Natureza: KP - BUSCA DE PESSOA JURÍDICA PARA OS 10 CARTÕES REGISTRADO 10156235 Remessa: 696764
Partes: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RÁDIO-DIFUSÃO BRASIL

Descrição:

Consta ☐
Não consta na ☒ forma grafada

Observações:

Pedidos solicitados em 01 de novembro de 2007



4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica
Dr. José Augusto Medeiros
C.N.P.J. 00.346.719/0001-89



Internet: www.4rtd.com.br / E-mail: info@4rtd.com.br

Rua Dr. Miguel Couto, 44 - Centro
Cep 01008-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11) 3241-0033
Fax: (0xx11) 3106-9025



Natureza: KP - BUSCA DE PESSOA JURÍDICA PARA OS 10 CARTÓRIOS Talão: 10156242 Remessa: 696764

Para: 4º Oficial de Títulos e Documentos de São Paulo / SP

Partes:

FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL*****

NADA CONSTA
SÃO PAULO, 01 DE NOVEMBRO DE 2007
CARLOS ALBERTO PEPPE
☒ Não consta na forma grafada
Descrição:
FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL*****

Observações:

Pedidos solicitados em 01 de novembro de 2007



Ministério das Comunicações
155
7
SCE

6º Oficial de Registro de Pessoa Jurídica de São Paulo / SP

6º Oficial de Registro de Pessoa Jurídica de São Paulo / SP

Oficial

PEDIDO DE BUSCA

13 NOV 2007 000339458

Natureza: KP - BUSCA DE PESSOA JURÍDICA PARA OS 10 CÍRCULOS DE INFLUÊNCIA - Talão: 10156249 Remessa: 696764

Partes: FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL *****

Descrição:

Consta ☐
Não consta na ☒
forma grafada

Observações:

São Paulo, 01 de novembro de 2007

Vanderleia M. Pereira

Pedidos solicitados em 01 de novembro de 2007

3
3
0
0
3
3
9
4
5
8



Ministério das Comunicações
Fis. 156
Rel. 3

official

REGISTRADO

Consta ☐
Não consta na forma grafada ☒

São Paulo, 01 de novembro de 2007

~~DIOGO FERNANDO SIMPLICIO DA SILVA~~

Pedidos solicitados em 01 de novembro de 2007



Ministerio das Comunicações
Folha 157
Rubrica 2
SCE

13 NOV 1960 000339456

00338458
Talão: 10156261 Remessa: 696764

REGISTRADO

Consta ☐
 Não consta na forma grafada ☒

São Paulo, 01 de novembro de 2007

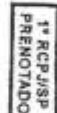
LEAO VITAL

Pedidos solicitados em 01 de novembro de 2007





Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Bruno Montoro Junior, que convidou a mim, Vera Helena Pereira de Andrade Pagano, para secretária. Dando início aos trabalhos o Sr. Presidente colocou em pauta o tema central da assembléia, vale dizer, eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria Executiva para um mandato de 4 (quatro) anos. Após as considerações, e com fulcro no parágrafo 1º do artigo 13º e incisos XV e XVII do artigo 14º dos Estatutos Sociais, ficam reeleitos para comporem o Conselho Curador, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL" para o período de mandato de 4 (quatro) anos, ou seja de 24 de outubro de 2011 a 23 de outubro de 2015, os seguinte membros: **CONSELHO CURADOR: ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR - PRESIDENTE; FERNANDA DE ANDRADE PAGANO e ANTONIO BRUNO MONTORO - MEMBROS. DIRETORIA EXECUTIVA: EDSON VALTER PAGANO - DIRETOR PRESIDENTE; TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO - VICE-PRESIDENTE e VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO - DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO. CONSELHO FISCAL: MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE e MARIA CECÍLIA MONTORO**, permanecendo um cargo vago. Os membros dos **CONSELHO CURADOR e FISCAL e da DIRETORIA EXECUTIVA** tomam, de imediato, posse dos cargos. Finalizando, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de assuntos de interesse social, e como não houvesse manifestação, deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que após lida, achada conforme e por todos os presentes assinada, será registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo - 2º Tabelião de Notas. São Paulo, 20 de setembro de 2011. ass) Antonio Bruno Montoro Júnior; Fernanda de Andrade Pagano, Antônio Bruno Montoro; Edson Valter Pagano; Tânia Lúcia Assad Montoro e Vera Helena Pereira de Andrade Pagano.



[Signature]
ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR
 PRESIDENTE

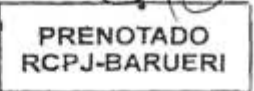
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
 PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - FUNDAÇÃO 5
 Promotoria registrada com fundamento nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal e nos artigos 416 e 417 do Código de Processo Civil e no artigo 28 do cap. XIX das Normas Gerais da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

São Paulo, 24 OUT 2011



[Signature]
VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO
 SECRETÁRIA

AIRTON GRAZZIOLI
 Promotor de Justiça Cível e Fundações
 CURADOR DE FUNDAÇÕES



2

So. Tabelião de Notas - José Roberto Pacheco França - Tabelião de Notas - Rua Americo Brasiliense, 1.863 - Chacara Santo Antonio - Fone: 2180-5555
 Rec. Por Semelhança ~~xxxxxx~~ 2 Fim(s) ~~xxxxxx~~ de:
 ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR e VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO
 VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE. Loc. seu valor esp.
 Carimbo: 1629120 ; SÃO PAULO, 24 de outubro de 2011.
 Valor: R\$ 7,00 ; En. test. de Verdade
 Conf.: Lucas



ERSON DE OLIVEIRA SILVA - ESCRIVENTE

ABB53641

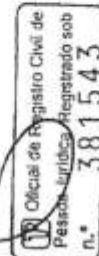
5º TABELIONATO DE NOTAS
TABELIÃO FRANÇA
 José Roberto Pacheco França - Tabelião de Notas - Rua Americo Brasiliense, 1.863 - Chacara Santo Antonio - Fone: 2180-5555
 AUTENTICADO: Autentico a presente cópia fotográfica, registrada nos autos, a qual coincide com o original, do que dou fé, neste ato.
 São Paulo, 28 de Outubro de 2013
 [Signature]
 [Stamp]





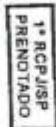
APT - 0448/11

Ao
Sr. Antonio Bruno Montoro
Rua São Benedito, 931 - apto. 11
SÃO PAULO/ CAPITAL



**Ref.: Convocação - A.G.O. da FUNDAÇÃO
ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO
BRASIL**

Fica V.Sa., convocado a comparecer à Assembléia
Geral Ordinária da **"FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE
RADIODIFUSÃO BRASIL"** a se realizar no dia 20 de setembro de 2011,
às 20:00 horas, em primeira convocação, em sua sede social, sita na Rua
Antonio Comparato, 148 - Campo Belo, neste município de São Paulo,
Capital, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a)
Eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria
Executiva; b) Outros assuntos de interesse social.



São Paulo, 09 de Setembro de 2011.

**EDSON VALTER PAGANO
DIRETOR PRESIDENTE**

**PRENOTADO
RCPJ-BARUERI**

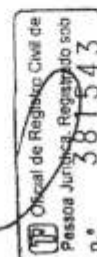




8

APT - 0448/11

A
Srta. Fernanda de Andrade Pagano
Rua Miranda Guerra, 876, casa 08
SÃO PAULO/CAPITAL



Ref.: Convocação - A.G.O. da FUNDAÇÃO
ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO
BRASIL

Fica V.Sa., convocado a comparecer à Assembléia
Geral Ordinária da "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE
RADIODIFUSÃO BRASIL" a se realizar no dia 20 de setembro de 2011,
às 20:00 horas, em primeira convocação, em sua sede social, sita na Rua
Antonio Comparato, 148 - Campo Belo, neste município de São Paulo,
Capital, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a)
Eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria
Executiva; b) Outros assuntos de interesse social.

1º RCPJSP
PRENOTADO

São Paulo, 09 de Setembro de 2011.

EDSON VALTER PAGANO
DIRETOR PRESIDENTE

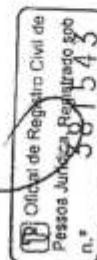
53000

PRENOTADO
RCPJ-BARUERI



APT - 0448/11

Ao
 Sr. Antonio Bruno Montoro Junior
 Rua São Benedito, 931 - apto. 21
SÃO PAULO/CAPITAL



**Ref.: Convocação - A.G.O. da FUNDAÇÃO
 ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO
 BRASIL**

Fica V.Sa., convocado a comparecer à Assembléia
 Geral Ordinária da "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE
 RADIODIFUSÃO BRASIL" a se realizar no dia 20 de setembro de 2011,
 às 20:00 horas, em primeira convocação, em sua sede social, sita na Rua
 Antonio Comparato, 148 - Campo Belo, neste município de São Paulo,
 Capital, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a)
 Eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria
 Executiva; b) Outros assuntos de interesse social.

1º RCPJ/UF
 PRENOTADO

São Paulo, 09 de Setembro de 2011.

**EDSON VALTER PAGANO
 DIRETOR PRESIDENTE**

PRENOTADO
 RCPJ-BARUERI



Nota Técnica nº 274 /2013/GTED/DEAA/SCE - MC

Assunto: **Proposta com vistas à obtenção de outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.041399/2012, apenso ao Processo nº 53000.046357/2012.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata os autos de proposta relativa a outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, conforme segue:

EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº: 99/2013			Data de publicação:		30/09/2013			
Interessado:		Fundação OndaVerde de Radiodifusão Brasil						
Município:		Paraguaçu Paulista		Serviço:		FME	Canal:	268E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo do documento de complementação:							30/10/2013	
Data de postagem desta proposta:							29/10/2013	
Requerimento tempestivo?							<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, a proposta constante do processo em referência, ofertada por pessoa jurídica de direito privado, com vistas à conferência e análise da documentação apresentada, em consonância com o disposto na Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente.


3. Após realização da análise da documentação apresentada pela entidade verificou-se a incorreta instrução da sua proposta, conforme Nota Técnica nº 2069/2013/GTPU/DEOC/SCE-MC (fls. 121/122), razão pela qual foi concedido por meio do Edital nº 99 - publicado em 30/09/2013 (fls.124/126), prazo para complementação da documentação para que as incorreções constantes do quadro anexo do citado Edital fossem sanadas, de acordo com o art. 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

4. Em atendimento ao Edital, a concorrente encaminhou a documentação complementar (fls. 137/162), protocolada sob nº 53000.062243/2013, postada em 29/10/2013, conforme comprovado pelo carimbo na fl. 131 dos autos. Assim, visando o prosseguimento do feito, procedeu-se a análise da documentação, conforme abaixo se verifica:

Lista de documentos necessários para habilitação de fundações de direito privado a que se refere o inciso III do art. 44 da Lei nº 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata, em original ou cópia autenticada	FLS.	OK	OBS
---	------	----	-----

DA ENTIDADE INTERESSADA

1. Estatuto social e suas alterações aprovados pelo Ministério Público e devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas,	143/162	OK	
--	---------	----	--

6.	Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais.	111, 112, 113	OK	
7.	Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.	114, 115, 116	OK	

DE PROPONENTE EXECUTANTE DE SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO

1.	Representante Legal aprovado por este MC, constante do SIACCO/ANATEL (imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	119/120	OK	
2.	Regularidade quanto ao Fistel (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa, emitida via SIGEC/ANATEL, com base no CNPJ da entidade), imprimir espelho correspondente e juntar aos autos.	118	OK	
3.	Limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67 (Pesquisa Geral SRD/ANATEL, com base no CNPJ da entidade, imprimir espelho correspondente e juntar aos autos).	117	OK	

5. Concluída a análise dos autos, verificou-se a completa instrução do feito, estando a proponente em condições de habilitação e de auferir pontuação, conforme abaixo descrito:

CRITÉRIOS	PONTOS	PROponente
I - Fundação de direito privado cuja criação tenha sido autorizada por lei e instituições de educação superior instituídas e mantidas pela iniciativa privada, nos termos dos incisos II e III do art. 2º da Portaria nº 355, de 12/07/2012.	51	
II - Proponente com sede ou filial no município onde o serviço será executado.	20	
III - Participação da instituição de ensino médio ou superior na administração da fundação de direito privado proponente, na proporção mínima de cinquenta por cento de seus dirigentes como representantes da correspondente instituição de ensino.	14	
IV - Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com maior quantitativo de alunos matriculados.	10	X
V - Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o segundo maior quantitativo de alunos matriculados.	8	
VI - Proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o terceiro maior quantitativo de alunos matriculados.	5	
VII - tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, entre vinte e vinte e quatro horas diárias .	5	
VIII - tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, entre dezesseis e vinte horas diárias .	3	X

CONCLUSÃO

6. Dessa forma, opinamos:

- pela habilitação e deferimento do total de 13 (treze) pontos à proponente, nos termos do item 5 desta Nota Técnica;
- pela confirmação do registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado final obtido no processo de seleção em questão; e

Nota Técnica nº 273 /2013/ GTED/DEAA/SCE - MC

Assunto: **Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão, com fins exclusivamente educativos.**

Referência: **Processo nº 53000.046357/2012 e apensos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de procedimento de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, de acordo com o estabelecido pela Portaria MC nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no DOU do dia 13 subsequente, de acordo com os dados a seguir descritos:

AVISO DE HABILITAÇÃO Nº: 04/2012		Data de publicação:		13/07/2012	
EDITAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº: 99/2013		Data de publicação:		30/09/2013	
Município:	Paraguaçu Paulista	Serviço:	FME	Canal:	268E
Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo do documento de complementação:				30/10/2013	

ANÁLISE

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, o processo em referência, acompanhado de 3 (três) processos apensados, relativos às propostas apresentadas, objetivando a outorga em questão, para conferência e verificação quanto ao resultado das análises das respectivas propostas.

3. Concluída a análise inicial das propostas supracitadas, constatou-se que nenhuma das participantes logrou êxito na correta e completa instrução de suas propostas, sendo oportunizada a complementação da documentação às concorrentes, por meio do Edital de nº 99 - publicado em 30/09/2013, com prazo improrrogável de 30 dias da data de publicação do edital para entrega da documentação, conforme art. 8º, § 4º, da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

4. Esgotado o referido prazo, 1 (uma) entidade encaminhou documentos para complementação tempestivamente. Ressalte-se que duas entidades, a Fundação Evangélica Trindade e a Fundação Ranchariense, não encaminharam a documentação solicitada. As propostas foram reanalisadas de acordo com as Notas Técnicas de fls. _____ dos autos, cujo resultado assim se apresenta:

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	PONTUAÇÃO	RESULTADO
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.041399/2012	Habilitada	13 (treze) pontos	Vencedora
Fundação Evangélica Trindade	II	53000.042953/2012	Inabilitada	-	Indeferida
Fundação Ranchariense	II	53000.042878/2012	Inabilitada	-	Indeferida

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

GRRB/GTED/DEAA/SCE-MC

273

De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 7 de dezembro de 2013.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Proceda-se conforme proposto.

Brasília, 31 de dezembro de 2013.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Octavio Penna Pieranti
Secretário de Serviços de
Comunicação Eletrônica
Substituto

EDITAL Nº 02 , DE 10 DE *januário* DE 2014.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.046357/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos no município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.


OCTAVIO RENNA PIERANTI

Publicado no DOU
Em 21/01/14
Página 125 Seção 03
Nome Legível

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 20/01/2014 15:32:14**Origem:** Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**Operador:** MARCELA CAMARA RORIZ**Ofício:** 2841211**Data prevista de publicação:** 21/01/2014**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 3**Forma de pagamento:** Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
6664644	EDITAL_N.02_PARAGUAÇU_PAULISTA_SP.rtf	1f702f8c2cf4f718 0f0e9f775671f2e6	11,00	
	Total da matéria		11,00	R\$ 334,07
TOTAL DO OFICIO			11,00	R\$ 334,07

Nº 14, terça-feira, 21 de janeiro de 2014

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

125



EDITAL Nº 117, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.030642/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de autorização para executar o Serviço de Retransmissão de Televisão na localidade de Tombos/MG, referente ao Aviso de Habilitação nº 2, de 5 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 9 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º Tomar público, em conformidade com os arts. 17 e 18 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo de dez dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

Art. 2º Tomar sem efeito o Edital nº 15, de 05 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União em 06 de março de 2013.

PATRICIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO

PROPOSTANTE	LOCALIDADE DE TOMBO, ESTADO DE MINAS GERAIS	PROCESSO	RESULTADO	RAZÕES DA INABILITAÇÃO	PONTOS OBTIDOS*	CLASSIFICAÇÃO
SOCIEDADE RADIO E TELEVISÃO ALBEROSA S.A.		53000.030642/2012	HABILITADA	-	30	1º LUGAR
TV JUIZ DE FORA S/A		53000.030642/2012	HABILITADA	-	30	1º LUGAR
TELEVISÃO CIDADE MODERNA LTDA		53000.030642/2012	HABILITADA	-	30	1º LUGAR
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS		53000.030642/2012	HABILITADA	-	30	1º LUGAR
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE BRASÍLIA		53000.030642/2012	NÃO HABILITADA	DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA E IRREGULAR	-	-
FUNDAÇÃO SETORIAL DE RADIOFUSÃO EDUCATIVA DE RONS E IMAGENS		53000.030642/2012	NÃO HABILITADA	DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA E IRREGULAR	-	-

*Para o caso de mais de uma habilitada

EDITAL Nº 118, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2013

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.000626/2013, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de autorização para executar o Serviço de Retransmissão de Televisão na localidade de São João Nepomuceno/MG, referente ao Aviso de Habilitação nº 04, de 27 de dezembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Tomar público, em conformidade com os arts. 17 e 18 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo I, e conceder aos interessados o prazo de dez dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

PATRICIA BRITO DE ÁVILA

ANEXO I

PROPOSTANTE	LOCALIDADE DE SÃO JOÃO NEPOMUCENO, ESTADO DE MINAS GERAIS	PROCESSO	RESULTADO	RAZÕES DA INABILITAÇÃO	PONTOS OBTIDOS*	CLASSIFICAÇÃO
TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA		53000.000626/2013	HABILITADA	-	30	1º LUGAR
TV JUIZ DE FORA S/A		53000.000626/2013	HABILITADA	-	30	1º LUGAR
SOCIEDADE RADIO E TELEVISÃO ALBEROSA S/A		53000.000626/2013	HABILITADA	-	30	1º LUGAR
TELEVISÃO CIDADE MODERNA LTDA		53000.000626/2013	HABILITADA	-	30	1º LUGAR
TELEVISÃO DIAMANTE LTDA		53000.000626/2013	HABILITADA	-	30	1º LUGAR
TV BRASÍLIA S/A		53000.000626/2013	NÃO HABILITADA	DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA E IRREGULAR	-	-
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS - DETEL-MG		53000.000626/2013	NÃO HABILITADA	DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA E IRREGULAR	-	-
FUNDAÇÃO CULTURAL AGÊNCIA ZANON		53000.000626/2013	NÃO HABILITADA	DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA E IRREGULAR	-	-

*Para o caso de mais de uma habilitada

EDITAL Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2014

EDITAL Nº 3, DE 10 DE JANEIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.046328/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos no município de Ilhabela, estado de São Paulo, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Tomar público o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

ANEXO

PROPOSTANTE	Tipo	PROCESSO	PROPOSTA	PONTUAÇÃO	RESULTADO
Família Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.046328/2012	Habilitada	13 (treze) pontos	Selecionada
Família Paranaíba Total	II	53000.046328/2012	Habilitada	-	Indefinida

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

EDITAL Nº 2, DE 10 DE JANEIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.046328/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos no município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Tomar público o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

ANEXO

PROPOSTANTE	Tipo	PROCESSO	PROPOSTA	PONTUAÇÃO	RESULTADO
Família Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.046328/2012	Habilitada	13 (treze) pontos	Selecionada
Família Paranaíba Total	II	53000.046328/2012	Habilitada	-	Indefinida
Família Resendeiro	II	53000.046328/2012	Habilitada	-	Indefinida

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.ic.gov.br/assinadigital.html>, pelo código 00032014012100125

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.046346/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos no município de Campo Maior, estado do Piauí, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Tomar público o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

ANEXO

PROPOSTANTE	Tipo	PROCESSO	PROPOSTA	PONTUAÇÃO	RESULTADO
Estádio João Maria de Oliveira	II	53000.046346/2012	Habilitada	-	Indefinida
Família Setor de Comunicação Educacional e Cultural - SINCECE	II	53000.046346/2012	Habilitada	-	Indefinida

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

EDITAL Nº 4, DE 10 DE JANEIRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, e considerando o que consta do Processo nº 53000.046323/2012, que trata do processo de seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos no município de Nova Venécia, estado do Espírito Santo, referente ao Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, publicado em 13 de julho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Tomar público o resultado final do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Aviso de Habilitação acima mencionado.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

ANEXO

PROPOSTANTE	Tipo	PROCESSO	PROPOSTA	PONTUAÇÃO	RESULTADO
Família Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.046323/2012	Habilitada	-	Indefinida
Família Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.046323/2012	Habilitada	-	Indefinida

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Nota Técnica nº 367 /2014/GTED/DEAA/SCE-MC

Assunto: Processo de seleção. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, canal 268E.

Referência: Processo nº 53000.046357/2012 e apensos.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, canal 268E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012 (conforme Parecer nº 1372/2013/CONJUR-MC/CGU/AGU) e o Aviso de Habilitação nº 04 de 12 de julho de 2012.

ANÁLISE

2. Conforme o edital de comunicação do resultado das análises relativas às 3 (três) propostas, objeto dos processos a este apensados, foram comunicados os resultados das respectivas análises de complementação instrutória e divulgado o quadro classificatório às proponentes, concedendo-lhes o devido prazo recursal I (fls.42).

3. Esgotado referido prazo, vieram os presentes autos à análise desse Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, tendo sido constatado a não apresentação de recurso em face dos resultados das análises das propostas relativas ao presente processo de seleção.

4. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.041399/2012	Habilitada	Vencedora
Fundação Evangélica Trindade	II	53000.042953/2012	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Ranchariense	II	53000.042878/2012	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.
*Art. 7º da Portaria nº 355/2012

5. Dessa forma, a Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, pessoa jurídica de direito privado, de acordo com as Notas Técnicas de nº 273/2013/GTED/DEAA/SCE-MC e de nº 274/2013/GTED/DEAA/SCE-MC, deverá ser declarada vencedora do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão.



De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 10 de abril de 2014.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.

Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Encaminhem-se os autos à Consultoria Jurídica.

Brasília, 10 de abril de 2014.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Octávio Penna Pieranti
Secretário de Serviços de
Comunicação Eletrônica
Substituto



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS - CGAJ

PARECER Nº 0663/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.046357/2012-42

(Processos Apensos: 53000.041399/2012-97; 53000.042953/2012-53; e, 53000.042878/2012-21)

INTERESSADA: **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL.**

ASSUNTO: Outorga de serviço de radiodifusão sonora em Frequência modulada - FM, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo. AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 04/2012.

I - Seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em FM, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

II - Pessoa jurídica julgada vencedora: **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL.** Documentação em conformidade com a Lei nº 4.117, de 1963, Decreto 52.795, de 1963, e a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011. **Pela viabilidade jurídica da outorga.**

III - Competência do Exmo. Ministro das Comunicações, nos termos do art. 4, § 1º do CBT (Lei nº 4.117, de 1963) e art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012.

IV - Encaminhamento dos autos ao apreço pelo Exmo. Ministro de Estado das Comunicações.

Senhor Consultor Jurídico,

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - SCE, por intermédio da Nota Técnica nº 0367/2014/GTED/DEAA/SCE-MC (fls. 42/43 do processo principal), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo concernente à seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - FM, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

I - RELATÓRIO

2. O Aviso de Habilitação referente à seleção pública em questão restou publicado no DOU de 13.7.2012 (Aviso nº 04, de 12 de julho de 2012), enumerando o rol dos

127
6

11. Em plano infralegal, publicou-se a Portaria Ministerial nº 420, de 14 de setembro de 2011 a dispor sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. Posteriormente, no dia 13.07.2012 restou publicada no DOU a atual Portaria em vigor, a saber, a de nº 355, de 12 de julho de 2012, ocasião em que se revogou a Portaria anterior – nº 420, de 14 de setembro de 2011.
12. Necessário esclarecer que, uma vez que o hodierno Aviso de Habilitação (Aviso nº 4, de 2012) fora publicado exatamente no mesmo dia em que foi publicada a Portaria nº 355, de 2012, à luz da nova norma será apreciado o presente procedimento, em observância à orientação constante do Parecer nº 635/2014/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra do Senhor Consultor Jurídico deste Ministério das Comunicações.
13. Assim, restou superado o entendimento anterior, cuja orientação era no sentido de se aplicar aos procedimentos decorrentes do Aviso 4/2012, a Portaria nº 420/2011, passando-se, pois, a examinar tais procedimentos sob a égide da Portaria nº 355, de 2012, porquanto trata-se de regra meramente procedimental, de modo que sua aplicação deve ser observada de pronto, a partir da publicação da nova norma. Esse tipo de regra, que altera apenas a *instrumentalidade do processo de outorga*, a exemplo do que também ocorre com regras que modificam competências, não pode ser confundida com as regras denominadas processuais no sentido substancial.
14. Registre-se, preliminarmente, que tanto a Portaria nº 420, de 2011, quanto a nº 355, de 2012, preveem que as entidades de direito público são dotadas de preferência (nos termos do § 2º do art. 34 da Lei nº 4.117, de 1962), de modo que sua participação nos procedimentos seletivos, uma vez tendo apresentado toda a documentação de habilitação, levará invariavelmente à desconsideração das demais que não detenham idêntica natureza jurídica. Em resumo: seja sob a égide da Portaria nº 420, seja pela nº 355, o desfecho seria idêntico, quando presente pessoa jurídica de direito público habilitada.
15. Saliente-se, ainda, que a Portaria nº 355, de 2012, inovou em alguns aspectos, notadamente, no que concerne a possibilidade de complementação da documentação, apresentada por ocasião da análise inicial das propostas das entidades participantes. Com efeito, se por ventura constatar-se que *nenhuma logrou êxito* para a habilitação, é possível que se promova a publicação de edital, com o prazo de trinta dias, para que possam todas elas apresentar a documentação julgada cabível, de modo a suprir as falhas detectadas.
16. A previsão acima se configura em um avanço se se considerar especialmente aquelas seleções que seriam declaradas frustradas¹; isto porque se está a priorizar, em verdade, o **princípio da eficiência administrativa**², com a oportunidade concedida a

¹ Realçam-se as seleções frustradas porque, conforme sobejamente explicitado nesta peça, o desfecho seria o mesmo (Portaria nº 420 ou nº 355) se diante de seleção que conte com a presença de pessoa jurídica de direito público habilitada, a qual goza de preferência legal, consoante já anunciado.

² A respeito, veja-se ensinamento da lavra de Raquel Melo U. de Carvalho [*in Curso de Direito Administrativo*, Podium: Salvador: 2008. p. 183]:

Referido princípio [da eficiência] vincula os comportamentos positivos da Administração em favor dos cidadãos, bem como sua atividade interna instrumental da consecução das atuações finalísticas. Cabe ao Estado otimizar resultados e maximizar as vantagens de que se beneficiam os administrados, mediante uma melhor utilização dos recursos públicos, substituição de mecanismos obsoletos, bem como uma maior produtividade e melhor qualidade nas atividades. (...) A fim de obter uma real superação das mazelas do estado, é necessária uma adequação técnica aos fins da Administração, bem como um planejamento adequado da atividade pública seguido de uma execução aperfeiçoada, sujeita ao controle que assegure presteza, perfeição e rendimento funcional. [grifo nosso]

3

20. No presente caso, não participaram pessoas jurídicas de direito público. E, conforme dito anteriormente, foi declarada vencedora a **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado.

21. Da leitura do artigo 2º da Portaria 355, de 2012, depreende-se haver autorização expressa no sentido de permitir que fundações de direito privado executem o serviço, *verbis*:

Portaria nº 355, de 2012:

Art. 2º Poderão participar do procedimento seletivo de que trata esta Portaria:

- I - as pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do art. 41 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação, na forma do art. 12 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006;
- III - as fundações de direito privado a que se refere o art. 44, III, da Lei 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata.
(Grifei)

22. No caso dos autos, repita-se, apenas participaram da seleção pública pessoas jurídicas de natureza privada. Nesse sentido, há que ser observado o artigo 8º da já mencionada Portaria 355, de 12 de julho de 2012, que assim dispõe:

Portaria nº 355, de 2012:

Art. 8º Os documentos de habilitação das entidades referidas nos incisos II e III do art. 2º serão analisados somente se, no procedimento seletivo de que trata esta portaria, nenhuma pessoa jurídica houver apresentado interesse ou logrado êxito em sua habilitação, após o procedimento previsto no art. 7º.

§ 1º As propostas apresentadas pelas entidades habilitadas na forma prevista no caput serão examinadas e selecionadas em conformidade com os seguintes critérios:

I - fundações de direito privado cuja criação tenha sido autorizada por lei e instituições de educação superior instituídas e mantidas pela iniciativa privada, nos termos dos incisos II e III do art. 2º desta Portaria: cinquenta e um pontos;

II - proponente com sede ou filial no município onde o serviço será executado: vinte pontos;

III - participação da instituição de ensino médio ou superior na administração da fundação de direito privado proponente, na proporção mínima de cinquenta por cento de seus dirigentes como representantes da correspondente instituição de ensino: quatorze pontos;

IV - quantitativo de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou superior que fornece o apoio pedagógico à fundação de direito privado proponente, observados os seguintes critérios:

COMUNICAÇÃO
RUBRICADA
945
9

- (v) Ato atestando que o estatuto social e suas alterações foram devidamente aprovados pelo Ministério Público e registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A" (fls. 22 e 159);
- (vi) Instrumento jurídico que comprove a vinculação da fundação de direito privado com instituição de ensino médio ou de educação superior (fls. 23/26 e 28/30);
- (vii) Declarações firmadas pelo representante legal, relativas à pessoa jurídica interessada:
 - a. atestando o número de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação (fl. 26 e 31);
 - b. comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão, e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999 (fl. 33);
 - c. que não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei Nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga (fl. 34);
 - d. que possui recursos financeiros para o empreendimento (fl. 35);
- (viii) Prova da interessada de que possui inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (fl. 36 e 133);
- (ix) Prova da interessada dando conta da regularidade junto:
 - a. ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (fl. 37 e 135);
 - b. as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade (fls. 38, 39, 40 e 41); e,
 - c. ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (fl. 44);
- (x) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios (fls. 45/51);
- (xi) Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga (fl. 52/55 e 137/141);
- (xii) Além da comprovação da nacionalidade, os dirigentes deverão apresentar:
 - a. Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral, e criminais, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas (fls. 59/71);
 - b. Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas (fls. 72/107);
 - c. Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67 (fls. 108/110);
 - d. Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais (fls. 111/113);



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

M. das Comunicações
Fis. 970
RUBRICADO
CONJUR

DESPACHO Nº 2016/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.046357/2012-42
(Processos Apensos: 53000.041399/2012-97; 53000.042953/2012-53; e,
53000.042878/2012-21)


INTERESSADA: **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL.**

ASSUNTO: Outorga de serviço de radiodifusão sonora em Frequência modulada - FM, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.
AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 04/2012.

Aprovo o PARECER Nº 0663/2014/CVS/CGA/J/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Srª. Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 18 de junho de 2014.


José Flávio Bianchi
Consultor Jurídico



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 29 de outubro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Torres da Silva, Chefe da Divisão**, em 29/10/2014, às 11:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0210299** e o código CRC **243902FB**.



Serviço de Atendimento ao Público do Ministério das Comunicações (SA)

REQUERIMENTO - VISTA, CÓPIA E CERTIDÃO DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

() Vista (X) Cópia integral () Cópia fls. ____/____ () Certidão () Cópia de Portaria /
Nota Técnica / Despacho / Outro.

Se Certidão/Portaria/Parecer/Nota Técnica/Despacho/Outro. Identificar: _____

Processo nº 53000.041399/2012-97

Tipo de Processo: () Outorga () Pós-Outorga () Acompanhamento e Avaliação.

Serviço: () Rádio Comunitária () Rádio/TV Educativa () Rádio/TV Comercial () RTV (

Entidade: _____

CNPJ nº: _____

Interessado(a): Fernanda Fene
OAB/DF 37.191

CPF/MF: _____ RG nº _____ Fone: () 812-1344

E-mail: fernanda@ea.ade.br Endereço: _____

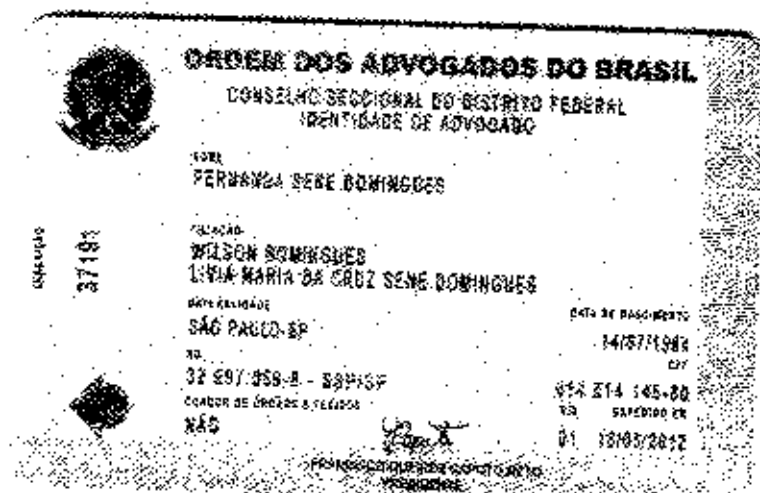
CEP: _____ Município: _____

() Procurador (X) Advogado () Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade de identificação pessoal com foto;
b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o de identificação pessoal com foto.

BSB 24/07/15
Município/dia/mês/ano





Nota Técnica nº 367 /2014/GTED/DEAA/SCE-MC

Assunto: Processo de seleção. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, canal 268E.

Referência: Processo nº 53000.046357/2012 e apensos.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, canal 268E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012 (conforme Parecer n.º 1372/2013/CONJUR-MC/CGU/AGU) e o Aviso de Habilitação nº 04 de 12 de julho de 2012.

ANÁLISE

2. Conforme o edital de comunicação do resultado das análises relativas às 3 (três) propostas, objeto dos processos a este apensados, foram comunicados os resultados das respectivas análises de complementação instrutória e divulgado o quadro classificatório às proponentes, concedendo-lhes o devido prazo recursal I (fls.42).

3. Esgotado referido prazo, vieram os presentes autos à análise desse Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações - GTED, tendo sido constatado a não apresentação de recurso em face dos resultados das análises das propostas relativas ao presente processo de seleção.

4. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.041399/2012	Habilitada	Vencedora
Fundação - Evangélica Trindade	II	53000.042953/2012	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Ranchariense	II	53000.042878/2012	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.
*Art. 7º da Portaria nº 355/2012

5. Dessa forma, a Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, pessoa jurídica de direito privado, de acordo com as Notas Técnicas de nº 273/2013/GTED/DEAA/SCE-MC e de nº 274/2013/GTED/DEAA/SCE-MC, deverá ser declarada vencedora do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão.

Eletrônica.

De acordo. À consideração da Secretária de Serviços de Comunicação



Brasília, 10 de abril de 2014.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação.
Conforme Portaria de delegação de competência nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no
Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013.

De acordo. Encaminhem-se os autos à Consultoria Jurídica.

Brasília, 10 de abril de 2014.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

Octavio Penna Pieranti
Secretário de Serviços de
Comunicação Eletrônica
Substituto



DESPACHO DO MINISTRO

Em de de 2014.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº / / / / - /CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046357/2012, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, e adjudicar o seu objeto à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

PAULO BERNARDO SILVA

MINUTA



ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.041399/2012	Habilitada	Vencedora
Fundação Evangélica Trindade	II	53000.042953/2012	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Ranchariense	II	53000.042878/2012	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.
*Art. 5º, §2º, inciso I, da Portaria nº 420/2011

MINUTA

CONJUR - M. das Comunicações
40
20

DESPACHO DO MINISTRO

Em de de 2014.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº / / / / /CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046357/2012, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, e adjudicar o seu objeto à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

PAULO BERNARDO SILVA

MINUTA

flu

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.041399/2012	Habilitada	Vencedora
Fundação Evangélica Trindade	II	53000.042953/2012	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Ranchariense	II	53000.042878/2012	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

*Art. 5º, §2º, inciso I, da Portaria nº 420/2011



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIAIS - CGAJ

PARECER Nº 0663/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.046357/2012-42

(Processos Apensos: 53000.041399/2012-97; 53000.042953/2012-53; e, 53000.042878/2012-21)

INTERESSADA: **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL.**

ASSUNTO: Outorga de serviço de radiodifusão sonora em Frequência modulada - FM, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.
AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 04/2012.

I - Seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em FM, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

II - Pessoa jurídica julgada vencedora: **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL.** Documentação em conformidade com a Lei nº 4.117, de 1963, Decreto 52.795, de 1963, e a Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011. **Pela viabilidade jurídica da outorga.**

III - Competência do Exmo. Ministro das Comunicações, nos termos do art. 4, § 1º do CBT (Lei nº 4.117, de 1963) e art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012.

IV - Encaminhamento dos autos ao apreço pelo Exmo. Ministro de Estado das Comunicações.

Senhor Consultor Jurídico,

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações - SCE, por intermédio da Nota Técnica nº 0367/2014/GTED/DEAA/SCE-MC (fls. 42/43 do processo principal), submete à apreciação desta Consultoria Jurídica processo concernente à seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada - FM, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

I - RELATÓRIO

2. O Aviso de Habilitação referente à seleção pública em questão restou publicado no DOU de 13.7.2012 (Aviso nº 04, de 12 de julho de 2012), enumerando o rol dos

documentos e demais itens necessários à participação do certame pelas entidades interessadas (fls.08/17).

3. Manifestaram interesse em executar o serviço as seguintes pessoas jurídicas:
 - (i) FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL - Processo nº 53000.041399/2012-97;
 - (ii) FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE - Processo nº 53000.042953/2012-53; e,
 - (iii). FUNDAÇÃO RANCHARIENSE - Processo nº 53000.042878/2012-21.
4. Após análise inicial dos autos pela SCE, concluiu aquele órgão, segundo Nota Técnica nº 2067/2013/DEOC/SCE-MC (fl. 21 do processo principal), que *"...nenhuma das proponentes logrou êxito na correta e completa instrução de suas propostas"*. Diante disso, a SCE concedeu prazo para apresentação de documentos complementares (v. Edital nº 99, publicado no DOU em 30.9.2013, fl. 30). Apenas uma das proponentes complementou a documentação inicialmente apresentada.
5. Assim, nos termos da Nota Técnica nº 273/2013/GTED/DEAA/SCE-MC (fls. 31/32), a SCE habilitou a entidade FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL; e manteve inabilitadas a FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE e a FUNDAÇÃO RANCHARIENSE.
6. O resultado da análise supra restou comunicado às participantes, por meio de Edital publicado no Diário oficial da União, de modo a cientificá-las, concedendo-lhes, oportunidade para interposição de eventual recurso, em consonância com a ampla defesa.
7. Não se depara com pleitos recursais nos autos das entidades inabilitadas, a despeito de devidamente notificadas.
8. Concluída a análise final pela SCE, foi julgada vencedora a **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, obtendo 13 pontos.
9. Vieram os autos a esta CONJUR/MC, para exame e parecer acerca da regularidade jurídico-formal do processo, e a consequente homologação do certame.

II - DOS FUNDAMENTOS NORMATIVOS

10. O serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos encontra-se previsto no Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementa e modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, senão, veja-se:

Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.



11. Em plano infralegal, publicou-se a Portaria Ministerial nº 420, de 14 de setembro de 2011 a dispor sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. Posteriormente, no dia 13.07.2012 restou publicada no DOU a atual Portaria em vigor, a saber, a de nº 355, de 12 de julho de 2012, ocasião em que se revogou a Portaria anterior - nº 420, de 14 de setembro de 2011.

12. Necessário esclarecer que, uma vez que o hodierno Aviso de Habilitação (Aviso nº 4, de 2012) fora publicado exatamente no mesmo dia em que foi publicada a Portaria nº 355, de 2012, à luz da nova norma será apreciado o presente procedimento, em observância à orientação constante do Parecer nº 635/2014/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra do Senhor Consultor Jurídico deste Ministério das Comunicações.

13. Assim, restou superado o entendimento anterior, cuja orientação era no sentido de se aplicar aos procedimentos decorrentes do Aviso 4/2012, a Portaria nº 420/2011, passando-se, pois, a examinar tais procedimentos sob a égide da Portaria nº 355, de 2012, porquanto trata-se de regra meramente procedimental, de modo que sua aplicação deve ser observada de pronto, a partir da publicação da nova norma. Esse tipo de regra, que altera apenas a *instrumentalidade do processo de outorga*, a exemplo do que também ocorre com regras que modificam competências, não pode ser confundida com as regras denominadas processuais no sentido substancial.

14. Registre-se, preliminarmente, que tanto a Portaria nº 420, de 2011, quanto a nº 355, de 2012, preveem que as entidades de direito público são dotadas de preferência (nos termos do § 2º do art. 34 da Lei nº 4.117, de 1962), de modo que sua participação nos procedimentos seletivos, uma vez tendo apresentado toda a documentação de habilitação, levará invariavelmente à desconsideração das demais que não detenham idêntica natureza jurídica. Em resumo: seja sob a égide da Portaria nº 420, seja pela nº 355, o desfecho seria idêntico, quando presente pessoa jurídica de direito público habilitada.

15. Saliente-se, ainda, que a Portaria nº 355, de 2012, inovou em alguns aspectos, notadamente, no que concerne a possibilidade de complementação da documentação, apresentada por ocasião da análise inicial das propostas das entidades participantes. Com efeito, se por ventura constatar-se que *nenhuma logrou êxito* para a habilitação, é possível que se promova a publicação de edital, com o prazo de trinta dias, para que possam todas elas apresentar a documentação julgada cabível, de modo a suprir as falhas detectadas.

16. A previsão acima se configura em um avanço se se considerar especialmente aquelas seleções que seriam declaradas frustradas¹; isto porque se está a priorizar, em verdade, o **princípio da eficiência administrativa**², com a oportunidade concedida a

¹ Realçam-se as seleções frustradas porque, conforme sobejamente explicitado nesta peça, **o desfecho seria o mesmo (Portaria nº 420 ou nº 355) se diante de seleção que conte com a presença de pessoa jurídica de direito público habilitada**, a qual goza de preferência legal, consoante já anunciado.

² A respeito, veja-se ensinamento da lavra de Raquel Melo U. de Carvalho [*in Curso de Direito Administrativo*, Podium: Salvador: 2008, p. 183]:

Referido princípio [da eficiência] vincula os comportamentos positivos da Administração em favor dos cidadãos, bem como sua atividade interna instrumental da consecução das atuações finalísticas. Cabe ao Estado otimizar resultados e maximizar as vantagens de que se beneficiam os administrados, mediante uma melhor utilização dos recursos públicos, substituição de mecanismos obsoletos, bem como uma maior produtividade e melhor qualidade nas atividades. (...) A fim de obter uma real superação das mazelas do estado, é necessária uma adequação técnica aos fins da Administração, bem como um planejamento adequado da atividade pública seguido de uma execução aperfeiçoada, sujeita ao controle que assegure prestação, perfeição e rendimento funcional. [grifo nosso]

todas as entidades que não lograram êxito em sua proposta de complementar a documentação enviada, evitando-se, pois, o dispêndio com a declaração de frustração, retorno do canal ao Plano Básico e novo procedimento a ser proporcionado em momento posterior; **aproveitam-se os atos já praticados, com respeito ao princípio da isonomia**, uma vez que a oportunidade é concedida a todas as entidades participantes, às quais seriam julgadas inabilitadas.

17. Enumeradas as considerações julgadas pertinentes quanto às normas de regência, passo ao apreço do hodierno procedimento seletivo.

III - DA ANÁLISE DO PROCESSO DA ENTIDADE JULGADA VENCEDORA

18. Consoante já anunciado, a entidade **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL** (Processo nº 53000.041399/2012-97), foi julgada a vencedora pela SCE.

19. A legislação atribui, na seleção pública do serviço *in casu*, prioridade às pessoas jurídicas de direito público interno, senão, veja-se o teor do art. 34, §2º do CBT e art. 7º da Portaria nº 355, de 2012:

CBT:

Art. 34 caput
(...)

§ 2º Terão preferência para a concessão as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades.

Decreto nº 52.795, de 1963

Art. 7º São competentes para a execução de serviços de radiodifusão

- a) A União;
- b) Os Estados e Territórios;
- c) Os Municípios;
- d) As Universidades;
- e) As Sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas ações ou cotas, sejam subscritas exclusivamente por brasileiros natos;
- f) As Fundações.

Parágrafo único. Terão preferência para a execução de serviços de radiodifusão as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades."

Portaria nº 355, de 2012:

Art. 7º Apresentadas a proposta e a documentação relativa à habilitação, serão analisados, primeiramente, os documentos das pessoas jurídicas de direito público interno, em razão da preferência prevista no § 2º do art. 34 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

..(...)



20. No presente caso, não participaram pessoas jurídicas de direito público. E, conforme dito anteriormente, foi declarada vencedora a **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado.

21. Da leitura do artigo 2º da Portaria 355, de 2012, depreende-se haver autorização expressa no sentido de permitir que fundações de direito privado executem o serviço, *verbis*:

Portaria nº 355, de 2012:

Art. 2º Poderão participar do procedimento seletivo de que trata esta Portaria:

I - as pessoas jurídicas de direito público interno, nos termos do art. 41 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada, com sede no Brasil e credenciadas pelo Ministério da Educação, na forma do art. 12 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006;

III - as fundações de direito privado a que se refere o art. 44, III, da Lei 10.406, de 2002, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações e legislação correlata.
(Grifei)

22. No caso dos autos, repita-se, apenas participaram da seleção pública pessoas jurídicas de natureza privada. Nesse sentido, há que ser observado o artigo 8º da já mencionada Portaria 355, de 12 de julho de 2012, que assim dispõe:

Portaria nº 355, de 2012:

Art. 8º Os documentos de habilitação das entidades referidas nos incisos II e III do art. 2º serão analisados somente se, no procedimento seletivo de que trata esta portaria, nenhuma pessoa jurídica houver apresentado interesse ou logrado êxito em sua habilitação, após o procedimento previsto no art. 7º.

§ 1º As propostas apresentadas pelas entidades habilitadas na forma prevista no caput serão examinadas e selecionadas em conformidade com os seguintes critérios:

I - fundações de direito privado cuja criação tenha sido autorizada por lei e instituições de educação superior instituídas e mantidas pela iniciativa privada, nos termos dos incisos II e III do art. 2º desta Portaria: cinquenta e um pontos;

II - proponente com sede ou filial no município onde o serviço será executado: vinte pontos;

III - participação da instituição de ensino médio ou superior na administração da fundação de direito privado proponente, na proporção mínima de cinquenta por cento de seus dirigentes como representantes da correspondente instituição de ensino: quatorze pontos;

IV - quantitativo de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou superior que fornece o apoio pedagógico à fundação de direito privado proponente, observados os seguintes critérios:

a) proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com maior quantitativo de alunos matriculados: dez pontos;

b) proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o segundo maior quantitativo de alunos matriculados: oito pontos; e

c) proponente vinculada à instituição de ensino médio ou superior com o terceiro maior quantitativo de alunos matriculados: cinco pontos;

V - tempo proposto para o funcionamento diário da emissora que irá executar o serviço, obedecida à seguinte ordem de pontuação:

a) entre vinte e vinte e quatro horas diárias: cinco pontos; e

b) entre dezesseis e vinte horas diárias: três pontos.

§ 2º A proponente que obtiver a maior pontuação será declarada vencedora.

§ 3º No caso de empate entre duas ou mais propostas, a seleção da vencedora far-se-á considerando-se o critério da representatividade da instituição de ensino médio ou superior vinculada, nos termos do inciso IV do §1º.

§ 4º Se após o procedimento previsto neste artigo nenhuma proponente de que trata o caput houver logrado êxito na instrução das propostas apresentadas, incluindo os documentos relativos à habilitação, será permitida a apresentação de documentos complementares, em um prazo improrrogável de trinta dias contado a partir da publicação no Diário Oficial da União, a todas as proponentes participantes do processo seletivo.

§ 5º Na hipótese do § 4º, após a apresentação da documentação, proceder-se-á conforme previsto no caput e nos §§ 1º a 3º.

23. Assim, verificando-se que a **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL** foi a única entidade habilitada na hodierna seleção, a outorga pode ser à ela concedida, porquanto atendeu todos os requisitos exigidos nas normas de regência.

24. Da análise proferida pela SCE (Nota Técnica 0274/2013 - fls. 163/164), concluiu-se que a entidade apresentou toda a documentação necessária, original ou cópia autenticada, destacando-se (Anexo II da Portaria):

(i) Requerimento protocolado em 30.8.2012 (fl. 02 do processo);

(ii) Comprovante da nacionalidade dos dirigentes da entidade (fls. 56, 57 e 58);

(iii) Atos constitutivos e eleição da atual diretoria atestando ter sido instituída há mais de um ano, contado da data de publicação do respectivo Aviso de Habilitação, devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas (fls. 04/22 e 143/162);

(iv) Estatuto Social, e suas alterações, devidamente registrados, constando, dentre seus objetivos finalidades educacionais ou educativas, a serem executados sem fins lucrativos (fls. 04/11 e 144/152);



(v) Ato atestando que o estatuto social e suas alterações foram devidamente aprovados pelo Ministério Público e registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Livro "A" (fls. 22 e 159);

(vi) Instrumento jurídico que comprove a vinculação da fundação de direito privado com instituição de ensino médio ou de educação superior (fls. 23/26 e 28/30);

(vii) Declarações firmadas pelo representante legal, relativas à pessoa jurídica interessada:

a. atestando o número de alunos matriculados na instituição de ensino médio ou de educação superior com a qual a fundação de direito privado mantenha vinculação (fl. 26 e 31);

b. comprometendo-se a obedecer ao disposto nos artigos 221 e 222, § 2º, da Constituição da República, bem como às exigências constantes da legislação específica do setor de radiodifusão, e, em especial, às obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999 (fl. 33);

c. que não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei Nº- 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga (fl. 34);

d. que possui recursos financeiros para o empreendimento (fl.35);

(viii) Prova da interessada de que possui inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (fl. 36 e 133);

(ix) Prova da interessada dando conta da regularidade junto:

a. ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (fl.37 e 135);

b. as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade (fls. 38,39, 40 e 41); e,

c. ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (fl. 44);

(x) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios (fls. 45/51);

(xi) Grade detalhada contendo o horário e programação que se pretende veicular com a execução do Serviço objeto da outorga (fl. 52/55 e 137/141);

(xii) Além da comprovação da nacionalidade, os dirigentes deverão apresentar:

a. Certidões dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis em geral, e criminais, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas (fls. 59/71);

b. Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas (fls. 72/107);

c. Declaração de que não participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67 (fls. 108/110);

d. Prova de quitação com as suas obrigações eleitorais (fls. 111/113);

e. Declaração de que não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial (fls. 114/116).

IV CONCLUSÃO


25. Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, opina favoravelmente à homologação da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada FM, com fins exclusivamente educativos, para a localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo (Canal 268 E, Classe C), sagrando-se vencedora a **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**.

26. Saliente-se que, por se configurar Serviço de Radiodifusão Sonora, a competência ulterior para a devida outorga é do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012.

27. Oportuno ressaltar que a outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, conforme disposto no art. 223, § 3º, da Constituição da República.

A consideração superior.

Brasília, 27 de maio de 2014.


CLAÚDIA MARIA VILELA von SPERLING
Advogada da União

Coordenadora-Geral de Assuntos Judiciais Substituta



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



DESPACHO Nº 2016/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.046357/2012-42

(Processos Apensos: 53000.041399/2012-97; 53000.042953/2012-53; e, 53000.042878/2012-21)


INTERESSADA: **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL.**

ASSUNTO: Outorga de serviço de radiodifusão sonora em Frequência modulada - FM, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo. AVISO DE HABILITAÇÃO Nº 04/2012.

Aprovo o PARECER Nº 0663/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Srª. Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 18 de junho de 2014.


José Flávio Bianchi
Consultor Jurídico

EM BRANCO



Em 6 de maio de 2015

Nº 308/2015/SEI-MC - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, tendo em vista o que consta no PARECER nº 1331/2014/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU (PARECER Nº 456/2014/SEI-MC), constante no Processo nº 53000.016490/2011-93, resolve conhecer o recurso interposto pela FUNDAÇÃO RÁDIO POPULAR FLUMINENSE, Fistel nº 01008003000, face à Portaria nº 1320, de 19 de julho de 2012, que aplicou a penalidade de suspensão à entidade pela prática da infração administrativa disposta no art. 38, c, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com fundamento na alínea no art. 63, a, do mesmo diploma legal, para, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos da legislação vigente.

Nº 394/2015/SEI-MC - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 0663/2014/CSV/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046357/2012-42, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, e adjudicar o seu objeto à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, bem como encaminhar os processos das entidades inabilitadas ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto nº 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.041399/2012-97	-	Habilitada	Vencedora
Fundação Evangélica Trindade	II	53000.042953/2012-53	-	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Ranchariense	II	53000.042878/2012-21	-	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Em 5 de junho de 2015

Nº 107/2015/SEI-MC - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 852 / 2014 /SJL/DDRA /CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.049169/2011, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Itapetininga, estado de São Paulo, por meio do canal 225E, constante do Aviso de Habilitação nº 9, de 19 de setembro de 2011, e declarar a inexistência de vencedor no procedimento, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
CAM-ARGO FUNDAÇÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO	II	53000.059456/2011	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO ONÉSIMO RODRIGUES DE BARROS	II	53000.059639/2011	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	II	53000.058603/2011	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO MUNDIAL	II	53000.059259/2011	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.060912/2011	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL ALZIRA DA SILVA CORRÊA	II	53000.058968/2011	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONALIZANTE DE COMUNICAÇÃO E MARKETING	II	53000.059703/2011	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Em 9 de junho de 2015

Nº 521/2015/SEI-MC O - MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o Parecer nº 1014/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.009971/2012-23, de sorte a não conhecer o recurso interposto pela FUNDAÇÃO CULTURAL NORTE PARANAENSE, participante do Aviso de Habilitação nº 18/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Mococa, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

Nº 522/2015/SEI-MC - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no Parecer nº 1014/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.009971/2012-23, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela FUNDAÇÃO BRITO JÚNIOR DE RÁDIO E TV EDUCATIVA, participante do Aviso de Habilitação nº 18/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Mococa, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.

Nº 523/2015/SEI-MC - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no Parecer nº 1014/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.009971/2012-23, de sorte a declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de no município de Mococa/SP, por meio do canal 293E, constante do Aviso de Habilitação nº 18, de 16 de dezembro de 2011, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente e, das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROponente	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO BRITO JÚNIOR DE RÁDIO E TV EDUCATIVA	II	53000.008648/2012-32	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de reverter a decisão.	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL NORTE PARANAENSE	II	53000.009650/2012-29	Apresentado. Intempestivo. Não conhecido.	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CEARENSE EDUCATIVA DE RÁDIO E TELEVISÃO	II	53000.009385/2012-89	Não apresentado.	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015092100084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Ao

Subgrupo Técnico de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - STEDU.

Referência: **Processo nº 53000.041399/2012-97**

Interessado: **Fundacao Onda Verde de Radiodifusao Brasil (fundacao Onda Verde de Radiodifusao Brasil)**

Atendendo ao disposto no art. 29 do Decreto n.º 7.670, de 16 de janeiro de 2012, o qual estabelece que o interessado deve apresentar o projeto técnico de aprovação de locais e dos equipamentos antes do ato de outorga, encaminhamos o presente processo em razão da publicação do Despacho do Ministro que homologa o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Sendo o Subgrupo Técnico de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - STEDU, área competente pela análise técnica do referido projeto, encaminho o presente processo para conhecimento e adoção das devidas providências com vistas à instalação da emissora, requerendo que, ao final da análise, o mesmo seja devolvido a esta área para a conclusão do contrato.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 13/01/2016, às 20:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0922688** e o código CRC **5DE0D448**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, da Portaria nº 299, de 7 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2013, e considerando o que consta no processo nº 53900.078117/2015-14, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ 09.241.619/0001-62, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, utilizando o canal 268E (duzentos e sessenta e oito Educativo), autorizando, ainda, seu funcionamento em caráter provisório, o qual fica condicionado à autorização para uso da radiofrequência.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 27/04/2016, às 11:39, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1260001



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1093396** e o código CRC **7445FC97**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 13493/2016/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.041399/2012-97**

Assunto: **Solicitação de documentação com vistas à assinatura de contrato. Exigência I.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos de assinatura de contrato, relativo à outorga deferida à FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, por meio do canal 268E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012 e o Aviso de Habilitação nº 04/2012, publicado no DOU em 13/07/2012.

ANÁLISE

2. Veio ao Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União – GTED o processo em referência, com vistas à análise quanto à correta instrução do feito, em conformidade com a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 3 de novembro de 2004, Cota nº 165/2016/CONJUR/CGAJ, de 04 de abril de 2016 e demais dispositivos legais aplicáveis à matéria.

3. Para tanto, ao procedermos à análise e conferência da documentação pertinente, verificamos a incompleta instrução do feito, devendo, a interessada, apresentar os documentos abaixo relacionados:

- a. Estatuto social atualizado devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas ou equivalente;
- b. Ato de Aprovação do Ministério Público, relativo(s) à(s) alteração(ões) estatutária(s) que estejam sujeitas a anuência prévia do referido Órgão;
- c. Ata da Eleição da atual diretoria da entidade;
- d. Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do diretor que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso), além dos demais diretores que compõem o conselho diretor da fundação (**indicar diretor**);
- e. Original ou cópia autenticada do instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso;
- f. Endereço completo, com telefone/fax, para emissão de

- correspondência;
- g. Comprovante definitivo do CNPJ da entidade;
 - h. Certidões negativas cíveis e criminais das Justiças estadual, distrital, federal e criminal eleitoral, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas **(em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor);**
 - i. Certidões de protestos de títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e dos locais onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas **(em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor);**
 - j. Prova do cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;
 - k. Declaração assinada pelo representante legal que:
 - Os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o" e "p" da Lei Complementar nº 64/1990 - Lei da Ficha Limpa;
 - Nenhum dos dirigentes da entidade participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão pretendida, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;
 - Nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de cancelamento da outorga em apreço.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti**,



Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 01/06/2016, às 15:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 01/06/2016, às 16:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 01/06/2016, às 17:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1164809** e o código CRC **6C4443DB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 20338/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

NOME DO DESTINATÁRIO

Representante Legal da Fundacao Onda Verde de Radiodifusao Brasil

Rua Antônio Comparato, 148, bairro Campo Belo

04605-030 / São Paulo – SP

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.041399/2012-97.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 13493/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 01/06/2016, às 15:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1164832** e o código CRC **94FFC301**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20338/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.041399/2012-97 - Nº SEI: 1164832

Data de Envio:

08/06/2016 17:44:28

De:

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

edpagano@uol.com.br
edpagano@yahoo.com
amontoro@uol.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.041399/2012-97

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1164832.html
Nota_Tecnica_1164809.html

AO SENHOR COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO DO MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

Processo nº 53000.041399/2012-97

Assunto: Cumprimento de exigências. Juntada de documentos com vistas à assinatura de contrato. FME, Paraguaçu Paulista, SP.

Ref.: Ofício nº 20338/2016/SEI-MCTIC que encaminha a Nota Técnica nº 13493/2016/SEI-MCTIC

1

A **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, já qualificada nos autos dos processos em epígrafe, vem, respeitosamente, a tempo e modo, por intermédio de seu advogado, em **atenção ao ofício e nota técnica em referência**, comunicar o cumprimento, na íntegra, das exigências formuladas.

Por oportuno, informa que em razão da limitação de tamanho de arquivos anexados imposta pelo CADSEI (15 mb), os documentos exigidos pela nota técnica em referência foram apresentados em quatro protocolos distintos, são eles:

- Protocolo nº 53900.040034/2016-25, com documentos referentes à FUNDAÇÃO ONDA VERDE;

- Protocolo nº 53900.040038/2016-11 com documentos referentes ao Diretor Presidente, Sr. EDSON VALTER PAGANO;



- Protocolo nº 53900.040042/2016-71, com documentos referentes à Diretora Vice-Presidente, Sra. TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO; e,

- Protocolo nº 53900.040043/2016-16, com documentos referentes à Diretora Administrativa-Financeira, Sra. VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO.

A entidade permanece à disposição dessa Il. Pasta acaso a apresentação de quaisquer outros documentos se faça necessária ao tempo em que aguarda ansiosamente a convocação para celebração do termo de contrato.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, 28 de junho de 2016.

2

ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO¹
OAB/DF 34.272

¹ Nos termos do art. 42 da Portaria nº 89, de 29 de abril de 2014, os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de autoria, autenticidade e integridade asseguradas, mediante utilização de assinatura eletrônica. Nesse caso, tendo em vista que o protocolo desta peça realizou-se mediante acesso da peticionária ao CADSEI valendo-se de sua “assinatura cadastrada”, está dispensada a firma convencional.

AO SENHOR COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO DO MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

Processo nº 53000.041399/2012-97

Assunto: Cumprimento de exigências. Juntada de documentos com vistas à assinatura de contrato. FME, Paraguaçu Paulista, SP.

Ref.: Ofício nº 20338/2016/SEI-MCTIC que encaminha a Nota Técnica nº 13493/2016/SEI-MCTIC

1

A **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, já qualificada nos autos dos processos em epígrafe, vem, respeitosamente, a tempo e modo, por intermédio de seu advogado, em **atenção ao ofício e nota técnica em referência**, requerer a juntada dos seguintes documentos:

1 - **certidões negativas** cíveis e criminais das Justiças estadual e federal (1ª. e 2ª. instâncias) e **certidões negativas** de protestos de títulos das comarcas de São Paulo (residência e atividades econômicas) da Diretora Administrativa-Financeira da Fundação Onda Verde, Sra. **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**;

2 – certidão negativa criminal eleitoral da Diretora Administrativa-Financeira da Fundação Onda Verde, Sra. **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**;

3 - certidão de quitação eleitoral da Diretora Administrativa-Financeira da Fundação Onda Verde, Sra. **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**;



Importante destacar, nesta oportunidade, que a Sra. **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO** reside em São Paulo, SP, há mais de cinco anos e não mantém negócios em outra cidade, e que as certidões negativas judiciais de 1ª instância apresentadas, expedidas tanto pela Justiça Federal quanto pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, abrangem feitos em todo o Estado de São Paulo, estando, pois, cumprida a exigência.

Por oportuno, informa que em razão da limitação de tamanho de arquivos anexados imposta pelo CADSEI (15 mb), os documentos exigidos pela nota técnica em referência referentes aos demais diretores da fundação serão apresentados em petição apartada.

A entidade permanece à disposição dessa Il. Pasta acaso a apresentação de quaisquer outros documentos se faça necessária.

2

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, 28 de junho de 2016.

ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO¹
OAB/DF 34.272

¹ Nos termos do art. 42 da Portaria nº 89, de 29 de abril de 2014, os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de autoria, autenticidade e integridade asseguradas, mediante utilização de assinatura eletrônica. Nesse caso, tendo em vista que o protocolo desta peça realizou-se mediante acesso da peticionária ao CADSEI valendo-se de sua “assinatura cadastrada”, está dispensada a firma convencional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20160001247363

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**, ou vinculado ao **CPF de número 852.407.108-72**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: 5I682X22CMDA hLGYUN 4I6G7X2VGHA4YZF
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 14 de junho de 2016 às 11h32min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2016.0000255776

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE**, inscrito(a) no CPF nº **852.407.108-72**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. Esta certidão não abrange os processos em tramitação no sistema judicial eletrônico - PJe. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2016, às 12:13.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) A presente certidão tem por objeto o registro de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- c) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados



(nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

i) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **b12d9a26 fa75b4fa 2a287c1b 0e4ee930 6df5fe15**;

j) Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução nº 277, de 6 de janeiro de 2012.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2016.0000255753

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **852.407.108-72**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. Esta certidão não abrange os processos em tramitação no sistema judicial eletrônico - PJe. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2016, às 12:06.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **0089e9cb 2c9dfe42 f2d5e8ee 610ff017 ea94c32e**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP

SEQ. 3.611.321

Primeiro 1 Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

Nº. PEDIDO: 52-I/13

José Carlos Alves
TABELIÃO

Mário Rezende Florence
SUBSTITUTO DO TABELIÃO

Tel: 11 3113.6916 Fax: 11 3113.6933 - cep: 01317-000 / Av. Brigadeiro Luis Antônio, 371, sobreloja - Bela Vista - São Paulo - SP

CERTIDÃO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CERTIFICA DÁ FÉ,

a pedido de: JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no
período de 5 ANOS anterior a 10 de junho de 2016, deles verificou:

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de

VERA*HELENA*PEREIRA*DE*ANDRADE*PAGANO*****

WFSB IFMFOB QFSFJSB EF BOESBEF QBHBOP
XGTC JGNGPC RGIGKTC FG CPFTCFG RCICPQ 80
CPF*852.407.108-72*****RG*6817246**

* * * * *

Eu, MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS, conferi.
São Paulo, 13 de junho de 2016, horário: às 09:15:10

1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP



MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS - SUBSTITUTO DO TABELIÃO - RG 7.241.481

VALORES COBRADOS		
AO TABELIÃO:	*****	7,05
AO ESTADO:	*****	2,00
AO IPESP:	*****	1,03
AO REGISTRO CIVIL:	*****	0,37
AO TRIBUNAL JUSTIÇA:	*****	0,49
A SANTA CASA:	*****	0,07
IMPOSTO MUNICIPAL:	*****	0,14
MINISTÉRIO PÚBLICO:	*****	0,34
TOTAL:	*****	11,49

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET : www.protesto.com.br
VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

VERIFIQUE A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO POR MEIO DO SITE www.primeiroprotestosp.com.br DIGITANDO 24810361132100015024

QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO

2º Tabelião de Protesto São Paulo

ANTONIO AUGUSTO SMITH JUNQUEIRA
TABELIÃO

CERTIDÃO

ADRIANA PORTO JUNQUEIRA
SUBSTITUTA DO TABELIÃO

Rua Boa Vista, 314 - 1º Andar - Conj. 1 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - Tel.: (11) 3293-7210

SEQ. 2.022.785

Nº. PEDIDO: 52-I/13

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP, no uso das suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices de protesto no período de 5 ANOS anteriores a 09 de junho de 2016, a pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO CPF 69511357891 RG 5555529, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

VERA*HELENA*PEFEIRA*DE*ANDRADE*PAGANO*****
WFSB IFMFOB QFSFJSB EF BOESBEF QBHBOP
XGTC JGNGPC RGTGKTC FG CPFTCFG RCICPQ 79
CPF*85240710872*****RG*6817246**

Pesquisado por ADELMO FERRO DA SILVA

O referido é verdade e dou fé.
São Paulo, 13 de junho de 2016

2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP



ODENIR REIS GENESIO - ESCRIVENTE AUTORIZADO - RG 8.029.159-4

CÓDIGO VERIFICADOR: 24810202278500015024

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MIN. PÚBLICO	TOTAL
***** 7,05	***** 2,00	***** 1,03	***** 0,37	***** 0,49	***** 0,07	***** 0,14	***** 0,34	***** 11,49

(AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUTA)

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELO SITE www.protesto.net.br

VERIFIQUE A SEQUENCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

PARA CONFIRMAR A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO ACESSE O SITE www.2protestosp.com.br INFORMANDO O CÓDIGO VERIFICADOR



3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

LARGO DE SÃO FRANCISCO, 34 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP: 01005-010 - TELS.: 3107-5033 / 3107-5034 / 3107-5035 / 3107-5036 PABX - SÃO PAULO - SP

CERTIDÃO

Nº. 00052-I/13
Folha(s) 00001

O TERCEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,

POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

C E R T I F I C A E D A F É

A PEDIDO DE JUVENCIO RIBEIRO NETO***CPF -69511357891*****
R.G- 5555529*****

QUE REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, DELES VERIFICOU

N ã o C O N S T A R P R O T E S T O

EM NOME DE VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO *****

*****WFSB IFMFOB QFSFJSB EF BOESBEF QBHBOP *****

CPF- 85240710872***** R.G- 6817246*****

No período de 05 ano(s) anterior(es) a 09 de junho de 2016.
Nada mais.

***** Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se *****
***** refere ao endereço de site na internet, INVALIDARÁ esta CERTIDÃO *****

Pesquisado por ROSANGELA RODRIGUES L. FILHO, Auxiliar.
Certidão conferida por DALVA BALDAN Escrevente.

São Paulo, 13 de junho de 2016.

Certidão Assinada Digitalmente por :

FABIAN BAPTISTA DA SILVA

Escrevente

085699F140F85226CC7BF4364456E26D5FF2DAB1

Emolumentos	*****7,05
Estado	*****2,00
Carteira Serventia	*****1,03
Registro Civil	*****0,37
Tribunal	*****0,49
Ministério Público	*****0,34
Santa Casa	*****0,07
Imposto ao Município	*****0,14
Total.....	*****11,49

Os valores acima foram cobrados pela certidão.

- 1- VÁLIDO SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2- As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3- Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 4- A presente certidão refere-se a existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite Certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no site: www.protesto.com.br

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.



TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
AVENIDA BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, 319 - SAO PAULO - SP - Tel.: (011) - 3186-7254

SEQ. 3645382

CERTIDÃO

O 4º TABELIAO DE PROTESTO DE LETRAS E TITULOS DA COMARCA DE SAO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**,
a pedido de: JUVENCIO RIBEIRO NETO, CPF 69511357891 RG 5555529,
que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de :

VERA*HELENA*PEREIRA*DE*ANDRADE*PAGANO*****

WFSB IFMFOB QFSFJSB EF BOESBEF QBHBOP

XGTC JGNGPC RGTGKTC FG CPFTCFG RCICPQ 79

CPF*85240710872*****RG*6817246**

no período de 5 ANOS anterior a 9 de junho de 2016

Pesquisado por MARTA MARIA PIRES

.....

SAO PAULO, 13 de junho de 2016

4º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP



DEBORA MELO MACEDO DO CARMO - ESCRIVENTE AUTORIZADA - RG. 23.557.805-9 SSP/SP

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET: www.protesto.com.br
Para consultara autenticidade desta, através do código 24810364538200015024, acesse www.quartoprotostosp.com.br

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG. CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PUBLI.	TOTAL
***** 7,05	***** 2,00	***** 1,03	***** 0,37	***** 0,49	***** 0,07	***** 0,14	0,34	***** 11,49

AS CUSTAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA. ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO RESPECTIVO PEDIDO.

5º Tabelião de Protesto

RUA DA GLÓRIA, 162 - SÃO PAULO - CAPITAL

Bel. RUBEM GARCIA
TABELIÃO

*A*01*

000052 - I / 13

CERTIDÃO NEGATIVA

O QUINTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,

POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

CERTIFICA E DÁ FÉ

QUE, REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS LAVRADOS NO PERÍODO DE CINCO ANOS ANTERIORES À 09 DE JUNHO DE 2016, DELES VERIFICOU NÃO CONSTAR PROTESTO DE RESPONSABILIDADE DE:

***** VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO*****

***** WFSB IFMFO3 QFSFJSB EF BOESBEF QBHBOP*****

***** CPF -85240710872 ***** RG. -6817246 *****

PARA MAIOR SEGURANÇA, CONFIRA DE CIMA PARA BAIXO CADA LETRA DO NOME CERTIFICADO, COM A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DA LINHA INFERIOR:

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

*** NÃO CONSTA(M) PROTESTO(S) ***

Solicitante: JUVENCIO RIBEIRO NETO
RG. 5555529

Eu, ROBERTO DE SOUZA

Escrevente autorizado(a), pesquisei e conferi.

Eu, FRANCISCO E. V. FILOMENO

Substituto do Tabelião assino

SAO PAULO, 13 de JUNHO de 2016

5º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS-S.PAULO-SP

PJ
SP

FRANCISCO E. V. FILOMENO - SUBSTITUTO DO TABELIÃO - RG 3.569.829

Emolumentos	Ao Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib. Justiça	Min.Público	Santa Casa	ISS	TOTAL RECEBIDO
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,14	11,49

Solicite certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protestosp.com.br

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

MARIO BIMBATO
TABELIÃO

CERTIDÃO

09/11/01 10:19:46

Certidão Negativa de Protesto

O SÉTIMO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA

DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, por este público instrumento, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 ANOS** anterior a 10 de junho de 2016, em nome de:

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO

CPF 85240710872 RG 6817246

Pedido formulado por: JUVENCIO RIBEIRO NETO - RG 5555529

Pesquisado por: DANIELA DEL VECCHIO B. DIAS

São Paulo, 13 de junho de 2016.

7º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE S. PAULO - SP

DANIELA DEL VECCHIO BRIGATTO DIAS - SUBSTITUTA DO TABELIÃO - RG 27.367.844-9

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Certidão expedida no ato do pedido, sem ônus adicional para o requerente.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Solicite certidão de protesto pela Internet no site : www.protesto.com.br

Verifique o código de veracidade: **24810370813900015024** no site: www.7protsp.com.br

Emolumentos	Ao Estado	Cart. Prev.	Sinoreg	Trib. Just.	Sta.Casa	Imposto Municipal	Ministerio Publico	Total
***** 7,05	***** 1,00	***** 1,03	***** 0,37	***** 0,49	***** 0,07	***** 0,14	***** 0,34	***** 11,49

Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na Internet, **INVALIDA** esta certidão.

8º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

Rua Quinze de Novembro, 331 - Centro - Tel.: (11) 3292-8030 - CEP: 01013-001 - São Paulo-SP

Nº do Pedido: 2016.06.13/100052

CERTIDÃO

O 8º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529, que pesquisados os índices de protestos, no período de CINCO ANOS, anterior a 09/06/2016, em nome de:

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO

CPF 85240710872 - RG 6817246



132

NÃO CONSTA PROTESTO

* *
* *
* *
* *
* *
* *
* *
* *
* *
* *
* *

Eu, Emilia Kimie Morishita - Escrevente autorizado(a), conferi.
Eu, Carlos Roberto de Barros Gouvêa - Tabelião Substituto subscrevo e assino.
São Paulo, 13 de Junho de 2016

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS
TERMOS DA MP Nº 2200-2, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	AO SINOREG	AO TRIBUNAL JUSTICA	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	A STA.CASA	IMPOSTO MUNICIPAL	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,14	11,49

CUSTAS RECOLHIDAS POR GUIA

13/06/2016 12:04:39

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pelo site: www.protestosp.com.br

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

PRAÇA JOÃO MENDES, 52 - SOBRELOJA - FONE: (11) 3293-3400 - SÃO PAULO - SP

BENEDICTO SILVEIRA FILHO

Tabelião

EDUARDA SILVEIRA

Tabeliã Substituta

00052 - 1 / 13

13/06/2016

Código de Autenticidade: 160233067773213

CERTIDÃO

O 9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, DA COMARCA DE SÃO PAULO, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

CERTIFICA E DA FÉ.

A pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 09/06/2016, em nome de:

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO

CPF 852.407.108-72 RG 6817246

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

Eu, Marisa de Freitas Moraes - Substituta do Tabelião, Subcrevo e Assino.

Eu, José Geraldo de Oliveira - Escrevente Autorizado, conferi.

SÃO PAULO, 13 DE JUNHO DE 2016

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - S. PAULO - SP

PJ SP

MARISA DE FREITAS MORAIS - SUBST. DO TABELIÃO - RG 11.193.953-7

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	ISS	FEDMP	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,07	0,14	0,34	11,49

13/06/2016 09:21:40

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
 - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
 - 3) Verifique a autenticidade da certidão em www.nonoprotestosp.com.br através do código de autenticidade acima indicado.
 - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
 - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

FOLHA: 1 OBS.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Siscart Informática Ltda.

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

Petição (1211062)

SEI 53900.040043/2016-16 / pg. 16

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.



10º TABELIÃO DE PROTESTOS DE SÃO PAULO

PRAÇA DOUTOR JOÃO MENDES, 39 - CENTRO - CEP: 01501-001

www.10tpsp.com.br

Nº do Pedido : 2016.06.13/I00052

CERTIDÃO

O 10º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529, CPF 69511357891 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 09/06/2016, em nome de:

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO

CPF 852.407.108-72 RG 6817246

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

Eu, Cristina Luiza dos Santos Souza - Escrevente Autorizado(a), pesquisei e conferi.

SÃO PAULO, 13 DE JUNHO DE 2016

Documento Assinado Digitalmente por

BERNADETE DIAS BATISTA DE SOUZA:08874752806

Digitally signed by BERNADETE DIAS BATISTA DE SOUZA:08874752806
Date: 2016.06.13 09:26:43-03:00
Reason: 10º Tabelião de Protestos de São Paulo
Locação: SRA330

A conferência da autenticidade da assinatura poderá ser consultada no site www.10tpsp.com.br, informando o código: **160613555087**

EMOLUMENTOS	ESTADO	PESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTACASA	IMPOSTO MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,07	0,14	0,34	11,49

13/06/2016 09:26:43

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
 - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
 - 3) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
 - 4) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
 - 5) Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

PÁGINA : 1 OBS.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Siscart Informática Ltda.

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

AMPARO - SP

COMARCA DE AMPARO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃ MARIA CECILIA DE ROSSI



FOLHA Nº 001

C E R T I D ã O

A Tabelioa de Protesto de Letras e Títulos, órgão do foro extrajudicial da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo.

C E R T I F I C A E D Á F É, atendendo a requerimento de VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, CPF 852.407.108-72, que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, do período de CINCO ANOS anteriores a 15 de junho de 2016, deles verificou*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, CPF 852.407.108-72 e RG 6.817.246 SSPSP.*****

Eu, Paulo Roberto Pinola, Paulo Roberto Pinola, Subst. da Tabelioa, pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 16 DE JUNHO DE 2016.

Paulo Roberto Pinola
Subst. da Tabelioa

NOTAS: A presente certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Min. Pub.	Sta. Casa	Imp. Mun.	Total
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,35	11,70

1º
Tabelião de Notas e de Protesto de
Letras e Títulos de Amparo-SP
Pç. da Bandeira, 235/239 Tel: 19- 3807-3602 / 3807-2699
Maria Cecília de Rossi
Tabelioa
Paulo Roberto Pinola
Subst. da Tabelioa



00302602050066.000037963-1

PRACA DA BANDEIRA 239 - CENTRO
AMPARO SP CEP: 13900-039
FONE: 19-38072699 FAX: 19-38073602

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

AMPARO - SP

COMARCA DE AMPARO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃO JOSÉ DARCY DE LIMA



FOLHA Nº 001

C E R T I D ã O

José Darcy de Lima, Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo,

CERTIFICA E DÁ FÉ, atendendo a requerimento de VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, CPF 852.407.108-72, que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, do período de CINCO ANOS anteriores a 14 de junho de 2016, deles verificou*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, CPF 852.407.108-72 e RG 6.817.246 SSP/SP.*****

Eu, Lilian Jorge de Lima Maziero, Subst. do Tabelião, pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 15 DE JUNHO DE 2016.

Lilian Jorge de Lima Maziero
Subst. do Tabelião

NOTAS: A presente certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Min.Pub.	Sta.Casa	Imp.Mun.	Total
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,35	11,70



00292602112166.000035876-3

RUA OSVALDO CRUZ 167 - CENTRO
AMPARO SP CEP 13900-000
FONE: (19) 3807-4274 FAX: 19-3807-4765

SEI 53900.040043/2016-13-1062



TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS
E TÍTULOS DA COMARCA DE AMPARO - SP
CNPJ: 50.093.780/0001-30

JOSÉ OSVALDO DE MELO-TABELIÃO JOSÉ CARLOS DE MELO-SUBSTITUTO
Rua Osvaldo Cruz, 345 - Centro - Fone: (19) 3807-4266

FOLHA Nº 001


C E R T I D ã O

José Osvaldo de Melo, Tabelião de Protesto de Letras e
Títulos da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo,


C E R T I F I C A E D Á F É, atendendo a requerimento
de VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, CPF 852.407.108-72, que
revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, do período de CINCO ANOS
anteriores a 14 de junho de 2016, deles verificou*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, CPF 852.407.108-72 e RG
6.817.246 SSP SP.*****

Eu, , José Eduardo Zampoli, Escrevente Autorizado,
pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 15 DE JUNHO DE 2016.


José Eduardo Zampoli
Escrevente Autorizado

NOTAS: A presente Certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda
que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Min.Pub.	Sta.Casa	Imp.Mun.	Total
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,35	11,70

TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Amparo - São Paulo
José Osvaldo de Melo
Tabelião
José Carlos de Melo
Subst. do Tabelião



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 1806254

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CIVIS PÚBLICAS E DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMINAIS**, anteriores a 22/06/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra:

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, RG: 6817246-1, CPF: 852.407.108-72, nascido em 18/09/1954, natural de São Paulo - SP, filho de **CARLOS HENRIQUE CAMARGO ANDRADE** e **MARIA IGNÊZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE**, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão é expedida para **FINS EXCLUSIVAMENTE ELEITORAIS** e abrange as Ações Cíveis Públicas e de Improbidade Administrativa, os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastradas no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange inclusive os feitos constantes das fichas manuais da Comarca da Capital e Foro Distrital de Parelheiros e só tem validade mediante assinatura digital.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 23 de junho de 2016.

PEDIDO Nº:

3910759





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 1775210

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 15/06/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra:

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, RG: 6817246-1, CPF: 852.407.108-72, nascido em 18/09/1954, natural de São Paulo - SP, filho de **CARLOS HENRIQUE CAMARGO ANDRADE** e **MARIA IGNÊZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE**, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão, em relação à Comarca de São Paulo, abrange inclusive os feitos constantes das fichas manuais do Foro Central, Foros Regionais e Distrital de Parelheiros e só tem validade mediante assinatura digital.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de junho de 2016.

PEDIDO Nº:

3910759





09/06/2016

7956998

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1746538**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 13/06/2016, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, RG: 6817246, CPF: 852.407.108-72, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 14 de junho de 2016.

PEDIDO Nº: 7956998





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-.-.-.-.-

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de
2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que
dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome
de **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**, inscrito(a) no CPF/MF
sob nº 852.407.108-72, portador(a) do RG nº 6.817.246-1 – SSP/SP, verificou-se que
NÃO CONSTA processo em andamento neste Tribunal. **NADA MAIS** com referência
ao pedido. O referido é verdade e dá fé.-.-.-.-.-

São Paulo, aos 13 dias do mês de junho de 2016.-.-.-.-.-
Eu, _____ (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.-.-.-.-.-

Valor Recolhido: RS 19,40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de
2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **VERA HELENA PEREIRA DE
ANDRADE PAGANO**, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 852.407.108-72, portador(a) do RG
nº 6.817.246-1 – SSP/SP, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal.
NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.....
São Paulo, aos 13 dias do mês de junho de 2016.....
Eu, W (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.....



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

CERTIDÃO NEGATIVA PARA FINS ELEITORAIS

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de
2ª Instância das Seções de Direito Público, Direito Criminal e Órgão Especial de que dispõe o Serviço
de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de
VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO, inscrito(a) no CPF/MF sob
nº 852.407.108-72, portador(a) do RG nº 6.817.246-1 – SSP/SP, verificou-se que
NÃO CONSTA processo em andamento neste Tribunal. **NADA MAIS** com referência ao
pedido. O referido é verdade e dá fé.....
São Paulo, aos 13 dias do mês de junho de 2016.....

Eu, W (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.....



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
SOLICITAÇÃO ELEITORAL

Nºda Certidão 20160001247534

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**, ou vinculado ao **CPF de número 852.407.108-72**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: C4IC6AX933ZV hLGYUS X7ETLPERCY3NVLC
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe. Solicitação para Fins Eleitorais.

São Paulo, 14 de junho de 2016 às 11h42min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**
Inscrição: **078447810108** Zona: 246 Seção: 205
Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP
Data de Nascimento: 18/09/1954 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE
CARLOS HENRIQUE CAMARGO ANDRADE

Certidão emitida às 17:26 de 27/06/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **YQCV.TOVK.4PDS.QP6T**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**

Inscrição: **078447810108** Zona: 246 Seção: 205

Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP

Data de Nascimento: 18/09/1954 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: **MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE**
CARLOS HENRIQUE CAMARGO ANDRADE

Certidão emitida às 16:08 de 23/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

DCCD.5FH7.T9DW.H+ID

AO SENHOR COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO DO MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

Processo nº 53000.041399/2012-97

Assunto: Cumprimento de exigências. Juntada de documentos com vistas à assinatura de contrato. FME, Paraguaçu Paulista, SP.

Ref.: Ofício nº 20338/2016/SEI-MCTIC que encaminha a Nota Técnica nº 13493/2016/SEI-MCTIC

1

A **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, já qualificada nos autos dos processos em epígrafe, vem, respeitosamente, a tempo e modo, por intermédio de seu advogado, em **atenção ao ofício e nota técnica em referência**, requerer a juntada dos seguintes documentos:

1 - **certidões negativas** cíveis e criminais das Justiças estadual e federal (1ª. e 2ª. instâncias) e **certidões negativas** de protestos de títulos das comarcas de São Paulo (residência) e Amparo (atividades econômicas) da Diretora Vice-Presidente da Fundação Onda Verde, Sra. TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO;

2 – certidão negativa criminal eleitoral da Diretora Vice-Presidente da Fundação Onda Verde, Sra. TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO;

3 - certidão de quitação eleitoral da Diretora Vice-Presidente da Fundação Onda Verde, Sr. TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO;

Importante destacar, nesta oportunidade, que a Sra. TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO reside em São Paulo, SP, há mais de cinco anos e mantém negócios em Amparo, SP, e que as certidões negativas judiciais de 1ª instância apresentadas, expedidas tanto pela Justiça Federal quanto pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, abrangem feitos em todo o Estado de São Paulo, estando, pois, cumprida a exigência.

Por oportuno, informa que em razão da limitação de tamanho de arquivos anexados imposta pelo CADSEI (15 mb), os documentos exigidos pela nota técnica em referência referentes aos demais diretores da fundação serão apresentados em petição apartada.

A entidade permanece à disposição dessa Il. Pasta acaso a apresentação de quaisquer outros documentos se faça necessária.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, 28 de junho de 2016.

ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO¹
OAB/DF 34.272

¹ Nos termos do art. 42 da Portaria nº 89, de 29 de abril de 2014, os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de autoria, autenticidade e integridade asseguradas, mediante utilização de assinatura eletrônica. Nesse caso, tendo em vista que o protocolo desta peça realizou-se mediante acesso da peticionária ao CADSEI valendo-se de sua “assinatura cadastrada”, está dispensada a firma convencional.



09/06/2016

7956875

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1746539**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 13/06/2016, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO, RG: 18177733-2, CPF: 082.398.148-75, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 14 de junho de 2016.

PEDIDO Nº:**7956875**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO**, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 082.398.148-75, portador(a) do RG nº 18.177.733-2 –SSP/SP, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé,-----
São Paulo, aos 13 dias do mês de junho de 2016.-----
Eu, W (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.-----

Valor Recolhido: R\$ 19,40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de
2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO**,
inscrito(a) no CPF/MF sob nº 082.398.148-75, portador(a) do RG nº 18.177.733-2 –
SSP/SP, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS
com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.-----
São Paulo, aos 13 dias do mês de junho de 2016.-----
Eu, (1) (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.-----



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

CERTIDÃO NEGATIVA PARA FINS ELEITORAIS

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de
2ª Instância das Seções de Direito Público, Direito Criminal e Órgão Especial de que dispõe o Serviço
de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de
TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 082.398.148-75,
portador(a) do RG nº 18.177.733-2 – SSP/SP, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em
andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.....
São Paulo, aos 13 dias do mês de junho de 2016.....
Eu, U (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.....



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
SOLICITAÇÃO ELEITORAL

Nºda Certidão 20160001247499

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: TANIA LUCIA ASSAD MONTORO**, ou vinculado ao **CPF de número 082.398.148-75**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: 5I682X22DPJP4JDCBA X7ELhFDaDY7NVhC
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe. Solicitação para Fins Eleitorais.

São Paulo, 14 de junho de 2016 às 11h40min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20160001247340

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: TANIA LUCIA ASSAD MONTORO**, ou vinculado ao **CPF de número 082.398.148-75**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: C4IC6AX914VL hKJU2N 4I68AX14HHE4Y2A
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 14 de junho de 2016 às 11h30min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2016.0000255805

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **TÂNIA LUCIA ASSAD MONTORO**, inscrito(a) no CPF nº **082.398.148-75**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. Esta certidão não abrange os processos em tramitação no sistema judicial eletrônico - PJe. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2016, às 12:22.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) A presente certidão tem por objeto o registro de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- c) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados



(nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

i) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **74954022 fbdd1d05 9ba82c67 96e5278a d10411ed**;

j) Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução nº 277, de 6 de janeiro de 2012.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2016.0000255744

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **TÂNIA LUCIA ASSAD MONTORO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **082.398.148-75**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. Esta certidão não abrange os processos em tramitação no sistema judicial eletrônico - PJe. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2016, às 12:03.

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente;

b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;

c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;

d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **b9b2c96d bb90f67a 18a114ee a3035cfc cd0c47a0**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP

Primeiro 1 Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

Nº. PEDIDO: 51-I/13

José Carlos Alves
TABELIÃOMário Rezende Florence
SUBSTITUTO DO TABELIÃO

Tel: 11 3113.6916 Fax: 11 3113.6933 - cep: 01317-000 / Av. Brigadeiro Luis Antônio, 371, sobreloja - Bela Vista - São Paulo - SP

CERTIDÃO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CERTIFICA E DÁ FÉ,

a pedido de: JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no
período de 5 ANOS anterior a 10 de junho de 2016, deles verificou :

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de

TANIA*LUCIA*ASSAD*MONTORO*****

UBOJB MVDJB BTBTE NPOUPSP

VCPKC NWEKC CUUCF OQPVQTQ 60

CPF*082.398.148-75*****RG*181777332**

Eu, MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS,

conferi.

São Paulo, 13 de junho de 2016, horário: às 09:15:10

1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP



MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS - SUBSTITUTO DO TABELIÃO - RG 7.241.481

VALORES COBRADOS		
AO TABELIÃO:	*****	7,05
AO ESTADO:	*****	2,00
AO IPESP:	*****	1,03
AO REGISTRO CIVIL:	*****	0,37
AO TRIBUNAL JUSTIÇA:	*****	0,49
A SANTA CASA:	*****	0,07
IMPOSTO MUNICIPAL:	*****	0,14
MINISTÉRIO PÚBLICO:	*****	0,34
TOTAL:	*****	11,49

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET : www.protesto.com.br

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

VERIFIQUE A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO POR MEIO DO SITE www.primeiroprotestosp.com.br DIGITANDO 17490361132000015342

QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR BOLA

2º Tabelião de Protesto São Paulo

ANTONIO AUGUSTO SMITH JUNQUEIRA
TABELIÃO

CERTIDÃO

ADRIANA PORTO JUNQUEIRA
SUBSTITUTA DO TABELIÃO

Rua Boa Vista, 314 - 1º Andar - Conj. 1 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - Tel.: (11) 3293-7210

SEQ. 2.022.784

Nº. PEDIDO: 51-I/13

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP, no uso das suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices de protesto no período de 5 ANOS anteriores a 09 de junho de 2016, a pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO CPF 69511357891 RG 5555529, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

TANIA*LUCIA*ASSAD*MONTORO*****
UBOJB MVDJB BTTBE NPOUPSP
VCPKC NWEKC CUUCF OQPVQTQ 59
CPF*08239814875*****RG*181777332**

Pesquisado por ADELMO FERRO DA SILVA

O referido é verdade e dou fê.
São Paulo, 13 de junho de 2016

2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP



ODENIR REIS GENESIO - ESCRIVENTE AUTORIZADO - RG 8.029.159-4

CÓDIGO VERIFICADOR: 17490202278400015342

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MIN. PÚBLICO	TOTAL
***** 7,05	***** 2,00	***** 1,03	***** 0,37	***** 0,49	***** 0,07	***** 0,14	***** 0,34	***** 11,49

(AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA)

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELO SITE www.protesto.net.br

VERIFIQUE A SEQUENCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

PARA CONFIRMAR A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO ACESSSE O SITE www.2protestosp.com.br INFORMANDO O CÓDIGO VERIFICADOR



3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

LARGO DE SÃO FRANCISCO, 34 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP: 01005-010 - TELS.: 3107-5033 / 3107-5034 / 3107-5035 / 3107-5036 PABX - SÃO PAULO - SP

CERTIDÃO

Nº. 00051-I/13
Folha(s) 00001

O TERCEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

C E R T I F I C A E D Á F E

A PEDIDO DE JUVENCIO RIBEIRO NETO***CPF -69511357891*****
R.G- 5555529*****

QUE REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, DELES VERIFICOU

N Ã O C O N S T A R P R O T E S T O

EM NOME DE TANIA LUCIA ASSAD MONTORO *****
*****UBOJB MVDJB BTTBE NPOUPSP *****

CPF- 08239814875***** R.G- 181777332*****

No período de 05 ano(s) anterior(es) a 09 de junho de 2016.
Nada mais.

***** Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se *****
***** refere ao endereço de site na internet, INVALIDARÁ esta CERTIDÃO *****

Pesquisado por ROSANGELA RODRIGUES L. FILHO, Auxiliar.
Certidão conferida por DALVA BALDAN Escrevente.

São Paulo, 13 de junho de 2016.

Certidão Assinada Digitalmente por :

FABIAN BAPTISTA DA SILVA

Escrevente

4A550A273181BA39E)CB3EFA10D71BB14C40D0FF

Emolumentos	*****7,05
Estado	*****2,00
Carteira Serventia	*****1,03
Registro Civil	*****0,37
Tribunal	*****0,49
Ministério Público	*****0,34
Santa Casa	*****0,07
Imposto ao Município	*****0,14
Total.....	*****11,49

Os valores acima foram cobrados pela certidão.

- 1- VÁLIDO SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2- As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3- Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 4- A presente certidão refere-se a existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade de existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite Certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no site: www.protesto.com.br



TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
AVENIDA BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, 319 - SAO PAULO - SP - Tel.: (011) - 3186-7254

SEQ. 3645381

CERTIDÃO

O 4º TABELIAO DE PROTESTO DE LETRAS E TITULOS DA COMARCA DE SAO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DÁ FÉ**,
a pedido de: JUVENCIO RIBEIRO NETO, CPF 69511357891 RG 5555529,
que pesquisados os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de :

TANIA*LUCIA*ASSAD*MONTORO*****

UBOJB MVDJB BTTBE NPOUPSP

VCPKC NWEKC CUUCF OQPVQTO 59

CPF*08239814875*****RG*181777332**

no período de 5 ANOS anterior a 9 de junho de 2016

Pesquisado por MARTA MARIA PIRES

.....

SAO PAULO, 13 de junho de 2016

4º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP



DEBORA MELO MACEDO DO CARMO - ESCRIVENTE AUTORIZADA - RG. 23.557.896-2 SSP/SP

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFA DO NOME CERTIFICADO
VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET: www.protesto.com.br
Para consultara autenticidade desta, através do código 17490364538100015342, acesse www.quartoprottestosp.com.br

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG. CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PUBLI.	TOTAL
***** 7,05	***** 2,03	***** 1,03	***** 0,37	***** 0,49	***** 0,07	***** 0,14	0,34	***** 11,49

AS CUSTAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA. ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO RESPECTIVO PEDIDO.

5º Tabelião de Protesto

RUA DA GLÓRIA, 162 - SÃO PAULO - CAPITAL

Bel. RUBEM GARCIA
TABELIÃO



*A*01*

000051 - I / 13

CERTIDÃO NEGATIVA

O QUINTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,

POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

CERTIFICA E DÁ FÉ

QUE, REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS LAVRADOS NO PERÍODO DE CINCO ANOS ANTERIORES À 09 DE JUNHO DE 2016, DELES VERIFICOU NÃO CONSTAR PROTESTO DE RESPONSABILIDADE DE:

***** TANIA LUCIA ASSAD MONTORO*****

***** UBOJB MVDJB BTTBE NPOUPSP*****

***** CPF -08239814875 ***** RG. -181777332 *****

PARA MAIOR SEGURANÇA, CONFIRA DE CIMA PARA BAIXO CADA LETRA DO NOME CERTIFICADO, COM A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DA LINHA INFERIOR.

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

*** NÃO CONSTA(M) PROTESTO(S) ***

Solicitante: JUVENCIO RIBEIRO NETO
RG. 5555529

Eu, ROBERTO DE SOUZA

Escrevente autorizado(a), pesquisei e conferi.

Eu, FRANCISCO E. V. FILOMENO

Substituto do Tabelião assino

SAO PAULO, 13 de JUNHO de 2016

5º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS-S.PAULO-SP

PJ
SP
FRANCISCO E. V. FILOMENO - SUBSTITUTO DO TABELIÃO - RG 3.569.829

Emolumentos	Ao Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib. Justiça	Min.Público	Santa Casa	ISS	TOTAL RECEBIDO
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,14	11,49

Solicite certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protestosp.com.br

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

RUA FRANCISCA MIQUELINA, 325 - SAO PAULO - SP - Tel.: (011) 3104-5463

MARIO BIMBATO
TABELIÃO

CERTIDÃO

NÃO CONSTAR PROTESTO

[illegible]

6ª TABELÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - S. PAULO - SP

PJ	de Nascimento
SP	

MARIA LUISA E. DO NASCIMENTO - ESCRIVENTE - RG. 10.327.076

<ul style="list-style-type: none"> • Certidão válida somente no original. • As custas foram recolhidas por guia. • Verificar a sequência alfabética do nome certificado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo. • Qualquer rasura apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na internet, invalidará esta certidão. • Para solicitar certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protesto.net.br
---	---

Certidão Negativa de Protesto

O SÉTIMO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA

DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, por este público instrumento, CERTIFICA E DÁ FÉ, que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 ANOS** anterior a 10 de junho de 2016, em nome de:

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO
CPF 08239814875 RG 181777332

Pedido formulado por: JUVENCIO RIBEIRO NETO - RG 5555529

Pesquisado por: DANIELA DEL VECCHIO B. DIAS

São Paulo, 13 de junho de 2016.

7º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE S. PAULO - SP
PJ
SP
DANIELA DEL VECCHIO BRIGATTO DIAS - SUBSTITUTA DO TABELIÃO - RG 27.367.344-9

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Certidão expedida no ato do pedido, sem ônus adicional para o requerente.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Solicite certidão de protesto pela Internet no site : www.protesto.com.br

Verifique o código de veracidade: **17490370813800015342** no site: www.7protsp.com.br

Emolumentos	Ao Estado	Cart. Prev.	Sinoreg	Trib. Just.	Sta.Casa	Imposto Municipal	Ministerio Publico	Total
***** 7,05	***** 1,00	***** 1,03	***** 0,37	***** 0,49	***** 0,07	***** 0,14	***** 0,34	***** 11,49

Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na Internet, **INVALIDARÁ** esta certidão.

8º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

Rua Quinze de Novembro, 331 - Centro - Tel.: (11) 3292-8030 - CEP: 01013-001 - São Paulo-SP

Nº do Pedido: 2016.06.13/100051

CERTIDÃO

O 8º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529, que pesquisados os índices de protestos, no período de CINCO ANOS, anterior a 09/06/2016, em nome de:

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO
CPF 08239814875 - RG 181777332



96

NÃO CONSTA PROTESTO

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

* *

Eu, Emilia Kimie Morishita - Escrevente autorizado(a), conferi.
Eu, Carlos Roberto de Barros Gouvêa - Tabelião Substituto subscrevo e assino.
São Paulo, 13 de Junho de 2016

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS
TERMOS DA MP Nº 2200-2, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	AO SINOREG	AO TRIBUNAL JUSTICA	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	A STA.CASA	IMPOSTO MUNICIPAL	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,14	11,49

CUSTAS RECOLHIDAS POR GUIA

13/06/2016 10:04:08

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pelo site: www.protestosp.com.br

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

00051 - 1 / 13

13/06/2016

PRAÇA JOÃO MENDES, 52 - SOBRELOJA - FONE: (11) 3293-3400 - SÃO PAULO - SP

BENEDICTO SILVEIRA FILHO

Tabelião

EDUARDA SILVEIRA

Tabeliã Substituta

Código de Autenticidade: 160233067773513

CERTIDÃO

O 9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, DA COMARCA DE SÃO PAULO, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

C E R T I F I C A E D A F É .

A pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 09/06/2016, em nome de:

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO

CPF 082.398.148-75 RG 181777332

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

Eu, Marisa de Freitas Moraes - Substituta do Tabelião, Subcrevo e Assino.

Eu, José Geraldo de Oliveira - Escrevente Autorizado, conferi.

SÃO PAULO, 13 DE JUNHO DE 2016

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS-S. PAULO-SP

PJ
SP

MARISA DE FREITAS MORAIS - SUBST. DO TABELIÃO-RG 11.193.953-7

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	ISS	FEDMP	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,07	0,14	0,34	11,49

13/06/2016 09:21:40

Informações

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão em www.nonoprotestosp.com.br através do código de autenticidade acima indicado.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

FOLHA: 1 OBS.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Sisprot Informática Ltda

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

Petição (1211038)

SEI 53900.040042/2016-71 / pg. 21

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.



10º TABELIÃO DE PROTESTOS DE SÃO PAULO

PRAÇA DOUTOR JOÃO MENDES, 39 - CENTRO - CEP: 01501-001

www.10tsp.com.br

Nº do Pedido : 2016.06.13/100051

CERTIDÃO

O 10º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529, CPF 69511357891 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 09/06/2016, em nome de:

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO
CPF 082.398.148-75 RG 181777332

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

Eu, Cristina Luiza dos Santos Souza - Escrevente Autorizado(a), pesquisei e conferi.

SÃO PAULO, 13 DE JUNHO DE 2016

Documento Assinado Digitalmente por

BERNADETE DIAS BATISTA DE SOUZA:08874752806

Digitally signed by BERNADETE DIAS BATISTA DE SOUZA:08874752806
Date: 2016.06.13 09:26:41 -03'00'
Reason: 10º Tabelião de Protestos de São Paulo
Liquidez BRASIL

A conferência da autenticidade da assinatura poderá ser consultada no site www.10tsp.com.br, informando o código: **160613555097**

EMOLUMENTOS	ESTADO	PESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTACASA	IMPOSTO MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,07	0,14	0,34	11,49

13/06/2016 09:26:41

- Informações:
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
 - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
 - 3) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
 - 4) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
 - 5) Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

PÁGINA : 1 OBS.: QUALQUERRASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Siscart Informática Ltda

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

AMPARO - SP

COMARCA DE AMPARO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃ MARIA CECILIA DE ROSSI



FOLHA Nº 001

C E R T I D ã O

A Tabelioa de Protesto de Letras e Títulos, órgão do foro extrajudicial da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo.

C E R T I F I C A E D Ã F Ê, atendendo a requerimento de TANIA LUCIA ASSAD MONTORO, CPF 082.398.148-75, que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, do período de CINCO ANOS anteriores a 15 de junho de 2016, deles verificou*****

N Ã O C O N S T A R P R O T E S T O

em nome de TANIA LUCIA ASSAD MONTORO, CPF 082.398.148-75 e RG 18.177.733-2 SSPSP,*****

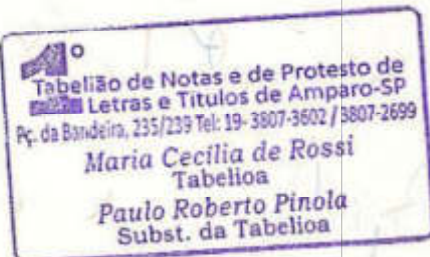
Eu, _____, Paulo Roberto Pinola, Subst. da Tabelioa, pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 16 DE JUNHO DE 2016.

Paulo Roberto Pinola
Subst. da Tabelioa

NOTAS: A presente certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Min.Pub.	Sta.Casa	Imp.Mun.	Total
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,35	11,70



00302602050066.000037962-3

PRACA DA BANDEIRA 239 - CENTRO
AMPARO SP CEP: 13900-039
FONE: 19-38072659 FAX: 19-38073602

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

AMPARO - SP

COMARCA DE AMPARO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃO JOSÉ DARCY DE LIMA



FOLHA Nº 001

C E R T I D ã O

José Darcy de Lima, Tabelião de Protesto de Letras e
Títulos da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo,

C E R T I F I C A E D Á F É, atendendo a requerimento
de TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO, CPF 082.398.148-75, que revendo os
LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, do período de CINCO ANOS anteriores
a 14 de junho de 2016, deles verificou:*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO, CPF 082.398.148-75 e RG
18.177.733-2 SSPSP.*****

Eu, Lilian Jorge de Lima Maziero, Subst. do
Tabelião, pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 16 DE JUNHO DE 2016.

Lilian Jorge de Lima Maziero
Subst. do Tabelião

NOTAS: A presente certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda
que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Min.Pub.	Sta.Casa	Imp.Mun.	Total
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,35	11,70

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTOS
DE LETRAS E TÍTULOS DE AMPARO-SP

José Darcy de Lima

Tabelião

Antonio de Padua Neves

Substituto

Escritor: Carmen Regina B. Lopes

Claudio A. F. Moraes Pontes

Celia Maria R. Alves

Lilian Jorge de Lima

Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro

Amparo/SP - CEP: 13900-000

Tel: (19) 3807-4275 FAX: (19) 3807-4765



00292602112166.000035875-5

RUA OSVALDO CRUZ 167 - CENTRO
AMPARO SP CEP 13900-000

SEI 53900.040042/2016-10-38074275 FAX: 19-38074765



REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS

E TÍTULOS DA COMARCA DE AMPARO - SP

CNPJ: 50.093.780/0001-30

JOSÉ OSVALDO DE MELO-TABELIÃO JOSÉ CARLOS DE MELO-SUBSTITUTO

Rua Osvaldo Cruz, 345 - Centro - Fone: (19) 3807-4266

FOLHA Nº 001


C E R T I D ã O

José Osvaldo de Melo, Tabelião de Protesto de Letras e
Títulos da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo,


C E R T I F I C A E D Á F É, atendendo a requerimento
de TANIA LUCIA ASSAD MONTORO, CPF 082.398.148-75, que revendo os
LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, do período de CINCO ANOS anteriores
a 14 de junho de 2016, deles verificou*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de TANIA LUCIA ASSAD MONTORO, CPF 082.398.148-75 e RG
18.177.733-2 SSPSP.*****

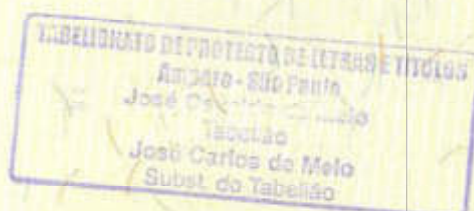
Eu, , José Eduardo Zampoli, Escrevente Autorizado,
pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 15 DE JUNHO DE 2016.


José Eduardo Zampoli
Escrevente Autorizado

NOTAS: A presente Certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda
que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Min.Pub.	Sta.Casa	Imp.Mun.	Total
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,35	11,70





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 1806261

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CIVIS PÚBLICAS E DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMINAIS**, anteriores a 22/06/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra:

TANIA LUCIA ASSAD MONTORO, RG: 18177733 2, CPF: 082.398.148-75, nascido em 20/12/1964, natural de Presidente Venceslau - SP, filho de **ADIB ASSAD** e **MARLENE ANDREOTTI ASSAD**, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão é expedida para **FINS EXCLUSIVAMENTE ELEITORAIS** e abrange as Ações Civis Públicas e de Improbidade Administrativa, os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastradas no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange inclusive os feitos constantes das fichas manuais da Comarca da Capital e Foro Distrital de Parelheiros e só tem validade mediante assinatura digital.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 23 de junho de 2016.

PEDIDO Nº:

3910765





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 1775211

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 15/06/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra:

TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO, RG: 18177733 2, CPF: 082.398.148-75, nascido em 20/12/1964, natural de Presidente Venceslau - SP, filho de **ADIB ANDRADE** e **MARLENE ANDREOTTI ASSAD**, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão, em relação à Comarca de São Paulo, abrange inclusive os feitos constantes das fichas manuais do Foro Central, Foros Regionais e Distrital de Parelheiros e só tem validade mediante assinatura digital.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de junho de 2016.

PEDIDO Nº:

3910760





JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: **TANIA LUCIA ASSAD MONTORO**
Inscrição: **077963820124** Zona: 246 Seção: 268
Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP
Data de Nascimento: 20/12/1964 Domiciliada desde: 18/09/1986
Filiação: MARLENE ANDREOTTI ASSAD
ADIB ASSAD

Certidão emitida às 17:29 de 27/06/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **1A1M.VXB5.Y9J4.WOPI**

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, a eleitora abaixo qualificada **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitora: **TANIA LUCIA ASSAD MONTORO**

Inscrição: **077963820124** Zona: 246 Seção: 268

Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP

Data de Nascimento: 20/12/1964 Domiciliada desde: 18/09/1986

Filiação: MARLENE ANDREOTTI ASSAD
ADIB ASSAD

Certidão emitida às 16:02 de 23/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

HMVP.IJBB.BIYN.QS/S

AO SENHOR COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO DO MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

Processo nº 53000.041399/2012-97

Assunto: Cumprimento de exigências. Juntada de documentos com vistas à assinatura de contrato. FME, Paraguaçu Paulista, SP.

Ref.: Ofício nº 20338/2016/SEI-MCTIC que encaminha a Nota Técnica nº 13493/2016/SEI-MCTIC

1

A **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, já qualificada nos autos dos processos em epígrafe, vem, respeitosamente, a tempo e modo, por intermédio de seu advogado, em **atenção ao ofício e nota técnica em referência**, requerer a juntada dos seguintes documentos:

1 - **certidões negativas** cíveis e criminais das Justiças estadual e federal (1ª. e 2ª. instâncias) e **certidões negativas** de protestos de títulos das comarcas de São Paulo (residência) e Amparo (atividades econômicas) do Diretor Presidente da Fundação Onda Verde, Sr. EDSON VALTER PAGANO;

2 – certidão negativa criminal eleitoral do Diretor Presidente da Fundação Onda Verde, Sr. EDSON VALTER PAGANO;

3 - certidão de quitação eleitoral do Diretor Presidente da Fundação Onda Verde, Sr. EDSON VALTER PAGANO;



Importante destacar, nesta oportunidade, que o Sr. EDSON VALTER PAGANO reside em São Paulo, SP, há mais de cinco anos e mantém negócios em Amparo, SP, e que as certidões negativas judiciais de 1ª instância apresentadas, expedidas tanto pela Justiça Federal quanto pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, abrangem feitos em todo o Estado de São Paulo, estando, pois, cumprida a exigência.

Informa, ainda, que em razão da limitação de tamanho de arquivos anexados imposta pelo CADSEI (15 mb), os documentos exigidos pela nota técnica em referência referentes aos demais diretores da fundação serão apresentados em petição apartada.

A entidade permanece à disposição dessa Il. Pasta acaso a apresentação de quaisquer outros documentos se faça necessária.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, 28 de junho de 2016.

ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO¹
OAB/DF 34.272

¹ Nos termos do art. 42 da Portaria nº 89, de 29 de abril de 2014, os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de autoria, autenticidade e integridade asseguradas, mediante utilização de assinatura eletrônica. Nesse caso, tendo em vista que o protocolo desta peça realizou-se mediante acesso da peticionária ao CADSEI valendo-se de sua “assinatura cadastrada”, está dispensada a firma convencional.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

CERTIDÃO NEGATIVA PARA FINS ELEITORAIS

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de
2ª Instância das Seções de Direito Público, Direito Criminal e Órgão Especial de que dispõe o Serviço
de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de
EDSON VALTER PAGANO, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 402.130.058-91, portador(a)
do RG nº 3.733.977-1 – SSP/SP, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento
neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé.....
São Paulo, aos 13 dias do mês de junho de 2016.....
Eu, lh (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.....



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES E EXECUÇÕES
SOLICITAÇÃO ELEITORAL

Nºda Certidão 20160001247455

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: EDSON VALTER PAGANO**, ou vinculado ao **CPF de número 402.130.058-91**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGPEY928M 4J9C3P X7EPGPBU5W8NWKH
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe. Solicitação para Fins Eleitorais.

São Paulo, 14 de junho de 2016 às 11h37min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20160001247283

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: EDSON VALTER PAGANO**, ou vinculado ao **CPF de número 402.130.058-91,**

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: W7ELGPEY756M 4J9C3U 4I6C2XZY9GF4aYK
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 14 de junho de 2016 às 11h28min.

Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2016.0000255794

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **EDSON VALTER PAGANO**, inscrito(a) no CPF nº **402.130.058-91**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. Esta certidão não abrange os processos em tramitação no sistema judicial eletrônico - PJe. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2016, às 12:20.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) A presente certidão tem por objeto o registro de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- c) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que eventualmente tenham tramitado no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados



(nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;

i) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **89fc2b3c 5926ede4 30443bd4 f8609ad3 7fa69410**;

j) Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução nº 277, de 6 de janeiro de 2012.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2016.0000255719

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **EDSON VALTER PAGANO**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **402.130.058-91**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. Esta certidão não abrange os processos em tramitação no sistema judicial eletrônico - PJe. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2016, às 11:58.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **fc89ec69 247fd8a3 201f4f38 491b7d8d 5ad20e06**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP

Primeiro 1 Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

Nº. PEDIDO: 50-I/13

José Carlos Alves
TABELIÃOMário Rezende Florença
SUBSTITUTO DO TABELIÃO

Tel: 11 3113.6916 Fax: 11 3113.6933 - cep: 01317-000 / Av. Brigadeiro Luis Antônio, 371, sobreloja - Bela Vista - São Paulo - SP

CERTIDÃO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CERTIFICA E DÁ FÉ,

a pedido de: JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no
período de 5 ANOS anterior a 10 de junho de 2016, deles verificou :

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de

EDSON*VALTER*PAGANO*****

FETPO WBMUFS QBHBOP

GFUQP XCNVGT RCICPQ 50

CPF*402.130.058-91*****RG*37339771**

Eu, MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS, conferi,
São Paulo, 13 de junho de 2016, horário: às 09:15:10

1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP
PJ
SP
MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS - SUBSTITUTO DO TABELIÃO - RG 7.241.481

VALORES COBRADOS		
AO TABELIÃO:	*****	7,05
AO ESTADO:	*****	2,00
AO IPESP:	*****	1,03
AO REGISTRO CIVIL:	*****	0,37
AO TRIBUNAL JUSTIÇA:	*****	0,49
A SANTA CASA:	*****	0,07
IMPOSTO MUNICIPAL:	*****	0,14
MINISTÉRIO PÚBLICO:	*****	0,34
TOTAL:	*****	11,49

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET : www.protesto.com.br
VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

VERIFIQUE A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO POR MEIO DO SITE www.primeiroprotestosp.com.br DIGITANDO 13410361131900015944

QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

2º Tabelião de Protesto São Paulo

ANTONIO AUGUSTO SMITH JUNQUEIRA
TABELIÃO

CERTIDÃO

ADRIANA PORTO JUNQUEIRA
SUBSTITUTA DO TABELIÃO

Rua Boa Vista, 314 - 1º Andar - Conj. 1 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - Tel.: (11) 3293-7210

SEQ. 2.022.783

Nº. PEDIDO: 50-I/13

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP, no uso das suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices de protesto no período de 5 ANOS anteriores a 09 de junho de 2016, a pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO CPF 69511357891 RG 5555529, deles verificou

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE:

EDSON*VALTER*PAGANO*****
FETPO WBMUFS Q3HBOP
GFUQP XCNVGT RCICPQ 49
CPF*40213005891*****RG*37339771**

* * * * *

Pesquisado por ADELMO FERRO DA SILVA

O referido é verdade e dou fê.
São Paulo, 13 de junho de 2016

2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP



ODENIR REIS GENESIO - ESCRIVENTE AUTORIZADO - RG 8.029.159-4

CÓDIGO VERIFICADOR: 13410202278300015944

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MIN. PÚBLICO	TOTAL
***** 7,05	***** 2,00	***** 1,03	***** 0,37	***** 0,49	***** 0,07	***** 0,14	***** 0,34	***** 11,49

(AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA)

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELO SITE www.protesto.net.br

VERIFIQUE A SEQUENCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

PARA CONFIRMAR A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO ACESSE O SITE www.2protestosp.com.br INFORMANDO O CÓDIGO VERIFICADOR



3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

LARGO DE SÃO FRANCISCO, 34 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP: 01005-010 - TELS.: 3107-5033 / 3107-5034 / 3107-5035 / 3107-5036 PABX - SÃO PAULO - SP

CERTIDÃO

Nº. 00050-I/13
Folha(s) 00001

O TERCEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

C E R T I F I C A E D Á F E

A PEDIDO DE JUVENCIO RIBEIRO NETO***CPF -69511357891*****
R.G- 5555529*****

QUE REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, DELES VERIFICOU

N ã O C O N S T A R P R O T E S T O

EM NOME DE EDSON VALTER PAGANO *****
***** FETPO WBMUFS QBHBOP *****

CPF- 40213005891***** R.G- 37339771*****

No período de 05 ano(s) anterior(es) a 09 de junho de 2016.
Nada mais.

***** Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se *****
***** refere ao endereço de site na internet, INVALIDARÁ esta CERTIDÃO *****

Pesquisado por ROSANGELA RODRIGUES L. FILHO, Auxiliar.
Certidão conferida por DALVA BALDAN Escrevente.

São Paulo, 13 de junho de 2016.

Certidão Assinada Digitalmente por :

FABIAN BAPTISTA DA SILVA

Escrevente

AA495556BDF0818AF7B9C63D18DECBE5E04F13

Emolumentos	*****7,05
Estado	*****2,00
Carteira Serventia	*****1,03
Registro Civil	*****0,37
Tribunal	*****0,49
Ministério Público	*****0,34
Santa Casa	*****0,07
Imposto ao Município	*****0,14
Total.....	*****11,49

Os valores acima foram cobrados pela certidão.

- 1- VÁLIDO SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2- As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3- Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e número(s) grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 4- A presente certidão refere-se a existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade de existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite Certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no site: www.protesto.com.br

AVENIDA BRIGADEIRO LUIZ ANTONIO, 319 - SAO PAULO - SP - Tel.: (011) - 3186-7254

CERTIDÃO

NÃO CONSTAR PROTESTO

[illegible]

PJ
 SP

Sebmme

DESGRA MFG MACFRO DO CARMO, ESCRIVENTE AUTORIZADA - RG. 72.157-60-6 SSP/SP

DEBORA MELO MACEDO DO CARMO - ESCRIVENTE AUTORIZADA - RG. 73.037.605-8 SSP/PA

Para consultar a autenticidade desta, através do código 13410364538000015944, acesse www.quartoprotestosp.com.br

AS CUSTAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA. ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE SEJAM PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO RESPECTIVO PEDIDO.

5º Tabelião de Protesto

RUA DA GLÓRIA, 162 - SÃO PAULO - CAPITAL

Bel. RUBEM GARCIA
TABELIÃO

*A*01*

000050 - I / 13

CERTIDÃO NEGATIVA

O QUINTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, CERTIFICA E DÁ FÉ

QUE, REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS LAVRADOS NO PERÍODO DE
CINCO ANOS ANTERIORES À 09 DE JUNHO DE 2016, DELES VERIFICOU NÃO CONSTAR
PROTESTO DE RESPONSABILIDADE DE:

***** EDSON VALTER PAGANO*****

***** FETPO WBMUFS QBHBOP*****

***** CPF -40213005891 ***** RG. -37339771 *****

PARA MAIOR SEGURANÇA, CONFIRA DE CIMA PARA BAIXO CADA LETRA DO NOME CERTIFICADO, COM A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DA LINHA INFERIOR.

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

*** NÃO CONSTA(M) PROTESTO(S) ***

Solicitante: JUVENCIO RIBEIRO NETO
RG. 5555529

Eu, ROBERTO DE SOUZA

Escrevente autorizado(a), pesquisei e conferi.

Eu, FRANCISCO E. V. FILOMENO

Substituto do Tabelião assino

SAO PAULO, 13 de JUNHO de 2016

5º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS-S.PAULO-SP

PJ
SP



FRANCISCO E. V. FILOMENO - SUBSTITUTO DO TABELIÃO - RG 3.569.829

Emolumentos	Ao Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib. Justiça	Min.Público	Santa Casa	ISS	TOTAL RECEBIDO
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,14	11,49

Solicite certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protestosp.com.br

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

**6º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS**

RUA FRANCISCA MIQUELINA, 325 - SAO PAULO - SP - Tel.: (011) 3104-5463

MARIO BIMBATO
TABELIÃO

SEQ. 3718192

CERTIDÃO

O 6º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DA FÉ**, a pedido de: **JUVENCIO RIBEIRO NETO, CPF 69511357891 RG 5555529**, que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTO a seu cargo, deles verificou:

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de :

EDSON*VALTER*PAGANO*****

FETPO WBMUFS QBHBOP

GFUQP XCNVGT RCICPQ 50

CPF*40213005891***RG*37339771****

no período de CINCO ANOS anteriores a 10 de junho de 2016.

.....

Pesquisado por: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA

São Paulo, 13 de junho de 2016



Verifique a veracidade da certidão
através do código:
13410371819200015944
site: www.6protsp.com.br

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	REG CIVIL	TRIB. JUSTIÇA	SANTA CASA	IMP. MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
***** 7,05	***** 2,03	***** 1,03	***** 0,37	***** 0,49	***** 0,07	***** 0,14	***** 0,34	***** 11,49

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Verificar a sequência alfabética do nome certificado.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Qualquer rasura apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na internet, invalidará esta certidão.
- Para solicitar certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protesto.net.br

Certidão Negativa de Protesto

O SÉTIMO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, por este público instrumento, **CERTIFICA E DÁ FÉ**, que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **5 ANOS** anterior a 10 de junho de 2016, em nome de:

EDSON VALTER PAGANO
CPF 40213005891 RG 37339771

Pedido formulado por: JUVENCIO RIBEIRO NETO - RG 5555529

Pesquisado por: DANIELA DEL VECCHIO B. DIAS

São Paulo, 13 de junho de 2016.

7º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE S. PAULO - SP

DANIELA DEL VECCHIO BRIGATTO DIAS - SUBSTITUTA DO TABELIÃO - RG 27.367.844-8

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Certidão expedida no ato do pedido, sem ônus adicional para o requerente.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Solicite certidão de protesto pela Internet no site : www.protesto.com.br

Verifique o código de veracidade: **13410370813700015944** no site: www.7protosp.com.br

Emolumentos	Ao Estado	Cart. Prev.	Sinoreg	Trib. Just.	Sta. Casa	Imposto Municipal	Ministerio Publico	Total
***** 7,05	***** 1,00	***** 1,03	***** 0,37	***** 0,49	***** 0,07	***** 0,14	***** 0,34	***** 11,49

Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no qual se refere ao endereço de site na Internet, **INVALIDARÁ** esta certidão.

8º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

Rua Quinze de Novembro, 331 - Centro - Tel.: (11) 3292-8030 - CEP: 01013-001 - São Paulo-SP

Nº do Pedido: 2016.06.13/100050

CERTIDÃO

O 8º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529, que pesquisados os Índices de protestos, no período de CINCO ANOS, anterior a 09/06/2016, em nome de:

EDSON VALTER PAGANO
CPF 40213005891 - RG 37339771



78

NÃO CONSTA PROTESTO

* *
* *
* *
* *
* *
* *
* *
* *
* *
* *
* *

Eu, Emilia Kimie Morishita - Escrevente autorizado(a), conferi.
Eu, Carlos Roberto de Barros Gouvêa - Tabelião Substituto subscrevo e assino.
São Paulo, 13 de Junho de 2016

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS
TERMOS DA MP Nº 2200-2, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	AO SINOREG	AO TRIBUNAL JUSTICA	AO MINISTÉRIO PÚBLICO	A STA.CASA	IMPOSTO MUNICIPAL	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,14	11,49

CUSTAS RECOLHIDAS POR GUIA

13/06/2016 10:54:09

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pelo site: www.protestosp.com.br

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

00050 - 1 / 13

13/06/2016

PRAÇA JOÃO MENDES, 52 - SOBRELOJA - FONE: (11) 3293-3400 - SÃO PAULO - SP

BENEDICTO SILVEIRA FILHO

Tabelião

EDUARDA SILVEIRA

Tabeliã Substituta

Código de Autenticidade: 160233067773713

CERTIDÃO

O 9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, DA COMARCA DE SÃO PAULO, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

CERTIFICA E DA FÉ.

A pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 09/06/2016, em nome de

EDSON VALTER PAGANO

CPF 402.130.058-91 RG 37339771

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

Eu, Marisa de Freitas Moraes - Substituta do Tabelião, Subcrevo e Assino.

Eu, José Geraldo de Oliveira - Escrevente Autorizado, conferi.

SÃO PAULO, 13 DE JUNHO DE 2016

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - S. PAULO - SP
PJ
SP
MARISA DE FREITAS MORAIS - SUBST. DO TABELIÃO - RG 11.193.953-7

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	ISS	FEDMP	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,07	0,14	0,34	11,49

13/06/2016 09:21:39

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
 - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
 - 3) Verifique a autenticidade da certidão em www.nonoprotestosp.com.br através do código de autenticidade acima indicado.
 - 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
 - 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

FOLHA: 1 OBS.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Siscart Informática Ltda

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

Petição (1211016)

SEI 53900.040038/2016-11 / pg. 18

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL



10º TABELIÃO DE PROTESTOS DE SÃO PAULO

PRAÇA DOUTOR JOÃO MENDES, 39 - CENTRO - CEP: 01501-001

www.10tsp.com.br

Nº do Pedido : 2016.06.13/100050

CERTIDÃO

O 10º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de JUVENCIO RIBEIRO NETO, RG 5555529, CPF 69511357891 que, pesquisados os índices de protesto, no período de CINCO ANOS, anterior a 09/06/2016, em nome de:

EDSON VALTER PAGANO

CPF 402.130.058-91 RG 37339771

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

Eu, Cristina Luiza dos Santos Souza - Escrevente Autorizado(a), pesquisei e conferi.

SÃO PAULO, 13 DE JUNHO DE 2016

Documento Assinado Digitalmente por

BERNADETE DIAS BATISTA DE SOUZA:08874752806

Digitally signed by BERNADETE DIAS BATISTA DE SOUZA:08874752806
Date: 2016.06.14 09:26:38
Equipe: 10º Tabelião de Protestos de São Paulo
Livro: 001-002

A conferência da autenticidade da assinatura poderá ser consultada no site www.10tsp.com.br, informando o código: **160613555057**

EMOLUMENTOS	ESTADO	PESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTACASA	IMPOSTO MUNICIPAL	MINISTÉRIO PÚBLICO	TOTAL
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,07	0,14	0,34	11,49

13/06/2016 09:26:38

- Informações
- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
 - 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
 - 3) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
 - 4) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
 - 5) Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

PÁGINA : 1 OBS: QUALQUERRASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Siscart Informática Ltda.

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

AMPARO - SP

COMARCA DE AMPARO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃ MARIA CECILIA DE ROSSI



FOLHA Nº 001

C E R T I D ã O

A Tabelião de Protesto de Letras e Títulos, órgão do foro extrajudicial da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo.

C E R T I F I C A E D Ã F É, atendendo a requerimento de **EDSON VALTER PAGANO**, CPF 402.130.058-91, que revendo os **LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS**, do período de **CINCO ANOS** anteriores a 15 de junho de 2016, deles verificou*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de **EDSON VALTER PAGANO**, CPF 402.130.058-91 e RG 3.733.977-1 SSPSP.**

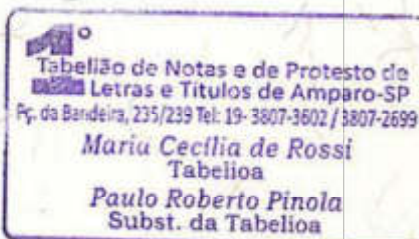
Eu, Paulo Roberto Pinola, Paulo Roberto Pinola, Subst. da Tabelião, pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 16 DE JUNHO DE 2016.

Paulo Roberto Pinola
Subst. da Tabelião

NOTAS: A presente certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Min.Pub.	Sta.Casa	Imp.Mun.	Total
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,35	11,70



00302102050066.000037961-5

PRACA DA BANDEIRA 239 - CENTRO
AMPARO SP CEP: 13900-039
FONE: 19-38072699 FAX: 19-38073802

2º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

AMPARO - SP

COMARCA DE AMPARO - ESTADO DE SÃO PAULO

TABELIÃO JOSÉ DARCY DE LIMA



FOLHA Nº 001

C E R T I D ã O

José Darcy de Lima, Tabelião de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo,

CERTIFICA E DÁ FÉ, atendendo a requerimento de EDSON VALTER PAGANO, CPF 402.130.058-91, que revendo os LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, do período de CINCO ANOS anteriores a 14 de junho de 2016, deles verificou*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de EDSON VALTER PAGANO, CPF 402.130.058-91 e RG 3.733.977-1 SSP/SP.*****

Eu, Lilian Jorge de Lima Maziero, Subst. do Tabelião, pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 15 DE JUNHO DE 2016.

Lilian Jorge de Lima Maziero
Subst. do Tabelião

NOTAS: A presente certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Min.Pub.	Sta.Casa	Imp.Mun.	Total
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,35	11,70

2º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTOS
DE LETRAS E TÍTULOS DE AMPARO-SP

José Darcy de Lima

Tabelião

Antonio de Pádua Neves

Substituto

Escrevente: Carmen Regina D. Lopes

Claudia A. F. Burini Fenteado

Celia Ramos R. Oliveira

Lilian Jorge de Lima

Rua Osvaldo Cruz, 167 - Centro

Amparo/SP - CEP: 13200-010

Tel: (19) 3807-4279 Fax: (19) 3807-4765



00292602112166.000035873-9

RUA OSVALDO CRUZ 167 - CENTRO

AMPARO SP CEP 13900-000

TELEFONE: 19-38074279 FAX: 19-38074765



REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS

E TÍTULOS DA COMARCA DE AMPARO - SP

CNPJ: 50.093.780/0001-30

JOSÉ OSVALDO DE MELO-TABELIÃO JOSÉ CARLOS DE MELO-SUBSTITUTO

Rua Osvaldo Cruz, 345 - Centro - Fone: (19) 3807-4266

FOLHA Nº 001


C E R T I D ã O

José Osvaldo de Melo, Tabelião de Protesto de Letras e
Títulos da Comarca de Amparo, Estado de São Paulo,


C E R T I F I C A E D Ã F É, atendendo a requerimento
de **EDSON VALTER PAGANO**, CPF 402.130.058-91, que revendo os **LIVROS DE**
REGISTRO DE PROTESTOS, do período de **CINCO ANOS** anteriores a 14 de
junho de 2016, deles verificou*****

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de **EDSON VALTER PAGANO**, CPF 402.130.058-91 e RG 3.733.977-1 SSPSP.**

Eu, , José Eduardo Zampoli, Escrevente Autorizado,
pesquisei, digitei, conferi, subscrevo e assino.

AMPARO, 15 DE JUNHO DE 2016.


José Eduardo Zampoli
Escrevente Autorizado

NOTAS: A presente Certidão só se refere ao(s) nome(s) e número(s) como nela grafado(s), não abrangendo nomes diferentes, ainda
que semelhantes ou resultantes de erro de grafia no pedido respectivo. Os selos devidos foram recolhidos por guia.

Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Tribunal	Min.Pub.	Sta.Casa	Imp.Mun.	Total
7,05	2,00	1,03	0,37	0,49	0,34	0,07	0,35	11,70

TABELIONATO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Amparo - São Paulo
José Osvaldo de Melo
Tabelião
José Carlos de Melo
Subst. do Tabelião



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 1784134

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CIVIS PÚBLICAS E DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMINAIS**, anteriores a 15/06/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra:

ÉDSON VÁLTER PAGANO, RG: 3733977-1, CPF: 402.130.058-91, nascido em 05/04/1951, natural de São Paulo - SP, filho de **OSVALDO JOAQUIM PAGANO** e **SANTINA OGHIERI PAGANO**, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão é expedida para **FINS EXCLUSIVAMENTE ELEITORAIS** e abrange as Ações Cíveis Públicas e de Improbidade Administrativa, os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastradas no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão abrange inclusive os feitos constantes das fichas manuais da Comarca da Capital e Foro Distrital de Parelheiros e só tem validade mediante assinatura digital.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 20 de junho de 2016.

PEDIDO Nº:

3910755





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO Nº: 1775209

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 15/06/2016, verificou **NADA CONSTAR** contra:

ÉDSON VÁLTER PAGANO, RG: 3733977-1, CPF: 402.130.058-91, nascido em 05/04/1951, natural de São Paulo - SP, filho de **OSVALDO JOAQUIM PAGANO** e **SANTINA OGHIERI PAGANO**, conforme indicação constante do pedido de certidão.

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão, em relação à Comarca de São Paulo, abrange inclusive os feitos constantes das fichas manuais do Foro Central, Foros Regionais e Distrital de Parelheiros e só tem validade mediante assinatura digital.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 17 de junho de 2016.

PEDIDO Nº: 3910758





09/06/2016

7956652

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1746542**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 13/06/2016, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

EDSON VALTER PAGANO, RG: 3733977-1, CPF: 402.130.058-91, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 14 de junho de 2016.

PEDIDO Nº:**7956652**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa

interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de 2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **EDSON VALTER PAGANO**, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 402.130.058-91, portador(a) do RG nº 3.733.977-1 – SSP/SP, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fê.-----
São Paulo, aos 13 dias do mês de junho de 2016.-----
Eu, (Vânia de Oliveira Reis) (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.-----

Valor Recolhido: RS 19,40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de
2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o Serviço de Informações deste
Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **EDSON VALTER PAGANO**,
inscrito(a) no CPF/MF sob nº 402.130.058-91, portador(a) do RG nº 3.733.977-1 – SSP/SP,
verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. **NADA MAIS**
com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fê.-----
São Paulo, aos 13 dias do mês de junho de 2016.-----
Eu, u (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.-----



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: **EDSON VALTER PAGANO**
Inscrição: **078416320191** Zona: 246 Seção: 220
Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP
Data de Nascimento: 05/04/1951 Domiciliado desde: 18/09/1986
Filiação: SANTINA OGHIERI PAGANO
OSWALDO JOAQUIM PAGANO

Certidão emitida às 17:33 de 27/06/2016

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **2J7D.TIJU.9OFS.ØTQW**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

**JUSTIÇA ELEITORAL****TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL****Certidão**

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **EDSON VALTER PAGANO**

Inscrição: **078416320191** Zona: 246 Seção: 220

Município: 71072 - SÃO PAULO UF: SP

Data de Nascimento: 05/04/1951 Domiciliado desde: 18/09/1986

Filiação: **SANTINA OGHIERI PAGANO**

OSWALDO JOAQUIM PAGANO

Certidão emitida às 16:05 de 23/06/2016

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código

BRYF.SIUX.DMYF.VZGZ



AO SENHOR COORDENADOR DO GRUPO DE TRABALHO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO DO MINISTÉRIO CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

Processo nº 53000.041399/2012-97

Assunto: Cumprimento de exigências. Juntada de documentos com vistas à assinatura de contrato. FME, Paraguaçu Paulista, SP.

Ref.: Ofício nº 20338/2016/SEI-MCTIC que encaminha a Nota Técnica nº 13493/2016/SEI-MCTIC

1

A **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, já qualificada nos autos dos processos em epígrafe, vem, respeitosamente, a tempo e modo, por intermédio de seu advogado, em **atenção ao ofício e nota técnica em referência**, requerer a juntada dos seguintes documentos:

1. Estatuto social atualizado devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
2. Ato de aprovação do Ministério Público;
3. Ata de eleição da atual diretoria da entidade;
4. Cópia do documento de identidade dos diretores;
5. Procuração com poderes específicos para assinatura do contrato e cópia do documento de identidade do procurador;



6. Comprovante do CNPJ da entidade;

7. Declaração assinada pelo representante legal de que:

- os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o”, e “p” da Lei Complementar no 64/1990 – Lei da Ficha Limpa;

- nenhum dos dirigentes da entidade participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; e

2

- que nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial.

8 - certidões negativas cíveis referentes à entidade, das Justiças estadual e federal (1ª. e 2ª. instâncias) de São Paulo, SP, onde está sediada a fundação;

Informa, outrossim, que o **endereço completo para correspondência** é:

R. Antônio Comparato, 148, Andar Térreo, Campo Belo – CEP 04606-030, São Paulo/SP

Comunica, ainda, que na assinatura do contrato, a fundação será representada pelo Dr. ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO, advogado inscrito na OAB/DF sob o nº 34.272.



Por oportuno, informa que em razão da limitação de tamanho de arquivos anexados imposta pelo CADSEI (15 mb), os demais documentos exigidos pela nota técnica em referência, referentes aos diretores da fundação, serão apresentados em petição apartada.

A entidade permanece à disposição dessa Il. Pasta acaso a apresentação de quaisquer outros documentos se faça necessária.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Brasília, 28 de junho de 2016.

ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO¹
OAB/DF 34.272

¹ Nos termos do art. 42 da Portaria nº 89, de 29 de abril de 2014, os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de autoria, autenticidade e integridade asseguradas, mediante utilização de assinatura eletrônica. Nesse caso, tendo em vista que o protocolo desta peça realizou-se mediante acesso da peticionária ao CADSEI valendo-se de sua “assinatura cadastrada”, está dispensada a firma convencional.

ILMO SR. OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL

13 NOV 2007 000339450

REGISTRADO

Eu, Edson Valter Pagano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG. 3.73.977 – SSP - SP, inscrito no CPF.MF. 402.130.058/91, representante legal da pessoa jurídica denominada: Fundação Onda Verde Radiodifusão Brasil, com sede em São Paulo – SP, na rua Antonio Comparato, 148, Campo Belo – CEP 04605-030, vem requerer, nos termos do art. 121 da Lei 6.015/73 e da Lei 10.406/02, registro do instrumento em anexo, juntando 02 vias de igual teor e forma.

nestes termos

pede deferimento

São Paulo, 01 de Novembro d 2007.



Edson Valter Pagano

67.941



REGISTRADO

1º TRASLADO DO LIVRO Nº 2.231 - PÁGINAS 189/204

**ESCRITURA PÚBLICA DE INSTITUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA
"FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL"**

SAIBAM quantos a presente escritura virem que, aos vinte e quatro (24) dias do mês de outubro do ano dois mil e sete (2007), nesta cidade de São Paulo, Capital e Estado do mesmo nome, República Federativa do Brasil, no Fórum João Mendes Júnior, 15º andar, onde a chamado vim e perante mim, escrevente do 2º Tabelião de Notas, compareceram partes entre si justas e contratadas a saber: como "outorgantes instituidores": **EDSON VALTER PAGANO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Miranda Guerra nº 876, casa 08, portador da cédula de identidade RG nº 3.733.977 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 402.130.058-91; **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Miranda Guerra nº 876, casa 08, portadora da cédula de identidade RG nº 6.817.246 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 852.407.108-72; **FERNANDA DE ANDRADE PAGANO**, brasileira, solteira, maior, professora, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Miranda Guerra nº 876, casa 08, portadora da cédula de identidade RG nº 30.984.649-3 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 299.393.438-41; **ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua São Benedito nº 931, apartamento 21, portador da carteira nacional de habilitação registro nº 02894629400, emitida em 10/06/2003, válida até 06/06/2008, onde se vê que é possuidor da cédula de identidade RG nº 5.933.561-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.661.388-06; **TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua São Benedito nº 931, apartamento 21, portadora da cédula de identidade RG nº 18.177.733-2 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 082.398.148-75; **ANTONIO BRUNO MONTORO**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua São Benedito nº 931, apartamento 11, portador da cédula de identidade RG nº 1.719.689-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.002.928-87; **MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE**, brasileira, viúva, aposentada, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Amauri de Oliveira Lima nº 45, portadora da cédula de identidade RG nº 7.204.596 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 032.294.638-70; **MARIA CECÍLIA MONTORO**, brasileira, divorciada, professora, residente e domiciliada nesta Capital, na Avenida Santo Amaro nº 6.238, apartamento 176, portadora da cédula de identidade RG nº 5.225.179 SSP/SP,



10512502413937.000022392-4

P. 00803 R. 007302

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33378844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMERCA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



13 NOV 2000 0339456

REGISTRADO

inscrita no CPF/MF sob o nº 649.844.948-91, e, **FLÁVIO VITOR PAGANO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Osasco, deste Estado, no Largo Mário Bissolatti nº 06, apartamento 11, portador da cédula de identidade RG nº 7.428.849-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 939.920.338-72; e, como "interveniente anuente", o digno Promotor de Justiça Civil da Curadoria de Fundações do Estado de São Paulo, Dr. **AIRTON GRAZZIOLI**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 18.300.116-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.817.738-11, residente e domiciliado nesta Capital, com endereço no Fórum João Mendes Júnior, 15º andar; os presentes foram reconhecidos como os próprios de que trato, pelo exame dos documentos apresentados e acima referidos, do que dou fé. Então, pelos "outorgantes instituidores" me foi dito o seguinte: **PRIMEIRO**: que, com o propósito de criar uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que terá sua sede e foro neste Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Antonio Comparato nº 148 - Campo Belo (CEP 04605-030), resolvem instituir uma Fundação, denominada "**FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**", cujas finalidades, conforme o artigo 3º de seu Estatuto, são os seguintes: I. Realizar e divulgar programas sociais de interesse das comunidades carentes da região, especificamente idosos, crianças, grupos de mães, deficientes físicos, população de baixa renda, etc.; II. Criar, manter e administrar atividades e programas de serviço, cultura e educação, através de canais próprios de radiodifusão educativa, sem fins comerciais, tendo sempre como objetivo prioritário os interesses comunitários; III. Executar serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, atendendo, precipuamente, os serviços e programas de interesse das comunidades; IV. Promover iniciativas e campanhas de cunho social-beneficentes com a colaboração de entidades de programação e assistência social; V. Fundar, manter e/ou administrar entidades, obras de serviço, centros de cultura, museus, bibliotecas e centros de lazer, incentivando a expansão da cultura, artes e educação; VI. Incentivar a associação de creches, bem como cursos e escolas de todos os graus e, ainda, instituir e conceder bolsas de estudos e estágios; VII. Instituir cursos de formação profissional nas diversas áreas da radiodifusão, utilizando-se das instalações da Fundação, de outras Fundações Públicas ou Privadas, bem como em entidades governamentais ou particulares, tanto no Brasil como no Exterior; VIII. Patrocinar e divulgar eventos culturais, como exposições, festivais de artes, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de circo e atividades congêneres, visando sempre a manutenção dos valores culturais da região; IX. Estabelecer contratos com emissoras de radiodifusão com o propósito de produzir programas culturais informativos e educativos; X. Estimular e apoiar pesquisas, planos e projetos em



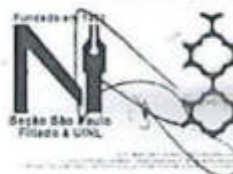


União Interacional
do Notariado Latino
(fundada em 1948)



2ª OFICINA DE REGISTRO DE NOTAS DE PESSOA JURÍDICA
Nº 13 NOV 2000 339458
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELA Nº 13 NOV 2000 339458

04



REGISTRADO

todas as áreas de conhecimento e da cultura; XI. Prestar serviços a terceiros, sempre tendo em vista os objetivos e finalidades da Fundação; XII. Implantar e/ou editar livraria(s), jornal (is), revista(s), cinema(s) e/ou outras atividades complementares à operação da(s) emissora(s) ou de retransmissora(s), sempre tendendo aos princípios patrióticos e cristãos e de preservação do nacionalismo pátrio; XIII. Atuar, instituir e contribuir, desde que haja disponibilidade orçamentária, com a melhoria do ensino, em todos os níveis, mantendo serviços subsidiários de natureza, cultural e social, sem prejuízo de sua finalidade precípua; XIV. Promover e divulgar as potencialidades artísticas, eventos e/ou programas de interesse da região; XV. Articular-se com instituições congêneres e especializadas, públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, visando o intercâmbio de programas que se adaptem aos objetivos de sua linha programática, bem como para prestar e receber assistência técnica e subsídios para produção, e, de acordo com o artigo 5º do Estatuto, para a consecução de suas finalidades, a "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL" poderá: I. Associar-se, estabelecer parceria, intercâmbio, firmar contratos e convênios com outras Fundações Públicas ou Privadas, bem como entidades governamentais ou particulares, tanto no Brasil como no Exterior; II. A Fundação poderá utilizar denominação fantasia para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora em frequência modulada, desde que aprovada pelo Ministério das Comunicações; III. Realizar programas educacionais comunitários; IV. Conceder bolsas de estudo e ajuda de custo para o aperfeiçoamento de especialistas devotados radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora; V. Conceder prêmios de estímulo a pessoas que tenham contribuído, de maneira notória, para o desenvolvimento da radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora; **SEGUNDO:** que para o fim de instituir tal Fundação, e de acordo com o que estabelece a legislação pertinente, artigos 62 a 69 do Código Civil Brasileiro, aprovado pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com vigência a partir de 10 de janeiro de 2003 - Capítulo III - DAS FUNDAÇÕES, fazem os "outorgantes instituidores" **dotação inicial** no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) **TERCEIRO:** que o Patrimônio da Fundação será constituído, ainda, por bens e valor que venham a ser adquiridos com doação, compra, cessão, legados ou qualquer outro modo a este patrimônio feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, com o fim específico de incorporação ao patrimônio; **QUARTO:** que os órgãos que constituem a Fundação não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, em decorrência de ato regular de gestão quando exercidas com observância do estatuto adiante transcrito e da legislação aplicável à espécie; **QUINTO:** que o prazo de duração da fundação é "indeterminado"; **SEXTO:** que a "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL" reger-se-á pelo Estatuto a



10512602413837.000022393-2

P: 00003 R: 007393

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



13 NOV 2016 000339458

REGISTRADO

seguir transcrito, que conta com a aprovação do digno representante do Ministério Público do Estado de São Paulo, Dr. Airton Grazzioli, acima qualificado. **ESTATUTO DA FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL - CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, DURAÇÃO, SEDE E FORO - Artigo 1º** - A Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, com prazo de duração indeterminado, é uma entidade civil, com personalidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e reger-se-á pelo presente Estatuto, por seu Regimento Interno e pela legislação aplicável. **Artigo 2º** - A Fundação tem sede e foro na cidade de São Paulo - SP, na Rua Antonio Comparato nº 148 - Campo Belo (CEP 04605-030), e poderá constituir e/ou abrir escritórios de representação em outras cidades e unidades da federação, com atuação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por decisão e em consonância com a Diretoria Executiva após regular aprovação do Conselho Curador e do Ministério Público. **CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES - Artigo 3º** - A Fundação tem por finalidades: I. Realizar e divulgar programas sociais de interesse das comunidades carentes da região, especificamente idosos, crianças, grupos de mães, deficientes físicos, população de baixa renda, etc.; II. Criar, manter e administrar atividades e programas de serviço, cultura e educação, através de canais próprios de radiodifusão educativa, sem fins comerciais, tendo sempre como objetivo prioritário os interesses comunitários; III. Executar serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, atendendo, precipuamente, os serviços e programas de interesse das comunidades; IV. Promover iniciativas e campanhas de cunho social-beneficentes com a colaboração de entidades de programação e assistência social; V. Fundar, manter e/ou administrar entidades, obras de serviço, centros de cultura, museus, bibliotecas e centros de lazer, incentivando a expansão da cultura, artes e educação; VI. Incentivar a associação de creches, bem como cursos e escolas de todos os graus e, ainda, instituir e conceder bolsas de estudos e estágios; VII. Instituir cursos de formação profissional nas diversas áreas da radiodifusão, utilizando-se das instalações da Fundação, de outras Fundações Públicas ou Privadas, bem como em entidades governamentais ou particulares, tanto no Brasil como no Exterior; VIII. Patrocinar e divulgar eventos culturais, como exposições, festivais de artes, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de circo e atividades congêneres, visando sempre a manutenção dos valores culturais da região; IX. Estabelecer contratos com emissoras de radiodifusão com o propósito de produzir programas culturais informativos e educativos; X. Estimular e apoiar pesquisas, planos e projetos em todas as áreas de conhecimento e da cultura; XI. Prestar serviços a terceiros, sempre tendo em vista os objetivos e finalidades da Fundação; XII. Implantar e/ou editar livreria(s), jornal (is), revista(s), cinema(s) e/ou outras





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

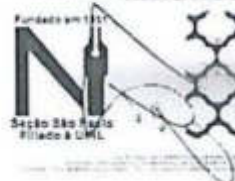


União Nacional do Acervo Histórico
(Fundada em 1942)



2º TABELÃO DE NOTAS
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO: MANOEL DELEGARIO DA COSTA
13 NOV 2000 230458

06



REGISTRADO

atividades complementares à operação da(s) emissora(s) ou de retransmissora(s), sempre tendendo aos princípios patrióticos e cristãos e de preservação do nacionalismo pátrio; XIII. Atuar, instituir e contribuir, desde que haja disponibilidade orçamentária, com a melhoria do ensino, em todos os níveis, mantendo serviços subsidiários de natureza, cultural e social, sem prejuízo de sua finalidade precípua; XIV. Promover e divulgar as potencialidades artísticas, eventos e/ou programas de interesse da região; XV. Articular-se com instituições congêneres e especializadas, públicas e particulares, nacionais e estrangeiras, visando o intercâmbio de programas que se adaptem aos objetivos de sua linha programática, bem como para prestar e receber assistência técnica e subsídios para produção.

Parágrafo 1º - A Fundação se dedicará exclusivamente às atividades descritas no presente estatuto, por intermédio da execução direta de seus projetos, programas e planos de ação, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou à prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. **Parágrafo 2º** - Os serviços de educação a que a entidade se dedique, serão prestados de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado o seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente. **Parágrafo 3º** - No desenvolvimento de suas atividades, a Fundação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. **Parágrafo 4º** - A Fundação adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios. **Artigo 4º** - A Fundação não tem caráter político-partidário, devendo ater-se às suas finalidades estatutárias.

CAPÍTULO III - DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO - **Artigo 5º** - Para a consecução de suas finalidades, a Fundação poderá: **Parágrafo 1º** - Associar-se, estabelecer parceria, intercâmbio, firmar contratos e convênios com outras Fundações Públicas ou Privadas, bem como entidades governamentais ou particulares, tanto no Brasil como no Exterior. **Parágrafo 2º** - A Fundação poderá utilizar denominação fantasia para execução dos serviços de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora em frequência modulada, desde que aprovada pelo Ministério das Comunicações. **Parágrafo 3º** - Realizar programas educacionais comunitários. **Parágrafo 4º** - Conceder bolsas de estudo e ajuda de custo para o aperfeiçoamento de especialistas devotados radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora. **Parágrafo 5º** - Conceder prêmios de estímulo a pessoas que tenham contribuído, de maneira notória, para o desenvolvimento da radiodifusão de sons e imagens (televisão) e radiodifusão sonora. **CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO** - **Artigo 6º** - O patrimônio da Fundação é constituído pela dotação inicial descrita na



10512602413837.000022394-0

P: 00003 R: 007304

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01229-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

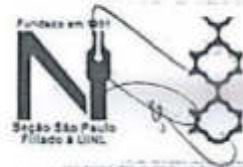


13 NOV 2000 039456

REGISTRADO

escritura pública de constituição e por bens e valor que venham a ser adquiridos com doação, compra, cessão, legados ou qualquer outro modo a este patrimônio feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, com o fim específico de incorporação ao patrimônio. **Parágrafo 1º** - Cabe ao Conselho Curador da Fundação autorizar a aceitação de doações com encargos, com posterior aprovação do Ministério Público. **Parágrafo 2º** - A Fundação destinará o valor mínimo de 3% dos recursos por ela administrados para a constituição de fundo financeiro, cuja renda contribuirá para a garantia de sua manutenção e expansão de suas atividades. **Parágrafo 3º** - O fundo financeiro referido no parágrafo anterior poderá ser destinado à aquisição de bens imóveis, direitos ou ações, após regular autorização do Conselho Curador e aprovação do Ministério Público. **Artigo 7º** - Os bens e direitos da Fundação somente poderão ser utilizados para a realização dos objetivos estatutários, sendo permitida, porém, a alienação, a cessão ou a substituição de qualquer bem ou direito para a consecução dos mesmos objetivos. **Parágrafo único** - Caberá ao Conselho Curador aprovar a alienação de bens imóveis incorporados ao patrimônio e aquisição de novos bens e direitos e, ainda, aprovar permuta vantajosa à Fundação, que se efetivará após autorização do Ministério Público. **CAPÍTULO V - DA RECEITA - Artigo 8º** - A receita da Fundação será constituída: I. Pelas rendas resultantes de suas atividades em radiodifusão (Departamento de Radiodifusão), de edições, direitos autorais e eventuais serviços de impressão (Departamento Editorial) e pela prestação de serviços ou fornecimento de bens (Departamento de Serviços Gerais) e outras rendas eventuais; II. Pelos saldos de exercícios anteriores transferidos para a conta patrimonial; III. Pelas rendas e juros resultantes de depósitos bancários; IV. Pelas contribuições que vierem a ser feitas pelos participantes e colaboradores; V. Pelos usufrutos que lhe forem constituídos; VI. Pelas rendas provenientes dos títulos, ações ou ativos financeiros de sua propriedade ou operações de crédito; VII. Pelas rendas auferidas de seus bens patrimoniais, as receitas de qualquer natureza ou do resultado das atividades de outros serviços que prestar; VIII. Pelas doações ou quaisquer outras formas de benefícios que lhe forem destinadas; IX. Pelas subvenções, dotações, contribuições e outros auxílios estipulados em favor da Fundação pela União, pelos Estados e pelos Municípios, bem como por pessoas físicas, instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; X. Pelas rendas próprias de imóveis que vier a possuir e pelos rendimentos auferidos de explorações dos bens que terceiros confiarem à sua administração; XI. Por outras rendas eventuais. **Artigo 9º** - Os recursos financeiros da Fundação, excetuados os que tenham especial destinação, serão empregados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento das atividades que lhe são próprias e, quando possível, no acréscimo de seu patrimônio. **Parágrafo único** - A aplicação de recursos financeiros no patrimônio da instituição deve obedecer a





REGISTRADO

planos que tenham em vista: I. A garantia dos investimentos; II. A manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados. **CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO**

Artigo 10º - São órgãos da administração da Fundação: I. Conselho Curador; II. Conselho Fiscal; III. Conselho de Programação; IV. Diretoria Executiva. **Parágrafo 1º**

- Os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, não participar de direção de outras concessionárias e ou permissionárias de serviços de radiodifusão com serviço idêntico ao executado pela Fundação, na mesma localidade de outorga, bem como não deverão gozar de imunidade parlamentar ou foro especial. **Parágrafo 2º** - A substituição nos cargos do Conselho Curador e da Diretoria Executiva, somente poderá ocorrer depois da aprovação dos nomes dos substitutos pelo Ministério das Comunicações caso a Fundação, à época da substituição, seja detentora de outorga de Radiodifusão. **Artigo 11º** - O exercício das funções de integrante do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva não serão remunerados, direta ou indiretamente, a qualquer título. Também não haverá distribuição de eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, os quais serão aplicados integralmente na consecução do objetivo social da Fundação.

Parágrafo 1º - Eventuais serviços específicos, que não se confundem com as atribuições do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, poderão ser remunerados, por deliberação expressa do Conselho Curador, por valores praticados pelo mercado na região onde a Fundação exerce as suas atividades. **Parágrafo 2º** - Os integrantes do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Fundação, quando exercidas com observância do presente estatuto e da legislação aplicável à espécie. **Artigo 12º** - Respeitado o disposto neste Estatuto, a Fundação poderá ter estrutura organizacional e o funcionamento fixados em Regimento Interno, que estabelecerá as atividades e atribuições administrativas e técnicas, de modo a atender plenamente às finalidades da instituição. **CAPÍTULO VII - DO CONSELHO CURADOR**

Artigo 13º - O Conselho Curador é o órgão consultivo e deliberativo, em tudo o que se refere à política de ação e de estrutura da Fundação, na forma deste Estatuto e será constituído por 3 (três) membros e terá mandato de 4 (quatro) anos, permitidas reeleições. **Parágrafo 1º** - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Curador serão eleitos por seus pares, na reunião que der posse aos Conselheiros. **Parágrafo 2º** - Em caso de vacância no Conselho Curador, o Órgão deliberará para sua recomposição plena e, na inércia, o Ministério Público indicará os integrantes, dentre pessoas constantes de lista à sua disposição. **Artigo 14º** - Compete ao Conselho Curador: I. Exercer a fiscalização superior do patrimônio e dos recursos da Fundação; II. Aprovar o orçamento, as contas, os balanços, o relatório



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1948)



10512602413837.000022395-9

P: 00603 R: 007385

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA GUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



REGISTRADO

Parágrafo 1º - O Conselho Curador reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, preferencialmente no mês de Junho, mediante convocação por escrito de seu Presidente e, extraordinariamente, quando convocado pela mesma autoridade, por 2/3 dos Conselheiros ou pelo Ministério Público. **Parágrafo 2º** - O Conselho Curador, ressalvados os casos expressos em lei ou no presente Estatuto, deliberará pela maioria simples dos Conselheiros presentes. As deliberações serão registradas em atas, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. As atas serão submetidas à aprovação do Ministério Público para posterior registro. **Parágrafo 3º** - O presidente do Conselho Curador dará posse à Diretoria Executiva da Fundação. **Artigo 15º** - Os Conselheiros do Conselho Curador e Conselho Fiscal poderão pedir o seu desligamento da Fundação ou serem destituídos de seus cargos, de forma compulsória, por decisão do primeiro órgão colegiado, caso incorram em conduta grave, assim entendida, exemplificativamente: I. Obtenção de vantagens ou benefícios pessoais em razão da condição de Conselheiro; II. Infração às normas do presente Estatuto ou do Regimento Interno; III. Prática de condutas que possam afetar, direta ou indiretamente, a boa imagem e a reputação da Fundação; IV. Prática





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



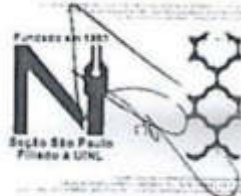
União Internacional
do Notariado Latino
(fundada em 1942)



2º TABELIÃO DE NOTAS
FUND. DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELIÃO: MANGEL OLEGÁRIO DA COSTA

13 NOV 2008 08:39:45

10



REGISTRADO

de ato de indignidade contra os interesses da Fundação e de seus Instituidores; V. Ausência injustificada a três reuniões consecutivas; VI. Prática de falta grave, assim reputada pelo Conselho Curador. **Parágrafo 1º** - A destituição do Conselheiro deverá ser aprovada por 2/3 dos membros do Conselho Curador, salvo na hipótese da letra "e", quando o desligamento será automático. **Parágrafo 2º** - Ao Conselheiro acusado de conduta grave será assegurada a oportunidade para o oferecimento de defesa escrita ou oral. **CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO FISCAL - Artigo 16º** - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos da administração e das demonstrações financeiras da Fundação e será composto de 3 (três) membros eleitos pelo Conselho Curador, com mandato de 4 (quatro) anos, permitidas reeleições. **Parágrafo 1º** - Os integrantes do Conselho Fiscal serão eleitos pelo Conselho Curador, em reunião convocada para esse fim. **Parágrafo 2º** - Serão eleitas as pessoas que obtiverem a maioria absoluta dos votos dos Conselheiros presentes. **Parágrafo 3º** - Os integrantes efetivos do Conselho Fiscal elegerão, entre si, o seu Presidente. **Artigo 17º** - Compete ao Conselho Fiscal: I. Fiscalizar a gestão econômico-financeira da Fundação, examinar suas contas, balanços e documentos, e emitir parecer sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, encaminhando ao Conselho Curador; II. Emitir parecer prévio e justificado para alienação, oneração ou aquisição de bens e direitos, para deliberação do Conselho Curador; III. Recomendar ao Conselho Curador a realização de auditoria externa na Fundação, quando julgar necessária. Após a provada a diligência, será instada a Curadoria de Fundações para oficializar o procedimento, inclusive para a designação da entidade que realizará o trabalho contábil. **Parágrafo 1º** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, preferencialmente no mês Agosto, mediante convocação por escrito de seu Presidente e, extraordinariamente, quando convocado pela mesma autoridade, por 2/3 dos Conselheiros ou pelo Ministério Público. **Parágrafo 2º** - O Conselho Fiscal, ressalvados os casos expressos em lei ou no presente Estatuto, deliberará pela maioria simples dos Conselheiros presentes. As deliberações serão registradas em atas, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. As atas serão submetidas a aprovação do Ministério Público para posterior registro. **CAPÍTULO IX - DA DIRETORIA EXECUTIVA - Artigo 18º** - A Fundação será administrada por uma Diretoria Executiva, órgão executivo e administrativo da Fundação, constituída de um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor Administrativo-Financeiro, eleitos pelo Conselho Curador, com mandato de 4 (quatro) anos, permitidas reeleições. **Parágrafo 1º** - O Diretor Presidente da Diretoria Executiva é também o Presidente da Fundação. **Parágrafo 2º** - Os integrantes dos Conselhos Curador e Fiscal, caso eleitos para a Diretoria-Executiva, serão afastados e substituídos nos respectivos órgãos colegiados. **Parágrafo 3º** - Serão consideradas



10512602413837.000022395-7

P: 00603 R: 007396

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01229-010
FONE: 11-33578644 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, FALSIFICAÇÃO OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



13 NOV 2016 00:03:59 458

REGISTRADO

eleitas as pessoas que obtiverem a maioria dos votos dos presentes. **Parágrafo 4º** - A designação da nova diretoria far-se-á, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término dos respectivos mandatos, ou dentro de 08 (oito) dias, em caso de vacância que se opere por outro motivo. **Parágrafo 5º** - Os membros da Diretoria Executiva poderão ser destituídos de seus cargos, no curso de seus respectivos mandatos, mediante deliberação fundamentada do Conselho Curador. **Artigo 19º** - Caberá à Diretoria, através do Diretor Presidente e do Diretor Administrativo-Financeiro, ou de um de seus substitutos, nos termos que dispõe este Estatuto e o Regime Interno, assinar, sempre em conjunto, documentos referentes ao giro de negócios, tais como cheques, endossos, ordens de pagamento, títulos de crédito e outros atos onerosos. **Artigo 20º** - As decisões da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos dos integrantes presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade e o direito de veto. **Parágrafo único** - Quando ocorrer o veto do Diretor Presidente, este recorrerá, de ofício, ao Conselho Curador, com efeito suspensivo da decisão. **Artigo 21º** - São atribuições da Diretoria Executiva: I. Expedir normas operacionais e administrativas necessárias às atividades da Fundação; II. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as normas e deliberações do Conselho Curador; III. Submeter ao Conselho Curador a criação de órgãos administrativos de qualquer nível, locais ou situados nas filiais e sucursais; IV. Realizar convênios, acordos, ajustes e contratos, inclusive os que constituem ônus, obrigações ou compromissos para a Fundação, ouvidos o Conselho Curador; V. Preparar balancetes e prestação anual de contas, acompanhados de relatórios patrimoniais e financeiros, submetendo-os, com parecer do Conselho Fiscal, ao Conselho Curador, por intermédio do presidente do Conselho Fiscal; VI. Propor ao Conselho Curador a participação no capital de outras empresas, cooperativas, condomínio ou outras formas de associativismo, bem como organizar empresas cujas atividades interessem aos objetivos da Fundação; VII. Proporcionar aos Conselhos Curador e Fiscal, por intermédio do Diretor Presidente, as informações e os meios necessários ao efetivo desempenho de suas atribuições; VIII. Submeter ao Conselho Curador as diretrizes, planejamento e políticas de pessoal da Fundação; IX. Submeter à apreciação do Conselho Curador a criação e extinção de órgãos auxiliares da Diretoria. **Artigo 22º** - Compete ao Diretor Presidente: I. Orientar, dirigir e supervisionar as atividades da Fundação; II. Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as normas em vigor na Fundação e as orientações oriundas do Conselho Curador, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Ministério Público; III. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, com elaboração de atas, que serão na sequência remetidas ao Ministério Público para aprovação e autorização de registro. IV. Nomear ou designar os dirigentes de departamento, serviços ou entidades mantidas pela Fundação, inclusive os integrantes do Conselho de Programação; V. Convocar e





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

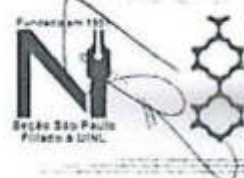


União Internacional
da Notariado Latino
(Fundada em 1948)



2º TABELÃO DE NOTAS
FONDAÇÃO REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO: MANOEL OLEGARIO DA COSTA
1-3400 0000338454

12



REGISTRADO

presidir o Conselho de Programação; VI. Designar o Diretor que o substituirá, em suas ausências e impedimentos eventuais; VII. Assinar convênios, consórcios, contratos, ajustes ou quaisquer modalidades de acordo com entidades públicas e privadas ou com pessoas físicas, com o intuito de assegurar a plena realização dos objetivos da Fundação, observada a orientação estabelecida pelo Conselho Curador; VIII. Manter contatos e desenvolver ações junto a entidades públicas e privadas para obtenção de recursos, doações, empréstimos e estabelecimento de acordos e convênios que beneficiem a Fundação; IX. Admitir, promover, transferir e dispensar empregados da Fundação, bem como designar os dirigentes de seus órgãos, de acordo com o Regimento Interno; X. Representar a Fundação em juízo ou fora dele, podendo delegar esta atribuição, em casos específicos, e constituir mandatários e procuradores; XI. Submeter, mensalmente, os balancetes ao Conselho Fiscal e, anualmente, a prestação de contas e os relatórios correspondentes ao exercício anterior; XII. Decidir, ouvido o Conselho Curador, sobre a divulgação dos resultados e estudos realizados pela Fundação, bem como sobre alienação ou transferência de conhecimentos e tecnologias para terceiros. **Artigo 23º** - Ao Diretor Vice-Presidente compete: I. Substituir o Diretor-Presidente em todas as funções, quando convocado, em virtude de impedimento do mesmo; II. Colaborar com o Diretor Presidente em funções que lhe forem designadas. **Artigo 24º** - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro: I. Orientar, fiscalizar e coordenar a aplicação dos recursos na execução dos projetos e programas da Fundação; II. Elaborar planos e estudos visando ao desenvolvimento das atividades da Fundação; III. Assistir aos supervisores ou gerentes de projeto na elaboração de propostas, contratos ou convênios referentes à fiscalização de pesquisas, treinamentos e prestações de serviços; IV. Supervisionar a elaboração do relatório anual de atividades e do plano de trabalho a serem apreciados pela Diretoria e encaminhados ao Conselho Curador; V. Assinar, juntamente com o Diretor Presidente, documentos relativos à sua área de atuação; VI. Supervisionar e controlar as receitas, despesas e aplicações financeiras da Fundação; VII. Movimentar contas bancárias, assinando cheques e recibos, juntamente com o Diretor Presidente; VIII. Gerir as atividades administrativas da Fundação, assim como as relativas a recursos humanos; IX. Zelar pelo patrimônio mobiliário e imobiliário da Fundação; X. Dirigir e fiscalizar a contabilidade da Fundação; XI. Supervisionar a elaboração da prestação anual de contas e do balanço geral da Fundação; XII. Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária para cada exercício, referente ao custeio da estrutura e administração da Fundação. **CAPÍTULO X - DO CONSELHO DE PROGRAMAÇÃO - Artigo 25º** - O Conselho de Programação é o órgão encarregado de estabelecer as diretrizes gerais da programação a ser veiculada por emissora da Fundação e será constituído pelos seguintes membros: Presidente da Fundação; Presidente do Conselho Curador;



10512602413837.000022397-5

P: 00003 R: 007397

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENSA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



13 NOV 2000 000339458

REGISTRADO

Representante da Secretaria Municipal da Educação; Representante do principal Estabelecimento do Ensino da Região; Representante da comunidade, indicada por Clube de Serviço; Representante de Classe, indicada por Sindicato ou Associação de categoria. **Artigo 26º** - Compete ao Conselho de Programação examinar, avaliar e aprovar os projetos de programação elaborada pelo setor encarregado da produção, assim como analisar e aprovar programas oriundos de outros centros de produção para veiculação, reunindo-se ordinariamente a cada noventa dias e extraordinariamente a convite do Presidente da Diretoria Executiva. **Parágrafo 1º** - O Conselho de Programação instalar-se-á 90 (noventa) dias após a investidura da Fundação na condição de concessionária e ou permissionária dos serviços de radiodifusão de caráter educativo, mediante ato emanado do Presidente da Fundação. **Parágrafo 2º** - A programação das emissoras procurará preservar a cultura e atender aos interesses das comunidades atingidas pelos seus sinais. **Parágrafo 3º** - A programação das emissoras não poderá ser constituída de programas religiosos, independente de religião. **Artigo 27º** - Compete a cada um dos Diretores: I. Participar das reuniões, deliberações e decisões da Diretoria Executiva; II. Supervisionar as atividades da área e das unidades da estrutura organizacional da Fundação que lhe forem atribuídas; III. Promover a organização do plano geral de trabalho, a elaboração da proposta orçamentária anual e a composição do quadro de pessoal das áreas sob sua supervisão, submetendo-os à decisão da Diretoria Executiva, para aprovação do Conselho Curador e posterior-remessa ao Ministério Público; IV. Executar outros encargos que lhes forem atribuídos pelo Diretor Presidente. **Artigo 28º** - Os Diretores, no âmbito de suas Diretorias, indicarão ao Diretor Presidente seus substitutos para atuarem em suas ausências ou impedimentos, para que este os designe. **Artigo 29º** - É terminantemente defeso a todos e a cada um dos integrantes da Diretoria e ineficaz em relação à Fundação o uso da denominação desta em negócios estranhos aos objetivos fundacionais, inclusive em fianças, avais ou quaisquer outras garantias de favor. **Artigo 30º** - Nos atos que acarretem responsabilidade para a Fundação, esta deverá ser representada pelo Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro ou, ainda, por bastantes procuradores, observadas as disposições deste Estatuto e a legislação vigente. **CAPÍTULO XI - DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO** - **Artigo 31º** - O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil. **Artigo 32º** - Até o dia 30 (trinta) de outubro de cada ano, o Diretor Presidente da Fundação apresentará ao Conselho Curador a proposta orçamentária para o ano seguinte, com o escopo de atividades a serem desenvolvidas. **Parágrafo 1º** - A proposta orçamentária será anual e compreenderá: I. Estimativa de receita, discriminada por fontes de recurso; II. Fixação da despesa com discriminação analítica. **Parágrafo 2º** - O Conselho Curador terá o prazo de 30 (trinta) dias para





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



União Internacional
do Notariado Latino
(Fundada em 1943)

UNION

2º TABELIÃO DE NOTAS
FUNDADAÇÃO REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE SÃO PAULO - TABELIÃO DE SÃO PAULO
TABELIÃO: MANOEL OLEGARIO DA COSTA
14380V-0000339454

14



REGISTRADO

discutir, emendar e aprovar a proposta orçamentária, não podendo majorar despesas, salvo se consignar os respectivos recursos. **Parágrafo 3º** - Aprovada a proposta orçamentária ou transcorrido o prazo previsto no parágrafo anterior sem que se tenha verificado a sua aprovação, fica a Diretoria Executiva autorizada a realizar as despesas previstas. **Parágrafo 4º** - Depois de apreciada pelo Conselho Curador, a proposta orçamentária e o respectivo escopo de atividades a serem desenvolvidas serão encaminhados, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Ministério Público. **Artigo 33º** - A prestação anual de contas será submetida ao Conselho Curador até o dia 28 de fevereiro de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior. **Parágrafo 1º** - A prestação anual de contas da Fundação conterá, entre outros, os seguintes elementos: I. Relatório circunstanciado de atividades; II. Balanço patrimonial; III. Demonstração de resultados do exercício; IV. Demonstração das origens e aplicações de recursos; V. Relatório e parecer de auditoria externa, caso tenha sido realizada; VI. Quadro comparativo entre a despesa fixada e a realizada; VII. Parecer do Conselho Fiscal. **Parágrafo 2º** - A prestação de Contas observará as seguintes normas: I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade; II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Fundação, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame a qualquer cidadão; III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento; IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. **Parágrafo 3º** - A prestação de contas deverá ser apreciada pelo Conselho Curador no prazo de 30 (trinta) dias e, nos 10 (dez) dias subseqüentes, encaminhada ao Ministério Público.

CAPÍTULO XII - DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO - Artigo 34º - O estatuto da Fundação poderá ser alterado ou reformado por proposta do Presidente do Conselho Curador, do Diretor Presidente, ou de pelo menos três integrantes de seus Conselhos Curador e Diretoria Executiva, desde que: I. A alteração ou reforma seja discutida em reunião conjunta dos integrantes do Conselho Curador e a Diretoria Executiva, presidida pelo presidente do primeiro, e aprovada por 2/3 dos votos presentes; II. A alteração ou reforma não contrarie ou desvirtue as finalidades da Fundação; III. Seja a reforma aprovada pelo órgão competente do Ministério Público. **CAPÍTULO XIII - A EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO - Artigo 35º** - A Fundação extinguir-se-á por deliberação fundamentada de seu Conselho Curador e Diretoria Executiva, com a presença do Ministério Público (este sem direito a voto), aprovada por 2/3 de seus integrantes em reunião conjunta, presidida pelo presidente do primeiro, quando se



10512602413537.000022398-3

P. 00603 R. 007368

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-32210720

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, FALSIFICAÇÃO OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



REGISTRADO

Parágrafo 1º - Terminado o processo, o patrimônio residual da Fundação será revertido, integralmente, para outra entidade de fins congêneres, a ser indicada pelo Ministério Público, devidamente qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. **Parágrafo 2º** - Na hipótese da Fundação obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido para outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. **CAPÍTULO XIV - DA ASSEMBLÉIA GERAL** -

CAPÍTULO XIV - DA ASSEMBLÉIA GERAL -

CONSELHO CURADOR: ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR, designado **PRESIDENTE**; **FERNANDA DE ANDRADE PAGANO**; **ANTONIO BRUNO MONTORO**.

DIRETORIA EXECUTIVA: DIRETOR PRESIDENTE: EDSON VALTER PAGANO;
DIRETOR VICE-PRESIDENTE: TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO; e, DIRETOR
ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO: VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE
PAGANO; CONSELHO FISCAL: MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE;
MARIA CECÍLIA MONTORO; e, FLÁVIO VITOR PAGANO, todos antes qualificados.

CAPÍTULO XV - DOS DEPARTAMENTOS - Artigo 37º - Por Departamento entende-

Único - A Fundação poderá ter tantos Departamentos quantos julgados necessários.

corresponder um Departamento de Radiodifusão. **Artigo 39º** - As edições, assuntos de direitos autorais e serviços de impressão serão dirigidos por um DEPARTAMENTO

DE SERVIÇOS GERAIS, que cuidará de todas as atividades que possam contribuir para a garantia da receita necessária à consecução dos objetivos da entidade.

CAPÍTULO XVI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS - Artigo 41º - O

ARTIGO 41º - O mandato da primeira composição dos Conselhos de Curadores e Fiscal, bem como da



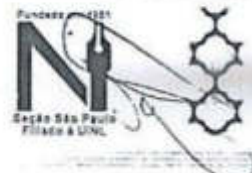


União Interacional
do Registro Latino
(Fundada em 1945)



2º TABELÃO DE NOTAS
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO
TABELÃO: MANOEL OLIVEIRA DA COSTA
13 NOV 2000 0339450

16



REGISTRADO

Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos, contados da posse desses integrantes, em reunião extraordinária convocada especialmente para esse fim, a qual terá a participação do Ministério Público com atribuição para exercer o velamento da Fundação. **Artigo 42º** - O Ministério Público poderá determinar a realização de auditoria externa independente nas atividades e documentos da Fundação, em autos instaurados para tal finalidade, mediante decisão fundamentada, designando empresa ou técnicos para a realização dos trabalhos, em valores de mercado, cujos custos serão suportados pela Fundação. **Artigo 43º** - Ao Ministério Público é assegurado assistir às reuniões dos órgãos dirigentes da Fundação, cabendo-lhe a palavra para pronunciar-se sobre os temas em discussão, para o exercício de suas atribuições de órgão velador da entidade. **Parágrafo 1º** - A Fundação dará ciência ao Ministério Público do dia, hora e local designados para suas sessões ordinárias e extraordinárias, num prazo nunca inferior a 72 (setenta e duas) horas antes da reunião, na hipótese de alteração estatutária ou deliberação de extinção. **Parágrafo 2º** - O exercício das funções de integrante do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva não poderão ser exercidos por procuração, uma vez que serão atos personalíssimos. **Artigo 44º** - A Fundação se compromete: I. Montar e colocar em operação as novas concessões outorgadas pelo Ministério das Comunicações no prazo máximo de 01 (um) ano da data da outorga, sob pena de caracterizar hipótese para extinção da Fundação; II. Manter a disposição do Ministério da Educação a programação produzida, para fins de veiculação em emissoras educativas de outros municípios, estados, territórios e da união; III. Que a qualquer tempo, será permitido, a estabelecimentos de ensino superior do município e de municípios limitados pelo alcance da emissora, participar na programação, mediante convênio e/ou acordo a ser firmado entre as partes. **Artigo 45º** - Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Curador não responderão nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da Fundação, limitando-se sua responsabilidade aos atos que praticarem no exercício de suas funções. **Artigo 46º** - A metade dos integrantes do primeiro Conselho Curador terá o mandato de 06 anos e a outra metade de 04 anos, permitidas reeleições, desta forma se efetivará uma renovação parcial e não radical. **Artigo 46º** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Fundação em conjunto com o Presidente do Conselho Curador, *ad-referendum* do Conselho Curador. **Artigo 47º** - O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca. Pelos "outorgantes instituidores" me foi dito que em cumprimento da presente se obrigam, dentro de **90 (noventa) dias** a contar desta data, a transferir a quantia total de **R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)** para a conta corrente bancária a ser aberta pela "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL". Pelo "interveniente anuente" me foi dito que autoriza a lavratura da presente escritura, com a qual se



10512602413037 000022399-1

P: 00303 R: 007399

RUA REGO FREITAS 57/73 VILA BUARQUE
SÃO PAULO SP CEP 01220-010
FONE: 11-33578844 FAX: 11-33210720

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO



13 NOV 2007 0000339458

declara de pleno acordo, autorizando, desde logo, o registro no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. De como assim disseram, dou fé. A pedido das partes lavrei a presente escritura, a qual feita é lhes sendo lida em voz alta e clara, por estar conforme e outorgaram, aceitaram como está redigida e assinam. Eu, **MARCEL DE CARVALHO**, escrevente, a escrevi. Eu, **GERSON FRANCISCO OLEGÁRIO DA COSTA**, Substituto, a subscrevi. (a.a.) **EDSON VALTER PAGANO** /// **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO** /// **FERNANDA DE ANDRADE PAGANO** /// **ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR** /// **TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO** /// **ANTONIO BRUNO MONTORO** /// **MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE** /// **MARIA CECÍLIA MONTORO** /// **FLÁVIO VITOR PAGANO** /// **AIRTON GRAZZIOLI** ///.- TRASLADADA em 30/10/2007. Eu, (Marcel de Carvalho), escrevente, a digitei. Eu, **GERSON FRANCISCO OLEGÁRIO DA COSTA**, Substituto, a conferi e assino em público e raso.

EM TESTEMUNHO

DA VERDADE

GERSON FRANCISCO OLEGÁRIO DA COSTA

Substituto



Emolumentos Devidos:

Ao Tabelião	R\$ 354,65
A Sec. Faz.	R\$ 100,80
Ao Ipep	R\$ 74,66
Ao R.Civil	R\$ 18,67
Ao Trib.Justica	R\$ 18,67
A Sta. Casa	R\$ 3,55
Total	R\$ 571,00

constituição de fundação



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica

Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Tel.: 3104-8770 - São Paulo

EMOL	196,15	Prenotado sob nº	364860	em	01/11/2007
ESTADO	55,85	Registrado e microfilmado	AOJE, sob nº	339458	
IPESP	41,31	do Registro Civil das Pessoas Jurídicas			
R. CIVIL	10,27				
T.J.	10,27				
TOTAL	313,55				

São Paulo, 13 de novembro de 2007.

Selos e taxas
Reconhecer por ver:
Bel. Paulo Roberto de Carvalho Régio - Oficial
Denilo de Moraes Oliveira / Oséias Ferreira Nogueira Filho
Antonio José de Silva Almeida
Oficiais Substitutos





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

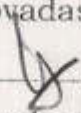
Promotoria de Justiça de Fundações da Capital

Fórum João Mendes, s/nº, 15º andar, salas 1501/1503 - Centro - São Paulo - Capital - CEP 01501-900

Telefones: (11) 3243-4834 / 3243-4835 / 3243-4833 (fax)

ATESTADO DE REGULARIDADE E APROVAÇÃO DE CONTAS

ATESTO para os devidos fins de direito que a **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIOFUSÃO BRASIL**, com sede nesta Cidade e Capital, na Rua Antonio Comparato, 148, térreo, inscrita no CNPJ n. 09.241.619/0001-62, está em pleno e regular funcionamento desde a data de sua instituição, atuando com exata e fiel observância de suas finalidades estatutárias.

ATESTO, ainda e finalmente que a referida entidade está em dia com suas obrigações perante o **Ministério Público Estadual**, havendo apresentado a esta Promotoria de Justiça Cível de Fundações da Capital a prestação de contas referente ao exercício financeiro de **2014**, por intermédio do Sistema SICAP, as quais foram analisadas e aprovadas formalmente nos autos do Protocolado nº. 84/15. Nada mais, eu , Heloisa Virnes Akabane, Oficial de Promotoria que o digitei, anotando a assinatura do Exmo. Sr. Dr. Airtton Grazzioli, DD. Promotor de Justiça Cível - Curador de Fundações da Capital, exarada hoje, dia 9 de setembro de 2015.

AIRTON GRAZZIOLI
Promotor de Justiça Cível
CURADOR DE FUNDAÇÕES

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**



FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIOFUSÃO BRASIL
CNPJ Nº 09.241.619/0001-62

**Assembleia Geral Ordinária
Convocação**

Convidam-se os senhores **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIOFUSÃO BRASIL**, a se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se na sua sede social – Rua Antônio Comparato, nº 148, Bairro Campo Belo, Município de São Paulo/SP, no dia **03 de Setembro de 2015**, às **20:00 horas** em primeira convocação. Não havendo número de Associados suficientes, em segunda convocação às, 20:30 horas e persistindo a inexistência de quórum suficiente, em terceira convocação com qualquer número de Associados, às 21:00 horas a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:


- a) Eleição dos membros dos conselhos, Curador, Fiscal e da Diretoria Executiva;
- b) Outros assuntos de interesse social.

São Paulo, 28 de Agosto de 2015.


ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR
PRESIDENTE

MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - FUNDAÇÕES
Autorizo o registro, com fundamento nos artigos 127 e 129, IX, da
Constituição Federal, nos artigos 66 e seguintes do Código Civil
e no artigo 28, do cap. XIX das Normas Gerais da Corregedoria
Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

São Paulo, 29 SET. 2015


AIRTON GRAZZIOLI
Promotor de Justiça Cível e Fundações
CURADOR DE FUNDAÇÕES

**1º RCPJ/SP
PRENOTADO**

"FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL"

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2015.

Aos três dias do mês de Setembro de 2015, às 20:00 horas, em sua sede social, sita na Rua Antônio Comparato, 148 – Campo Belo, na Cidade de São Paulo, Capital, reuniram-se, em primeira convocação, os membros do Conselho Curador e da Diretoria Executiva da **"FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL"**, composta pelos senhores **ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Rua São Benedito, 931, apto. 21, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.933.561-0 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 042.661.388-06; **FERNANDA DE ANDRADE PAGANO**, brasileira, solteira, maior, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Miranda Guerra, 876 – casa 08, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.984.649-3 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 299.393.438-41; **ANTONIO BRUNO MONTORO**, brasileiro, casado, publicitário, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Capital, na Rua São Benedito, 931 – apto. 11, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.719.689-9 SSP/SP e CPF/MF sob o nº 035.002.928-87; **EDSON VALTER PAGANO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Miranda Guerra, 876 – casa 08, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.733.977 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 402.130.058-91; **TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Benedito, 931 – apto. 21, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.177.733-2 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 082.398.148-75 e **VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Capital, na Rua Miranda Guerra, 876 – casa 08, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.817.246 SSP/SP e do CPF/MF sob o nº 852.407.108-72, especialmente convocados, por carta registrada, datada a 21 de Agosto de 2015 e vazada no seguinte teor: **"Fica V.Sa., convocado a comparecer à Assembleia Geral Ordinária da "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL", a se realizar no dia 03 de Setembro de 2015, às 20:00 horas, em primeira convocação, em sua sede social, sita na Rua Antônio Comparato, 148 – Campo Belo, neste município de São Paulo, Capital, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria Executiva; b) Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 03 de Setembro de 2015. Ass: Edson Valter Pagano – Diretor Presidente"**.



1º RCPJ/SP
PRENOTADO

Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antônio Bruno Montoro Júnior, que convidou a mim, Vera Helena Pereira de Andrade Pagano, para secretária.

Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente colocou em pauta o tema central da assembleia, vale dizer, eleição dos membros dos Conselhos, Curador e Fiscal e da Diretoria executiva para um mandato de 4 (quatro) anos. Após as considerações, e com fulcro no parágrafo 1º do artigo 13º e incisos XV e XVII do artigo 14º dos Estatutos Sociais, ficam reeleitos para comporem o Conselho Curador, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da "FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL" para o período de mandato de 4 (quatro) anos, ou seja, de 24 de Outubro de 2015 a 24 de Outubro de 2019 os seguintes membros:

CONSELHO CURADOR: ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR – PRESIDENTE; FERNANDA DE ANDRADE PAGANO e ANTONIO BRUNO MONTORO – MEMBROS. DIRETORIA EXECUTIVA: EDSON VALTER PAGANO – DIRETOR PRESIDENTE: TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO – VICE-PRESIDENTE e VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO – DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO. CONSELHO FISCAL: MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE e MARIA CECÍLIA MONTORO, permanecendo um cargo vago. Os membros do CONSELHO CURADOR e FISCAL e da DIRETORIA EXECUTIVA tomam, de imediato, posse dos cargos. Finalizando, o Senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso para tratar de assuntos de interesse social, e como não houvesse manifestação, deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que após lida, achada conforme e por todos os presentes assinada, será registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo – 2º tabelião de Notas. São Paulo, 03 de Setembro de 2015. Ass) Antônio Bruno Montoro Júnior, Fernanda de Andrade Pagano, Antônio Bruno Montoro, Edson Valter Pagano, Tânia Lúcia Assad Montoro e Vera Helena Pereira de Andrade Pagano.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO
PROMOTORIA DE JUSTICA CIVEL - FUNDACOES
Autorizo o registro, com fundamento nos artigos 127 e 129, IX, da
Constituição Federal, nos artigos 98 e seguintes do Código Civil
e no artigo 26, do cap. XIX das Normas Gerais da Corregedoria
Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

São Paulo, 29 SET. 2015

AIRTON GRAZZIOLI
Promotor de Justiça Cível e Fundações
CURADOR DE FUNDACOES

ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR
PRESIDENTE

VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO
SECRETÁRIA.

5º Tabelionato de
Notas FRANÇA

5º Tabelionato de
Notas FRANÇA

TABELIONATO DE NOTAS FRANÇA JOSÉ ROBERTO P. FRANÇA
TABELÃO

Rec. Por Semelhança // 2 Firma(s) // de:
ANTONIO BRUNO MONTORO JUNIOR E VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO //

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE - Doc sem valor econo.

Carimbo: 2657860 : SAO PAULO, 22 De setembro De 2015
Valor: R\$ 9,60 : Em test. da Verdade Algorítimos: 044038696744790
Conf.: Ana Creuza

ANTONIO CARLOS NASCIMENTO ALMEIDA - Escrevente
Elaine Aparecida Verçosa
ESCREVENTE AUTORIZADA

Selo(s): 219108-1036AA

1º RCPJ/SP
PRENOTADO

FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL

CNPJ Nº 09.241.619/0001-62

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2015.



PRESENTES	ASSINATURA
FERNANDA DE ANDRADE PAGANO	<i>Fernanda Pagano</i>
ANTONIO BRUNO MONTORO JÚNIOR	<i>Antonio Bruno Montoro Junior</i>
ANTONIO BRUNO MONTORO	<i>Antonio Bruno Montoro</i>
EDSON VALTER PAGANO	<i>Edson V. Pagano</i>
TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO	<i>Tania Lucia Assad Montoro</i>
VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO	<i>Vera Helena Pereira de Andrade Pagano</i>
MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE	<i>Maria Ignez de Souza Pereira Andrade</i>
MARIA CECÍLIA MONTORO	<i>Maria Cecilia Montoro</i>

MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL - FUNDAÇÕES
Autorizo o registro, com fundamento nos artigos 127 e 129, IX, da
Constituição Federal, nos artigos 38 e seguintes do Código Civil
e no artigo 28, do cap. XIX das Normas Gerais da Corregedoria
Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

São Paulo, 29 SET. 2015

AIRTON GRAZZIOLI
Promotor de Justiça Cível e Fundações
CURADOR DE FUNDAÇÕES

1º RCPJ/SP
PRENOTADO



**TERMO DE POSSE DOS MEMBROS ELEITOS NA FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE
RADIODIFUSÃO BRASIL**

CNPJ Nº 09.241.619/0001-62

Pelo presente tomam posse solenemente os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Curador e Fiscal da **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, estabelecida na Rua Antônio Comparato, nº 148, Bairro Campo Belo, Cidade de São Paulo/SP, CEP: 04606-030, para o mandato de 24 de Outubro de 2015 à 24 de Outubro de 2019. Os membros abaixo descritos e firmados, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária, realizada na data de 03 de Setembro de 2015, assumem suas funções, o fazem sob o compromisso de respeitar fielmente o Estatuto Social da Entidade, Por ser expressão da verdade, assinam a seguir:

3

1º RCPJ/SP
PRENOTADO

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESEIDENTE: Edson Valter Pagano, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente na Cidade de São Paulo, Capital, na Rua Miranda Guerra, nº 876, casa 08, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.733.977 SSP/SP e inscrito no CPF nº 402.130.058-91;



EDSON VALTER PAGANO



VICE-PRESIDENTE: Tânia Lúcia Assad Montoro, brasileira, casada, professora, residente na Cidade de São Paulo, Capital, na Rua Benedito, nº 931, apto. 21, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.177.73-2 e inscrita no CPF sob o nº 082.398.148-75;



TÂNIA LÚCIA ASSAD MONTORO

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO: Vera Helena Pereira de Andrade Pagano, brasileira, casada, professora, residente na Cidade de São Paulo, Capital, na Rua Miranda Guerra, nº 876, casa 08, portadora da Cédula de Identidade RG nº 6.817.246 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 852.407.108-72.



VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE PAGANO



CONSELHO FISCAL

CONSEHEIRO I: Maria Ignez de Souza Pereira Andrade, brasileira, aposentada, viúva, residente na Cidade de Barueri, SP, na Alameda Mangabeira, nº 833, Morada dos Lagos, Aldeia da Serra, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.204.596 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 032.294.638-70;

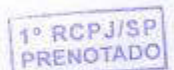


Maria Ignez de Souza Pereira Andrade

MARIA IGNEZ DE SOUZA PEREIRA ANDRADE

CONSELHEIRO II: Maria Cecília Montoro, brasileira, divorciada, professora residente na Cidade de São Paulo, Capital, na Avenida Santo Amaro, nº 6.238, apto. 176, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.225.179 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 649.844.948-91.

MARIA CECÍLIA MONTORO

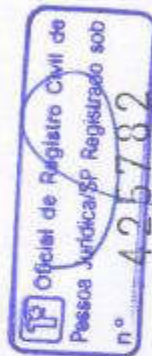


CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Antônio Bruno Montoro Júnior, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente na Cidade de São Paulo, Capital, na Rua São Benedito, nº 931, apto. 21, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.933.561-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 042.661.388-06;



ANTÔNIO BRUNO MONTORO JÚNIOR



MEMBRO: Fernanda de Andrade Pagano, brasileira, solteira, maior, residente na Cidade de São Paulo, Capital, na Rua Miranda Guerra, nº 876, casa 08, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.984.649-3 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 299.393.438-41;



FERNANDA DE ANDRADE PAGANO

MEMBRO: Antônio Bruno Montoro, brasileiro, casado, publicitário, residente na Cidade de São Paulo, Capital, na Rua São Benedito, nº 931, apto. 11, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.719.689-9 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 035.002.928-87.



ANTÔNIO BRUNO MONTORO



PROIBIDO PLASTIFICAR

8620-7

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIO DE IDENTIFICACAO E REGISTRO CIVIL

Eduardo

CARTERA DE IDENTIDADE

0029AA0462839

113159

AUTENTICAÇÃO

2ª TABELÃO DE INSCRIÇÃO E REGISTRO DE LETRAS E NÚMEROS

Rua Cascaشو Cruz, 17 - Centro
Fone (19) 300.1470 Fax (19) 3807-4765

AUTENTICAÇÃO

Autentico e apresento copia reprográfica conforme original a min. apre. de que dou fé.

18 ABR 2016

ASS. E SELOS

Valdet Bonfante, Contador C. O. 10.000.000-0

ASS. E SELOS

Valdet Bonfante, Contador C. O. 10.000.000-0

CIC

NASCIMENTO 05-04-51	INTERIO AO EM 402 130 058 91
CONTRIBUINTE EDSON WALTER PAGANO	

RECEBEMOS DA RECEITA FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO EMPREENHADOR DE IMPOSIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

[Assinatura]

00029AA0462840

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - 15/06/97
REGISTRO GERAL 18.177.723-2 DATA DE EMISSÃO 15/06/97
NOME TANIA LUCIA ASSAD MONTORO
ALIAS ADIR ASSAD
E MARLENE ANDREOTTI ASSAD
RESIDENTE VENCEDORAU - 20/06/1984
SRº PAULO - SRº
VL. MARILENA
CITYV. BZTV FLS. 0021/N.010015
ASSINATURA [assinatura]
LUGAR ASSAD
INTERNACIONAL ORGANIZATION
EM 1984

[illegible][illegible]

AUTENTICACAO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CARLOS BENEDETO DAVAT

8620-7

PROIBIDO PLASTIFICAR

Foto de uma mulher sorridente.

Assinatura manuscrita: M. J. P. Xavier

REGISTRO Nº 22.775-43

BPM-065302

CARTÃO DE IDENTIDADE

0029A00462855

CIC

NASCIMENTO	18.09.54	INSCRIÇÃO NO CPF	852 407 108 72
CONTRIBUINTE		VERA HELENA PEREIRA DE ANDRADE	

[illegible]

PROCURAÇÃO

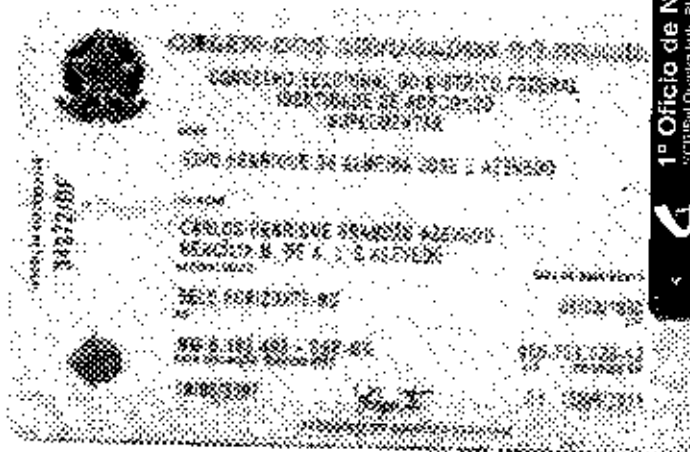
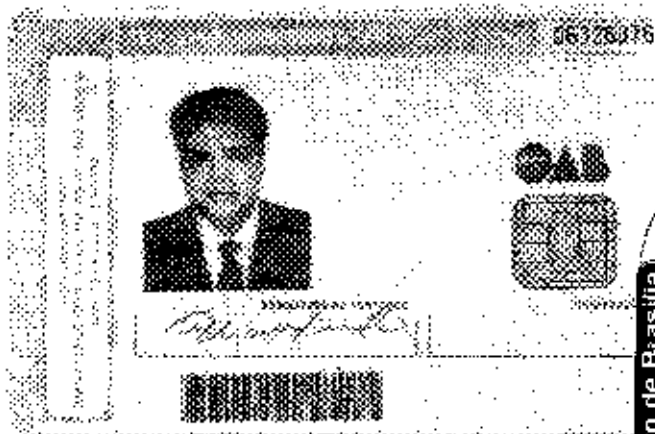
Por este Instrumento Particular de Procuração e na melhor forma de direito a **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.241.619/0001-62, com sede na Rua Antonio Comparato, nº 148, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04605-030, neste ato representada por seu Diretor Presidente **EDSON VALTER PAGANO**, Portador do RG nº 3.733.977 SSP SP, Inscrito no CPF MF nº 402.130.058-91, nomeia e constitui seus bastantes procuradores a Sra. **ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 1.540 e na OAB/MG sob o nº 133.901, a Sra. **FERNANDA SENE VIEIRA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 37.191, o Sr. **ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 105.487 e OAB/DF sob o nº 34.272, o Sr. **MIGUEL EYER NOGUEIRA BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/DF sob o nº 43.368, todos com escritório em Brasília, DF, no SHIS, QI 09, Conjunto 17, Casa 14, CEP 71625-170, telefone (61) 3365-2079, para, na forma da legislação civil em vigor, representa-lo, perante o Ministério das Comunicações, na assinatura do Contrato de Adesão de Permissão para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguacu Paulista/SP, que lhe foi outorgado pela Portaria nº 355 de 12 de julho de 2012.

Brasília, DF, 15 de Junho de 2016.



EDSON VALTER PAGANO	
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	
TABELIONATO DE NOTAS FRANÇA JOSÉ ROBERTO F. FR. TABELIAO	
Rec. Por Semelhança //1 Firma(s) de:	
EDSON VALTER PAGANO	
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE - Doc sem valor econo.	
Carimbo: 2797025 ; SAO PAULO, 21 de junho de 2016	
Valor: R\$ 5,35 ; En test. da Verdade Algoritmico: 134915638773158	
Conf.: Liliana	
DENIVAL MARCOS DE OLIVEIRA - escrevente	
Selos: 835256-1036AA	





1º **Ofício de Notas e Protesto de Brasília**
Atualizada em: 06/06/2016 | CEP: 70150-900 | Brasília, DF
Fone: (61) 3799-1515 | www.cartoriojpk.com.br
E-mail: atendimento@cartoriojpk.com.br

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)

Brasília-DF, 28 de Junho de 2016

CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS SIQUEIRA

ESCREVENTE NOTARIAL

Consultar selos: www.tjdft.jus.br

217 - Setor: TJDFT201600110195582LTGC



0889542

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.241.619/0001-62 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/11/2007
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - FUNDACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R ANTONIO COMPARATO		NÚMERO 148	COMPLEMENTO ANDAR TERREO
CEP 04.606-030	BAIRRO/DISTRITO CAMPO BELO	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO edpagano@uol.com.br e/ou amontoro@uol.com.br		TELEFONE (11) 5093-0535 / (11) 9418-3074	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/11/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **28/06/2016** às **10:26:57** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

DECLARAÇÃO

EDSON VALTER PAGANOI, portador da cédula de identidade RG nº3.733.977-1, inscrito no CPF sob o nº402.130.058-91, residente e domiciliado na Rua Miranda Guerra, 876, casa 08, Jardim Petrópolis, São Paulo, SP, CEP 04640-001, na qualidade de representante legal da **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº09.241.619/0001-62, com sede na Rua Antonio Comparato, 148, Campo Belo, na cidade de São Paulo, Estado de SP, CEP: 04606-030, **D E C L A R A**, para os fins de direito, que:

- os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em qualquer dos ilícitos indicados no art. 1º, inciso I, alíneas "e", "g", "h", "j", "l", "n", "o", e "p" da Lei Complementar no 64/1990 – Lei da Ficha Limpa;

- nenhum dos dirigentes da entidade participa da direção de outras entidades executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; e

- que nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial.

Amparo - SP, 18 de Abril de 2016.



EDSON VALTER PAGANO
FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL



09/06/2016

7956301

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1746541**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 13/06/2016, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **

FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ: 09.241.619/0001-62, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

As custas no valor de R\$ 19,40 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 14 de junho de 2016.

PEDIDO Nº:**7956301**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Judiciária
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Vânia de Oliveira Reis, Escrevente Técnico
Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-----

C E R T I F I C A, atendendo a pedido de pessoa
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de
2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que
dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,
em nome de **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, inscrito(a) no CNPJ
sob nº 09241.619/0001-62, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste
Tribunal. NADA MAIS com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé. -----
São Paulo, aos 13 dias do mês de junho de 2016.-----
Eu, W (Vânia de Oliveira Reis), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de Informações e
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.-----

Valor Recolhido: RS 19,40



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 20160001247212

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, ou vinculado ao **CNPJ** de número **09.241.619/0001-62**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: Y7ELGPEY7Y5C X9MSJX hSEUUYN8aD4JCaN
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 14 de junho de 2016 às 11h25min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
nuaj@trf3.jus.br - (11) 3225.8666**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Nº 2016.0000255681

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **NÃO CONSTAR** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) neste Tribunal Regional Federal da Terceira Região, até esta data e hora, em nome de **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **09.241.619/0001-62**. CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. Esta certidão não abrange os processos em tramitação no sistema judicial eletrônico - PJe. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 14 (quatorze) dias do mês de junho de 2016, às 11:49.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **65ba2144 ca78b220 fdb02fd9 3b5eee2f d25a0e40**;



- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.

Tribunal Regional Federal 3ª Região / Secretaria Judiciária
Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP

Despacho Nº 398/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 0663/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046357/2012-42, de sorte a homologar o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, e adjudicar o seu objeto à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, bem como encaminhar os processos das entidades inabilitadas ao Setor de Arquivo, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 7670, de 16 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2012.

RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI
Ministro de Estado das Comunicações

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/RESULTADO
Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil	II	53000.041399/2012-97	-	Habilitada	Vencedora
Fundação Evangélica Trindade	II	53000.042953/2012-53	-	Inabilitada	Indeferimento
Fundação Ranchariense	II	53000.042878/2012-21	-	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Pessoa Jurídica de Natureza Privada.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 06/05/2015, às 19:28, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0415242** e o código CRC **EAA1BBD6**.



Menu Principal ▾

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | menu ajuda

Tela Inicial

Resultado da Consulta

Plano Básico - FM

Paraguaçu Paulista/SP

Canal	Classe	Entidade	Localidade	Fase	Situação
207	A4			0	
258	A3	RADIO PARAGUACU PAULISTA FM LTDA		3	I
268 E	C			0	

Usuário: - Data: 07/07/2016 Hora: 14:22:54

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

NOTA TÉCNICA Nº 16209/2016/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.041399/2012-97**

Assunto: **Assinatura do Contrato de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de instrução para assinatura de contrato da outorga deferida à FUNDACAO ONDA VERDE DE RADIODIFUSAO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, por meio do canal 268E, de acordo com o Despacho de Homologação nº 398/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, não tendo sido localizado qualquer recurso relativo à outorga até a presente data, em trâmite neste Ministério.

ANÁLISE

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, o correspondente Despacho de Aprovação de Local de 27 de abril de 2016, estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Após publicação da aprovação do local, a entidade interessada foi instada a apresentar a complementação da documentação adequada à correta instrução do feito, com vistas à formalização da correspondente outorga, mediante a assinatura do Contrato de Permissão com a União, em conformidade com a legislação vigente e as normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12/07/2012 e Parecer nº 0191/2013/CGCE/CONJUR-MC/AGU da Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Em resposta, a interessada apresentou os seguintes documentos:

DOCUMENTO	OBSERVAÇÃO
1. Atos constitutivos, acompanhado de Certidão de Inteiro Teor, bem como Ata relativa à eleição de sua atual diretoria, devidamente registrada no órgão competente;	53900.040034/2016-25
2. Cópia autenticada do documento de identidade e do CPF do dirigente que irá assinar o contrato, ou do procurador (se for o caso);	53900.040034/2016-25
3. Instrumento público ou particular de mandato, com poderes específicos para assinatura do contrato, se for o caso;	53900.040034/2016-25
4. Indicação do dirigente responsável pela assinatura do Contrato de Permissão, e do correspondente endereço com telefone/fax/e-mail, para emissão de correspondência;	53900.040034/2016-25
5. Espelhos/Certidão de Objeto e Pé, atinentes à pesquisa realizada nos <i>sites</i> dos Tribunais, em nome da entidade/CNPJ e seus dirigentes/CPF, com vistas à aferição quanto à idoneidade moral;	53900.040043/2016-16 53900.040042/2016-71 53900.040038/2016-11
6. Assentimento Prévio (localidade de execução do serviço em área de fronteira);	-
8. Espelho SRD do Plano Básico sobre a disponibilidade do canal;	1225264
9. Comprovante definitivo do CNPJ.	53900.040034/2016-25

5. Conforme se verifica do quadro acima descrito (item 5), não foi constatada a existência de ações em nome da fundação e nem de seus dirigentes. Entendemos, com isso, não haver óbice ao prosseguimento do feito, com vistas à assinatura do Contrato de Permissão, objeto dos autos.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes

autos à Consultoria Jurídica, juntamente com a minuta de contrato de outorga, bem como com as minutas de Portaria de Consolidação, Exposição de Motivos e Portaria Ministerial que seguem ao final desta Nota Técnica, para que:

- a. se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo e do citado instrumento contratual, com vistas à sua celebração;
- b. após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para despacho com o Senhor Ministro.

À consideração superior.

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E
A FUNDACAO ONDA VERDE DE
RADIODIFUSAO BRASIL, PARA
EXECUTAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO SONORA EM
FREQUÊNCIA MODULADA, COM
FINS EXCLUSIVAMENTE
EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE
PARAGUAÇU PAULISTA/SP.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e dezesseis, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e a Fundacao Onda Verde de Radiodifusao Brasil, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, representada pelo seu Procurador, Sr. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo, OAB/DF nº 34.272, CPF/MF nº 055.731.026-13, assinam o presente Contrato de Permissão, de acordo com o Despacho de Homologação nº 398/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Fundacao Onda Verde de Radiodifusao Brasil o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir do Decreto Legislativo e de sua ratificação por parte do Congresso Nacional.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) após a obtenção de autorização de uso de radiofrequência junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a entidade outorgada fica autorizada a funcionar em caráter provisório até a emissão da licença definitiva de funcionamento;
- c) a estação deverá entrar em funcionamento no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de

Rádiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de rádiodifusão na mesma localidade;

g) solicitar prévia aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;

h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

i) solicitar prévia autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;

j) observar as normas fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para execução do serviço;

k) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de rádiodifusão;

l) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

m) facilitar a fiscalização, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

n) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

o) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

Cláusula 4ª. Na organização da programação, a entidade deverá:

a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da rádiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;

e) integrar gratuitamente as redes de rádiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia,

Inovações e Comunicações;

h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

k) manter em dia os registros da programação;

l) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 6ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a entidade autorizada atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 7ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 8ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras executantes de serviços de radiodifusão.

Cláusula 9ª. A permissionária autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 10ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 11ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

Cláusula 12ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga de autorização pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato automaticamente rescindido.

Cláusula 13ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 14ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 15ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratada.

Cláusula 16ª. A eficácia do presente Contrato está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de sua ratificação pelo Congresso Nacional.

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações

Testemunha

CPF: _____ CPF: _____

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MC

Brasília, de de 201_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.041399/2012-97, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, por intermédio do Despacho de Homologação nº 398/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO À EM Nº ____/MC, DE ____ DE ____ DE 2016.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento do processo para publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato

proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Ex.: Assinatura de contrato de concessão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Paraguaçu Paulista, no estado de São Paulo: viabilidade jurídica. Considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes à celebração do contrato, conclui-se que o processo está apto a ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações para assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 07/07/2016, às 19:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 07/07/2016, às 19:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Brito Azeredo, Agente Administrativo**, em 08/07/2016, às 08:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 11/07/2016, às 19:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1219077** e o código CRC **6F50916D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

BOLETIM DE SERVIÇO

Boletim de Serviço

Ano 24 – nº 29

Brasília-DF, 18 de julho de 2016

Publicação semanal da CGGP/SPOA - UORG 41000

CADERNO DE ATOS

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

CONSULTORIA JURÍDICA

PORTARIA Nº 2783/2016/SEI-MCTIC

DE 29 DE JUNHO DE 2016

O CONSULTOR JURÍDICO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 21 do Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011, resolve:

CONSIDERANDO que a delegação de competência é um dos princípios fundamentais da Administração Federal (art. 6º, IV, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967);

CONSIDERANDO que os serviços que compõem a estrutura central de direção da Administração Federal devem permanecer liberados das rotinas de execução e das tarefas de mera formalização de atos administrativos, para que possam concentrar-se nas

atividades de planejamento, supervisão, coordenação e controle (art. 10, § 2º, do Decreto-Lei nº 200/67);

CONSIDERANDO que a delegação de competência é instrumento de desconcentração administrativa e assegura maior rapidez e objetividade às decisões (art. 11 do Decreto-Lei nº 200/67);

CONSIDERANDO a conveniência da delegação, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1.º Fica delegada aos Coordenadores-Gerais de Assuntos Administrativos e de Assuntos Judiciais da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações a competência para aprovar manifestações jurídicas das respectivas Coordenações.

Art. 2.º Ressalvada a autorização expressa do Consultor Jurídico, a presente delegação não abrange:

I – as ações que envolvam matérias inéditas, assim consideradas as que ainda não tenham sido objeto de manifestação jurídica conclusiva, devidamente aprovada por despacho do Consultor Jurídico;

II - as matérias em que serão submetidas ao Ministro de Estado;

III – as ações previamente classificadas como relevantes pelo Consultor Jurídico e as potencialmente capazes de afetar, em âmbito regional ou nacional, a execução dos programas sob a responsabilidade do Ministério das Comunicações;

IV – os pareceres em proposta de acordo ou transação para terminar litígio;

V – as orientações para cumprimento de decisões judiciais que visem à inclusão em folha de pagamento, à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens, ou à liberação de recursos.

§ 1º A vedação prevista no inciso V deste artigo não se aplica quando a decisão for relativa ao pagamento ou liberação de recurso em montante igual ou inferior ao teto fixado para as requisições de pequeno valor, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.

§ 2º Não são consideradas inéditas as matérias objeto de parecer ou súmula do Advogado-Geral da União, emitidos nos termos dos arts. 40, 41 e 43 da Lei Complementar nº 73/93.

Art. 3º Os Advogados da União em exercício na Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações poderão:

I - solicitar informações aos órgãos do Ministério das Comunicações e entidades vinculadas, com o objetivo de subsidiar a defesa da União em Juízo e a manifestação jurídica desta Consultoria Jurídica;

II - solicitar a elaboração de Parecer de Força Executória aos órgãos de contencioso da AGU; e

III - prestar os subsídios necessários à defesa da União em juízo, nos termos solicitados pelos órgãos de contencioso da Advocacia-Geral da União, nas matérias repetitivas e nas matérias em que haja Parecer aprovado pelo Consultor Jurídico.

Art. 4º As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta Portaria e considerar-se-ão editadas pelo delegado (art. 14, § 3º, da Lei nº 9.784, de 1999).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 01/CONJUR/MC, de 20 de março de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 11 - Especial II, de 21 de março de 2013.

VICTOR XIMENES NOGUEIRA - Consultor Jurídico Substituto

*"As informações publicadas são de exclusiva
responsabilidade das unidades elaboradoras
dos documentos."*

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES**

Ministro de Estado

Gilberto Kassab

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Alfonso Orlandi Neto

Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas

Andrea de Miranda Ramos Kern

Edição, Editoração Eletrônica e Filtragem de Dados

Poliana dos Santos Ribeiro

Esplanada dos Ministérios - Bloco R - Sala 303 - 3º andar

CEP 70044-900 - Brasília-DF

Telefone: (061) 2027-6044 ou 2027-6136

E-MAIL: boletim@comunicacoes.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL
CNPJ: 09.241.619/0001-62

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 11:23:59 do dia 24/10/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/04/2017.

Código de controle da certidão: **3F6A.2D67.7C29.7D31**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003

REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: () Outorga, () Pós-Outorga ou () Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

(☒) VISTA ELETRÔNICA; ou

() VISTA PRESENCIAL – ATP.

Se Certidão / Portaria / Parecer / Nota técnica / Despacho / Outro. Identificar _____

Processo nº 53000.041399/2012-97

Relativo ao Serviço de: () Rádio Comunitária / () Rádio/TV Educativa / () Televisão Digital / () Rádio/TV Comercial / () RTV Digital / () RTV

Entidade: _____

CNPJ nº: _____

Interessado(a): FERNANDA SENE VIEIRA

CPF/MF: _____ RG nº _____ Fone: () _____

E-mail: _____ Endereço: _____

CEP: _____ Município: _____ UF: _____

() Procurador (☒) Advogado () Integrante do corpo diretivo

Anexar ao requerimento via digitalizada:

- a) Se procurador, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto.
- b) Se advogado, carteira de inscrição na OAB; e
- c) Se integrante do quadro diretivo, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

BSB, 19/10/16

FERNANDA SENE VIEIRA¹

¹ Nos termos do art. 9º, inciso II, da Portaria MCTIC nº 546, de 25 de julho de 2016, os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de integridade, de autoria e de autenticidade, mediante utilização de assinatura eletrônica, na modalidade assinatura cadastrada. Nesse caso, tendo em vista que o protocolo desta peça realizou-se mediante acesso da peticionária ao CADSEI valendo-se de sua “assinatura cadastrada”, está dispensada a firma convencional.

Data de Envio:

19/10/2016 17:07:32

De:

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@comunicacoes.gov.br>

Para:

fsenedomingues@gmail.com

Assunto:

SCE-ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: Processo nº 53900.058207/2016-61

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Atendimento ao Radiodifusor

Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico. [<http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>]

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo. [<http://sei.mc.gov.br/consulta.html>]

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério. [<http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/atendimento-ao-radiodifusor>]

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério. [<http://www.mc.gov.br/sei>]

Data de Envio:

19/10/2016 17:25:39

De:

MCTIC/DEAA_GAB (SEI-MC) <deaa_gab.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

rubens.reis@comunicacoes.gov.br

Assunto:

vista eletrônica (53000.041399/2012-97)

Mensagem:

Prezadas

Solicitamos verificar a possibilidade de conceder vista eletrônica ao interessado, conforme requerimento em anexo.

Prazo para retorno desta informação até: 21/10/2016.

Att.

GAB/DEAA

Anexos:

Peticao_1440686_PEDIDO_DE_COPIA_MC_19.10.16.pdf



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01177/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.041399/2012-97

INTERESSADO: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RÁDIO-DIFUSÃO BRASIL

ASSUNTO: Execução de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos. Portaria de outorga e assinatura de contrato/convênio.

I – Portaria de outorga e assinatura de contrato/convênio de permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Paraguaçu Paulista, no estado de São Paulo: **viabilidade jurídica.**

II – Necessidade, previamente, de retificação da cláusula segunda da minuta de convênio/contrato; após, o processo poderá ser submetido ao Exmo. Ministro de Estado.

III - Devolução dos autos à SCE, para adoção das diligências.

Senhor Coordenador,

A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, por intermédio da Nota Técnica nº 16209/2016/SEI-MC, encaminha para análise e manifestação desta Consultoria Jurídica processo de interesse da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, vencedora de seleção pública para outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paraguaçu Paulista, no estado de São Paulo, com vistas à emissão de Portaria de outorga e assinatura do contrato/convênio de permissão com o Poder Público.

2. A outorga em questão é resultado de prévio procedimento seletivo, cujo desfecho foi apreciado por esta CONJUR, ocasião em que se exarou o PARECER Nº 0663/2014/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, cuja cópia ora se anexa aos autos (doc. SEI 1449682), uma vez que a versão acostada ao processo digitalizado não conta com sua integralidade (as fls. de verso deixaram de ser digitalizadas). A respeito, veja-se a conclusão da referida manifestação jurídica *in verbis*:

Diante do exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, opina favoravelmente à homologação da atual seleção pública, cujo objeto é a outorga do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada FM, com fins exclusivamente educativos, para a localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo (canal 268 E, Classe C), sagrando-se vencedora a FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RÁDIO-DIFUSÃO BRASIL.

3. Proferida análise no âmbito da seleção, adveio, ato contínuo, a publicação de Despacho de Homologação da seleção, na data de 21/09/2015 (doc. SEI 0729154 do processo relacionado nº 53000.046357/2012-42).

4. Desse modo, concluída a seleção pública com a adjudicação do objeto ao vencedor, fora solicitada a documentação referente à aprovação de local de instalação e equipamentos da correspondente emissora, em obediência ao art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963[1], já tendo decidido a autoridade administrativa por sua viabilidade, segundo Despacho doc. SEI 1130872.

5. Impende esclarecer, *ab initio*, que a instrução dos autos em tela se deu já sob a égide das alterações proporcionadas pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012[2] (o qual “*Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, e dos Decretos no 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e no 5.820, de 29 de junho de 2006*”), o qual promoveu a inversão de algumas das fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de então, dá-se a publicação da Portaria de outorga (no caso, por se tratar de rádio), a assinatura do respectivo convênio/contrato e somente em seguida o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, com a expedição de Decreto Legislativo.

6. Em prosseguimento, submete novamente a SCE os autos a este Órgão, por meio da Nota Técnica nº 16209/2016, a fim de que se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal do processo e das minutas de (i) contrato/convênio de permissão, (ii) Portarias de outorga e de consolidação de dados e (iii) Exposição de Motivos que o acompanham.

7. Esclareça-se, por oportuno, que, com a aplicação das novas disposições procedimentais do multicitado Decreto nº 7.670, de 2012, no caso em apreço, de radiodifusão sonora, dar-se-á a publicação da **Portaria de outorga** (de competência do Exmo. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), seguida da **assinatura do contrato de permissão** no âmbito dessa Pasta Ministerial, senão, veja-se:

Decreto nº 52.795, de 1963

Art. 31. Os contratos de concessão e permissão somente serão assinados após a comprovação do pagamento[3] integral do valor da outorga proposto, no prazo de até sessenta dias após a notificação para a sua celebração, e terão extrato publicado no Diário Oficial da União.

(...)

§ 2º O contrato será assinado pelo dirigente da entidade e pelo Ministro de Estado das Comunicações que, no ato, representará o Presidente da República no caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, devendo ser publicado em extrato no Diário Oficial da União.

8. Nesta mesma oportunidade, deverá ser providenciada a publicação de um outro ato, qual seja, a **Portaria de consolidação dos dados da outorga**, em atendimento ao antevisto no art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 1963, com a redação conferida pelo Decreto nº 7.670, de 2012:

Art. 31-A. Após a celebração do contrato a que se refere o art. 31, o Ministro de Estado das Comunicações fará publicar, em observância ao parágrafo único do art. 61 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, portaria que conterá as seguintes informações:

I - entidade;

II - serviço a ser prestado;

III - área de prestação do serviço;

IV - principais obrigações; e

V - outras informações que se fizerem necessárias.

§ 1º A portaria a que se refere o caput será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem do Presidente da República, para deliberação.

§ 2º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia da portaria.

§ 3º A contagem do prazo da concessão ou da permissão será iniciada a partir da publicação do decreto legislativo.

§ 4º Após a publicação do decreto legislativo, o Ministério das Comunicações emitirá autorização de funcionamento em caráter provisório, que será válida até a data de emissão da respectiva licença de funcionamento.

§ 5º Caso a outorga não seja aprovada pelo Congresso Nacional, o licitante receberá os valores pagos ao FISTEL em razão da outorga, corrigidos pela taxa SELIC, sendo facultado ao Ministério das Comunicações convocar os licitantes remanescentes para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação das multas previstas no edital.” [grifos nossos]

9. Registre-se, ainda, que a eficácia da citada Portaria está condicionada à publicação do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional, ocasião em que se começará a contar o prazo da outorga.

10. Celebrado o contrato/convênio e publicadas as Portarias acima, os autos serão remetidos à Presidência da República por intermédio de **Exposição de Motivos**, para seu posterior seguimento ao apreço pelo Congresso Nacional.

11. Elaboradas as considerações supra, adentra-se agora ao apreço da documentação apresentada pela entidade para fins de se opinar acerca da viabilidade da assinatura do contrato/convênio com o Poder Público.

12. Quanto à representação da entidade, verifica-se, junto ao protocolo nº 53900.040045/206-13, a indicação do Sr. Edson Valter Pagano, Diretor Presidente, como o responsável por assinar o contrato/convênio em questão; à petição doc. SEI 1210953 do protocolo nº 53900.040034/2016-25, o documento que atesta a qualificação de brasileiro nato do citado representante.

13. Junto à petição 1210959 do supracitado protocolo, visualiza-se o CNPJ da entidade, o qual demonstra estado regular. Ademais, no mesmo protocolo, visualizam-se cópias dos atos constitutivos da entidade, com aprovação do Parquet Estadual.

14. Outrossim, o item 5 da referida Nota Técnica nº 16209/2016 traz os extratos de acompanhamento processual dos tribunais e certidões emitidas em nome dos integrantes do quadro diretivo da entidade, não se deparando com demandas judiciais em face dos mesmos, não se mostrando despidendo frisar que o cumprimento dos requisitos, dentre os quais a regularidade fiscal (corroborada pela certidão ora acostada – doc. SEI 1449568) e idoneidade moral da entidade e de seus dirigentes, deve ser observado pela entidade interessada, não só por ocasião da assinatura do contrato/convênio, mas igualmente durante a execução do serviço/prazo da outorga.

15. No tocante ao cumprimento do art. 12 e do art. 12, § 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, a despeito de a Nota Técnica da SCE não fazer referência, verifica-se, em consulta realizada junto ao SRD/Anatel, que a entidade não se encontra registrada junto ao mesmo, razão pela qual se presume a inexistência de débitos em seu nome, já que não detentora de outorga do serviço de radiodifusão.

16. Destaca-se, igualmente, o extrato a constatar a disponibilidade do canal no Plano Básico – canal 268E (doc. SEI 1225264).

17. No que concerne às minutas de Portaria de outorga, de Portaria de consolidação dos dados da outorga e de Exposição de Motivos, constata-se sua regularidade.

18. Por sua vez, no que concerne à minuta de convênio proposta, igualmente anexa à Nota Técnica nº 16209/2016, a mesma merece reparos, em sua cláusula segunda, uma vez que a outorga entrará em vigor a partir da publicação do Decreto Legislativo (procedimento sob a égide das alterações do Decreto nº 7.670/2012), devendo-se suprimir, pois, a seguinte passagem “e de sua ratificação por parte do Congresso Nacional”.

19. Desta forma, procedida à correção supra, e considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes à celebração do contrato/convênio, conclui-se que o processo

poderá, em seguida, ser submetido ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para assinatura.

20. Em razão do exposto, sugere-se a restituição dos autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, para as providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 25 de outubro de 2016

SOCORRO JANAINA M. LEONARDO

Advogada da União

[1] Art. 29. A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério das Comunicações, no prazo de quatro meses contado da data de adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, sob pena de decair o direito à contratação, o que ocasionará a convocação dos licitantes remanescentes.

[2] Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012:

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus dispositivos se aplicam apenas aos editais publicados após o início de sua vigência.

[3] Esclareça-se, por oportuno, que as disposições aplicam-se às outorgas dos serviços de radiodifusão com *finals exclusivamente educativos* com as devidas adaptações, razão pela qual não há que se empregar no caso a regra de pagamento, visto que inexistente nas outorgas dessa natureza.

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000041399201297 e da chave de acesso aed9c2ec

Documento assinado eletronicamente por SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 13098006 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO. Data e Hora: 25-10-2016 14:35. Número de Série: 13687331. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 02524/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.041399/2012-97

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL

ASSUNTOS: Execução de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos.

1. Aprovo por seus próprios fundamentos fático-jurídicos o judicioso PARECER Nº 01177/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU da lavra da Advogada da União Dra. Socorro Janaina M. Leonardo, pondo-me acorde com o encaminhamento alvitrado.
2. À consideração superior.

Brasília,

26 de outubro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
Assistente Jurídico da União
Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000041399201297 e da chave de acesso aed9c2ec

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 13286985 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 26-10-2016 13:06. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

DESPACHO n. 02845/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.041399/2012-97

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL

**ASSUNTOS: EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA, EM FREQUÊNCIA
MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS.**

1. Aprovo o **DESPACHO n. 02524/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária, que aprovou o **PARECER n. 01177/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, da lavra da Dra. Socorro Janaina M. Leonardo, Advogada da União.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão, em prosseguimento.

Brasília, 30 de novembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO

Advogado da União

Consultor Jurídico Adjunto substituto^[1]

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000041399201297 e da chave de acesso aed9c2ec

Notas

1. [^] *Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, Anexo III, Art. 23, inciso IV, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016.*

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 16149136 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-11-2016 10:25. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.041399/2012-97

De ordem, encaminha-se ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização.



Documento assinado eletronicamente por **Gloria Lorena Machado**, **Assistente Técnico do Gabinete da Secretaria de Radiodifusão**, em 30/11/2016, às 12:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1530883** e o código CRC **9DAF3C64**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 1530883

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO

Processo nº: **53000.041399/2012-97**

Referência: **PARECER nº 01177/2016/CONJURMCTIC/CGU/AGU**

Interessado: **FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL**

Assunto: **Execução de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS.**

De ordem do Sr. Diretor Substituto, encaminho este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União (CGEC) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Borges Silverio Ferreira, Administrador**, em 30/11/2016, às 14:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1531480** e o código CRC **A74D1A4D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 1531480

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

À

Secretaria de Radiodifusão - SERAD.

Referência: **Processo nº 53000.041399/2012-97.**

Tendo em vista o disposto no **Parecer nº 01177/2016/CONJUR MCTIC/CGU/AGU** (1530745), que opina pela viabilidade jurídica da assinatura de contrato entre a União e a FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, por meio do canal 268E, bem como pela publicação da Portaria de outorga da permissão, havendo necessidade de retificação da cláusula 2ª da minuta do contrato, encaminha-se as Minutas **devidamente atualizadas** com vistas à assinatura do Sr. Ministro.

Atenciosamente,

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO
E A FUNDAÇÃO ONDA VERDE
DE RADIODIFUSÃO BRASIL,
PARA EXECUTAR O SERVIÇO
DE RADIODIFUSÃO SONORA
EM FREQUÊNCIA
MODULADA, COM FINS
EXCLUSIVAMENTE
EDUCATIVOS, NA
LOCALIDADE DE PARAGUAÇU
PAULISTA, ESTADO DE SÃO
PAULO.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano
dois mil e _____, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado da Ciência,
Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e a FUNDAÇÃO ONDA
VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, representada pelo
seu Procurador, Sr. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo, OAB/DF nº 34.272,
CPF/MF nº 055.731.026-13, assinam o presente Contrato de Permissão, de acordo
com o Despacho de Homologação nº 398/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial
da União de 21 de setembro de 2015, para executar o Serviço de Radiodifusão
Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na
localidade de Paraguaçu Paulista/SP, regendo-se referida permissão pelo Código
Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e,
cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do Decreto Legislativo.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;

b) após a obtenção de autorização de uso de radiofrequência junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a entidade outorgada fica autorizada a

funcionar em caráter provisório até a emissão da licença definitiva de funcionamento;

c) a estação deverá entrar em funcionamento no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência;

d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) solicitar prévia aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;

h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

i) solicitar prévia autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;

j) observar as normas fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para execução do serviço;

k) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

l) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

m) facilitar a fiscalização, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

n) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

o) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

Cláusula 4ª. Na organização da programação, a entidade deverá:

a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação

diária à transmissão de serviço noticioso;

e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

k) manter em dia os registros da programação;

l) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 6ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a entidade autorizada atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 7ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 8ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras executantes de serviços de radiodifusão.

Cláusula 9ª. A permissionária autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 10ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 11ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

Cláusula 12ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga de autorização pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato automaticamente rescindido.

Cláusula 13ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 14ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 15ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratada.

Cláusula 16ª. A eficácia do presente Contrato está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de sua ratificação pelo Congresso Nacional.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 5 (cinco) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações

Permissionária

Testemunha
CPF: _____

Testemunha
CPF: _____

MINUTA DE PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041399/2012-97, resolve:

Art. 1º Consolidar os dados da outorga da permissão do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, que terá as seguintes características:.

I - a execução do serviço será realizada pela FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RÁDIO DIFUSÃO BRASIL, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, conforme Despacho nº 398/2015/SEI-MC que adjudicou a referida outorga, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015;

II - o local de instalação da estação da emissora e a utilização de seus equipamentos foram aprovados, por meio do Despacho de 27 de abril de 2016; e

III - as principais obrigações a serem cumpridas pela concessionária são objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º A eficácia da presente Portaria está condicionada à publicação do Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE PORTARIA DO MINISTRO

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES

E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041399/2012-97, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MC

Brasília, de de 201_.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.041399/2012-97, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, por intermédio do Despacho de Homologação nº 398/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO À EM Nº __/MC, DE __ DE ____ DE 2016.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências.

Encaminhamento de processo para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta.

Necessidade de encaminhamento do processo para publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente

3. Alternativas existentes às medidas propostas.

Não há.

4. Custos.

Não há.

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for medida provisória ou projeto de lei que deva tramitar em regime de urgência).

Não se aplica.

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Não há.

7. Alterações propostas (sempre que o ato ou medida proposta possa vir a tê-lo).

Texto atual	Texto Proposto
Não se aplica.	

8. Síntese do parecer do órgão jurídico.

Portaria de outorga e assinatura de contrato/convênio de permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, referente à localidade de Paraguaçu Paulista, no estado de São Paulo: **viabilidade jurídica**.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 22/12/2016, às 15:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 05/01/2017, às 11:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1549391** e o código CRC **7C7A5FFF**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 1549391

PORTARIA Nº 172/2017/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e alterações posteriores, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041399/2012-97, resolve:

Art. 1º Consolidar os dados da outorga da permissão do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, que terá as seguintes características:.

I - a execução do serviço será realizada pela FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, conforme Despacho nº 398/2015/SEI-MC que adjudicou a referida outorga, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015;

II - o local de instalação da estação da emissora e a utilização de seus equipamentos foram aprovados, por meio do Despacho de 27 de abril de 2016; e

III - as principais obrigações a serem cumpridas pela concessionária são objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º A eficácia da presente Portaria está condicionada à publicação do Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 12/04/2017, às 16:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1607229** e o código CRC **968766A6**.

PORTARIA Nº 173/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.041399/2012-97, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 12/04/2017, às 16:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1607232** e o código CRC **87768CD6**.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 1607232

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.041399/2012-97, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, por intermédio do Despacho de Homologação nº 398/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ANEXO A EM Nº /MCTIC, DE DE DE 2016.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências: Outorga permissão a Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, para executar, sem direito de exclusividade, Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo,
2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta: Edição de Decreto Outorga permissão a Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, para executar, sem direito de exclusividade, Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, que produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional.
3. Alternativas existentes à medida proposta: Não há
4. Custos: Não há
5. Razões que justificam a urgência: Não se aplica
6. Impacto sobre o meio ambiente: Não há
7. Alterações Propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medida Provisória): Não se aplica

8. **Síntese do Parecer do Órgão Jurídico:** Viabilidade jurídica considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes à outorga da permissão.



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 12/04/2017, às 16:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1607219** e o código CRC **CE94B86F**.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 1607219

CONTRATO DE PERMISSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RÁDIODIFUSÃO BRASIL, PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE PARAGUAÇU PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e _____, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e a FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RÁDIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, representada pelo seu Procurador, Sr. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo, OAB/DF nº 34.272, CPF/MF nº 055.731.026-13, assinam o presente Contrato de Permissão, de acordo com o Despacho de Homologação nº 398/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do Decreto Legislativo.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;

b) após a obtenção de autorização de uso de radiofrequência junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a entidade outorgada fica autorizada a funcionar em caráter provisório até a emissão da licença definitiva de funcionamento;

c) a estação deverá entrar em funcionamento no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência;

d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) solicitar prévia aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;

h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

i) solicitar prévia autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;

j) observar as normas fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para execução do serviço;

k) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

l) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

m) facilitar a fiscalização, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

n) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão

logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

o) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

Cláusula 4ª.

Na organização da programação, a entidade deverá:

a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;

e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

k) manter em dia os registros da programação;

l) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 6ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a entidade autorizada atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 7ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 8ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras executantes de serviços de radiodifusão.

Cláusula 9ª. A permissionária autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 10ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 11ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

Cláusula 12ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga de

autorização pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato automaticamente rescindido.

Cláusula 13ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 14ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 15ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratada.

Cláusula 16ª. A eficácia do presente Contrato está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de sua ratificação pelo Congresso Nacional.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 5 (cinco) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e
Comunicações

Permissionária

Testemunha

Testemunha

CPF: _____

CPF: _____



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 12/04/2017, às 16:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1607237** e o código CRC **3A4F6FB9**.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 1607237

NOTA TÉCNICA Nº 8765/2017/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53000.041399/2012-97**

Assunto: **Convocação para assinatura do Contrato de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Tratam os autos de assinatura de contrato, relativo à outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, deferida à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62.

ANÁLISE

2. Realizada a instrução, em conformidade com o que estabelece a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1, de 3 de novembro de 2004, em seu Art. 5º, o processo foi encaminhado à Consultoria Jurídica, acompanhado da minuta do Contrato de Permissão, para apreciação quanto à sua regularidade técnico-jurídica, com vistas à assinatura do contrato, tendo sido devolvido à esta Coordenação, instruído pelo **Parecer nº 01177/2016/CONJURMCTIC/CGU/AGU** (1530745), que considerou o processo apto para prosseguimento, tendo a minuta supracitada sido, então, submetida ao Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para assinatura.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, opinamos pelo encaminhamento de cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, via postal, com Aviso de Recebimento (AR), com vistas à convocação do interessado para a assinatura do Contrato deferida à entidade supracitada, que ocorrerá às **15h do dia 01 de junho de 2017**, neste Ministério das Comunicações, sob pena de cancelamento da outorga em apreço.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 20/04/2017, às 13:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Técnico de Nível Superior**, em 20/04/2017, às 13:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1825045** e o código CRC **784F46A5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 1825045



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste
70044-900 – Brasília – DF
2027-6890

Ofício nº 17909/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

EDSON VALTER PAGANO

Representante Legal da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil
Rua Antônio Comparato, 148, bairro Campo Belo
04605-030 / São Paulo – SP

Assunto: **Convocação para assinatura do Contrato de Permissão - Processo nº 53000.041399/2012-97.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 8765/2017/SEI-MCTIC**, com vistas à convocação para assinatura de contrato relativo à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, deferida à entidade acima referenciada supracitada, convocando o **Sr. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo** a comparecer a este Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, sala de atendimento ao público, sito à Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Sala T-25, às **15h do dia 01 de junho de 2017**.

2. Informamos ainda que a assinatura do Contrato pode se dar por pessoa diversa, desde que apresentada **Procuração** devidamente assinada pelo Sr. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo (**procurador constante do contrato**) dando poderes **específicos para assinatura do mesmo**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis**



Junior, Coordenador do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 20/04/2017, às 13:46, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1825051** e o código CRC **2E2AB4D1**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 17909/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.041399/2012-97 - Nº SEI: 1825051

Data de Envio:

24/04/2017 14:22:42

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

edpagano@uol.com.br
edpagano@yahoo.com
amontoro@uol.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministerio da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.041399/2012-97

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1825051.html
Nota_Tecnica_1825045.html

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: União e Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil.

ESPÉCIE: Contrato de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 173, de 12 de abril de 2017.

OBJETO: Execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do Decreto Legislativo.

DATA E ASSINATURA: Gilberto Kassab – Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 12 de abril de 2017, e Édio Henrique de Almeida José e Azevedo – Procurador da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, em 1 de junho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 10/05/2017, às 15:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1867119** e o código CRC **3CB7A5CE**.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 1867119



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 20399/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

EDSON VALTER PAGANO

Representante Legal da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil

Rua Antônio Comparato, 148, bairro Campo Belo

04605-030 / São Paulo – SP

Assunto: **Comunica prazo para publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União - Processo nº 53000.041399/2012-97.**

Senhor Representante Legal,

1. Formalizada a outorga de permissão para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, por meio do contrato celebrado entre a União e a **Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil**, informo que, nos termos do art. 31, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, essa concessionária deverá providenciar a publicação do contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, no **prazo de 20 (vinte) dias**, contado da data de sua assinatura, bem como a publicação da Portaria nº **172/2017/SEI-MCTIC** de consolidação dos dados da outorga e da Portaria nº **173/2017/SEI-MCTIC** de outorga da permissão.

2. Solicito, por oportuno, especial atenção à data do vencimento do boleto bancário (anexo), emitido pela Imprensa Nacional, referente à publicação da matéria naquele periódico, que estipula o prazo máximo de **10 (dez) dias** para o recolhimento do valor da referida publicação.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 10/05/2017, às 14:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1867140** e o código CRC **0F98E29A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20399/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.041399/2012-97 - Nº SEI: 1867140

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 44.775.962-0 DATA DE EMISSÃO 10/DEZ/2007

NOME ADILSON RIBEIRO DE BRITO

FILIAÇÃO SEVERINO JOSÉ DE BRITO
E HELENA RIBEIRO DE BRITO

NATURALIDADE BOTUCATU - SP DATA DE NASCIMENTO 16/MAR/1989

DOC ORIGEM BOTUCATU-SP
RUBIÃO JÚNIOR
CN: LV.A14 / FLS.168V/N.006311

OPF 387376668/00

ASSINATURA DO TITULAR *Adilson Ribeiro de Brito*
CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 11 UNICOR-SP-SP
LEI Nº 7.116 DE 20/06/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1209-6

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO ALCIDES GUMBERTON SAUTY

FOTOGRAFIA

ASSINATURA DO TITULAR *Adilson Ribeiro de Brito*

8-84-051316

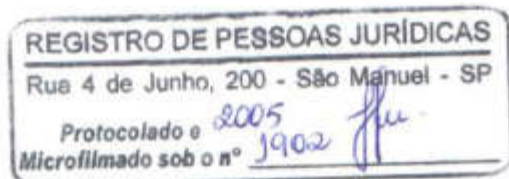
CARTEIRA DE IDENTIDADE

Termo Aditivo valido de 18/11/2014 at é 04/10/2015
FUNDAÇÃO BRITO JUNIOR DE RADIO E TV EDUCATIVA

O Conselho Curador da FUNDAÇÃO BRITO JUNIOR DE RADIO E TV EDUCATIVA, senhores LUIZ RIBEIRO DE BRITO, RG nº 45.213.954-5 SSP/SP, CPF nº 292.597.328-08, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na rua Abílio Gomes nº 46, Jardim Progresso, São Manuel /SP; MARIA DO CARMO SANCHES, RG nº 22.459.539-8 SSP/SP, CPF nº 130.952.298-79, brasileira, separada judicialmente, jornalista, residente e domiciliada na rua São Luiz nº 105, Santa Terezinha, São Manuel/SP; e ANTONIO APARECIDO JORGE, RG nº 33.591.666-1 SSP/SP, CPF nº 078.976.948-44, brasileiro, separado judicialmente, radialista, residente e domiciliado na rua Alexandre Brollo nº 56, Parque Recreio São Manuel/SP, e conselho de diretores Adilson Ribeiro de Brito, RG nº 44.775.962-0 SSP/SP, CPF nº 387.376.668-00, brasileiro, estudante, solteiro, domiciliado na Rua Pedro Paniguel nº 625, Botucatu- SP e Adriana Maria Godoi, RG nº 23.558.869-6 SSP/SP, CPF nº 154.250.328-03, brasileira, secretária, solteira, domiciliada na Rua Artur Innocenti nº 1.144, Jardim Planalto, São Manuel/SP, reuniram na sede da Fundação Brito Junior de Radio e TV Educativa na rua São Luiz 105 Santa Terezinha em São Manuel /SP, para tratar da aprovação de um termo aditivo para permanecer da diretoria do dia 18 de novembro de 2014 até 04/10/2015 sem alterações.

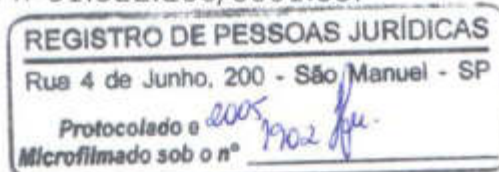
Foi aprovado por 2/3 do conselho de curadores e do conselho de diretores.

São Manuel dia 18 de novembro de 2014.



Assim ficou composta Conselho de Diretores:

- a) **Diretor-presidente:** ADILSON RIBEIRO DE BRITO, RG nº 44.775.962-0 SSP/SP; CPF nº 387.376.668-00, estudante, solteiro, domiciliado na rua Pedro Paniguel nº 625, Botucatu- SP;
- b) **Diretor Vice-presidenta:** ADRIANA MARIA GODOI, RG nº 23.558.869-6 SSP/SP, CPF nº 154.250.328-03, secretária, solteira, domiciliada na rua Artur Innocenti nº 1.144, Jardim Planalto, São Manuel/SP, representante do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel Estado de São Paulo - IMES, CNPJ 51.522.266/0001.35;
- c) **Diretor Administrativo e Financeiro:** MARCELO AUGUSTO TOTTI, CPF nº 276.373.438-39, RG nº 29.002.316-6 SSP/SP, brasileiro, residente domiciliado na Rua Georges Basile Mitropapas nº 120 Jardim Açaí, Diretor Acadêmico, divorciado, representante do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel Estado de São Paulo- IMES, CNPJ nº 51.522.266/0001.35.



Maria do Carmo Sanches

MARIA DO CARMO SANCHESI, RG nº 22.459.539-8 SSP/SP, CPF nº 130.952.298-79, brasileira, jornalista, separada judicialmente, domiciliada na rua São Luiz nº 105, Santa Terezinha, São Manuel/SP.

Antonio Aparecido Jorge

ANTONIO APARECIDO JORGE, RG nº 33.591.666-1 SSP/SP, CPF nº 078.976.948-44, brasileiro, separado judicialmente, radialista, residente e domiciliado na rua Alexandre Brollo, nº 56, parque recreio, São Manuel/SP.

FUNDAÇÃO BRITO JUNIOR DE RADIO TV EDUCATIVA

Lista

Adilson Ribeiro de Brito

ADILSON RIBEIRO DE BRITO, RG nº 44.775.962; CPF nº 387.376.668-00 SSP/SP, brasileiro, estudante, solteiro, domiciliado na Rua Pedro Paniguel nº 625, Botucatu- SP.

Adriana Maria Godoi

ADRIANA MARIA GODOI, RG nº 23.558.869-6, CPF nº 154.250.328-03 SSP/SP, brasileira, secretária, solteira, domiciliada na rua Artur Innocenti nº 1.144, Jardim Planalto São Manuel.

MARCELO AUGUSTO TOTTI, CPE nº 276.373.438-39, RG nº 29.002.316-6 SSP/SP, brasileiro, residente domiciliado na rua Georges Basile Mitropapas, 120, jardim Açaí, Diretor Acadêmico, divorciado.

Luiz Ribeiro de Brito

LUIZ RIBEIRO DE BRITO, RG nº 45.213.95-5SSP/SP, CPF nº 292.597.328-08, brasileiro, solteiro, comerciante, maior, residente e domiciliado na rua Alexandre Brollo nº 56, Parque Recreio, São Manuel /SP.

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
RUA QUATRO DE JUNHO, 396 - CENTRO - SÃO MANUEL - SP - TELEFAX (14) 3941-4070
OFICIAL DE REGISTRO: JOSÉ MAURÍCIO SAMPAIO CASTRO

Protocolo: 2.005 Recibo/Cert.

Reg./Mic. nº 1.902

Esc.: 37,78; Est.: 10,75

Cart.: 5,54; R.C.: 1,99

T.J.: 2,58; Desp.: 4,00

18/12/2015

Total: 60,46.

JOSILEINE VIDAL - ESCRIVENTE AUTORIZADA

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS DE SÃO MANUEL - SP

CNPJ: 49.566.367/0001-66

RUA 4 DE JUNHO, N° 200 Fone: (14)3841-4070

JOSÉ MAURÍCIO SAMPAIO CASTRO - OFICIAL

CERTIDÃO DE ATOS PRATICADOS - PROTOCOLO N°: 2005

CERTIFICA que o presente título, protocolado sob número 2.005 em 18/12/2015, deu origem ao(s) seguinte(s) ato(s) nesta Serventia:

Registrado e microfilmado sob n°: 1902

ATO

Valor Base Oficial Estado Carteira R. Civil Tribunal M.P.* I.M.** TOTAL

Reg./Mic. n° 1.902

0

R\$ 33,20

R\$ 9,44

R\$ 4,87

R\$ 1,75

R\$ 2,28

R\$ 1,59

R\$ 0,00

R\$ 53,13

Microfilmagem

1

R\$ 4,58

R\$ 1,31

R\$ 0,67

R\$ 0,24

R\$ 0,31

R\$ 0,22

R\$ 0,00

R\$ 7,33

Os valores devidos ao Estado e a Carteira de Previdência foram pagos por verba conforme guia arquivada em cartório.


Tabela e valores vigentes na data da prenotação COTA: UFESP (2,85)

Oficial	Estado	Carteira	Reg. Civil	Tribunal	M.P.*	I.M.**	TOTAL
R\$ 37,78	R\$ 10,75	R\$ 5,54	R\$ 1,99	R\$ 2,59	R\$ 1,81	R\$ 0,00	R\$ 60,46

* Ministério Público
** Imposto Municipal

Obs.:

SÃO MANUEL, 18 de dezembro de 2015


JOSILENE VIDAL
ESCREVENTE AUTORIZADA

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE SÃO MANUEL - SP
Rua Quatro de Junho, 200 Centro CEP 18650-000
Telefone/Fax (14) 3841-4070

**Ata de alteração Estatutária e nova
diretoria 2015/2019.**

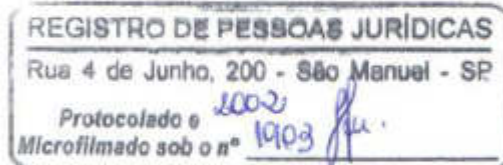
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua 4 de Junho, 200 - São Manuel - SP
Protocolado e Microfilmado sob o nº 1003

FUNDAÇÃO BRITO JUNIOR DE RADIO E TV EDUCATIVA

O Conselho Curador da **Fundação Brito Junior de Radio e TV Educativa**, senhores Luiz Ribeiro de Brito, RG nº 45.213.954-5 SSP/SP, CPF nº 292.597.328-08, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na rua Alexandre Brollo nº 56, Parque Recreio, São Manuel /SP; Maria do Carmo Sanches, RG nº 22.459.539-8 SSP/SP, CPF nº 130.952.298-79, brasileira, separada judicialmente, jornalista, residente e domiciliada na rua São Luiz nº 105, Santa Terezinha, São Manuel/SP, e Antonio Aparecido Jorge, RG nº 33.591.666-1 SSP/SP, CPF nº 078.976.948-44, brasileiro, separado judicialmente, radialista, residente e domiciliado na rua Alexandre Brollo nº 56 Parque Recreio São Manuel/SP, não houve alterações nos membros do conselho de curadores de sua escritura publica, ficando assim constituídos:

Luiz Ribeiro de Brito, Maria do Carmo Sanches, Antonio Aparecido Jorge, reuniram em 05 de outubro de 2015, na sede da Fundação os membros do conselho de curadores e os diretores para tratar da alteração estatutária e nova diretoria, firmes na alínea "i", artigo 13º e 47º do respectivo Estatuto, com a finalidade de alteração estatutária, o qual segue com as devidas alterações no Art 2º fica incluído novas filiais na cidade de Botucatu na rua Pedro Paniguel nº 675 Distrito de Rubião Junior e na cidade de Vera Cruz na rua Jose Bonifácio nº 622, centro ambas no estado de São Paulo e passa a ter nova redação os artigos 5º, 7º e 16º, bem como para eleição da nova

diretoria, respeitando quórum constante no Art 47º de 2/3 dos componentes de Curadores e do Conselho de Diretor de acordo com Art 67º do Código Civil, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, passando a vigorar a partir da presente data, ou seja, 05 de outubro de 2015 e ao término em 05 de outubro de 2019 ficando, portanto, constituída da seguinte forma:




- a) **DIRETOR-PRESIDENTE:** Adilson Ribeiro de Brito, RG nº 44.775.962-0 SSP/SP; CPF nº 387.376.668-00, brasileiro, estudante, solteiro, domiciliado na Rua Pedro Paniguel nº 625, Botucatu- SP.
- b) **VICE-PRESIDENTE:** Elias Marques, brasileiro, casado, Escrevente Técnico Judiciário, portador do RG nº 26.469.139-8 SSP/SP e inscrito no CPF nº 180.904.998-99, residente e domiciliado na Rua Jose Bonifácio, 622, Fundos, CEP: 17560-000, na Cidade de Vera Cruz -SP.
- c) **ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:** Maria do Carmo Sanches, RG nº 22.459.539-8 SSP/SP, CPF nº 130.952.298-79, brasileira, separada judicialmente,

jornalista, residente e domiciliada na rua São Luiz nº 105,
Santa Terezinha, São Manuel-SP.


Após as nomeações, nada mais a tratar, o presidente do Conselho Curador, senhor LUIZ RIBEIRO DE BRITO encerra o feito, pelo que segue a ata para assinatura de todos os membros do Conselho Curador a nova diretoria e as alterações estatutária, feito isso deve ser aprovado as alterações no ministério público e após fazer o registro no cartório de pessoa jurídica do livro A de São Manuel - SP.


Conforme extraído do registro do livro de Ata 01, fls. 02,03.

São Manuel, 5 de outubro de 2015.


LUIZ RIBEIRO DE BRITO,
RG nº 45.213.954-5 SSP/SP
CPF nº 292.597.328-08

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua 4 de Junho, 200 - São Manuel - SP
Protocolado e
Microfilmado sob o nº 1903


MARIA DO CARMO SANCHES
RG nº 22.459.539-8 SSP/SP
CPF nº 130.952.298-79


ELIAS MARQUES
RG nº 26.469.139-8 SSP/SP
CPF nº 180.904.998-99

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ - SP
Rua Paulo Giovanni Franco, 727, Centro - CEP: 171-60-000 - Vera Cruz/SP - Fone/Fax: (14) 3492-1155
Reconheço por semelhança a firma de ELIAS MARQUES, no documento
seu valor econômico, e dou fe, em Vera Cruz, 13 de outubro de 2015.
R\$ 4,75
SILVIO OSMAR MARTINS
Registrador/Tabelião



Adilson Ribeiro de Brito
ADILSON RIBEIRO DE BRITO,
RG nº 44.775.962-0 SSP/SP,
CPF nº 387.376.668-00

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua 4 de Junho, 200 - São Manuel - SP
Protocolado e 2002
Microfilmado sob o nº 1903 *flu.*

Adriana Maria Godoi
ADRIANA MARIA GODOI,
RG nº 23.558.869-6 SSP/SP,
CPF nº 154.250.328-03

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua 4 de Junho, 200 - São Manuel - SP
Protocolado e 2002
Microfilmado sob o nº 1903

**Aceitação a Nomeação do conselho Diretor da
FUNDAÇÃO BRITO JUNIOR DE RADIO E TV EDUCATIVA.**

ADILSON RIBEIRO DE BRITO, RG nº 44.775.962-0 SSP/SP; CPF nº 387.376.668-00, brasileiro, estudante, solteiro, domiciliado na Rua Pedro Paniguel nº 625, Botucatu- SP; ELIAS MARQUES, brasileiro, casado, Escrevente Técnico Judiciário, portador do RG nº 26.469.139-8 e inscrito no CPF nº 180.904.998-99, residente e domiciliado na Rua Jose Bonifácio, 622, CEP: 17560-000, na Cidade de Vera Cruz-SP; MARIA DO CARMO SANCHES, RG nº 22.459.539-8 SSP/SP, CPF nº 130.952.298-79, brasileira, separada judicialmente, jornalista, residente e domiciliada na rua São Luiz nº 105, Santa Terezinha, São Manuel-SP, **declaram** aceitar a nomeação e constituição como membros do conselho Diretor da FUNDAÇÃO BRITO JUNIOR DE RADIO E TV EDUCATIVA, CNJP 11.056.855/0001-50, conforme ato do Conselho Curador alusivos a estes cargos:

- a) **DIRETOR-PRESIDENTE:** ADILSON RIBEIRO DE BRITO, RG nº 44.775.962-0 SSP/SP; CPF nº 387.376.668-00, brasileiro, estudante, solteiro, domiciliado na Rua Pedro Paniguel nº 625, Botucatu, Estado de São Paulo.
- b) **VICE-PRESIDENTE:** ELIAS MARQUES, brasileiro, casado, Escrevente Técnico Judiciário, portador do RG nº 26.469.139-8 e inscrito no CPF nº 180.904.998-99, residente e domiciliado na Rua Jose Bonifácio, 622, CEP: 17560-000, na Cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo.
- c) **ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:** MARIA DO CARMO SANCHES, RG nº 22.459.539-8 SSP/SP, CPF nº 130.952.298-79, brasileira, separada judicialmente, jornalista, residente e domiciliada na rua São Luiz nº 105, Santa Terezinha, São Manuel-SP.

Firmes nesses termos,

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua 4 de Junho, 200 - São Manuel - SP
Protocolado e <i>2002</i>
Microfilmado sob o nº <i>1903</i>

São Manuel/SP, 5 de outubro de 2015


ADILSON RIBEIRO DE BRITO


MARIA DO CARMO SANCHES


ELIAS MARQUES

FUNDAÇÃO BRITO JUNIOR DE RADIO E TV EDUCATIVA**Lista 1 de presença:**

LUÍZ RIBEIRO DE BRITO, RG nº 45.213.954-5 SSP/SP, CPF nº 292.597.328-08, brasileiro, solteiro, comerciante, maior, residente e domiciliado na rua Alexandre Brollo nº 56, Parque Recreio, São Manuel Estado de São Paulo.



MARIA DO CARMO SANCHES, RG nº 22.459.539-8, SSP/SP, CPF nº 130.952.298-9, brasileira, separada judicialmente, jornalista, residente e domiciliada na rua São Luiz nº 105, Santa Terezinha, São Manuel Estado de São Paulo.



ELIAS MARQUES, brasileiro, casado, Escrevente Técnico Judiciário, portador do RG nº 26.469.139-8 e inscrito no CPF nº 180.904.998-99, residente e domiciliado na Rua Jose Bonifácio, 622, CEP: 17560-000, na Cidade de Vera Cruz, Estado de São Paulo.



ADILSON RIBEIRO DE BRITO, RG nº 44.775.962-0 SSP/SP; CPF nº 387.376.668-00, brasileiro, estudante, solteiro, domiciliado na Rua Pedro Paniguel nº 625, Botucatu, Estado de São Paulo.

FUNDAÇÃO BRITO JUNIOR DE RADIO E TV EDUCATIVA

Lista 2 de presença:

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua 4 de Junho, 200 - São Manuel - SP

Protocolado e *2002*
Microfilmado sob o nº *1903* *fu.*

Adriana
ADRIANA MARIA GODOI, RG nº 23.558.869-6 SSP/SP, CPF nº 154.250.328-03, brasileira, solteira, secretária e residente e domiciliado na rua Artur Innocenti nº 1.144, Jardim Planalto, São Manuel/SP.

Antonio Aparecido Jorge
ANTONIO APARECIDO JORGE, RG nº 33.591.666-1, SSP/SP, CPF nº 078.976.948-44, brasileiro, separado judicialmente, radialista e residente e domiciliada na rua Alexandre Brollo nº 56, Parque Recreio, São Manuel Estado de São Paulo.

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO BRITO JÚNIOR DE RÁDIO E TV EDUCATIVA

CAPITULO I

Art. 1º. A FUNDAÇÃO BRITO JÚNIOR DE RÁDIO E TV EDUCATIVA DO CNPJ 11.056.855.0001-50, doravante denominada apenas Fundação, é entidade jurídica de direito privado, com finalidades que visa a promoção da cultura e da educação, sem fim lucrativo e registrada no cartório de registro pessoas jurídicas do livro A.

Art. 2º. A Fundação tem sede e foro na cidade de São Manuel - SP, na rua São Luiz, 105, Santa Terezinha São Manuel São Paulo, CEP : 18650-000, podendo criar escritórios em qualquer parte do território nacional.

Parágrafo único. **A Fundação tem filiais nas seguintes cidades:**

a) Em Botucatu - São Paulo, na Rua Pedro Paniguel nº 675 - Distrito de Rubião Junior, CEP: 18618-070.

b) Em Vera Cruz - São Paulo, na Rua Jose Bonifácio nº 622, centro, CEP: 17560-000.

Art. 3º. O prazo de duração é Indeterminado.

Art. 4º. A Fundação é regida por este Estatuto e pela legislação em vigor no que lhe for aplicável.

§ 1º. A Fundação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

§ 2º. Adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Art. 5º. A Fundação tem como finalidade:

- a) realizar e divulgar programas sociais de interesse das comunidades carentes da região, especialmente idosos, crianças, grupos de mães, deficientes físicos e mentais, população de baixa renda, órfãos e outros grupos carentes;
- b) criar, manter e administrar atividades de programas de serviços cultural e educacional, através de canais próprios de radiodifusão cultural e educativo, sem finalidade comercial, primando pelo interesse comunitário, especialmente os mencionados na alínea anterior;
- c) executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, atendendo objetivos de implantação de serviço comunitário informativo alusivo à elementos pitorescos, regionais;
- d) promover iniciativas e campanhas beneficentes com colaboração de entidades de assistência social;
- e) fundar e/ ou manter e administrar entidades, obras de serviços, centros de cultura, museus, bibliotecas e centros de lazer, incentivando a expansão da cultura, arte e educação;

- f) incentivar a fundação de creches, bem como cursos e escolas de todos os graus e, ainda, insuflar e viabilizar bolsas de estudos e estágios;
- g) instituir cursos de formação profissional nas diversas áreas da radiodifusão utilizando instalações da fundação;
- h) patrocinar e divulgar eventos culturais como exposições, festivais de artes, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de dança e música, de circo e atividades congêneres, colimando a manutenção dos valores culturais da região;
- i) preservar o folclore e as tradições populares da região, bem como patrocinar os espetáculos folclóricos sem fim lucrativo;
- j) estabelecer contratos com emissoras de radiodifusão com o propósito de produzir programas culturais informativos e educativos;
- k) imprimir revistas, livros e jornais para apoio e divulgação de suas atividades;
- l) estimular e apoiar pesquisas, planos e projetos em todas as áreas de conhecimento e da cultura;
- m) prestar serviços a terceiros dentro do objetivo e finalidade da Fundação;
- n) produzir e distribuir livros, cadernos, revistas, monografias, filmes, vídeo e áudio, DVD, CDs e teses que versem sobre a cultura, educação, desporto e ação comunitária;
- o) promover a assistência social;
- p) defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- q) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- r) promoção do voluntariado, incluso na execução de radiodifusão educativa e, na produção de respectivo programas;
- s) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

§1º. Para a consecução de seus objetivos a Fundação poderá se associar, estabelecer parceria, intercâmbio, firmar contratos e convênios com outras Fundações Públicas ou privadas, bem como governamentais ou particulares, no Brasil e no exterior.

§ 2º. A Fundação poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos ou especializados, em consonância com seus objetivos.

§ 3º. A Fundação poderá utilizar o nome de fantasia, "EDUCATIVA FM" para execução do serviço público de radiodifusão sonora educativa e/ou de sons e imagens.

§ 4º. A Fundação observará o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de sua atuação.

§ 5º. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a

outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

CAPÍTULO II DOS COLABORADORES

Art. 6º. A Fundação poderá ter cooperadores:

§ 1º. Cooperadores são participantes - pessoas ou jurídicas - que requeiram registro em ata, aprovados pelo Conselho Diretor e o Conselho Curador, os quais até seis meses após a outorga de concessão, de permissão ou autorização para o uso do canal cultural e educativo, e contribuam de uma vez com a doação em espécie ou em bens, na importância a ser fixada após apresentação do projeto de investimentos, que não seria, entretanto inferior a R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

§ 2º. São ainda cooperadores participantes as pessoas físicas ou jurídicas que fora do prazo do § 1º, a qualquer tempo, contribuam de modo relevante para o desenvolvimento e realização dos fins da Fundação, apoiando a em termos materiais e/ou financeiros de forma contínua, cujo registro como tal será efetuado mediante aprovação do Conselho Diretor e do Conselho Curador.

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO E DO ATIVO

Art. 7º. O patrimônio e ativo da fundação serão constituídos:

- a) pelas doações, auxílios e subvenções que venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estado ou Municípios e quaisquer outras pessoas jurídicas, entidades Públicas ou particulares do país ou do exterior;
- b) pelos bens de direitos que forem doados por outras pessoas físicas, jurídicas, entidades, públicas que desejam colaborar com a Fundação para atingir os seus objetivos;
- c) pelos bens móveis ou imóveis que venham a ser adquiridos com doação, compra, cessão, legados ou qualquer outro modo;
- d) pelas rendas e juros resultantes de depósitos bancários;
- e) pelas rendas resultantes de sua atividade em radiodifusão educativa, de edições, direitos autorais e eventuais serviços de impressão, (DEPARTAMENTO EDITORIAL), e pela prestação de serviço ou fornecimentos de bens, (DEPARTAMENTO DE SERVIÇO GERAIS), e outras rendas eventuais;
- f) pelos saldos de exercícios anteriores transferidos para conta patrimonial;

- g) pela verba inicial R\$ 7.000,00 (sete mil reais) em moeda corrente nacional, doados à instituição;
- h) pelas contribuições de participantes e colaboradores.

Art. 8º. Os bens de propriedade da Fundação serão utilizados e aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados ou gravados sem aprovação do Conselho Curador.

Art. 9º. Em caso da extinção da Fundação os bens e direitos gravados de inalienabilidade serão incorporados ao patrimônio de entidade congênere indicada pelo Presidente da Fundação, nos termos do artigo 35.

CAPITULO IV DA ESTRUTURA DA FUNDAÇÃO

Art. 10º. A Fundação possui os seguintes órgãos:

- a) Conselho de Curadores;
- b) Conselho Consultivo;
- c) Conselho Diretor;
- d) Conselho de Programação;
- e) Conselho Fiscal.

§ 1º. Os membros de todos os Conselhos serão brasileiros natos, não partícipes da direção de outras concessionárias de serviço de radiodifusão do mesmo tipo que o da Fundação na localidade de outorga, desprovidos de imunidade parlamentar ou foro especial.

§ 2º. A substituição nos cargos dos Conselhos somente se dará após aprovação dos nomes pelo ministério das Comunicações, caso a Fundação detenha outorga para radiodifusão de sons educativa.

§ 3º. A Fundação mediante o Conselho Curador poderá instituir remuneração aos dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e, àqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

§ 4º. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho da Fundação quando qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título.

Art. 11º. O Conselho de Curadores é o órgão consultivo e deliberativo quanto à política de ação e de estrutura da Fundação, na forma deste Estatuto.

Art. 12º. O Conselho de Curadores da Fundação é constituído por três indicados na Escritura Pública de sua instituição.

Parágrafo único. A substituição dos conselheiros será decidida pelo próprio Conselho Curador.

Art. 13º. Compete ao Conselho de Curadores:

- a) zelar pela boa administração da Fundação, pela conservação e crescimento do seu patrimônio, bem como pelo fiel cumprimento deste Estatuto;
- b) deliberar sobre aquisição, alienações e instituições de ônus reais sobre bens móveis, preenchidas em juízo as formalidades legais;
- c) aprovar o balanço e as contas da Fundação, anualmente;
- d) aprovar e fiscalizar a execução dos planos orçamentários de cada exercício;
- e) deliberar sobre normas e quadro de pessoal da Fundação, fiscalizando sua execução;
- f) aprovar e fiscalizar a execução dos planos de expansão da Fundação, inclusive admissão de novos conselhos;
- g) pugnar pela manutenção da unidade da fundação e dos princípios que norteiam sua constituição, com a renúncia, quando necessária, de pontos de vista pessoais, em prol da fundação;
- h) eleger o Presidente do Conselho de Curadores;
- i) nomear os membros do Conselho Diretor;
- j) nomear os membros do Conselho Consultivo;
- k) exercer quaisquer outras atribuições decorrentes da lei deste Estatuto e do Regimento Interno em matéria de sua competência;
- l) aprovar o Regimento da Fundação.

Art. 14º. São atribuições do Presidente do Conselho de Curadores:

- a) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curadores;
- b) baixar portarias e resoluções e os atos próprios que julgar necessário, previamente aprovado pelo Conselho de Curadores;
- c) usufruir sempre do voto de desempate nas votações que resultarem em empate.

Art. 15º. O Conselho Consultivo é órgão assessor do Conselho de Curadores e terá um numero ilimitado de membros nomeados pelo Conselho Curador.

Parágrafo único - O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado pelo Presidente do Conselho de Curadores.

Art. 16º. O Conselho Diretor é órgão executivo e administrativo da Fundação, formado por três membros que serão nomeados pelo Conselho de Curadores para mandato de quatro anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único. Vagando algum cargo, será o mesmo preenchido por escolha do Conselho Diretor para cumprir o restante do mandato que competiria ao substituído, observado a representatividade acima.

Art. 17º. O Conselho Diretor é composto pelos seguintes cargos:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice-presidente;
- c) Diretor Administrativo e Financeiro.

§1º. O Diretor Presidente do Conselho Diretor é também o Presidente da Fundação.

§ 2º. Compete ao Conselho Diretor indicar ao Conselho de Curadores os nomes das pessoas sugeridas para preenchimento dos cargos de seus integrantes.

18º. O Conselho Diretor reunir-se-á sempre que convocado pelo Diretor Presidente e suas deliberações serão tomadas em reunião por maioria simples de voto.

Parágrafo único. Cabe ao Diretor Presidente, além de seu voto como integrante do conselho Diretor, proferir o de desempate.

Art. 19º. Compete ao Conselho Diretor:

- a) administrar e superintender os trabalhos e bens da fundação;
- b) apresentar anualmente ao Conselho de Curadores o Balanço Geral, o Balanço Patrimonial, o Relatório e as contas da Diretoria para a necessária apreciação;
- c) propor ao conselho de Curadores a outorga de títulos de benemérito a pessoas físicas ou jurídicas dele merecedoras, por serviços relevantes prestados à Fundação;
- d) criar ou instalar serviços ou entidades para a realização ou desenvolvimento das atividades da Fundação;
- e) elaborar os regimentos dos departamentos da Fundação e das entidades por ela criadas e mantidas;
- f) autorizar contratos, ajustes ou convênios;
- g) alienar ou constituir ônus sobre os bens da Fundação, mediante autorização do Conselho de Curadores;
- h) decidir sobre a aquisição de bens móveis e imóveis necessários à realização dos fins da Fundação mediante autorização do Conselho de Curadores;
- i) autorizar a contratação de empréstimos e outras operações financeiras em que a Fundação tenha interesse;
- j) cumprir a fazer cumprir as normas estabelecidas pelos órgãos da Fundação;

- k) outorgar título de colaborador Participante e Cooperador;
- l) outorgar procuração para fins específicos desde que os procuradores sejam previamente aprovados pelo ministério das Comunicações, quando a entidade for outorgada para execução do serviço público de radiodifusão.

Art. 20º. – Ao Diretor Presidente compete:

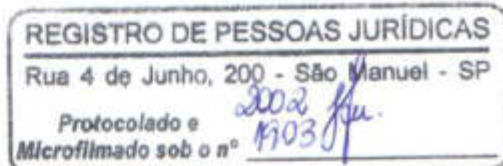
- a) representar a fundação em juízo ou fora dele;
- b) convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;
- c) supervisionar os trabalhos da fundação, zelando pelo cumprimento de suas finalidades;
- d) assinar os contratos ajustes ou convênios do interesse da Fundação;
- e) participar dos atos necessários à administração da Fundação, organizar seus serviços e departamentos, criar unidades administrativas e admitir empregados;
- f) atender às solicitações e determinações dos órgãos e entidades públicos encarregados de setores ligados às atividades da Fundação;
- g) movimentar contas bancárias com o Diretor Administrativo e Financeiro, em conjunto ou separadamente;
- h) nomear ou designar os dirigentes de departamento, serviço ou entidades mantidas pela fundação, inclusive os integrantes do Conselho de Programação.

Art. 21º. Ao Diretor Vice-presidente compete:

- a) substituir o presidente em todas as funções, quando convocado em virtude de impedimento do presidente;
- b) colaborar com o Diretor Presidente em funções que forem designadas.

Art. 22º. Ao Diretor Administrativo e Financeiro compete:

- a) dirigir e supervisionar todos os serviços de escritórios da Fundação;
- b) organizar as reuniões de Conselho Diretor;
- c) efetuar as comunicações da Fundação com os seus organizadores com os terceiros;
- d) ter sob sua guarda livros, atas e pareceres da Fundação;
- e) gerir as atividades administrativas da Fundação, assim como as relativas a recursos humanos;
- f) dirigir e supervisionar todos os serviços da tesouraria;
- g) organizar e manter a escrituração do movimento econômico e financeiro da Fundação;
- h) elaborar a minuta antes de sua remessa ao Conselho de Curadores;
- i) movimentar contas bancárias com o Presidente em conjunto ou separadamente;
- j) ter sob sua guarda todos os livros e documentos relativos a tesouraria;
- k) controlar e supervisionar a aquisição de materiais de qualquer natureza;
- l) zelar pelo patrimônio mobiliário e imobiliário da Fundação.



Art. 23º. O Conselho de Programação é o órgão encarregado de estabelecer as diretrizes gerais da programação a ser veiculada por emissora da Fundação.

Art. 24º O Conselho de Programação será constituído pelos seguintes membros:

- a) Presidente da Fundação;
- b) Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação;
- c) Representante da Secretaria Municipal da Educação;
- d) Representante da Associação Pró Cultura do município;
- e) Representante do Estabelecimento de Ensino da região;
- f) Representante da Comunidade indicada conforme Regimento Interno a ser aprovado pelo Conselho Diretor;
- g) Representante de Classe, indicada por Sindicato ou Associação da categoria.

Art. 25º. Compete ao Conselho examinar, avaliar e aprovar a programação elaborada pelo setor encarregado da produção, assim como analisar e aprovar a programação de outros centros de produção para veiculação, reunindo-se a cada noventa dias.

Parágrafo único. A programação das emissoras procurará preservar a cultura local e atender aos interesses comunitários.

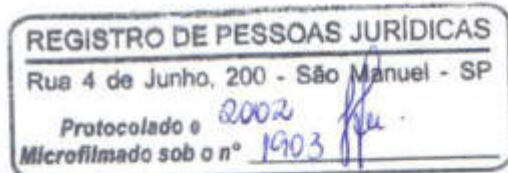
Art. 26º. O Conselho Fiscal é órgão corregedor formado por um presidente e um vice-presidente, indicados pelo Conselho Diretor por dois anos, permitida recondução, a fim de avaliar as contas e encaminhar parecer ao Conselho Diretor.

§ 1º. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano para aprovar as contas e prolatar parecer sobre a regularidade fiscal da Fundação.

§ 2º. Os demais Conselhos a qualquer momento poderão solicitar parecer fiscal, reservado ao Conselho Fiscal prazo de 30 dias para o atendimento.

Art. 27. O Conselho Fiscal observará os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, dando publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos no INSS e no FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.

Art. 28. Quando qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, a Fundação realizará auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, ante a aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento.



Parágrafo único. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será conforme o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

CAPITULO V

DOS COLABORADORES

Art. 29º. Por Departamento entende-se a unidade administrativa com atividade específica, realizada na sede da Fundação, ou em outro lugar determinado pelo Presidente, sob a direção de um coordenador de Departamento, nomeado pelo Presidente da Fundação.

Parágrafo único. A Fundação poderá ter tantos Departamentos quantos julgados necessários.

Art. 30º. As atividades de radiodifusão serão dirigidas por um Departamento de Radiodifusão.

Parágrafo único. A cada concessão, permissão ou autorização poderá corresponder um Departamento de Radiodifusão.

Art. 31º. As edições, assuntos de direitos autorais e serviços de impressão serão dirigidos por um Departamento Editorial.

Art. 32º. A prestação de serviços externos e a manutenção e controle dos bens e patrimônio da Fundação serão feitas por um Departamento de Serviços Gerais, o qual cuidará de todas as atividades que possam contribuir para garantia da receita necessária a consecução dos objetivos da Fundação.

CAPITULO VI

DO EXERCICIO FINANCEIRO

Art. 33º. O exercício financeiro coincidirá com ano civil.

Art. 34º. Até trinta de novembro de cada ano o Conselho Diretor apresentará ao Conselho de Curadores a proposta orçamentária para o ano; na qual serão especificadas as despesas de capital e de operação.

§ 1º. A proposta - orçamentária será consubstanciada com indicação dos planos de trabalho correspondentes.

§ 2º. O Conselho de Curadores terá o prazo de trinta dias para aprovar a proposta orçamentária, não podendo majorar despesas.

§ 3º. Aprovado o orçamento ou transcorrido o prazo fixado no parágrafo anterior, sem decisão do Conselho, fica o Presidente da Fundação autorizado a executar orçamento proposto.

Art. 35º. Os resultados dos exercícios serão lançados no Fundo Patrimonial ou em Fundos Especiais, de acordo com o parecer do Conselho de Curadores.

Art. 36º. A prestação anual de contas será feita pelo Conselho Diretor, até o último dia de fevereiro do ano seguinte, conterà, no mínimo os seguintes lançamentos:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração do resultado do exercício;
- c) quadro comparativo entre receitas e despesas realizadas e as estimadas;
- d) relatório das atividades do exercício.

Art. 37º. – Depois de aprovado pelo Conselho de Curadores, o relatório das atividades, prestação de contas e balanço geral serão submetidos ao Ministério Público, até o dia 31 de março de cada ano.

CAPITULO VII DA EXTINÇÃO

Art. 38º. No caso de ser verificada a impossibilidade ou inconveniência, a Fundação será extinta por iniciativa do Conselho de Curadores em conjunto com o Conselho Diretor, informado o Ministério Público.

Art. 39. Em caso de dissolução da entidade como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, se transferirá o respectivo patrimônio líquido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos dessa Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta.

Art. 40. Ao lume da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, se a Fundação perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

CAPITULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITORIAS

Art. 41º. É vedado aos administradores conceder aval ou fiança em nome da Fundação, fora dos casos de estrito interesse da entidade.

Art. 42º. Os bens da Fundação somente poderão ser utilizados na realização dos objetivos no Estatuto.

Art. 43º. A Fundação poderá fazer-se representar em juízo ou fora dele, por procurador, cujos poderes constarão dos respectivos mandatos e que, em

Protocolo: 2.002 Recibo/Cert.
Reg./Mic. nº 1.903
Esc.: 119,78 - Est.: 14,15;
Cart.: 17,54 - R.C.: 6,38;
T.J.: 8,19 - Des.: 0,00
18/12/2015 Total: 191,86.
ROSILENE VIDAL - ESCRIVENTE AUTORIZADA

sendo caso, terá seu nome submetido à aprovação do ministério das Comunicações.

Art. 44º. A Fundação não distribuirá lucros, bonificações ou vantagem aos componentes dos seus órgãos estatutários.

Art. 45º. Os empregados da Fundação serão contratados no regime da legislação trabalhista (CLT).

Art. 46º. A Fundação é obrigada a submeter ao Ministério Público, no prazo de quinze dias, quaisquer alterações do seu Estatuto.

Art. 47º. Para se alterar presente Estatuto é necessário:

- a) que haja deliberação por 2/3 dos componentes de Curadores e do Conselho Diretor, em reunião conjunta, de acordo com art. 67 do Código Civil Brasileiro;
- b) que não se contrarie o fim da Fundação;

Art. 48º. Os instituidores designarão os integrantes do Conselho Curador, que é permanente, e do Conselho Diretor da Fundação que funcionará durante os três primeiros anos de audiência da entidade.

Art. 49º. A Fundação se obriga a:

- a) participar do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED;
- b) manter 20% do tempo disponível de operação da emissora para veicular programas fornecidos, produzidos ou orientados pelo MEC;

Art. 50º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Fundação em conjunto como o Presidente do Conselho de Curadores.

Art. 51º. O presente entrará em vigor na data de registro Cartorário Cível de Pessoas Jurídicas desta comarca.

São Manuel dia 5 de outubro de 2015.


Adilson Ribeiro de Brito


Maria do Carmo Sanches




Elias Marques

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ - SP
Silvio Osmar Martins - Oficial e Tabelião
Rua Paulo Guerniera Franco, 797, Centro - CEP: 13160-000 - Vero Cruz, SP - Fone/fax: (14) 3492-1155
Reconheço por semelhança 01 firma de ELIAS MARQUES, em documento com valor econômico, e dou fé, da verdade.
Vero Cruz, 13 de outubro de 2015
R\$ 7,25
SILVIO OSMAR MARTINS
1227AA014306
Registrador/Tabelião





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua 4 de Junho, 200 - São Manuel - SP
Protocolado e Microfilmado sob o nº 2002 1903

CONCLUSÃO


Nesta data, faço estes autos conclusos à Dra. Vivian Corrêa de Castro, DD. 2ª Promotora de Justiça de São Manuel.

Eu, , Maria Clara Escobar, Oficial de Promotoria, digitei e subscrevi. São Manuel, 16.11.2015.

Vistos,

1. *R. e a. No Sis-MP;*
2. Trata-se de pedido de alteração do estatuto da Fundação Brito Junior de Radio e TV Educativa. O pedido veio instruído com três cópias do novo estatuto, bem como com cópias do estatuto original devidamente aprovado pelo Promotor de Justiça de Fundações. Analisado o projeto com as alterações do estatuto não constatei ilegalidades ou irregularidades, permanecendo o estatuto dentro das exigências legais necessárias. Assim sendo, aprovo o novo estatuto para os devidos fins. Intime-se e restitua-se por ofício.
3. Após, archive-se o expediente na Promotoria.

São Manuel, 23 de novembro de 2015.


Vivian Corrêa de Castro P. Ayres
Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO MANUEL

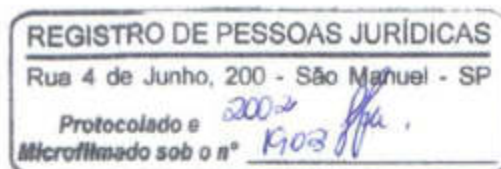
R. Ettore Targa, s/nº - Centro - São Manuel - CEP 18650-000 - Tel. (14) 3842-1703 - 2pjsaomanuel@mpsp.mp.br

Ofício nº 1135/15

Ref.: Estatuto da Fundação Brito Junior de Radio e Tv Educativa

São Manuel, 25 de novembro de 2015

PREZADO SENHOR



Venho, por meio deste, informar a Vossa Senhoria, em atenção ao vosso pedido de aprovação de alteração estatutária, protocolado em 14 de outubro de 2015, a aprovação do novo estatuto para os devidos fins, conforme determinação cuja cópia segue anexa.

Na oportunidade apresento protestos de estima e consideração.

Vivian Corrêa de Castro P. Ayres
2ª Promotora de Justiça

Prezado Senhor
Luiz Ribeiro de Brito

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS DE SÃO MANUEL - SP

CNPJ: 49.566.367/0001-66

RUA 4 DE JUNHO, Nº 200 Fone: (14)3841-4070

JOSÉ MAURÍCIO SAMPAIO CASTRO - OFICIAL

CERTIDÃO DE ATOS PRATICADOS - PROTOCOLO Nº: 2002

CERTIFICA que o presente título, protocolado sob número 2.002 em 26/11/2015, deu origem ao(s) seguinte(s) ato(s) nesta Serventia:

Registrado e microfilmado sob nº: 1903

ATO

Valor Base	Oficial	Estado	Carteira	R. Civil	Tribunal	M.P.*	I.M.**	TOTAL
Reg./Mic. nº 1.903								
0	R\$ 33,20	R\$ 9,44	R\$ 4,87	R\$ 1,75	R\$ 2,28	R\$ 1,59	R\$ 0,00	R\$ 53,13
PÁGINAS ACRESCER								
20	R\$ 82,00	R\$ 23,40	R\$ 12,00	R\$ 4,40	R\$ 5,60	R\$ 4,00	R\$ 0,00	R\$ 131,40
Microfilmagem								
1	R\$ 4,58	R\$ 1,31	R\$ 0,67	R\$ 0,24	R\$ 0,31	R\$ 0,22	R\$ 0,00	R\$ 7,33

Os valores devidos ao Estado e a Carteira de Previdência foram pagos por verba conforme guia arquivada em cartório.

Tabela e valores vigentes na data da prenotação COTA: UFESP(9,03)

Oficial	Estado	Carteira	Reg. Civil	Tribunal	M.P.*	I.M.**	TOTAL
R\$ 119,78	R\$ 34,15	R\$ 17,54	R\$ 6,39	R\$ 8,19	R\$ 5,81	R\$ 0,00	R\$ 191,86

* Ministério Público
** Imposto Municipal

Obs.:

SÃO MANUEL, 18 de dezembro de 2015


JOSILEINE VIDAL
ESCREVENTE AUTORIZADA

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
DA COMARCA DE SÃO MANUEL - SP
Rua Quatro de Junho, 200 Centro - CEP 18650-000
Telefone/Fax (14) 3841-4070



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
REQUERIMENTO DE VISTA E AGENDAMENTO DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

Tipo de Solicitação: Vista Eletrônica
Número do Processo : 53000.041399/2012
Tema : Radiodifusão Educativa / Pública

Temas

Fiscalização - Assuntos referentes a apuração de infrações, sações e ou denúncias.

Radiodifusão Comercial - Assuntos referentes a outorgas & pós-outorgas de Radiodifusão Comercial

Radiodifusão Comunitária - Assuntos referentes a outorgas & pós-outorgas de Radiodifusão Comunitária

Radiodifusão Educativa / Pública - Assuntos referentes a outorgas & pós-outorgas de Radiodifusão Educativa, Consginações da

União e Canal da Cidadania

Retransmissoras de TV - Assuntos referentes a retransmissão de televisão em caráter primário e secundário, utilizando tecnologia analógica

TV/RTV Digital - Assuntos referentes a geração e retransmissão de televisão em caráter primário e secundário, utilizando tecnologia digital

Dados do Solicitante

Nome completo : Adilson Ribeiro de Brito
CPF : 387.376.668-00 **RG/Orgão Expedidor :** 447759620
Vínculo : Integrante do quadro diretivo

Documentos a serem anexados à esta petição, conforme o caso.

- a) Se **procurador**, o instrumento de procuração válido, outorgado pelos representantes legais da entidade e documento de identificação pessoal com foto.
b) Se **advogado**, carteira de inscrição na OAB; e
c) Se **integrante do quadro diretivo**, o respectivo instrumento (estatuto, contrato social, etc), bem como o documento de identificação pessoal com foto.

Dados do Processo Solicitado

Entidade : Fundação Brito Junior de Radio e TV Educativa
CNPJ : 11.056.855/0001-50
Observação: solicitação de vista , que não seja expirado a solitação em de 3 dias.

São Manuel Dia 09 de maio de 2017

Local e data

Adilson Ribeiro de Brito

Assinatura

Data de Envio:

09/05/2017 16:12:07

De:

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@mctic.gov.br>

Para:

grupofmintegracao@gmail.com

Assunto:

Espaço do Radiodifusor

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: Processo nº 01250.026433/2017-62

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Espaço do Radiodifusor

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico. [<http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>]

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo. [<http://sei.mc.gov.br/consulta.html>]

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério. [<http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/atendimento-ao-radiodifusor>]

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério. [<http://www.mc.gov.br/sei>]

Data de Envio:

09/05/2017 16:17:07

De:

MCTIC/DEAA_GAB (SEI-MC) <deaa_gab.sei@mctic.gov.br>

Para:

rubens.reis@mctic.gov.br
jordana.azeredo@mctic.gov.br

Assunto:

vista eletrônica (53000.041399/2012-97)

Mensagem:

Prezadas

Solicitamos verificar a possibilidade de conceder vista eletrônica ao interessado, conforme requerimento em anexo.

Prazo para retorno desta informação até: 11/05/2017.

Att.
GAB/DEAA

Anexos:

Peticao_1863302_pedido_de_vista__dia_8_2.pdf

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 31/05/2017 11:52:42
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: Sayonara Leonez Medeiros Coelho Cintra
Ofício: 4365455
Data prevista de publicação: 01/06/2017
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 3
Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
9892552	EXTRATO DE CONTRATO_RTF.rtf	5843e995040313f4 4fca4e4d757189b2	4,00	
	Total da matéria		4,00	R\$ 132,16
TOTAL DO OFICIO			4,00	R\$ 132,16



001-9

00198.41808 50000.000005 04365.455213 4 71960000013216

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000004365455
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 20/06/2017		Valor documento 132,16	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil
Rua Antônio Comparato, 148,, bairro Campo Belo
São Paulo, SP - CEP: 04605-030

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.
 Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4365455 enviado em 31/05/2017

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 04365.455213 4 71960000013216

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 20/06/2017
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 31/05/2017	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 31/05/2017	Nosso número 00000000004365455	
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 132,16	(=) Valor documento 132,16	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4365455 enviado em 31/05/2017

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil
Rua Antônio Comparato, 148,, bairro Campo Belo
São Paulo, SP - CEP: 04605-030

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 31/05/2017 11:57:46
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: Sayonara Leonez Medeiros Coelho Cintra
Ofício: 4365412
Data prevista de publicação: 01/06/2017
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
9892517	PORTARIA N 172_RTF.rtf	2d729c5e055cc9ee 7e39a5d86d74c32f	9,00	
	Total da matéria		9,00	R\$ 297,36
TOTAL DO OFICIO			9,00	R\$ 297,36



001-9

00198.41808 50000.000005 04365.412214 4 71960000029736

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000004365412
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 20/06/2017		Valor documento 297,36	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil
Rua Antônio Comparato, 148,, bairro Campo Belo
São Paulo, SP - CEP: 04605-030

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.
 Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4365412 enviado em 31/05/2017

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 04365.412214 4 71960000029736

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 20/06/2017
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 31/05/2017	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 31/05/2017	Nosso número 00000000004365412	
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 297,36	(=) Valor documento 297,36	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4365412 enviado em 31/05/2017

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil
Rua Antônio Comparato, 148,, bairro Campo Belo
São Paulo, SP - CEP: 04605-030

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 31/05/2017 12:01:20
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: Sayonara Leonez Medeiros Coelho Cintra
Ofício: 4365451
Data prevista de publicação: 01/06/2017
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
9892577	PORTARIA N 173_RTF.rtf	91f0d4c92916e7a5 74ce8fca02d1d697	8,00	
	Total da matéria		8,00	R\$ 264,32
TOTAL DO OFICIO			8,00	R\$ 264,32



001-9

00198.41808 50000.000005 04365.451212 1 71960000026432

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000004365451
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 20/06/2017		Valor documento 264,32	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil
Rua Antônio Comparato, 148,, bairro Campo Belo
São Paulo, SP - CEP: 04605-030

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.
 Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4365451 enviado em 31/05/2017

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 04365.451212 1 71960000026432

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 20/06/2017
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 31/05/2017	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 31/05/2017	Nosso número 00000000004365451	
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 264,32	(=) Valor documento 264,32	

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4365451 enviado em 31/05/2017

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil
Rua Antônio Comparato, 148,, bairro Campo Belo
São Paulo, SP - CEP: 04605-030

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste

70044-900 – Brasília – DF

2027-6890

Ofício nº 20399/2017/SEI-MCTIC

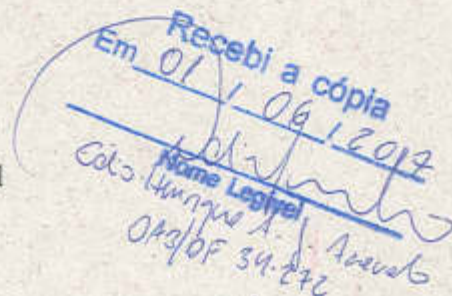
Ao Senhor

EDSON VALTER PAGANO

Representante Legal da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil

Rua Antônio Comparato, 148, bairro Campo Belo

04605-030 / São Paulo – SP



Assunto: **Comunica prazo para publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União**
- Processo nº 53000.041399/2012-97.

Senhor Representante Legal,

1. Formalizada a outorga de permissão para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, por meio do contrato celebrado entre a União e a **Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil**, informo que, nos termos do art. 31, §2º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, essa concessionária deverá providenciar a publicação do contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, no **prazo de 20 (vinte) dias**, contado da data de sua assinatura, bem como a publicação da Portaria nº 172/2017/SEI-MCTIC de consolidação dos dados da outorga e da Portaria nº 173/2017/SEI-MCTIC de outorga da permissão.

2. Solicito, por oportuno, especial atenção à data do vencimento do boleto bancário (anexo), emitido pela Imprensa Nacional, referente à publicação da matéria naquele periódico, que estipula o prazo máximo de **10 (dez) dias** para o recolhimento do valor da referida publicação.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, em 10/05/2017, às 14:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1867140** e o código CRC **0F98E29A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20399/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.041399/2012-97 - Nº SEI: 1867140

CONTRATO DE PERMISSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS, NA LOCALIDADE DE PARAGUAÇU PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 1º dias do mês de junho do ano dois mil e dezessete, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e a FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, representada pelo seu Procurador, Sr. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo, OAB/DF nº 34.272, CPF/MF nº 055.731.026-13, assinam o presente Contrato de Permissão, de acordo com o Despacho de Homologação nº 398/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil o direito de executar, sem exclusividade, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do Decreto Legislativo.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;

b) após a obtenção de autorização de uso de radiofrequência junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a entidade outorgada fica autorizada a funcionar em caráter provisório até a emissão da licença definitiva de funcionamento;

c) a estação deverá entrar em funcionamento no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência;

d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) solicitar prévia aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;
- h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- i) solicitar prévia autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir a outorga;
- j) observar as normas fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para execução do serviço;
- k) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- l) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- m) facilitar a fiscalização, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- n) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- o) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente.

Cláusula 4ª.

Na organização da programação, a entidade deverá:

- a) subordinar os programas de informação e divertimento às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

- d) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso;
- e) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- f) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- g) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- h) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- i) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- j) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- k) manter em dia os registros da programação;
- l) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 6ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a entidade autorizada atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 7ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 8ª. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras executantes de serviços de radiodifusão.

Cláusula 9ª. A permissionária autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo estabelecido, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 10ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 11ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão.

Cláusula 12ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga de autorização pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato automaticamente rescindido.

Cláusula 13ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.


Cláusula 14ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 15ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratada.


Cláusula 16ª. A eficácia do presente Contrato está condicionada à publicação da Portaria Ministerial de outorga da permissão, bem como do correspondente Decreto Legislativo de sua ratificação pelo Congresso Nacional.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 5 (cinco) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Permissionária



Testemunha



Testemunha

CPF: 955772971-68

CPF: 093 924 816-51



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 12/04/2017, às 16:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1607237** e o código CRC **3A4F6FB9**.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 1607237



tratada: GALAZZO & CASSIOLA LTDA-EPP, data da assinatura: 25/05/2017, data da vigência: 12/06/2017, objeto: Prorrogação contratual referente ao período de 12/06/2017 a 12/06/2018, Valor Global: R\$ 137.865,09.

04) 4º Termo Aditivo ao contrato nº. 037/2015, LTR-SPI-0346, contratada: GALAZZO & CASSIOLA LTDA-EPP, data da assinatura: 25/05/2017, data da vigência: 03/06/2017, objeto: Prorrogação contratual referente ao período de 03/06/2017 a 03/06/2018, Valor Global: R\$ 185.685,61.

05) 5º Termo Aditivo ao contrato nº. 109/2014, LTR-SPI-0335, contratada: NETSRAC TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA-ME, data da assinatura: 11/05/2017, data da vigência: 15/05/2017, objeto: Prorrogação contratual referente ao período de 15/05/2017 a 15/05/2018, Valor Global: R\$ 276.013,05.

06) 3º Termo Aditivo ao contrato nº. 112/2014, POOL MISTO (RPO/SJO), contratada: NOTLED LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA EPP, data da assinatura: 17/05/2017, data da vigência: 22/05/2017, objeto: Prorrogação contratual referente ao período de 22/05/2017 a 22/05/2018, Valor Global: R\$ 1.178.292,00.

07) 9º Termo Aditivo ao contrato nº. 200/2013, LTR-SPI-0333, contratada: SAMPASUL TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA-ME, data da assinatura: 26/05/2017, data da vigência: 08/06/2017, objeto: Prorrogação contratual referente ao período de 08/06/2017 a 03/06/2018, Valor Global: R\$ 265.287,65.

AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1700022/2017

Objeto: Prestação de serviços de confecção de carimbos e insumos para carimbos. O lote 1 do objeto foi adjudicado à empresa: ITA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARIMBOS LTDA, no valor global de R\$ 15.128,90; o lote 2 do objeto foi adjudicado à empresa: HBL CARIMBOS E PLACAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA no valor global de R\$129.627,22.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1700027/2017

Objeto: Aquisição de GAS (GLP) Combustível para empilhadeiras, para entrega na cidade de São José Dos Campos/SP. O lote 1 do objeto foi adjudicado à empresa: AMAR COMÉRCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA, no valor global de R\$ 65.620,80.

ROGERIO SIMONATO BOTELHO
Gerente de Administração

DIRETORIA REGIONAL EM SÃO PAULO METROPOLITANA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1700018

Objeto: prestação de serviços de reprografia de grande porte, abrangendo processos de cópia, impressão e digitalização de documentos, com disponibilização de equipamentos e mão de obra. Adjudicado e Homologado à Empresa: CÔPY FLORIPA SERVIÇOS REPROGRAFIA LTDA EPP - EPP - CNPJ: 01.546939/0001-19 para o lote único com Valor Global: R\$ 374.499,96.

CLEITON MOREIRA DA SILVA
Pregoeiro

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo nº. 01.12.0186.03; Data de Assinatura: 02/06/2017; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação Empresa-Escola de Engenharia da UFRGS - FEENG, CNPJ nº 02.475.386/0001-13; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 5/12/2018; Prazo de Prestação de Contas: 3/2/2019.

Espécie: Termo Aditivo nº. 01.12.0199.03; Data de Assinatura: 02/06/2017; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação de Apoio à Pesquisa - FUNAPE-GO, CNPJ nº 00.799.205/0001-89; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 11/6/2018; Prazo de Prestação de Contas: 10/8/2018.

Espécie: Termo Aditivo nº. 01.12.0300.03; Data de Assinatura: 02/06/2017; Partes: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP; CNPJ nº 33.749.086/0001-09 e Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES, CNPJ nº 12.449.880/0001-67; Objeto: Prorrogação de prazos; Prazo de Utilização: 20/7/2018; Prazo de Prestação de Contas: 18/9/2018.

Espécie: EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA; Termo Aditivo: 10.14.0073.01; Data da Assinatura: 01/06/2017; Partes: Concedente: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT, CNPJ nº 33.749.086/0001-09; Conveniente: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, CNPJ: Nº: 33.654.831/0001-36; Objeto: "Prorrogação de Prazo do Termo de Cooperação para Execução de Bolsa de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora de Projetos Contratados Pela Finep"; Prazo de Utilização: 30/01/2018; Prazo de Prestação de Contas: 30/03/2018.

Espécie: EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA; Termo Aditivo: 10.14.0078.02; Data da Assinatura: 01/06/2017; Partes: Concedente: Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT, CNPJ nº 33.749.086/0001-09; Conveniente: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, CNPJ: Nº: 33.654.831/0001-36; Objeto: "Prorrogação de Prazo do Termo de Cooperação para Execução do Programa Ciência Sem Fronteiras"; Prazo de Utilização: 30/01/2018; Prazo de Prestação de Contas: 30/03/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017060500011

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1.024/2017

Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB torna público, com base na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto 5.450 de 31.05.2005 e Lei 8.666 de 21.06.93, a HOMOLOGAÇÃO da licitação supracitada cujo objeto é a prestação de serviço de segurança física através de Guarda e Vigilância Armada, a ser executado na Unidade de Minerais Pesados - UMP da Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB, localizada em Buena, 2º Distrito do Município de São Francisco de Itabapoana/RJ, para a empresa FIRMIANO SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI.

JACKSON RODRIGO MEIRELES
Pregoeiro

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2017 UASG 240105

Nº Processo: 01280000026/2017 . Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva no sistema de controle ambiental dos laboratórios de sala limpa (CLEAN LAB) de do prédio das coleções zoológicas do INPA Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Trata-se de uma inexigibilidade de licitação Declaração de Inexigibilidade em 18/05/2017. CRISTIANE IYOKO CARMINE OKAWA. Coordenadora de Administração. Ratificação em 18/05/2017. LUIZ RENATO DE FRANCA. Diretor do Inpa. Valor Global: R\$ 597.144,00. CNPJ CONTRATADA : 13.499.467/0001-70 BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL. COMERCIO E SERVICOS DE AR CONDICIONADO LTDA - EPP.

(SIDE - 02/06/2017) 240105-00001-2017NE8000461

INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2017 - UASG 240114

Nº Processo: 01201000001201715. PREGÃO SISPP Nº 1/2017. Contratante: MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACOES E COMUNICA. CNPJ Contratado: 35574151000138. Contratado : CASA DA AGRICULTURA LTDA - EPP -Objeto: Aquisição de material hidráulico e de construção civil. Fundamento Legal: 8.666 . Vigência: 22/05/2017 a 21/05/2018. Valor Total: R\$8.736,00. Fonte: 100000000 - 2017NE800083 Fonte: 100000000 - 2017NE800084. Data de Assinatura: 22/05/2017.

(SICON - 02/06/2017) 240114-00001-2017NE800005

EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2017 - UASG 240114

Nº Processo: 01201000001201715. PREGÃO SISPP Nº 1/2017. Contratante: MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA, INOVACOES E COMUNICA. CNPJ Contratado: 70097282000172. Contratado : R. P. DA SILVA MATERIAL DE -CONSTRUCAO LTDA - EPP. Objeto: Aquisição de Material Hidráulico e de Construção Civil para Implantação de Sistema de Reuso Agrícola Familiar. Fundamento Legal: 8.666/93 . Vigência: 22/05/2017 a 21/05/2018. Valor Total: R\$6.768,92. Fonte: 100000000 - 2017NE800085 Fonte: 100000000 - 2017NE800087. Data de Assinatura: 22/05/2017.

(SICON - 02/06/2017) 240114-00001-2017NE800005

LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2017 UASG 240123

Nº Processo: 029/2017 . Objeto: Prestação de serviços para locação de 01 (um) sistema de alimentação ininterrupta de energia (nobre), em caráter emergencial, pelo período de 90 (noventa) dias. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Prestação de serviço emergencial. Declaração de Dispensa em 02/06/2017. ANMILY PAULA DOS SANTOS MARTINS. Coordenadora de Gestão e Administração. Ratificação em 02/06/2017. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA. Diretor. Valor Global: R\$ 24.000,00. CNPJ CONTRATADA : 23.236.846/0001-20 JDC ELECTRIC SERVICOS E COMERCIO DE ELETRO-ELETRONICOS LTDA - ME.

(SIDE - 02/06/2017) 240123-00001-2017NE800008

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2017 UASG 240125

Nº Processo: 01205000083201750 . Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiros) para o Parque do MPEG Total de Itens Licitados: 00003. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos Declaração de Dispensa em 01/06/2017. RAUL FERNANDO DE LIMA NOVAES DE OLIVEIRA JUNIOR.

Coordenador de Administração. Ratificação em 01/06/2017. ROSE- NY RODRIGUES MENDES DE MENDONCA. Diretora Substituta. Valor Global: R\$ 9.243,75. CNPJ CONTRATADA : 11.292.392/0001-26 DANTAS COMERCIO, REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA - EPP. Valor: R\$ 4.080,00. CNPJ CONTRATADA : 14.674.168/0001-97 FORTE MIX COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA - ME. Valor: R\$ 3.363,75. CNPJ CONTRATADA : 19.122.651/0001-82 NORTE SUPPLY COMERCIO ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOSEIRELI - ME. Valor: R\$ 1.800,00

(SIDE - 02/06/2017) 240125-00001-2017NE800008

OBSERVATÓRIO NACIONAL

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 4/2017 publicado no D.O. de 25/05/2017, Seção 3, Pág. 8. Onde se lê: Acumulado no Período de Janeiro de 2016. Leia-se: Retroativo a Janeiro de 2017.

(SICON - 02/06/2017) 240126-00001-2017NE8000034

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO

EXTRATOS DE CONTRATOS

PARTES: União e Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FADEPE/JF. ESPÉCIE: Contrato de Concessão outorgada por meio do Decreto de 28 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2013. OBJETO: Execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 15 (quinze) anos e entra em vigor na data de publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União. DATA E ASSINATURA: Gilberto Kassab - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 12 de abril de 2017, e José Humberto Viana Lima Júnior - Diretor Executivo da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FADEPE/JF, em 19 de maio de 2017.

PARTES: União e Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil. ESPÉCIE: Contrato de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 173, de 12 de abril de 2017. OBJETO: Execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo. VIGÊNCIA: A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do Decreto Legislativo. DATA E ASSINATURA: Gilberto Kassab - Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 12 de abril de 2017, e Edio Henrique de Almeida José e Azevedo - Procurador da Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, em 1 de junho de 2017.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A

RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO Nº 20/2017

As Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRAS, informa o resultado do Pregão Eletrônico nº 020/2017-TB, sagrou-se vencedora do certame a empresa BINÁRIO DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA.

(SIDE - 02/06/2017) 925150-02600-2017NE000008

PREGÃO Nº 22/2017

As Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRAS, informa o resultado do Pregão Eletrônico nº 022/2017-TB, sagrou-se vencedora do certame a empresa IDEAL BANHEIROS QUÍMICOS LTDA - ME.

JAQUELINA SOUTO MANGABEIRA BINICHESK
Gerente de Compra e Contratos
Substituta

(SIDE - 02/06/2017) 925150-02600-2017NE000008

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 124/2016/2500-TB Data de Assinatura: 02/06/2017 Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE CNPJ/MF: 61.600.839/0001-55 Vigência: 01.06.2017 a 31.05.2018 Objeto: Prorrogação do instrumento contratual por um período de 12 (doze) meses a contar de 01/06/2017, bem como a alteração do preâmbulo e das subcláusulas delineados no CONTRATO ORIGINAL.

Valor total estimado: R\$ 83.495,04 (oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quatro centavos)

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso XIII da Lei nº 8666/1993 e Decreto nº 5598/2005

Signatários: p/ Telebras: Maury Caetano de Oliveira (gerente fiscal e de controle) e Marilda Moreira (gerente de gestão de pessoas) , p/ Contratada: Eduardo de Oliveira (superintendente) e Tomaz Lopes Filho (superintendente).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Pós-Outorga da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Ao

Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SERED.

Referência: **Processo nº 53000.041399/2012-97.**

Tendo em vista a publicação do **Extrato de Contrato no D.O.U. de 05/06/2016** (1937540), que autoriza a FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, a executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paraguaçu Paulista/SP, bem como a publicação da **Portaria nº 172/SEI, de 12 de abril de 2017**, de Consolidação da Outorga e da **Portaria nº 173/SEI, de 12 de abril de 2017**, de Permissão de Outorga (1937551), encaminhe-se os autos para envio à Casa Civil nos termos da **Exposição de Motivos de 12/04/2017 (1607219).**

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 13/06/2017, às 15:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1938260** e o código CRC **232F3925**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

SRD - Licenciamento

Version 1.0

Canais Solicitações

Título + RTV/RTV-D Secundária

1 total de registros 1 - 30 10 Atualizar Filtros Limpar Filtros/Ordenação

Ação	Status	CNPJ	Entidade	NumPisot	Canal	Frequência	Classe	Serviço	Serviço	Local Especifico	Finalidade	Caráter	País	Município	UF	Data	ID do Canal
Ações técnicas	(PH-CL) Canal pendente de outorga	00246619000182	FUNDACAO ONEA VIKTOR DE RADIODIFUSAO BRASIL	50415527963	368	101.5	C	230	FM		Estadual	P	3	Pirajiquara Paulista	SP	2017-06-09 10:21:38	5725a57d75a8

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	
Nome Fantasia: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	
Telefone: (11) 5093-0535	E-mail: edpagano@uol.com.br
CNPJ: 09.241.619/0001-62	Número do Fistel: 50415027063
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67.	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Antonio Comparato	Complemento:	
Bairro: Campo Belo	Numero: 148	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 04606030

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Paraguaçu Paulista	UF: SP
Latitude: -22.41139	Longitude: -50.57306

Parâmetros Técnicos			
Canal: 268	Frequência: 101.5 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação:						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 0				Longitude: 0				Cota da base: 0 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação:					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha:			Atenuação dB100m:			Perdas Acessórias: 0.5			Impedância:		
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho:		Beam-Tilt:		Orientação NV:		Polarização:		HCI:		ERP Máximo: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação:					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação:					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha:			Atenuação dB100m:			Perdas Acessórias:			Impedância:		
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho:		Beam-Tilt:		Orientação NV:		Polarização:		HCI:		ERP Máximo: 0 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
530000413992012	173	Portaria	MCTIC	12/04/2017	05/06/2017	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000413992012	172	Portaria	MCTIC	12/04/2017	05/06/2017	Outros Atos Jurídico	Jurídico

Horário de funcionamento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Coordenação de Documentação e Informação - CODIN

**Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e
Consignações da União - SERED**

DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO

**DE CÓPIA DE PROCESSO A CGGM - Coordenação Geral Gabinete do
Ministro**

Processo de Referência nº: 53000.041399/2012-97

Interessado: Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo

Encaminho cópia do processo acima citado, **Entidade:** Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, **Serviço:** FME, no **município** de: PARAGUAÇU PAULISTA/SP, **canal:** 268E, ao **CGGM - Coordenação Geral Gabinete do Ministro**, para envio a CASA CIVIL da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

Brasília, 16 de junho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Sayonara Leonez de Medeiros Coelho Cintra, Chefe de Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 16/06/2017, às 16:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1962710** e o código CRC **0D8BDD7D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos (1607219), encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 28/06/2017, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1995982** e o código CRC **A46314EC**.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 1995982

Brasília, 05 de outubro de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.041399/2012-97, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado de São Paulo, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, por intermédio do Despacho de Homologação nº 398/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 44477/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANY
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
1016/2017	53000.060803/2011-41	Fundação Unisc de Comunicações
1017/2017	53000.064978/2011-27	Universidade Regional do Cariri - URCA
1018/2017	53000.004800/2012-16	Universidade Federal do Pampa
1019/2017	53000.041399/2012-97	Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil
1020/2017	53740.000282/2002-18	Contestado Comunicações LTDA
1021/2017	53000.061475/2011-08	Município de Catanduva
1022/2017	53000.066680/2011-51	Município de Avaré
1023/2017	53000.008174/2012-29	IFECT Norte de MG Campus Januária
1024/2017	53000.004483/2010-68	Televisão Ouro Verde Ltda
1025/2017	53900.038549/2014-01	Rádio Itacaiúnas Ltda
1026/2017	53000.025416/2013-20	Fundação Claret
1027/2017	53000.005496/2008-30	Fundação Sistema RTM de Rádio e Televisão
1028/2017	53900.076693/2015-19	Fundação Cultural Avelino Forte
1029/2017	53000.008620/2012-03	Fundação Universidade Federal de Sergipe
1030/2017	53000.065857/2011-01	Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia do Paraná
1031/2017	53900.034042/2015-51	Fundação de Fátima
1032/2017	53000.056113/2011-97	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Paraná
1033/2017	53000.011502/2010-11	Fundação Logos - Edições, Jornalismo E Radiodifusão
1034/2017	53000.009024/2012-32	Fundação Unisc de Comunicações – FUNDAÇÃO TELEUNISC
1035/2017	53000.027859/2012-74	Rádio Mundo Jovem S/S Ltda
1036/2017	53000.054723/2012-37	Fundação Educativa Noroeste Paulista - FENP
1037/2017	53000.006332/2012-14	Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
1038/2017	53000.006761/2012-83	Fundação Francisco Rodrigues Sancho
1039/2017	53000.007691/2012-81	Prefeitura Municipal de Iguatu
1037/2017	53000.005304/2012-71	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
147/2017	53000.031525/2011-14	Associação Rádio Comunitária de Feliz (feliz Fm)
148/2017	53000.061420/2011-90	Associação Cultural e Cidadania de Barra de Santana
1051/2017	53000.028589/2012-19	Rádio Vale Verde Ltda - Me

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro

Presidência da República
CODOC/PROTOCOLO
23 OUT 2017
Hora: 18:05
Vargas



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria N° 1.317/2017, em 11/10/2017, às 12:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **2289786** e o código CRC **C710840D**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 44477/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2289786

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RÁDIO-DIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 5000.041399/2012-97
Referência: Ofício nº 44477/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGEC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 44477/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Evelize de Oliveira Lima, Chefe de Serviço**, em 24/10/2017, às 17:43, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2329387** e o código CRC **2F577A2E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 2329387

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Processos de Outorga da Coordenação do Regime Legal de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.041399/2012-97

Referência: Despacho Interno GSRAD 2329387

Interessado: Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil

Assunto: Sobrestamento até Decreto Legislativo

Ao

Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SERED.

Referência: **Processo nº 53000.041399/2012-97.**

Tendo em vista o disposto no Despacho em referência, que informa a expedição do Ofício nº 44477/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República (2328367), encaminhem-se os autos à área de documentação, tendo em vista que o processo deverá ficar sobrestado até a publicação do Decreto Legislativo em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Gonçalves dos Reis Junior, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, Substituto**, em 26/12/2017, às 14:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2355111** e o código CRC **14D3048A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
 53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
 53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
 53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
 53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
 53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
 53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
 53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
 53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
 53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
 53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
 53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
 53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
 53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
 53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
 53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
 53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
 53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
 53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
 53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
 53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
 53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
 53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
 53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
 53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
 53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
 53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
 53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
 53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
 53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
 53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
 53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
 53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
 53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
 53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
 53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
 53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
 53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
 53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
 53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
 53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
 53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
 53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
 53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
 53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
 53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
 53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
 53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
 53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
 53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
 53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
 53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
 53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
 53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
 53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

DESPACHO

Processo nº: 53000.041399/2012-97

Interessado: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL

Assunto: Atualização de Exposição de Motivos

À

Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro - CGGM.

Tendo em vista a necessidade de atualização da titularidade da Pasta Ministerial e o disposto no Despacho do Ministro nº 398 de 2015(1224947), publicado no D.O.U. de 21 de setembro de 2015, que declara a FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, como vencedora da presente seleção pública, bem como o disposto na Portaria nº 173, de 12 de abril de 2017, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, que outorgou permissão à Interessada para executar o serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista/SP, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, encaminhe-se a minuta da Exposição de Motivos, devidamente atualizada, para as providências consecutórias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União substituta**, em 17/07/2019, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoela Vitória Benigna da Silva, Chefe de Serviço de Consignações da União e Canal da Cidadania**, em 17/07/2019, às 15:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 17/07/2019, às 18:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 18/07/2019, às 19:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4408319** e o código CRC **4F3B0572**.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 4408319

**MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº / /MCTIC

Brasília, de de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.041399/2012-97, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, por intermédio do Despacho de Homologação nº 398 de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.

2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na Nota Técnica nº 16209/2016/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 01177/2016/CONJURMCTIC/CGU/AGU.

3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 173, de 12 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2017, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DO PARECER DE MÉRITO

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Encaminhamento de processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, estado do São Paulo.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento do processo para publicação do Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em FM, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo. Pessoa jurídica julgada vencedora: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL. Documentação em conformidade com a Lei nº 4.117, de 1963, Decreto 52.795, de 1963. Pela viabilidade jurídica da outorga.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União substituta**, em 17/07/2019, às 14:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoela Vitória Benigna da Silva, Chefe de Serviço de Consignações da União e Canal da Cidadania**, em 17/07/2019, às 15:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 17/07/2019, às 18:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 18/07/2019, às 19:04 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4408435** e o código CRC **6A31E4AE**.

Brasília, 23 de Outubro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.041399/2012-97, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, por intermédio do Despacho de Homologação nº 398 de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, encontrando-se o processo devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável à matéria, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme informado na Nota Técnica nº 16209/2016/SEI-MCTIC e análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme Parecer Jurídico nº 01177/2016/CONJURMCTIC/CGU/AGU.
3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 173, de 12 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2017, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após a deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 40675/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.041399/2012-97.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 23/10/2019, às 12:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4771643** e o código CRC **FE530044**.

Recibo Eletrônico de Protocolo - 1536089

Usuário Externo (signatário):	ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
IP utilizado:	200.130.17.1
Data e Horário:	30/10/2019 16:47:41
Tipo de Peticionamento:	Processo Novo
Número do Processo:	00001.007672/2019-54
Interessados:	ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Documento Principal:	
- Requerimento Outorga de radiodifusão	1536087

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Presidência da República.

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	
Nome Fantasia: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL	
Telefone: (11) 5093-0535	E-mail: edpagano@uol.com.br
CNPJ: 09.241.619/0001-62	Número do Fistel: 50415027063
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: -
Observações: Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67. Data do contrato 05/06/2017-Sem publicação do Decreto Legislativo	

Endereço Sede		
Logradouro: Rua Antonio Comparato	Complemento:	
Bairro: Campo Belo	Numero: 148	
Município: São Paulo	UF: SP	CEP: 04606030

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Paraguaçu Paulista	UF: SP
Latitude: -22.41139 (22° 24' 41.0" S)	Longitude: -50.57306 (50° 34' 23.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 268	Frequência: 101.5 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0

240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0
---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação:	Número Indicativo:
Data Último Licenciamento:	Número da Licença:

Estação Principal	
Localização	
Latitude: 0 (0° 00' 00.0" N)	Longitude: 0 (0° 00' 00.0" E) Cota da base: 0 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: ohms

Antena Principal					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0 kW

Padrão de Antena dBd											
0º: 0	10º: 0	20º: 0	30º: 0	40º: 0	50º: 0	60º: 0	70º: 0	80º: 0	90º: 0	100º: 0	110º: 0
120º: 0	130º: 0	140º: 0	150º: 0	160º: 0	170º: 0	180º: 0	190º: 0	200º: 0	210º: 0	220º: 0	230º: 0
240º: 0	250º: 0	260º: 0	270º: 0	280º: 0	290º: 0	300º: 0	310º: 0	320º: 0	330º: 0	340º: 0	350º: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:	Fabricante:		
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:	Fabricante:				
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máximo: 0 kW

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000413992012	173	Portaria	MCTIC	12/04/2017	05/06/2017	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
						Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
530000413992012	172	Portaria	MCTIC	12/04/2017	05/06/2017	Outros Atos Jurídico	Jurídico

Horário de funcionamento

**MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 2021.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 53000.041399/2012-97, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, por intermédio do Despacho de Homologação nº 398/2015, de 6 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012 e com a Portaria nº 173, de 12 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2017.

2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 09/08/2021, às 09:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7955432** e o código CRC **5D98D909**.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI-MCOM nº 7955432

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

PARECER DE MÉRITO Nº 95/2021/SEI-MCOM

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, por meio do canal 268E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento de Portaria para publicação do Decreto Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Viabilidade jurídica, considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes à concessão da outorga.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 09/08/2021, às 09:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7955437** e o código CRC **DA18F47A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 7955437

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53000.041399/2012-97

Referência: Publicação da Portaria nº 173/2017/SEI-MCTIC, de 12 de abril de 2017, em 5 de junho de 2017 (SEI nº 1937551).

Interessado: FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL

Assunto: Encaminhamento de atos para assinatura do Ministro.

À Secretaria de Radiodifusão - SERAD.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 173/2017/SEI-MCTIC, de 12 de abril de 2017, em 5 de junho de 2017 (SEI nº 1937551), referente à seleção do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13/07/2012, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de **Paraguaçu Paulista/SP**, por meio do canal 268E, que adjudicou o objeto à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62 (Despacho de Homologação nº 398/2015, de 6 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015 - SEI nº 1224947), encaminhem-se a minuta atualizada de Exposição de Motivos e o Parecer de Mérito, para as providências consecutórias.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 09/08/2021, às 09:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 12/08/2021, às 20:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7955426** e o código CRC **98896F3B**.

Minutas e Anexos

Minuta atualizada de Exposição de Motivos (SEI nº 7955432) e o Parecer de Mérito (SEI nº 7955437)

Brasília, 14 de agosto de 2021.

Senhor Presidente da República,

Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 53000.041399/2012-97, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, por intermédio do Despacho de Homologação nº 398/2015, de 6 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012 e com a Portaria nº 173, de 12 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2017.

Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

PARECER DE MÉRITO Nº 95/2021/SEI-MCOM

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, por meio do canal 268E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento de Portaria para publicação do Decreto

Legislativo de ratificação pelo Congresso Nacional.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Viabilidade jurídica, considerando a regularidade dos documentos e a inexistência de óbices concernentes à concessão da outorga.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 20/08/2021, às 15:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7990220** e o código CRC **C499E635**.

Referência: Processo nº 53000.041399/2012-97

SEI nº 7990220

Ofício Interno nº 8474/2021/MCOM

Brasília, 16 de Agosto de 2021

À Senhora
Estella Dantas
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (7990220)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC_MCOM (7955426), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (7990220), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 19/08/2021, às 17:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7994039** e o código CRC **F4DFEEAF**.

Ofício Interno nº 8826/2021/MCOM

Brasília, 20 de Agosto de 2021

Ao Senhor
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (7990220)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREC_MCOM (7955426, encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (7990220), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 23/08/2021, às 15:19 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8033024** e o código CRC **0F1470AC**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 8826/2021/MCOM - Processo nº 53000.041399/2012-97 - Nº SEI: 8033024

Brasília, 14 de agosto de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 53000.041399/2012-97, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo, por meio do canal 268E, constante do Aviso de Habilitação nº 04, de 12 de julho de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, cujo objeto foi adjudicado à FUNDAÇÃO ONDA VERDE DE RADIODIFUSÃO BRASIL, CNPJ nº 09.241.619/0001-62, por intermédio do Despacho de Homologação nº 398/2015, de 6 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015, em conformidade com a Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012 e com a Portaria nº 173, de 12 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2017.
2. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
3. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 19302/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.041399/2012-97.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 10/09/2021, às 14:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8096447** e o código CRC **A834703C**.